

CARLOS ALBERTO DOS SANTOS DUTRA

**O TERRITÓRIO OFAIÉ
PELOS CAMINHOS DA HISTÓRIA
Reencontro e Trajetória de um Povo**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
DOURADOS
2004**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

CARLOS ALBERTO DOS SANTOS DUTRA

**O TERRITÓRIO OFAIÉ
PELOS CAMINHOS DA HISTÓRIA
Reencontro e Trajetória de um Povo**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre pelo Curso de Pós-Graduação em História, Área: História, Região e Identidades, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Dourados.

Orientador: Prof. Dr. Gilson Rodolfo Martins

DOURADOS

2004

CARLOS ALBERTO DOS SANTOS DUTRA

**O TERRITÓRIO OFAIÉ
PELOS CAMINHOS DA HISTÓRIA
Reencontro e Trajetória de um Povo**

COMISSÃO JULGADORA

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

Prof. Dr. Gilson Rodolfo Martins (UFMS): _____
Presidente e Orientador

Prof. Dr. Osvaldo Zorzato (UFMS): _____
Examinador

Prof. Dr. Pedro Paulo A. Funari (UNICAMP): _____
Examinador

Dourados-MS, ____ de _____ de _____.

DADOS CURRICULARES

CARLOS ALBERTO DOS SANTOS DUTRA

- NASCIMENTO: 28.02.1956 - Cacequi-RS
- FILIAÇÃO: Vilson da Silva Dutra
Laura dos Santos Dutra
- GRADUAÇÃO: 1977-1981 – Curso de Medicina Veterinária, Graduação. Universidade Federal de Pelotas-UFPEL, Pelotas-RS;
- 1980-1982 – Curso de Filosofia, Bacharelado. Universidade Católica de Pelotas-UCPEL, Pelotas-RS (Incompleto);
- 1982-1985 – Curso de Teologia, Bacharelado. Universidade Católica do Rio Grande do Sul-PUCRS, Porto Alegre-RS;
- 1993-1995 – Curso de Ciências Sociais, Licenciatura. Universidade Estadual Paulista-UNESP, Marília-SP (Incompleto);
- 1997-2001 – Curso de Direito, Bacharelado. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-UFMS, Três Lagoas-MS;
- PÓS-GRADUAÇÃO: 1999-2001 - Especialização em História do Brasil, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-UFMS, Três Lagoas-MS;
- 2002-2004 - Mestrado em História, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-UFMS, Dourados-MS.

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho à memória de Alfredo Coimbra.
Líder indígena de uma pequena nação que nunca se submeteu.
Convivi com *Ekureifyg* entre 1986 e 1988,
e com ele muito aprendi sobre o seu povo.
O “vô” Alfredo nasceu em 24.Fev.1900 e faleceu em 28.Nov.1988.
Foi um dos últimos Ofaié a ser catalogado
por Curt Nimuendajú em 1913.



Foto: Carlos Alberto dos Santos Dutra, 1988.

*“O homem não tramou o tecido da vida;
ele é simplesmente um de seus fios”.*
(Cacique Seattle, 1854)

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a Yavéh, Deus dos pobres e da justiça, que concedeu a esse pesquisador o dom da vida e da perseverança, dando-lhe também a oportunidade de poder colocar a serviço os dons e carismas que recebeu.

Agradeço a minha família, em especial, minha esposa, professora de história, Vilma Galli Dutra e minhas filhas Daline, Laura e Maria Angélica, que souberam compreender, a separação e a ausência, ainda que estando perto.

Agradeço aos amigos Pe. Lauri Vital Bósio, D. Izidoro Kosinski e Mons. Dr. Dieter Spelthahn, respectivamente vigário da Paróquia Cristo Bom Pastor, de Brasilândia; bispo da Diocese de Três Lagoas, e diretor da entidade co-irmã Adveniat Bischöfliche Aktion, pelo estímulo, pelo apoio, e, sobretudo pelas orações.

Agradeço aos professores do curso de mestrado Prof. Dr. Jerri Roberto Marin, pelas conversas sobre a pós-modernidade, Prof. Dr. João Carlos de Souza e Prof^a Dr^a Marina Evaristo Wenceslau, pelas lições e orientações de metodologia.

Agradeço também aos amigos Prof. Dr. Paulo Roberto Cimó Queiroz, pelo carinho e indicações bibliográficas, e ao Prof. Dr. Jorge Eremites de Oliveira pelos bate-papos arqueológicos e instigantes trocas de idéias sobre os Guaxi-Guaxarapo.

Agradeço aos colegas de trabalho da Secretaria Municipal de Saúde e da Administração Pública municipal de Brasilândia, pela compreensão e apoio.

Agradeço em especial ao coordenador do curso de mestrado, Prof. Dr. Cláudio Alves de Vasconcelos, por acreditar no projeto desse aprendiz de historiador e que me incentivou a participar do Programa de Mestrado em História, bem como beber na fonte as sua lições.

Especial agradecimento também ao Prof. Dr. Osvaldo Zorzato, que participou de meu Exame de Qualificação oferecendo importantes observações e sugestões ao texto, manifestando companheirismo e quebrando o silêncio e a solidão que por vez rondam o escrevinhador.

Agradeço também ao Prof. Dr. Antonio Jacob Brand, da UCDB a quem devo a inspiração de minha militância indigenista e que gentilmente aceitou participar de meu Exame de Qualificação.

Agradeço ainda aos colegas de curso, as discussões e os desafios superados um a um, sob os auspícios da interdisciplinaridade de nossa eclética turma do mestrado da UFMS, Campus de Dourados, de 2002.

Não poderia deixar de agradecer e louvar o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES, Programa de Demanda Social que foi concedido ao pesquisador a partir de outubro de 2003.

Agradeço aos funcionários do Centro de Documentação do Campus de Dourados, ao Prof. MsC Nazareth dos Reis, do Campus de Três Lagoas, a comunidade indígena Ofaié, em especial ao ex-Cacique Ataíde Francisco Rodrigues Xehitâ-ha pela cedência de seus textos, e todos aqueles dedicados companheiros que se dispuseram a colaborar para a realização dessa pesquisa.

Agradeço também aos Prof. Hugo Scheuer Werle (Editora da UFMT) e Prof. Benedito Antonio Prêzia (Toponimista da USP), a Biblioteca Nacional de Madrid (Servicio de Reprografia), a indigenista Yuri Matsunaka, ao Prof. Hugo Souza Paes de Barros e ao Almirante Roberto Gama e Silva, pelo gentil e prestimoso empréstimo de livros e envio de cópia de importantes documentos.

Agradeço, por fim, e de modo muito especial, ao meu orientador, Prof. Dr. Gilson Rodolfo Martins pelo companheirismo, paciência e confiança manifestada em todo o percurso de *construção* dessa porfia chamada Dissertação de Mestrado. Obrigado pelo incentivo, pelas discussões tangenciais, pelos realinhamentos e pelos retoques ao texto. Valeu!

EPÍGRAFE

“À medida que os delineamentos de uma vida vão emergindo dos manuscritos e vejo a história se revelando de um documento ao outro, sinto a sensação de estar entrando em contato com a condição humana tal como era experimentada por alguém de um outro mundo, que viveu séculos de distância do meu. Sei que devo soar como um romântico, pois posso me enganar e tudo não passar de uma ilusão. Mas, no fundo, acredito que os arquivos, em toda a sua concretude, provêm um corretivo para as interpretações românticas e mantém o historiador honesto. Diferentemente dos filósofos e literatos, nós, historiadores, devemos dispor de evidências para sustentar nossos argumentos, e não podemos simplesmente extraí-las de nossa cabeça. Nós as extraímos, sim, das caixas dos arquivos”. (DARNTON, 2000, p. 240).

RESUMO

A pesquisa introduz a uma discussão sobre o território pertencente ao povo indígena Ofaié. Tradicionais caçadores e coletores do atual estado de Mato Grosso do Sul, a história desses antigos habitantes dos campos e regiões encharcadas da bacia do rio Paraná, ainda está para ser escrita. O pouco que sabemos sobre a ocupação do território onde esse povo vivia nos chegou através do olhar e das informações recolhidas pelos primeiros viajantes e suas expedições de caça e escravização de indígenas que deita suas raízes na antiga capitania de Mato Grosso.

A trajetória desse povo, que na literatura erroneamente é chamado de *Chavante*, ainda é um caminho a ser descoberto. São os relatórios de Curt Nimuendajú, das Linhas Telegráficas do Marechal Cândido Rondon e do Serviço de Proteção aos Índios os documentos reveladores da experiência humana que culminou praticamente com o extermínio da *nação Ofaié*.

Os territórios ocupados por esses indígenas e os registros de seu *aparecimento e desaparecimento* em diversos pontos do sul do antigo estado de Mato Grosso, ao longo da margem direita do rio Paraná, desde a foz do rio Verde até a foz do Ivinhema, prolongando-se em direção Oeste rumo ao rio Negro e Taboco, ainda hoje são motivos de acaloradas discussões no campo acadêmico e jurídico.

A pesquisa instiga o leitor a rever a história da ocupação do território sul-mato-grossense, lançando um novo olhar e novas perguntas sobre a tradicionalidade de diversas áreas indígenas que demonstram ter sido bem mais que simples *áreas de migração* de grupos isolados. Entende que muitas delas configuraram-se em autênticos territórios de ocupação tradicional de povos cuja presença foi falseada no curso da história, cuja construção em bases memorialistas contribuiu também para o *desaparecimento* do elemento Ofaié desses territórios.

ABSTRACT

The research introduces to a quarrel on the pertaining territory the aboriginal people Ofaié. Traditional hunters and collectors of the current state of Mato Grosso do Sul, the history of these old inhabitants of the fields and marshy regions of the basin of the river Paraná, still are for being written. The little that we know on the occupation of the territory where this people lived in them arrived through the look and of the information collected for the first travellers and its expeditions of hunting and slavery of aboriginals who lie down its origin in the old captainship of Mato Grosso.

The trajectory of this people, who in literature of form erroneous is called Chavante, still is a to be discovered way. They are the reports of Curt Nimuendajú, of the Telegraphic Lines of Marshal Cândido Rondon and the Service of Protection to the Indians the revealing documents of the experience human being who practically culminated with the extermination of the Ofai nation. The busy territories for these aboriginals and the registers of its appearance and disappearance in diverse points of the south of the old state of Mato Grosso, to the long one of the right edge of the river Paraná, since the estuary of the Green river until the estuary of the Ivinhema, drawing out themselves in direction West route to the river Negro and Taboco, still today are reasons of heated quarrels in the academic and legal field.

The research instigates the reader to review the history of the occupation of the territory sul-mato-grossense, being launched a new to look at and new questions on the tradicionalidade of diverse aboriginal areas that demonstrate to have well more been than simple areas of migration of isolated groups. It understands that many of them had been configured in authentic territories of traditional occupation of peoples whose presence was falsified in the course of the history, whose construction in memorialistas bases, also contributed for the disappearance of the Ofai element of these territories.

ALGUMAS PALAVRAS

Antes de estudar a história, se deve estudar o historiador, recomendou o inglês Edward Hallett Carr (PALLARES-BURKE, 2000, p. 189). Isso porque, *se nada se sabe sobre o seu propósito e sobre o ponto de vista com que ele olha o passado, pode-se facilmente interpretar mal o que ele escreve* (Idem). Redigida por quem, na condição de indigenista não-governamental, pesquisa há dezesseis anos a trajetória de oito famílias sobreviventes Ofaié (de um total de dezoito que incluem, Kaiowá, Nandeva e não-indígenas) que habita ainda hoje o município de Brasilândia, estado de Mato Grosso do Sul, me sinto muito à vontade para falar sobre a luta e o esforço desse povo em busca de seu *aparecimento*. O mesmo não posso dizer, entretanto, em relação à desenvoltura com que apresento o conteúdo dessa pesquisa, uma vez que modestamente, defendo-a na condição de aprendiz de historiador.

Antes de começar a revelar os frutos recolhidos durante os dois anos do curso de Mestrado, quero deixar aqui *algumas palavras* no intuito de contextualizar o trabalho realizado por mim nesse campo do conhecimento, de modo a permitir que o leitor tenha *uma idéia* sobre o perfil e o engajamento do pesquisador, bem como informar sobre o *método utilizado* e as *condições em que o trabalho se realizou*. A inspiração para essa nota introdutória brota de um ensaio de Robson Norberto Dantas, onde esse professor descreve a experiência que viveu durante a elaboração de sua dissertação de mestrado em História (DANTAS, 2000), e de onde também recolhi algumas lições.

Inicialmente pode-se dizer que minha formação acadêmica representou sempre motivo de embaraço, quando não se configurou controversa. Portador de um currículo que pode ser considerado eclético, onde figuram

disciplinas de diferentes áreas do saber científico, se, por um lado, isso facilitou meu trabalho, permitindo relativo trânsito multidisciplinar, por outro lado, essa mesma formação, freqüentemente me impôs outras dificuldades de ordem conceitual. Entre elas, o risco de minha produção científica ser considerada demasiadamente engajada, a diversidade de métodos de abordagem que dispunha e o ingrediente do descrédito acadêmico manifestado por aqueles que se revelavam céticos diante de uma formação demasiadamente holística ou pertencente a uma linha que não se submeteu previamente aos moldes herméticos de uma disciplina única.

Durante os cursos de graduação que freqüentei, ainda que alguns deles incompletos, desde a medicina veterinária, passando pela filosofia, teologia, ciências sociais, direito e história, esse último somente em nível de pós-graduação, nunca me dei por satisfeito em freqüentar apenas a sala de aula: a pesquisa bibliográfica e de campo sempre as carreguei comigo na algibeira. Foi assim com minha primeira monografia, sobre *medicina veterinária popular* (DUTRA, 1981) que me levou a buscar curas e benzeduras praticadas por peões de fazendas e estabelecer a sua relação com a ciência médica livresca.

Igualmente, no bacharelado em teologia (DUTRA, 1985), quando a pesquisa sobre a *etnohistória e religiosidade do gaúcho indo-hispânico* me colocou diante de uma vasta produção bibliográfica sobre o tema da cultura sul-rio-grandense, objeto retomado anos depois, no curso de especialização em história (DUTRA, 2001). Depois de freqüentar cinco semestres no estudo das ciências sociais (UNESP, 1995), consegui reunir material e horizontes para realizar minha primeira publicação de fôlego sobre a *etnohistória do povo indígena Ofaié* (DUTRA, 1996). Ainda que sem ter freqüentado o rigor acadêmico de uma graduação em história, o despertar latente da vocação para a pesquisa neste campo do saber, eis que ela irremediavelmente me batia à porta.

A realização de outros trabalhos de pesquisa, relatórios, laudos antropológicos e pareceres de cunho etnohistóricos e jurídicos sobre a questão indígena, acabariam por arrebatá-lo o militante indigenista e sua

presença forte e incômoda na orla barranqueira do rio Paraná (ANDRADE, 1998 p. 11), e definitivamente jogá-lo nos braços da reflexão pelos escaninhos teóricos da ciência histórica. Errando mais do que acertando, e lá encontramos o aprendiz superando os limites impostos pela formação e autodidatismo que sempre lhe fizeram companhia. *Rato de biblioteca*, manusear obras antigas, essa sempre foi uma de suas grandes paixões. No caso da presente pesquisa, ainda que parte significativa do material já tivesse sido recolhido, ainda assim não descuidei de sair em busca de informações novas, mesmo tendo de extraí-las dos velhos e surrados apontamentos dos viajantes.

Impossível não registrar aqui a importância do estímulo promovido pelo conteúdo das matérias cursadas durante o Programa de Mestrado que me lançou num espaço praticamente novo e por mim pouco trilhado. Motivado pelo estudo das principais correntes historiográficas e dos aportes teóricos e metodológicos oferecidos pelas disciplinas, estabeleceu-se o desafio de construir uma *outra história* sobre os Ofaié. Isso porque a que nos era apresentada não satisfazia o pesquisador. Não fossem as sábias orientações dos professores das disciplinas ao longo do curso, não teria conseguido superar meus limites diante do rigor e do olhar crítico dos colegas de turma.

Aos poucos fui delineando meu objeto de pesquisa, de forma que pudesse ter controle sobre o diálogo que pretendia estabelecer. No conjunto das fontes, ainda que relativamente abundantes no período escolhido para a pesquisa, em relação ao povo Ofaié e seu contexto, havia muito pouca coisa confiável no campo da escrita e um longo caminho a percorrer.

No início, minhas pretensões eram ambiciosas. Pretendia descobrir todos os caminhos trilhados pelos Ofaié e seus antepassados. O autor queria entender como se deu a relação entre os indígenas e as instâncias de poder; entre os indígenas e a historiografia mato-grossense e os reflexos dessa relação na literatura sul-mato-grossense. Queria saber tudo: desde como se articulavam os discursos e as políticas regionais da época até o nível de influência que esse poder político podia ser percebido sobre os indígenas.

Pretendia analisar a *fala* das autoridades, dos agentes e inspetores do Serviço de Proteção aos Índios, coronéis e fazendeiros, imprensa e população em geral, com o objetivo de desnudar o *entorno* e o universo vivido por essa *pequena humanidade* indígena perdida na imensidão do Oeste brasileiro, que viveu praticamente anônima até o início do século XX.

Foi nesse caminhar ambicioso e vacilante, e ainda com muitas dúvidas, sobretudo, metodológicas que me colocavam diante sempre de novas perguntas, que a pesquisa foi tomando corpo e consistência. O papel e o companheirismo do Professor Dr. Gilson Rodolfo Martins, na condição de orientador, nesse sentido, foi fundamental para a construção do *corpus* dessa pesquisa. A ele e aos demais professores só tenho a agradecer pela dedicação e o zelo com que me auxiliaram a ver e rever meu projeto de pesquisa. Foram suas orientações que me fizeram perceber, por exemplo, a intencionalidade das fontes, a forma como sujeitos/tempo/lugar social são construídos, e como esses acontecimentos, que foram *arqueologizados e valorizados* (Idem) por diversas interpretações, se cristalizaram nos documentos ao longo do tempo.

Semelhante olhar, entretanto, fez perceber que minhas ambições eram demasiadamente amplas e, atento ao gentil alerta do Prof. Dr. Osvaldo Zorzato para o fato de que minha tarefa *tinha dia e hora para ser encerrada*, acolhi o conselho de que meus passos não deveriam ser tão longos. Havia a necessidade de proceder a *cortes* no largo tempo histórico pretendido. Não poderia ser tão exigente, pois, afinal, essa não era *a pesquisa* da minha vida, mas, apenas *uma dissertação* de mestrado em fase de construção e com data para ser concluída.

Ainda que todo pesquisador tenha o seu trabalho como *a coisa mais importante do mundo* --e, de certa forma o é--, esse trabalho obedece a prazo muito bem definido e metas a serem cumpridas dentro de um rígido programa de pós-graduação de uma concorrida universidade pública. Razão pela qual a presente pesquisa, teve sua problemática diversas vezes re-elaborada em busca de respostas que satisfizessem tanto ao autor, como ao seu objeto, qual seja, a tentativa de *construir uma história do território Ofaié* a

partir da trajetória que esse povo empreendeu ao longo do meio século estudado pela pesquisa.

Nas *garimpagens* praticadas sobre manuscritos e registros antigos da história regional, preliminarmente, cheguei a uma estarrecedora conclusão: a de que praticamente tudo ainda estava por ser realizado. Encontrei uma imensidão de caminhos, realidades e acontecimentos históricos sufocados, esquecidos nas dobras do tempo a espera de pesquisadores que se propusessem visitá-los com seus *óculos de alcance* em busca de explicações para questões ainda não resolvidas.

É, sem dúvida, entretanto, a questão do *território* Ofaié que aponta o norte dessa pesquisa. Muitas indagações têm acompanhado, não somente antropólogos e historiadores, mas também políticos, advogados e fazendeiros em suas teses contrárias a *tradicionalidade* de alguns territórios que foram ocupados pelos *primis ocupandi* autóctones do atual estado de Mato Grosso do Sul (ROSA, 1997; 2001). Motivo de acirrada pendenga judicial, o caso do território Ofaié apresenta-se como um amplo campo de possibilidades, o que nos permite avançar e aprofundar sobre aquilo que já se tem visualizado de forma mais ou menos objetiva sobre a *trajetória espacial desses índios nos últimos séculos* (MARTINS, 1997). Mais do que uma *categoria geográfica*, *trajetória* aqui é entendida como espaço *relacional*, de um determinado povo com a chamada sociedade nacional ao longo do tempo (BALANDIER, 1973, p. 173).

Na medida em que o pesquisador foi se apossando de um maior número de informações, sob o olhar *crítico-analítico* voltado para uma perspectiva mais histórica do que antropológica, ele buscou ultrapassar a fase da inquirição. Passou articular o *como* e os *porquês* para melhor entender o *aparecimento* e o *desaparecimento* dos Ofaié e de outros povos indígenas em regiões como a do rio Negro e Taboco, os campos da Vacaria, o vale do Ivinhema, o ribeirão Samambaia e rio Três Barras. Ainda que esse olhar mais acurado devesse se prolongar na busca de outros aldeamentos no curso dos rios Taquaruçu e Pardo, ribeirão Boa Esperança e rio Verde, ao longo da margem à montante do alto Paraná, a pesquisa teve de optar por

esse *limite geográfico*, devendo, em um outro momento, continuar a busca pelas marcas desse povo em outro tempo e em novos espaços ¹.

Todos sabemos, o período das bandeiras, das monções e das famosas Linhas Telegráficas do Marechal Rondon pelos sertões de Mato Grosso, bem como as atividades do Serviço de Proteção aos Índios-SPI, e sua tentativa de reunir diferentes povos indígenas em *postos de atração, de vigilância e de pacificação*, todas essas ações representaram momentos fortes na *construção da nacionalidade brasileira*, onde se buscou unificar culturalmente um país atravessado por dezenas de correntes imigratórias participantes do chamado *processo formador*.

A pesquisa, entretanto, não dedicou seus esforços para aprofundar questões relacionadas ao *poder tutelar e a formação do Estado brasileiro*. Outros autores já visitaram o tema com reconhecida propriedade (LIMA, 1995; OLIVEIRA FILHO, 1988; GAGLIARDI, 1989, e CUNHA, 1992). A pesquisa valeu-se dessa realidade e estruturas tão-somente como *pano de fundo*, onde a temática indígena se desenrolou e tomou corpo, ao longo do caminho traçado por indígenas e não-indígenas no ambiente *antrópico* experimentado por eles. Os Ofaié, dentro de um campo de possibilidades e circunstâncias históricas específicas, a maioria das vezes, permeadas *mais de desvantagens do que vantagens*, ainda assim, eles interagiram, a exemplo de outros povos indígenas, *agindo e reagindo* em face da ocupação de seus territórios (WEBER, 2002, p. 24).

O pesquisador olha a sua volta e contempla a mesa coberta de livros, para espanto da esposa que, pacientemente, de quando em vez, tudo arruma, ordenando a desordem cultivada há meses, e que só o marido entende. São cópias de documentos e mapas, muitos mapas, alguns deles gigantes, em escala 1:100.000 e que, literalmente, estão desmanchando. Tudo é alimento para nutrir a ânsia de aproximar-se o quanto possível, dos passos dados por um povo cuja história foi arrancada, muito cedo, dos livros e depois, da memória, pelas mãos do Estado colonizador.

¹ - Refiro-me aqui a região do ribeirão Boa Esperança, localizado entre o rio Verde e Pardo (município de Brasilândia), onde habita o último grupo Ofaié sobrevivente do Estado. Nessa região é registrada a existência de aldeamentos Ofaié desde o final do século XIX. Em razão do limite de tempo impostos para a conclusão dessa pesquisa, esse assunto, que configura um importante complemento para se entender a questão do território Ofaié, deverá ser abordado em outra oportunidade.

Corre a linha do tempo e cá o encontramos novamente, varando noites, consultando amareladas fotos e surrados livros, buscando apreender aquilo que vai além das palavras e das marcas no papel. Sobre os textos, alguns deles em língua estranha ao vernáculo, e lá está o historiador mais uma vez exercitando a capacidade de auscultar, com o prestimoso auxílio da interdisciplinaridade, da multidisciplinaridade ou da transdisciplinaridade, como diria Bronislaw Malinowski (1884-1942), *para além da experiência sensível das coisas* (MALINOWSKI, 1978).

Assim é o processo da pesquisa, diria Robson Norberto Dantas. Este foi o caminho percorrido por mim. E deverá sê-lo por outro pesquisador que deitar os olhos sobre esse trabalho. Porque o horizonte do conhecimento do social está sempre em movimento.

Quando pensamos ter encontrado a chave certa para explicá-lo, um dado novo, uma centelha de idéia é o bastante para mudar sua percepção e abrir novos rumos (DANTAS, 2000).

INTRODUÇÃO

Existem muitos modos de escrever a história. O historiador inglês Edward Palmer Thompson (1924-1993) explica que as técnicas empregadas pelos historiadores *são tão variadas, os temas da investigação histórica são tão díspares e, acima de tudo, as conclusões são tão controversas*, que às vezes fica difícil uma pesquisa conseguir a *coerência disciplinar* desejada (THOMPSON, 1981, p. 48). Isso pode ser explicado porque o presente do objeto em estudo está sempre mudando, bem como a interpretação que é dada ao passado. O *dilema* dos historiadores, diria Peter Burke, está *entre ser fiéis ao texto, ao passado e, ao mesmo tempo, ser inteligíveis ao leitor do presente* (PALLARES-BURKE, 2000, p. 203).

Tal desafio, sem dúvida, exige do historiador responsabilidade e ao mesmo tempo singularidade para perseguir e perscrutar um objetivo comum maior, qual seja, o de *reconstruir, explicar e compreender* o objeto apreendido. Ao mesmo tempo longe e perto dos ditames frios da ciência e da *ficção controlada*, a vocação do historiador busca articular o que se pode chamar de uma *teoria de compreensão e interpretação da realidade com uma prática específica de pesquisa* (FISCHER, 1997, p. 23). É isso que possibilita ao historiador se debruçar sobre seu objeto e redescobrir o homem e suas relações. Em outras palavras, é um encontro com o *real* ainda encoberto, porque distante, e que na grande maioria das vezes, se encontra no passado.

Na relação que se estabelece entre a história e seu objeto (o passado), devemos, contudo, estar atentos para algumas diferenciações, como aquelas apontadas pelo historiador inglês Keith Jenkins. Para este autor, *passado e história não são a mesma coisa: o passado é todo o acontecido em qualquer tempo e lugar, não podendo ser revisitado nem recuperado*. Segundo ele, *o passado sempre nos chega como narrativas (...) e não podemos sair dessas*

narrativas para verificar se (elas) correspondem (ou não) ao passado real, pois essa narrativa é o real naquele momento.

Nessa perspectiva, a história não se identifica com o passado; a história ou a historiografia ¹ é *um constructo lingüístico intertextual*, ou seja, é o resultado de uma elaboração de um discurso que, tomado pelo historiador, *ao se propor recuperar o passado, apenas o representa* (JENKINS, 2001, p. 24-26).

Mas, *o que queremos conhecer do passado?* Com essa pergunta o arqueólogo Lewis Binford nos alerta para o fato de que é sempre difícil determinar a *viabilidade de uma sugestão*, sobretudo se, de antemão, não sabemos onde queremos chegar, *o que pretendemos conseguir e o que pretendemos conhecer acerca do passado* (BINFORD, 1998, p. 30, tradução nossa). Sempre aberta mais *a perguntas do que a repostas*, toda noção de história parece revelar sempre algo em construção. São as diferentes maneiras de interpretar a realidade e de perceber como ela é apreendida pela historiografia, diria Pierre Vilar, que ajudam o historiador a *compreender melhor um país, um tempo, um conflito* (PRIETO, 1995, p. 3). Ainda que o historiador seja um *homem do seu tempo*, como eternizou Lucien Febvre (1878-1956), nada o impede de voltar-se para o passado em busca de uma interpretação *crítica* da história.

Inicialmente pode-se dizer que via de regra a história chega até nós através das fontes que foram recolhidas pela historiografia oficial e através do olhar subjetivo plasmado nos registros dos primeiros viajantes que --no caso particular dessa pesquisa--, exploraram o Centro Oeste brasileiro, a partir do final século XIX. Ainda que ao historiador seja possível recuperar somente fragmentos dessas narrativas, --a maioria deles já heurísticamente ² selecionados e previamente agrupados por arquivistas e pesquisadores conforme seus objetivos e interesses--, ao estudioso cabe o trabalho de decifrar esse material e transformá-lo em história. Nas palavras freudianas

¹ - Entendida aqui no sentido da reflexão do que é produzido e descrito pelos historiadores.

² - Heurística, atividade que consiste em localizar, reunir, classificar fontes históricas, delas fazendo em seguida listas, repertórios, inventários, índices remissivos, e mesmo tratando de publicá-las, quando forem documentos manuscritos considerados de grande importância (CARDOSO, 1982, p. 47).

de Michel de Certeau, cabe ao historiador fazer com que *seja metamorfoseado o ambiente por uma série de transformações que deslocam as fronteiras e a topografia interna da cultura* (LE GOFF, 1995, p. 30).

Interessada em *recuperar a trajetória dos homens vivendo as várias dimensões do social*, a pesquisa em curso dará preferência ao termo *registro*, no sentido de uma construção individual do real, ao contrário do sentido estrito de *documento*, como prova jurídica ou científica (VIEIRA, 1991, p. 13). Tal enfoque, sem dúvida, permite ao historiador construir, com maior liberdade sua narrativa sobre a história do território Ofaié³, objeto de nossa pesquisa. Serão os apontamentos de Curt Nimuendajú (1883-1945) e Cândido Rondon (1865-1958), e os Relatórios do Serviço de Proteção aos Índios e da Comissão de Linhas Telegráficas, entre outras fontes e narrativas, que servirão de base para que o historiador construa o seu discurso *intelectual*.

Serão esses registros, portanto, que irão subsidiar e perلustrar o trajeto percorrido por indígenas e não-indígenas pelos caminhos da história. Serão eles que irão informar ao pesquisador os elementos necessários à *atividade intelectual de reconhecimento e exploração* do objeto que nos propomos a trilhar. No confronto do passado com o presente, a história narrada pelos primeiros viajantes do Oeste brasileiro, há de se observar, ela carrega no ventre, tanto as perspectivas particulares como as coletivas das instituições a que pertenceram esses senhores. Cabe ao historiador, conseqüentemente, desvendar o sentido oculto dos conteúdos e objetos que impregnaram essa experiência humana, de lágrimas e risos, desilusões e esperança, fracassos e vitórias, sempre em busca de uma saída, algo como uma *experiência de luta* (Idem, p. 7).

Sem pretender apegar-se a esquemas prévios e *categorias fixas* que possam dificultar a descoberta do itinerário do povo aqui estudado, a presente pesquisa irá se deter a fragmentos de uma história esparsa, valendo-se desde fontes primárias até narrativas produzidas por

³ - A grafia do nome dos povos indígenas e suas respectivas línguas utilizadas nessa pesquisa obedecem à convenção preconizada pela Associação Brasileira de Antropologia (1953) cujos pontos principais adota: os nomes de povos e de línguas indígenas serão empregados como palavras invariáveis, sem flexão de gênero (falaremos da *língua Bororo* e não *língua Borora*); nem flexão de número (serão os *indígenas Bororo* e não os *indígenas Bororos*). (RODRIGUES, 1994, p. 10).

memorialistas ⁴, sem, contudo, pretender reconstruir o real distante ou *abusar da memória* (TODOROV, 1995) e instilar *feridas da identidade* desse povo (SILVA, 2002, p. 431). Buscar-se-á, portanto, dar um *sentido histórico* aos *processos reais vividos* por esses indígenas, habitantes da região sul do antigo estado de Mato Grosso (VIEIRA, 1991, p. 8), e que são abordados pela presente pesquisa no lapso temporal circunscrito entre o final do século XIX até o início do século seguinte.

O tipo de análise que nos propomos a realizar junto aos registros etnográficos do povo Ofaié já revela em si uma concepção de história, assim, entrelaçada de re-interpretações e, portanto, longe de se apresentar como *uma imagem acabada, definida ou uma verdade absoluta*, diria Adam Schaff (PRIETO, 1995, p. 27). Em síntese, postulamos uma história que se desvele na experiência vivida, numa correlação de forças que permeie o *micro* (local) e o *macro* (estrutural), no cotidiano dos povos indígenas em face da oligarquia rural e da ação do Estado.

O que se busca aqui, já foi apontado por Peter Burke em uma entrevista concedida a Renato Janine Ribeiro, é a redescoberta do *detalhe*, não o estudo dele como um fim em si mesmo, mas *na medida em que ele ilustra algo*, o chamado *detalhe importante* (RIBEIRO, 1994). E nesse sentido a história do território Ofaié é permeada de detalhes importantes, às vezes fugidio que mal podem ser captados.

O fato que nos enche de coragem para prosseguir nessa busca, entretanto, é o de que a pesquisa busca se afastar do enfoque objetivo para alargar seu horizonte numa dimensão mais política da história, aonde vai além de *ler imagens, tanto as estáveis como as móveis*, diria Madeleine Rebérioux; onde a *intuição* do historiador funciona como elemento indicativo de seus acertos (D’ALESSIO, 1998, p. 117).

A partir das informações do etnólogo alemão Curt Nimuendajú, desde o início do século XIX, já se tinha notícia que os Ofaié ocupavam uma faixa bastante imprecisa em termos de extensão, apontada na documentação

⁴ - Trata-se de autores –a maioria das vezes, apresentados como historiadores—que se dedicaram a escrever a história regional, a partir de suas memórias e representações do espaço de poder que construíram. Escritos que, via de regra, exaltam a valentia das famílias dos desbravadores, e acabaram por *elaborar simbolicamente os eixos temáticos que todos os cidadãos deviam referenciar* (ZORZATO, 1998, p. 174), fato que marcou indelevelmente a história da ocupação do território sul-mato-grossense.

como que compreendendo desde as margens dos rios Santa Luzia e Vacaria, ao longo dos rios Brilhante e Ivinhema, região chamada *apenas como território de índios*, até a bacia hidrográfica do Samambaia junto ao leito do Paraná (NIMUENDAJÚ, 1913a).

Os Postos de Atração do Peixinho e Laranjalzinho, localizados nas margens dos rios Três Barras e Ivinhema, respectivamente (hoje município de Anaurilândia e Nova Andradina), criados pelo Serviço de Proteção aos Índios-SPI, foram, entretanto, as únicas experiências práticas de aldeamento oficial junto aos Ofaié. Esses Postos, criados pelo SPI entre 1911 e 1913, são apresentados com a missão de reunir os Ofaié *dispersos* para protegê-los do massacre praticado pelos fazendeiros que, nesse período, já infestavam toda a sub-bacia do Ivinhema com seus gados.

Longo foi o percurso daqueles que trouxeram até nós, através de seus relatos e apontamentos, as primeiras notícias dos indígenas Ofaié. Desde as primeiras *levas* mineiras de bandeirantes e suas rotas terrestres até o *varadouro* das monções paulistas, intrépidos senhores em suas *ubás*⁵ desceram os rios Tietê e Paraná, e subiram o Sucuriú, Verde e Pardo, para depois, via o Camapuã e o Taquari, chegar, pelas águas do Paraguai e São Lourenço, a alcançar as minas de Cuiabá (HOLANDA, 1976). Aí presenciaram e vivenciaram um *amplo espaço de luta* empreendido por exploradores e indígenas, e onde a imposição de *vontades* era determinada tanto pela presença de indivíduos avulsos e suas motivações particulares, como pela ação organizada do Estado e suas expedições de demarcação de fronteira.

Qualquer pesquisa que pretenda dar uma explicação para o lento e gradual extermínio, que ao longo dos anos foi praticado contra os indígenas Ofaié, não poderá olvidar de uma compreensão sobre o *processo histórico* vivido e suportado por essa sociedade, cujo núcleo central, ainda hoje sobrevive no município de Brasilândia, a sudeste do atual estado de Mato Grosso do Sul. Qualquer estudo sobre os indígenas no Brasil que objetive

⁵ - Embarcação (também utilizada pelos indígenas) sem quilha e sem banco, constituída de um só lenho, escavado a fogo, ou de uma casca inteiriça de árvores, cujas extremidades são amarradas com cipó. Ver STADEN, 1974, p. 176.

revelar sua verdadeira situação *não poderá deixar de focalizar o caráter das frentes desbravadoras que os alcançam, (ainda) hoje, nos mais distantes redutos* (OLIVEIRA, 1972, p. 35).

O estudo dos processos históricos vividos pela sociedade brasileira dificilmente tem sido feito de modo a considerar como sujeitos os povos indígenas. Pelo menos é o que se depreende dos resultados da escassa produção historiográfica sobre as experiências de luta e resistência manifestada pelas comunidades indígenas. Na sua grande maioria os estudos que são realizados buscam privilegiar a perspectiva e os interesses das classes sociais urbanas. A denúncia formulada por José de Souza Martins para o *imprudente desprezo* praticado pela análise e pela prática política das *classes urbanas* em relação às populações rurais, também pode ser dirigida aos povos indígenas (MARTINS, 1984, p. 9).

Num contexto de quatro séculos de latifúndio vividos pelo Oeste brasileiro, a pergunta colocada há mais de duas décadas por Alberto Passos Guimarães apresenta-se ainda atual, como um fio condutor necessário a desvelar questões propostas pela pesquisa histórica (GUIMARÃES, 1981, p. 14). Tanto ao *pesquisador de arquivo* como ao *pesquisador de biblioteca* cabe uma leitura crítica *sob o olhar que supera as aparências e revela os sentidos ocultos por detrás dos discursos* (PAULA, 2000, p. 8). Numa atilada sensibilidade crítica cabe aqui indagar como a história oficial pode ignorar as verdadeiras razões pelas quais, no sul de Mato Grosso, foi tão rapidamente dizimada a população Ofaié, a ponto de hoje, apenas dela restarem menos de sessenta pessoas?

A partir de alguns aspectos da história regional, em particular, dos atos oficiais do Governo e da política indigenista no período abordado pela pesquisa, e também dos elementos etnográficos e etnohistóricos disponíveis, os capítulos que serão apresentados a seguir, é como se ele adentrassem o contexto da expansão agropastoril que tomou de assalto o sul de Mato Grosso a partir do início do século XIX. Negando-se metodologicamente ao recurso da *linearidade* e valendo-se das tensões e contradições vividas num tempo histórico que transcende o tempo cronológico, pretendemos refletir

sobre os diferentes ritmos e situações vividas pela sociedade do lugar, e dentro dela os Ofaié e os demais indígenas que em situações semelhantes, e nesse mesmo espaço, com ela interagiram num lento processo de sucumbência.

Alguns autores procuram logo no início de seus textos deixar claro o marco teórico que seguirão. Outros revelam essa teoria implicitamente no decorrer de suas pesquisas. Na esteira das idéias reunidas por Saturnino Sanchez Prieto, nos permitimos dizer que qualquer que seja a opção teórica que se adote ao realizar uma pesquisa, ela estará sempre em sintonia com a idéia que o historiador tem da história. Em outras palavras pode-se dizer: *há teorias assim como há histórias*, e, por conseguinte, existem *diferentes maneiras de interpretar a realidade dos feitos históricos* (PRIETO, 1995, p. 2, tradução nossa).

Se verificarmos a relação entre o *pequeno espaço/tempo* das comunidades indígenas em oposição ao *grande espaço/tempo*, próprio da atividade moderna, vamos observar que esses povos faziam muito bom uso dessa combinação *passado-presente*. Algumas vezes essas dimensões caminhavam paralelamente, noutras vezes, elas se sobrepunham no nível dos significados. É o que se depreende do *entrelaçamento dos tempos* (VILAR, 1995, p. 171) narrado por Curt Nimuendajú certa ocasião.

Observou o etnólogo em relação a esse fato que *em toda parte*, os indígenas com quem manteve contato, eles *costumam exagerar muito as mortes e as hostilidades de que foram vítimas pela parte de bandos hostis, repetindo sempre fatos que já se deram em gerações passadas como se fossem recentes*. Fica evidente aqui que o uso desses dois tempos, para explicar *as perdas de que fazem tanto alarme*, utilizada pelos indígenas, busca comunicar esses eventos *em relação ao espaço e o tempo em que ocorreram* (NIMUENDAJÚ, 2000, p. 350). Parafraseando novamente o marxista de Pierre Vilar, equivaleria dizer que *divorciado do conceito de tempo*, o conceito de espaço estaria incompleto e de nada serviria para os povos indígenas, uma vez que a ponte entre o sujeito e a realidade (vvida/narrada/escrita), sempre vai se acomodando dentro da uma

totalidade histórica, que bem ou mal, sempre se vale *da herança de uma outra* passada (VILAR, 1995, p. 169).

Se antigamente o tempo cronológico determinava o tempo histórico, por outro lado, a partir do momento em que as forças produtivas da sociedade não cessam de agir, o tempo histórico, hoje, começa a mudar e interferir no tempo cronológico. Assim como Jacques Le Goff, que aponta para o tempo *dos ritmos humanos*, como o tempo da história, frente à *tiranía do tempo dos relógios*, podemos dizer que somente ele pode expressar as palpitações de forma *heterogênicamente, local e qualitativa* (PRIETO, 1995, p. 105-107). Foi o que Nimuendajú observou junto aos Timbira do rio Gurupi, narrado acima.

Discorrer sobre o território Ofaié, sem dúvida configura algo complexo e impõe *a priori* algumas definições metodológicas. Inicialmente, uma *definição de ordem geográfica*. É necessário localizar nosso objeto de estudo no espaço geográfico, delimitando e definindo *de que Ofaié estamos falando*. Isto porque muitos são os grupos Ofaié e muitos são os territórios apontados como tradicionais e pertencentes a esse povo. Para o efeito dessa dissertação, propomos a divisão do atual estado de Mato Grosso do Sul em duas grandes áreas onde incide os maiores registros de ocupação Ofaié. O critério utilizado para essa divisão foi o do aparente *continuum* manifestado pela *presença* de grupos dessa etnia, ao longo de determinados períodos, ocupando áreas geográficas distintas. De certa forma é como se houvesse um *parentesco social*⁶ que unia pequenos grupos Ofaié pela língua e pelos costumes, dentro de uma mesma circunscrição geográfica, e ao mesmo tempo, inseridos dentro de contextos mais amplos e inscritos dentro de um mesmo espaço e períodos da história.

Reforça a idéia de haver duas áreas para os Ofaié, a proposta apresentada pelo funcionário do SPI, Adriano Metello, ainda em 1911, quando sugeriu à Inspetoria de Mato Grosso que fosse firmada *duas porções de campos devolutos* para os indígenas que viviam no sul do Estado nessa

⁶ - A idéia aqui reclama o caráter social das relações de parentesco proposto por Claude Lévi-Strauss, onde *o sistema de parentesco não consiste nos elos objetivos de filiação ou consangüinidade dados entre os indivíduos*. Segundo o estruturalista francês, ele só existe na consciência dos homens: *é um sistema arbitrário de representações* (LÉVI-STRAUSS, 1991, p.69).

época. Uma área seria para os Ofaié e outra para os Guarani e Kaiowá que viviam na margem do rio Ivinhema.

Para os *Chavantes* (Ofaié) que viviam na margem esquerda do rio Pardo, seriam reservados os campos localizados ou *entre o Taquaruçu e o Pardo*, ou *entre o Taquaruçu e o Verde* (METELLO, 1911). Razão que nos assegura existir ali entre os rios Pardo e Verde um bom número de indígenas a ponto de merecer a criação de uma reserva para eles.

A *primeira área* proposta por nós, portanto, abrange as sub-bacias do rio Verde e Pardo, incluindo o rio Taquaruçu e diversos outros córregos e ribeirões que correm, paralelos a esses dois rios, em direção ao rio Paraná. Tem como linha imaginária divisória o traçado do rio Pardo ao sul e rio Sucuriú ao norte.

A *segunda área* abrange as sub-bacias do rio Ivinhema, prolongando-se em direção noroeste, além da Serra de Maracaju, pelas sub-bacias dos rios Miranda e Negro e seus afluentes. No mapa abaixo podemos observar o território Ofaié e as duas grandes áreas de ocupação, bem como a localização aproximada dos aldeamentos dentro de cada uma delas.

Os aldeamentos apontados pela documentação situavam-se nas margens do rio Verde (1901, 1911, 1912, 1913 e 1953), no Porto Aroeira (1903), no córrego Agachi (1903), no rio Pardo (1905 e 1911), nas Águas do Peixinho (1905), no rio Vacaria (1905, 1909 e 1913), no rio Taboco (1907 e 1914), no rio Negro (1907, 1911 e 1913), no rio Taquaruçu (1911), junto ao Porto Tibiriçá (1911), próximo ao Ribeirão das Marrecas (1912), no rio Paraná (1912), no rio Laranjalzinho (1913), no ribeirão Ivypiranga (1911 e 1913), no ribeirão Coqueiro Grande (1913), no ribeirão Orelha de Onça (1913), no rio Ivinhema (1911, 1913 e 1921), no ribeirão Santa Bárbara (1924), no Porto XV de Novembro (1924), no córrego Santa Ana (1942), no rio Samambaia (1905, 1948, 1952 e 1953), rio Água Limpa (1948), no ribeirão Boa Esperança (1948 e 1953), no rio Herval (1954), entre outros (DUTRA, 1987, p. 48).

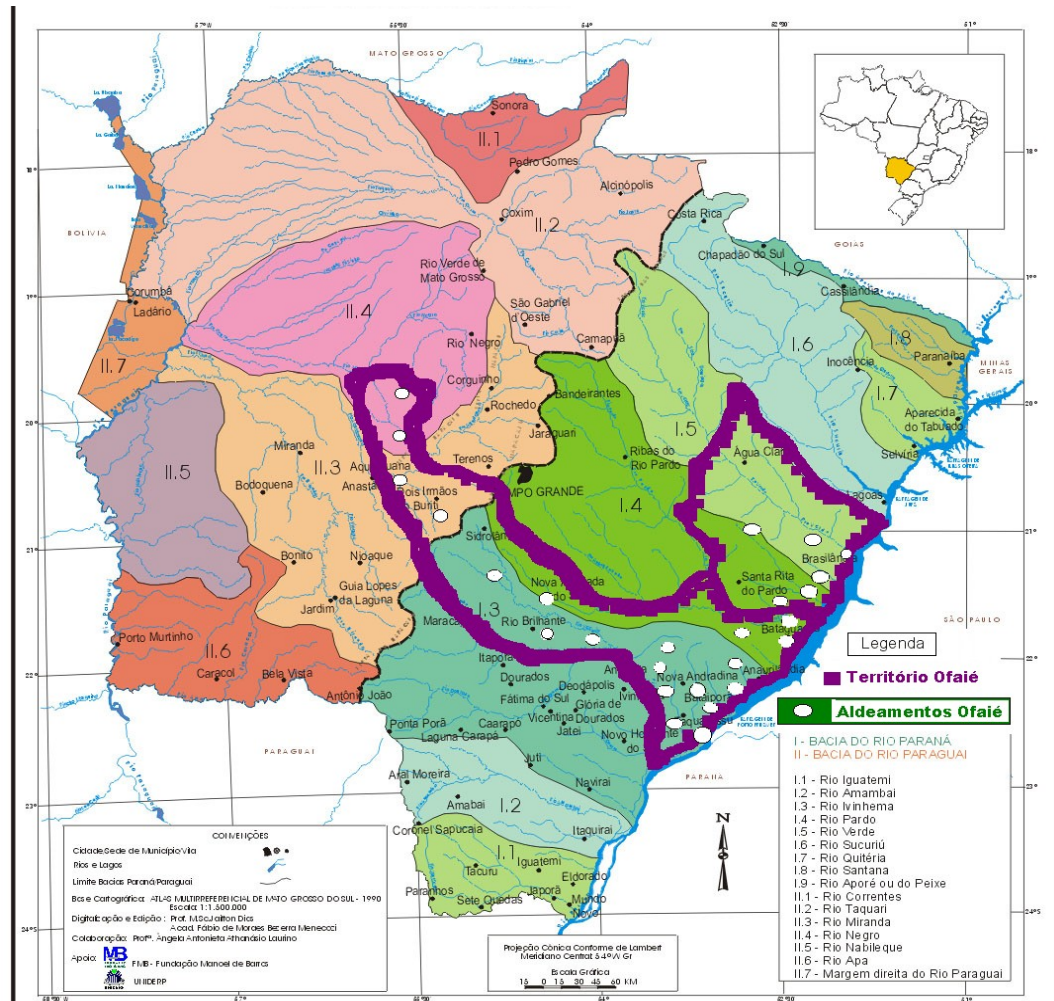


Figura 1- Território e Aldeamentos Ofaié (Fonte: Atlas MR-MS, 1990. Adap. Dutra, 2004)

Outra definição de cunho metodológico exige localizarmos os *Ofaié no tempo*, delimitando em qual momento da história ele deve ser apreendido e refletido. O Ofaié aqui retratado tem lugar no período que compreende o final do século XIX e as três primeiras décadas do século XX. Busca cobrir o tempo que vai desvelando a presença Ofaié através dos primeiros registros que emergiram no pós-guerra contra o Paraguai, desde o aldeamento no *Guachi*, região do rio Taboco até o tempo, aquele circunscrito à influência das práticas e da política indigenista da SPI, notadamente na região do Ivinhema e Três Barras, na sua foz com o rio Paraná.

Grosso modo, podemos dizer que a pesquisa apresenta dois propósitos básicos. Primeiro, pretende traçar um perfil histórico sobre as principais regiões por onde os Ofaié passaram e mantiveram seus aldeamentos, e

segundo, pretende ao longo da descrição de cada um desses territórios, seguir um dos conselhos de Marc Bloch (1965) sobre a importância das fontes como testemunhas: *elas só falam se soubermos fazer-lhes as perguntas adequadas*. No caso da trajetória dos Ofaié, cabe aqui ao pesquisador debruçar-se sobre as fontes e desvendar a *teia de significados* (GEERTZ, 1989, p. 15) que a impregnam e também pairam sobre elas.

Há de se lançar, portanto, sempre novas perguntas sobre tudo e sobre todos. A prática das *constantemente migrações*, por exemplo, que é atribuída aos Ofaié pela crônica e documentos oficiais, como explicação e justificativa para a perda de seus territórios, deverá ser revista. Muitas teses propalam que, pelo fato dos indígenas brasileiros perambularem, eles acabaram perdendo seus territórios. Conceitos semelhantes a esse foram assumidos pela historiografia com tal força e vigor que passaram a incorporar o cotidiano dos indivíduos e as representações construídas. Os mitos dominantes de uma sociedade, já nos alertara Octávio Ianni, são sempre os *mitos convenientes à preservação da estrutura, dos interesses materiais e conveniências sociais* (JORGE, 1993, p. 4).

Nesse trabalho, o *método*⁷ utilizado será o da *análise crítica das fontes* e isso só será possível na medida que o historiador conseguir romper com a *singularidade* de casos já definidos nas fontes pelos *quadros nacionais e cronológicos habituais*. Em outras palavras, deve se opor à *ilusão positivista de que os fatos e dados de um documento falam por si* (CARDOSO, 1982, p. 61). A pesquisa deverá perguntar, por exemplo, pelo destino dos Ofaié que *desapareceram* de seus territórios tradicionais e o fim que tiveram os *postos de atração* da região do Ivinhema e Três Barra, bem como buscar entender como se deu a relação dos indígenas com a oligarquia da época que, de certa forma, mantinha o controle sobre a prática indigenista oficial.

Ao pesquisador cabe aqui manifestar a sua desconfiança em relação à idéia disseminada na documentação oficial da *dispersão natural* desses indígenas, como se essa mobilidade espacial não estivesse submetida ao

⁷ - Aqui essa noção designa, não as técnicas da investigação empírica e da análise de dados, mas a atividade crítica que se aplica aos diversos produtos da pesquisa (...). Nas palavras de Paul Felix Lazarsfeld (1901-), o método dos métodos aqui é por excelência o da explicação do texto. Metodologia e crítica, para esse autor são sinônimos (BOUDON & BOURRICAUD, 1993, p. 336-7).

mando oficial e a influência de fazendeiros preocupados em *limpar os campos* para empregá-los na criação de gado (RIBEIRO, 1977, p. 113). É como se em determinados momentos da história, os Ofaié *aparecessem e desaparecessem*, como que *fugindo de uma sociedade política imaginada como nacional* (LIMA, 1995, p. 132), ou como se nunca tivessem existido e, por assim dizer, justificando a sua *ausência* na história oficial.

A hipótese comumente apresentada para o fenômeno do desaparecimento dos Ofaié é a de que, após várias e fracassadas tentativas de atração e aldeamentos promovidas pelo SPI, eles tenham empreendido um longo e forçado *ciclo de migração* pela orla barranqueira do rio Paraná em direção aos rios Pardo, Taquaruçu e foz do rio Verde. Tal hipótese, na verdade, se apresenta como um convite ao pesquisador tradicional para aprofundá-la. Dada a limitação de tempo imposta para a conclusão dessa pesquisa, o assunto não será explorado aqui em profundidade.

Não obstante, a proposta das duas áreas Ofaié por nós apresentada, de certa forma, antecipa nossa resposta contrária a essa idéia da existência de um mesmo grupo Ofaié que teria se dispersado a partir de um território tradicional primitivo (os campos Vacaria), refutando assim a idéia de que eles teriam *simplesmente* seguido o curso dos rios em direção a outras áreas alcançando o alto Paraná. Embora, a princípio, não podemos descartar que tal dispersão tenha ocorrido em demandas de povoamento em períodos pré-coloniais, também se pode afirmar que outros grupos Ofaié, no mesmo período, fizeram o percurso no sentido inverso, ou seja, descendo o rio Paraná em direção ao vale do Ivinhema.

É o *espaço ocupado pelos Ofaié* nessa segunda área apontada por nós, entretanto, que aqui é transformado no nosso *campo* de pesquisa. E os *fatos sociais* que aí ocorreram, nos alerta Marcel Mauss (1872-1950), *não são mudos*, em seu seio sempre fala a representação coletiva de uma sociedade (BRUMANA, 1983, p. 21). Portanto é isso que o historiador do território Ofaié se propõe nesse momento reconstituir. Ainda que incompleta essa reconstituição e esse saber histórico não esteja de todo constituído, nos lembra Arno Alvarez Kern, sua produção deve ser vista como algo que possa

contribuir para *a ampliação e o enriquecimento da memória da sociedade* (KERN, 2000, p. 7-8).

Deitando o olhar sobre os apontamentos produzidos por Curt Nimuendajú, os Relatórios das Linhas Telegráficas da Comissão Rondon e as diversas cartas e memorandos de funcionários e inspetores do SPI, estes últimos, um bom número deles mais preocupados com o custo financeiro de suas expedições do que com a assistência aos indígenas, cabe ao pesquisador, uma nova construção textual. Apesar do que já tenha sido produzido sobre o assunto em tela, atento às *cintilações do objeto* visto e revisto de diferentes ângulos (DUTRA, 1987, 1996; ROSA, 1997, MARTINS, 2001), incumbe-nos, ainda na condição de historiador, dizer algo mais.

Já foi dito que os documentos, por carregarem em si *os traços deixados pelos pensamentos e pela ação dos homens*, eles devem oferecer respostas com *óculos de alcance*. No caso dos Ofaié, indaga-se sobre as razões que levaram o órgão oficial de tutela indígena a praticar a experiência de *atração* desses indígenas, e *aldeá-los* em fazendas com a promessa, nunca cumprida, de que essas áreas seriam depois adquiridas pelo SPI. Cabe-nos também entender o cotidiano vivido por essas populações num contexto marcado por conflitos quanto ao *uso e a posse* da terra (DANTAS, 1993, p. 11). Saber os motivos que levaram o SPI não ter conseguido garantir a sobrevivência dos indígenas *reduzidos* nesses postos indígenas, é no mínimo, motivo para uma boa discussão.

Além do mais, como nos lembra Michel de Foucault (1926-1984), *a história de uns não é a história de outros*. Refere-se o autor ao postulado segundo o qual *a história dos fortes leva consigo a história dos fracos* (FOUCAULT, 1992, p. 78 tradução nossa). É, pois, devido a essa presença real e concreta, ainda hoje, desses últimos indígenas que falam o idioma *opaié* e que sobreviveram ao massacre a que foram submetidos, que se justifica percorrer o *caminho dos fortes*, através da documentação por eles produzida, para encontrá-los, ora aqui, ora acolá, reconstruindo a história do trajeto desse povo. Buscar as *marcas* desse passado, captando suas

dimensões, *não apenas as mensuráveis, mas o que as coisas evocam ou simbolizam*: eis o desafio do historiador! (MATTOSO, 1988, p. 18).

A pretensão dessa pesquisa, em síntese, é perscrutar o itinerário trilhado pelos Ofaié, e ao mesmo tempo, conhecer um pouco mais sobre a realidade histórica e o pensamento vivo desse povo indígena que ainda hoje pratica o hábito da coleta pelos cerrados do atual estado de Mato Grosso do Sul. Parafraseando o historiador Luiz Roberto Lopez, equivale dizer: *conhecer as condições históricas* em que se deu o processo de extermínio da nação Ofaié *é o mesmo que denunciá-lo* (LOPEZ, 1983, p. 20).

A população Ofaié que até o final do século XIX era estimada em 2 mil pessoas, no século seguinte sofreu substancial redução. De um número aproximado de 900 indivíduos no início do século XX (RIBEIRO, 1977, p. 85), após o desterro da região do Ivinhema, em 1924, já eram menos de 200 indígenas. Nas décadas que se sucederam, aos olhos oficiais, os Ofaié viveram anônimos e num estágio geral de depauperamento físico, a mercê da fome e das epidemias, até *serem reencontrados* pelo SPI, em 1953, por Francisco Ibiapina da Fonseca, nas margens do rio Verde, reduzidos à cerca de sessenta pessoas (FONSECA, 1953).

Como o tema de nossa pesquisa diz respeito a uma realidade que se encontra numa época distante de nós, necessário se faz aqui retroagir no tempo, de modo a acompanhar a ação das instituições e das forças regionais que interagiram com as populações nativas do lugar, sem o que não se conseguiria elucidar o objetivo a que nos propomos. Como já informamos acima, para o caso dessa pesquisa, dividimos o território Ofaié didaticamente pelo critério geográfico em duas grandes áreas. A primeira formada pelas sub-bacias Rio Verde e Pardo, e a segunda pelas sub-bacias do Ivinhema e parte das sub-bacias dos rios Negro e Miranda. Nossa pesquisa, por razões já apresentadas, dará maior enfoque à segunda área.

Dividida em **seis capítulos**, a pesquisa se propõe traçar uma panorâmica sobre o tema *território Ofaié*. Pretende dessa forma reunir os elementos necessários para a construção de uma história a partir da ótica das ocupações empreendidas por esse povo. Subliminarmente define seu

objeto de estudo a partir da relação que os Ofaié estabeleceram com *a terra* e com os *senhores da terra*. A história dos tradicionais *caçadores e coletores*⁸ da margem direita do rio Paraná, originalmente descritos como habitantes dos *campos da Vacaria*, pode-se dizer, ainda está para ser escrita.

Acompanhando a trajetória desse povo a partir da documentação primária oficial e valendo-se também de informações secundárias e fontes provenientes da chamada narrativa memorialista, a pesquisa há de prosseguir. Com a devida ressalva, nas entrelinhas, e lá está o historiador e sua hermenêutica a interpretar a informação que possa auxiliá-lo a desnudar os embates e o processo de resistência que os Ofaié empreenderam em face da ocupação de seus territórios. Foram, sem dúvida, as forças de dominação e expansão agropastoril que, ao penetrarem em território, antes de domínio indígena, obstaculizaram o desenvolvimento desse povo, o que lhes alterou o curso e a história.

Quanto mais para trás vão os historiadores, buscando reconstruir a experiência das classes sociais inferiores, escreve Jim Sharpe, mais restrita se torna à variedade de fontes à sua disposição (SHARPE, 1992, p. 43). Não seria diferente com relação à história da minoria étnica Ofaié. A pesquisa tem início, portanto, sem a preocupação de retroagir num tempo cronológico muito elástico, limite imposto até mesmo pela inexistência de fontes que trate diretamente do assunto num período mais recuado.

No **Capítulo I**, à guisa de introdução, reunimos alguns **Apontamentos sobre a etnografia Ofaié**. São informações da etnografia mencionadas no corpo dos documentos e relatos oficiais e que permitem ao historiador identificar elementos e subsídios da cultura material, *modus vivendi*, cosmologia e território ocupado por eles, sempre numa perspectiva que possibilite a construção de uma história sobre o território desse povo.

Tem-se dito ultimamente que *a antropologia tem atraído muito os historiadores*. Autores como Edward Evans-Pritchard (1961), Keith Thomas

⁸ - A expressão *caçadores e coletores* aqui empregada para os Ofaié se distancia do conceito utilizado pela arqueologia, que remete essa atividade desenvolvida pelas sociedades humanas ao período paleolítico superior. Para efeito dessa pesquisa a designação assume a tese que esses indígenas assumiram, em face das perseguições e massacres praticados contra eles por outros povos autóctones e pela sociedade colonial, a condição de seminomadismo, passando a desenvolver, como forma de subsistência, hábitos pré-horticultores de caçador e coletor em meio aos campos e matas de galeria da margem dos rios.

(1963) e Edward Thompson (1972) em estudos medievais e do início do modernismo já demonstraram, igualmente, os problemas decorrentes de semelhante abordagem (SHARPE, 1992, p. 52). Tal enfoque, assim, no horizonte de uma *microhistória* utilizada preferencialmente pelos modelos antropológicos, queixam-se esses autores, pode *obscurecer o problema mais geral do lugar, onde o poder está concentrado na sociedade como um todo e na natureza de sua operação* (Idem, p. 53).

Sem descuidar do risco apontado acima, neste primeiro capítulo buscamos apenas reunir sem maior preocupação de aprofundamento os dados etnográficos disponíveis da cultura Ofaié e que se encontram dispersos em diversos documentos entre uma citação e outra. Com semelhante tratamento, a reunião dessas informações etnográficas configuram também uma oportunidade para melhor conhecer a cultura Ofaié. Ademais, já nos alertou João Pacheco Oliveira Filho, *uma compreensão das sociedades e culturas indígenas não pode passar sem uma reflexão e recuperação críticas de sua dimensão histórica* (OLIVEIRA FILHO, 1999, p. 8).

No **Capítulo II** discorreremos sobre a questão das **Fontes documentais para uma história Ofaié**. Partimos do princípio de que trabalhar com as fontes que tratam da história indígena --no caso dessa pesquisa, a partir dos relatos daqueles que foram os primeiros a escrever alguma coisa sobre eles-- , é de certa forma, acercar-se de um objeto que possui diversos e complexos caminhos. Acostumados ao manuseio de uma literatura regional que se especializou em retratar os acontecimentos rurais do sul de Mato Grosso privilegiando as façanhas e os grandes feitos daqueles que *patrocinaram* a construção de uma história, via de regra, com preocupação *civilizadora de índios* (ZORZATO, 1998), qualquer busca diversa da proposta tradicional de leitura dos fatos, configura desafio tanto acadêmico quanto ideológico.

Não sem razão os historiadores do Oeste brasileiro deitaram seu olhar sobre os vultos que se notabilizaram em razão do poder que exerceram sobre instituições e pessoas, marcando simbolicamente seus *espaços de poder*. O capítulo busca justamente romper com essa visão heróica e memorialista da

história regional. Busca, como diria Jim Sharpe, *reintegrar a história* dos indígenas Ofaié *aos demais grupos sociais* que com eles interagiram. Como por exemplo, entendê-los a partir dos fazendeiros dos campos da Vacaria, com quem mantiveram largo e obscuro contato. Oxalá tal olhar, assim, *visto de baixo*, possa servir como *um corretivo à história da elite* (SHARPE, 1992, p. 53-59).

Ainda nesse segundo capítulo, as fontes primárias relativas aos Ofaié são agrupadas em duas categorias, a saber. A primeira delas, reúne as obras produzidas no período marcado pelo **Os primeiros viajantes e exploradores**. São os relatos dos bandeirantes paulistas e monçonenses que exploraram o Oeste brasileiro no período anterior ao surgimento do SPI. A segunda categoria reúne, sobretudo, os documentos do **O SPI e as Linhas Telegráficas**, com textos de Nimuendajú, Rondon e das comissões e expedições científicas que vigoraram até a década anterior a extinção do SPI, período limite de nossa pesquisa.

No **Capítulo III** refletimos sobre **O território Ofaié** propriamente dito, numa tentativa de traçar um perfil dos principais aldeamentos ocupados pelos Ofaié e o processo que culminou com a perda desses territórios ao longo do tempo. No decorrer da pesquisa, a noção de *território* é entendida como algo complexo: sobre ele, diremos, pesa uma representação coletiva, uma ordenação primária do espaço que transcende a mera geografia. A transformação da categoria *espaço* em *território* já foi definida como um fenômeno de *representação através do qual os grupos humanos constroem sua relação com a materialidade, num ponto em que a natureza e a cultura se fundem* (MALDI, 1997, p. 186).

Esse terceiro capítulo divide-se em três tópicos de caráter geral. O primeiro tópico reflete sobre **Alguns conceitos teóricos**. A partir de uma citação de Cândido Rondon que registrou ter visto *um índio menor da nação Ofaié, escravizado pelos fazendeiros do Vacaria* (RONDON, 1949a, p. 102), identificamos, sem maiores aprofundamentos, algumas categorias e conceitos úteis que buscam auxiliar na compreensão da temática por nós abordada. São os conceitos de *nação* (Ofaié); *identidade* (indígena); *território/*

territorialização/ desterritorialização (campos da Vacaria), *dominação* (escravizado) e *poder/ cultura* (fazendeiro/ indígena).

No segundo tópico nos lançamos ***Em busca do território Ofaié***. O texto revela que o território Ofaié sempre foi definido em função das necessidades econômicas do grupo, ou seja, pela abundância da caça, da pesca e do mel, e pela ausência do invasor, do elemento estranho, do *outro*, que adentrava esse *espaço* apontado pelos Ofaié como o *locus* onde circula a *maior felicidade* (RODRIGUES, 1996, p. 33). Todos sabemos, antes da ação mediadora do Estado brasileiro, a relação entre os povos indígenas e a terra sempre foi *entendida como meio básico de produção e sustentáculo de suas identidades étnicas* (OLIVEIRA, 1998, p. 17).

O terceiro tópico lança ***Novas perguntas sobre o território Ofaié***. Ainda que não se possa recuar ao passado, os documentos e os registros dos primeiros viajantes do tempo, eles estão aí e deles ainda podemos extrair e apreender algo novo, aquilo ainda não visto, aquilo que ainda não foi dito ou escrito. E isso só é possível de ser percebido através da formulação de novas perguntas e a partir do olhar crítico sobre os fatos históricos e a análise do historiador.

De resto, a pesquisa prossegue percorrendo a temática do *território indígena* dividindo-se em três outros capítulos descritos a partir de três lugares geográficos, onde os Ofaié mantiveram os aldeamentos de maior visibilidade aos olhos do observador da época. Ao traçar o perfil desses aldeamentos buscamos refletir sobre a relação que os indígenas travaram com os proprietários das fazendas e seus gados, sua relação com as instituições de poder local, seus embates com os navegantes ao longo dos rios, os projetos agrícolas e sua relação com as outras etnias.

O ***Capítulo IV*** descreve os conflitos que ***Os Ofaié do rio Negro e Taboco*** travaram com os coronéis-fazendeiros que ali se instalaram logo após o final da guerra contra o Paraguai. Dentre eles o de maior notoriedade, o pertencente à família Alves Ribeiro. Também discorreremos sobre o contato que os Ofaié tiveram com o Marechal Rondon durante a construção das Linhas Telegráficas na região de Aquidauana e outros acontecimentos

relacionados à presença de outros indígenas que viveram nessa região, como é o caso dos *Guaxi*.

O **Capítulo V** percorre a trajetória dos Ofaié ***Pelos Campos da Vacaria***. Aí procuramos entender os reais motivos que levaram Curt Nimuendajú, Cândido Rondon, Tenente Vasconcellos e Ramón Coimbra, entre outros, a reunir os Ofaié e retirá-lo dessa região transferindo-os para aldeamentos criados pelo SPI em regiões distantes.

O **Capítulo VI** é o último e nele visitamos ***Entre o Ivinhema e o Três Barras***, o Posto Indígena do Laranjalzinho e o Posto de Atração do Peixinho, esse último de curtíssima duração, ambos criados pelo SPI, procurando identificar na fala das personagens do lugar como se deu a dinâmica desses aldeamentos, bem como as razões da criação e desativação desses postos.

Em meio à descrição dos territórios indígenas procuramos, paralelamente, tecer alguns comentários sobre a prática indigenista e a política de aldeamento implementada pelos órgãos oficiais em relação aos Ofaié. Na linha do tempo, desde o surgimento dos Ofaié na história, através das primeiras notícias recolhidas pelos viajantes até, praticamente o seu *desaparecimento*, anunciado em relatórios e trabalhos produzidos pelos funcionários do SPI, o território tradicional desse povo tem sido retratado de forma paradoxal: ao mesmo tempo em que dilatavam suas posses, cada vez mais diminuía em número.

Com a presente pesquisa espera-se contribuir para romper com as dificuldades comumente alegadas e que têm sido apontadas na maioria das vezes como obstáculo para inserir a história dos Ofaié nos contornos de uma história mais ampla. Por muitos anos os povos indígenas foram classificados como *povos sem história*, pois antes deles *só havia a Europa, e nisso se resumia a história* (MONIOT, 1995, p. 99), espaço que foi preenchido pela antropologia em tempo recente e veio dar visibilidade à história de muitos povos (OLIVEIRA, 2001, p. 122).

À semelhança dos demais povos indígenas, como sabemos, a sociedade Ofaié também é ágrafa. Não obstante, a ausência da escrita não significa que ela não tenha história. O evento, entre os ágrafos, nos lembra

Denise Maldi, é marcado pelo território e pela paisagem. As palavras de Xehitã-ha dizem mais: *Por isso senti por necessidade de penetrar o passado e rever a marca de uma história, pois os Ofaié, com seu próprio sangue, marcaram a sua história* (RODRIGUES, 1996, p. 30).

Observaram os pesquisadores, por exemplo,

que os povos ágrafos, por não possuírem um calendário, para narrarem uma seqüência de eventos, eles mencionavam o local onde ocorriam. Desse modo as sucessões eram mapeadas, o que levou ao conceito de tempo-espacializado e tornou possível a ordenação do passado através da sua localização no espaço (MALDI, 1994, p. 193).

Por outro lado, cabe lembrar, *a história não é unilinear e puramente sucessiva* ⁹, afirmou Henri Focillon (CARDOSO, 1982, p. 106). Lição contrária, entretanto, ainda hoje é possível perceber essa marca na visão que temos dos indígenas, de vê-los aprisionados a uma historiografia que muito pouco contribuiu para uma leitura a partir da perspectiva da dinâmica sócio-cultural desses povos.

Foi graças ao *distanciamento*, no seu sentido mais tradicional e colonialista da palavra, entretanto, que a antropologia e sua corrente *histórico-cultural* permitiu avançar na compreensão da história e das interações vividas por esses grupos étnicos diferenciados. Ainda que por via indireta, ao buscar reconstruir a história das sucessivas culturas, suas difusões e empréstimos --e aqui talvez o seu maior mérito--, esses estudos acabaram também por *demonstrar* a existência desses povos, *revelando*, assim, a sua história.

Até bem pouco tempo quase tudo que era escrito sobre a história indígena no Brasil havia brotado das mãos da antropologia e da sociologia. Não obstante, não foram esses cientistas que apresentaram os indígenas à

⁹ - O *evolucionismo linear*, que tem como principal representante Thomas Hunt Morgan (1866-1945), considera que as sociedades humanas formam um conjunto unitário, submetido a um mesmo movimento global. Afirma o progresso lento e ininterrupto da espécie humana no plano cultural e se interessa em deslindar as etapas dessas transformações que se procedem concatenadas e harmônica (POIRIER, 1987, p. 57, tradução nossa).

sociedade. Eles simplesmente *os representaram* nessa relação com o não-indígena.

Ao contrário do que se possa imaginar, foram os próprios indígenas -- no caso dos Ofaié, nessa pesquisa-- que se apresentaram aos senhores dos campos da Vacaria e ribeirão Samambaia, obstaculizando-lhes o curso; foram eles que se apresentaram aos exploradores que adentravam seus aldeamentos com seus propósitos de *preia* e hálito de pólvora. Foram os Ofaié que se apresentaram como sujeitos e agentes de conhecimento e história, na medida que manifestaram seu *estranhamento* em relação a esses *outros* que lhe faziam oposição, *falando através de suas lutas e confrontos* (MARTINS, 1993, p. 31).

Textos acadêmicos escritos em um linguajar técnico e obscuro, nos lembra João Pacheco de Oliveira Filho, por serem *dirigidos a um reduzido círculo de iniciados, via de regra, desperta cautela na maioria dos leitores* (ALMEIDA, 2001, p. 9). Não é o caso dessa dissertação de mestrado. Escrita em tom que beira a narrativa, sem contudo descuidar do ofício de historiador, reiteramos nossa intenção de demonstrar que, mesmo durante *a caminhada de aparente silêncio*, os Ofaié ocuparam espaços no tempo e na história (DUTRA, 1996, p. 16).

Ou seja, resistiram, romperam com a lógica e a *moral dos senhores* baseada no mando, na força e na violência. Parafraseando José de Souza Martins, pretende proclamar que os Ofaié estão de volta, como sempre permaneceram, novamente no centro e pelos caminhos da História (MARTINS, 1989, p. 13).

Capítulo I

APONTAMENTOS SOBRE A ETNOGRAFIA OFAIÉ

Em qualquer estudo crítico que se pretenda realizar sobre a *cultura* de um povo que dispõe de escassos registros históricos há sempre o risco de se pensar que ela é imutável e que tal povo se comportou sempre desta ou daquela maneira. Ou seja, fica-se com a impressão de que a cultura é algo sólido, uniforme e que tem o mesmo modelo desde o início dos tempos.

Este capítulo busca reunir os dados etnográficos da cultura Ofaié a partir das informações que sobre eles são mencionadas na literatura, e que se encontram dispersas nos livros, relatórios e correspondências oficiais. Busca aquelas informações, na maioria das vezes secundárias, que aparece entre uma citação e outra, nas dobras do tempo ao longo do percurso histórico trilhado por eles. São as palavras do antropólogo e historiador britânico Jack Goody (1919-) que nos ajudam a redimensionar o enfoque aqui pretendido, minimizando a tentação que se possa ter de reproduzir aqui mais um estudo antropológico.

Segundo esse professor de antropologia social da Universidade de Cambridge, mas que também já esteve no Brasil lecionando na Universidade de Recife, é justamente a disciplina da história que *salva* a antropologia do perigo de reduzir o itinerário de um povo somente ao campo da cultura. É o enfoque histórico, sem dúvida, que dá à antropologia a dimensão de *tempo* e da *profundidade* que ela necessita (PALLARES-BURKE, 2000, p. 44).

Diferente de uma visão instantânea ou *sincrônica* da sociedade estudada, ao historiador interessa aqui *se manter crítico*, fazendo o possível para distanciar-se de *uma visão meramente objetiva da história*. Sob a influência de Benedetto Croce (1866-1952), Robin Georg Collingwood (1889-1943), Claude Lévi-Strauss (1908-) e Michel Foucault (1926-1984), o

historiador Keith Jenkins já nos havia alertado para o alcance e a importância da *crítica ao cientificismo, ao eurocentrismo e à ambição totalizante da história na investigação do passado* (CALDEIRA, 2002, p. 194). No caso particular de estudos etnográficos, tal qual um intérprete, um tradutor cultural, o historiador deverá construir o seu texto a partir de dois dilemas, qual seja, o de *ser fiel ao texto, ao passado e, ao mesmo tempo, ser inteligível ao leitor do presente* (PALLARES-BURKE, 2000, p. 203).

Discorrer sobre os elementos da cultura Ofaié com a preocupação e viés puramente etnográfico ¹, aqui não seria adequado, em razão do discurso que se pretende construir. Por se tratar de um estudo da disciplina de *história*, o elenco das informações etnográficas aqui reunidas se justifica em razão do conteúdo e do contexto que esses dados encerram e comunicam no horizonte da história. São essas evidências materiais encontradas pelos primeiros viajantes e cronistas, sem dúvida, que nos apontarão para espaços habitados e o significado que essas ocupações tiveram para os Ofaié.

Longe de se pretender buscar construir uma *história* a partir *das permanências* dos traços culturais desse povo, nos distanciamos também de qualquer idéia saudosista que se proponha *re-visitar* ou *recuperar* os ambientes antes percorridos pelos Ofaié e que hoje só remontam lembranças do seu *desaparecimento* em determinadas regiões do atual estado de Mato Grosso do Sul. A investigação --que se dá a partir dos *fragmentos* deixados pelo discurso dos viajantes e agentes de Governo--, são essas *marcas* no tempo e no espaço que interessam ao historiador. Utilizando *suas ferramentas metodológicas e analíticas*, cá está o pesquisador e sua experiência pessoal de *narrador*, a escrever o texto --ao mesmo tempo em que investiga, ele constrói o seu objeto: a história do território Ofaié (CALDEIRA, 2002, p. 195).

O objetivo desse primeiro capítulo, portanto, é construir um discurso que satisfaça, pelo menos em parte, a necessidade de se conhecer um pouco mais amiúde alguns dos traços da cultura Ofaié. Sem desvinculá-la do

¹ - Etnografia aqui entendida como *a observação e análise de grupos humanos considerados em sua particularidade e visando à reconstituição, tão fiel quanto possível da vida de cada um deles* (LÉVI-STRAUSS, 1991, p. 14).

tempo pretérito ou deslocá-la no espaço geodésico arremessando-a ao tempo presente, busca-se, a partir dos hábitos e costumes desse povo, identificar o perfil comum partilhado pelos diversos grupos Ofaié que co-existiram, ainda que em lugares e períodos eqüidistantes.

Como a pesquisa privilegia a questão do *território*, optou-se por conduzir o discurso partindo *do geral para o particular*² e dentro de uma concepção dinâmica de *identidade étnica*. Manteve-se a pesquisa, assim, coerente à premissa de que toda identidade coletiva *é construída e transformada na interação de grupos sociais através de processos de exclusão e inclusão*, pois são esses processos que estabelecem os limites entre os diversos grupos que convivem num determinado espaço geográfico (LAPIERRE, 1998, p.11).

Por volta de 1718, com o início do chamado *ciclo do ouro da América portuguesa*, as *bandeiras de apresamento* começaram a trilhar o Centro Oeste brasileiro em busca de mão de obra para essa atividade extrativista (BRUNO, 1966 p. 60). Enquanto no lado espanhol da linha imaginária do Tratado de Madrid, extensos ervais eram cultivados pelos Jesuítas e avançavam além de *Mbaracaju* (Paraguai) em terras brasileiras, a região sul de Mato Grosso ainda era um vasto território, praticamente desconhecido e na totalidade de domínio indígena.

O convívio com a violência, a perseguição e o extermínio, praticado ao longo dos séculos pelas famosas *entradas*, por terra, e pelos *monçoeiros* paulistas, por água, no caso particular contra os Ofaié, fez com que os indígenas que ai viviam se dividissem em grupos, e de certa forma rompessem o *continuum social*, para usar a expressão de Marcel Mauss, experimentado por eles (BRUMANA, 1983, p. 35), nunca, entretanto, havendo se distanciando da margem fértil dos rios, de onde retiravam o sustento à base da caça, da pesca e da coleta de frutas e o mel silvestre.

Não interessa aqui estabelecer o marco temporal que assinala o início da dispersão Ofaié em períodos mais recuados da pré-história e período

² - Essa expressão é usada por Isidore-Auguste-Marie-Xavier Comte (1798-1857), quando se refere que na *formação da ciência política* (sociologia), *deve-se proceder do geral para o particular* (...). *Para vos conhecer, escreve ele, conheci a história!* (MORAES FILHO, 1983, p. 29; 83.).

colonial. Os registros historiográficos quando começaram a ser realizados, deve-se frisar, deram visibilidade a presença indígena e sua mobilidade espacial somente de *uma parte* dos grupos que tomou conhecimento à medida que os identificava. Outros grupos que igualmente co-existiram no sul do Estado, em algumas regiões, nunca chegaram a sequer ser descritos, muitos deles tendo sido extinto antes mesmo que se pudesse ter realizado algum apontamento sobre eles.

Em relação à dispersão do povo Ofaié não é difícil de se presumir que ela tenha tido origem em períodos anteriores à presença da exploração agropastoril que se impôs sobre seus territórios e ocupou o *vazio preenchido pelos colonizadores luso-brasileiros*, tendo isso ocorrido a partir do século XVIII (CORRÊA, V. 1999, p. 17).

O que se pode afirmar, portanto, é que até o final do século XIX o povo Ofaié ainda era *um ilustre desconhecido da nossa história oficial* (PREZIA, 1999, p. 10). Sua presença só começa a ser percebida e registrada a partir da República, quando ocorre a ocupação mais sistemática das terras do sul de Mato Grosso pelos criadores de gado. A maior parte dos relatos e documentos anteriores a essa época se negou revelá-los ou os confundiu com outros grupos indígenas dando-lhes diversas e confusas denominações.

Quando eram descritos, referiam-se a eles na maioria das vezes como *bandos e grupos dispersos*, desconsiderando a possibilidade deles exercerem o domínio permanente e a soberania sobre algum território fixo. Os relatórios e levantamentos realizados a partir de 1910, com a criação do SPI, são os primeiros a apresentar informações que foram recolhidas pelos funcionários desse órgão sobre o modo de vida dos Ofaié.

A maior parte dos documentos quando não era redigido pelos próprios funcionários do SPI, surgia das mãos de indivíduos ligados à exploração econômica da atividade pecuária desenvolvida na região. Ao nos debruçarmos sobre esses escritos, portanto, há de se estar atento para o fato de que esses registros não são *testemunhos involuntários* da história (GLÉNISSON, 1983, p. 137). Esses relatos sempre representavam o pensamento da época em que os acontecimentos ocorreram, sendo depois

narrados e registrados por terceiros sob essa influência. Nunca é desnecessário lembrar o que já nos alertara Karl Marx ao dizer que *as estruturas mentais são as que mudam mais lentamente* (LINHARES & SILVA, 1990, p. 102).

Referindo-se a Keith Thomas, o historiador Peter Burke diz que *qualquer artefato feito por uma geração cheira a mentalidade dessa geração, seja esse artefato um texto histórico (...), uma pintura ou uma casa* (PALLARES-BURKE, 2000, p. 203). No caso do contexto Ofaié, a mentalidade que permeava as relações sociais e econômicas vividas entre indígenas e não-indígenas, ela viveu sob constante influência dos chamados *ciclos econômicos* que trespassaram o sul de Mato Grosso ao longo dos anos: *ciclo da caça ao índio, ciclo do ouro, ciclo da guerra, ciclo da erva-mate, ciclo do gado, ciclo da cana e ciclo da soja* em tempo mais recente.

No relato desses viajantes, militares e funcionários do SPI, bem como dos pesquisadores do campo das ciências humanas e biológicas, transparece sempre essa *marca* da mentalidade e estratégias políticas, via de regra, manifestadas e controladas pelo poder dominante dos senhores do campo. Uma dessas estratégias é possível percebê-la tanto no discurso dos administradores públicos, como no dos agentes privados: a preocupação de *classificar* os Ofaié sempre como indivíduos *sem residência fixa* e como que vivessem em *constantemente correrias*. Não é difícil de concluir que semelhante tese só viria a reforçar a *necessidade de assentar* esses indígenas em alguma área reservada pelo Governo ou indicada por ele (ALMEIDA, 2001, p. 21).

As informações que descrevemos a seguir estão organizadas em **oito tópicos principais**. 1) *O nome Ofaié*; 2) *a música Ofaié*; 3) *a habitação Ofaié*; 4) *o arco e a flecha Ofaié*; 5) *a língua Ofaié*; 6) *o modo de ser Ofaié*; 7) *o pau-de-fogo Ofaié*, e 8) *achados arqueológicos Ofaié*. Tal disposição cumpre papel meramente didático no sentido de facilitar a exposição do tema, uma vez que não pretendemos tecer aqui maiores aprofundamentos sobre cada um desses elementos da cultura Ofaié. A escolha dos temas adotou como critério o maior número de informações disponíveis sobre cada assunto.

Os dados procedem de diversos autores e foram recolhidos e atribuídos à distintos grupos de Ofaié, em pelo menos duas dezenas de aldeamentos Ofaié verificados ao longo da margem direita do rio Paraná, desde a foz do rio Verde até o leito do Ivinhema, numa faixa aproximada de 70 mil km² que se estendia pela margem sul-mato-grossense, desde as faldas da serra de Maracaju avançando um território até a divisa com o Estado paulista.

1- O NOME DO POVO OFAIÉ

A *tribo dos Ofaié*, que os brasileiros equivocadamente denominavam de *Chavantes*, já escrevera Curt Nimuendajú em 1914, *passou tão desapercibida*, que o seu nome *não consta em nenhum mapa do Brasil* (NIMUENDAJÚ, 1987, p. 124). A exceção dos mapas e cartas especializadas produzidas por autores que se dedicaram a estudar exclusivamente a localização de povos indígenas, a inclusão do nome Ofaié nesse tipo de documento é, sem dúvida, uma aquisição bastante recente.

Desde o momento do seu *aparecimento* na documentação brasileira eles foram chamados de diferentes modos, tendo seu nome grafado de várias e diferentes maneiras: Opayé, Opaié, Ofaiê, Faiá, Faié, Afaiá, Araés, Ypaié, Xavante, Chavante, Shavante, Chavante-Ofaié, Chavante-Opaié, Kukura, Guachi, entre outros; ora usado no singular, ora usado no plural. A pronúncia predominante, segundo Darcy Ribeiro (1922-1997), é representada por uma consoante imprecisa entre o “f” e o “p”. (RIBEIRO, 1951, p. 87).

Foram chamados de *Shavante* provavelmente por viverem numa região de vegetação do tipo *savana*, onde havia o predomínio de arbustos rasteiros e árvores de pequeno e médio porte, de casca grossa e rugosa, característico do *cerrado* sul-mato-grossense. Esse conceito fitogeográfico *savana* é de origem venezuelana e no século XV foi levado para a África pelos naturalistas espanhóis, nos informa o Projeto Radam-Brasil. Depois retornou à América, sob os olhos dos viajantes, imprimindo à paisagem do centro-oeste brasileiro

habitada pelos indígenas *Shavante*, *Sherente*, *Shakriabá* e outros (LOUKOTKA, 1939, p. 150), olhar predominantemente eurocêntrico: *aspecto visivelmente monótono e fisionomias bastante repetidas e cansativas* (RADAM, 1982, p. 288).

Essa generalização do nome do *Xavante* é confirmada por G. G. Manizer ao comentar a célebre expedição do acadêmico russo Grigóry Ivanovich Langsdorff (1774-1852) que, no ano de 1826, teve contato com os *Xavantes* da margem do rio Paraná. Segundo o etnógrafo Manizer, *todos os índios que aparecem na parte ocidental da província de São Paulo e para lá do Tietê, são chamados Xavantes*. Embora reconhecendo que dispunha de escassas informações a respeito deles, transparece no texto, que o viajante Langsdorff tinha conhecimento da existência de *outros Xavantes* que por ali também viviam. E arrisca-se, já nessa época, a propor a seguinte distinção: *Esses Xavantes do estado de São Paulo, ou Otis, junto com seus aparentados Faiés, ou Opaiés (ou Araés), do Ivinhema, são muito pouco conhecidos até hoje* (MANIZER, 1967, p. 77).

Na perspectiva de uma história *êmica*, ou seja, a partir do olhar dos próprios indígenas, pode-se dizer que esses povos sempre se autodenominaram a partir de um conjunto de sinais e características comuns próprias por eles mesmos identificadas e assumidos como constitutiva de sua identidade. No caso do grupo indígena em estudo, ele deve ter assumido para si o nome Ofaié a partir de sentimentos, valores e disposições que só a ele dizia respeito, mas que também certamente tinha a ver com o *reconhecimento da diferença* em relação aos outros povos com quem ele se relacionava (BRANDÃO, 1986, p. 7).

Opaié ou *Ofaié*, portanto, é o nome que estes indígenas dão a si mesmos, e *Xavante* é o nome que receberam dos *neobrasileiros* e sertanejos que, durante os primeiros séculos do chamado *descobrimento*, exploraram a região centro-oeste do Brasil. *Neobrasileiro* é o termo empregado por Hermann von Ihering (1850-1930) *para o conjunto das raças imigradas e seus descendentes depois da descoberta da América*. Para o naturalista

alemão, os indígenas *seriam o elemento brasileiro primitivo ou paleobrasileiro* (IHERING, 1911, p. 128, nota 1).

Segundo Curt Nimuendajú, os Ofaié distinguem-se radicalmente de seus homônimos *Xavante* do rio das Mortes (os *Xavante Akwen*) e *Xavante* dos Campos Novos, do estado de São Paulo (os *Xavante Oti*), com os quais nada teriam em comum, a não ser o fato de viverem todos eles no campo (NIMUENDAJÚ, 1982, p. 34; FREUNDT, 1947, p. 5). Perguntado, certa vez, sobre como os *brancos* costumavam chamar os Ofaié, o líder de um grupo que se encontrava nas proximidades do ribeirão Boa Esperança, atual município de Brasilândia, de nome Xehitâ-ha, respondeu: *Existem três tipos de Xavante --os grandes, os médios e os pequenos; os pequenos somos nós* (DUTRA, 1996, p. 76).

Ao longo dos anos, complexas e tensas foram as relações entre os Ofaié e aqueles com quem dividiam o espaço físico, disputado por Guarani, Terena e não-indígenas. Utilizamos aqui a designação *Guarani* proposta por Antônio Jacob Brand para nos referir tanto aos grupos Kaiowá como os Ñandeva que se autodenominam Guarani, e que estão presentes também em várias aldeias Kaiowá (BRAND, 2001, p. 82, nota 2). Representantes de uma ou outra *parcialidade*, até 1930 os Guarani dividiram com os Ofaié, em vários pontos do sul de Mato Grosso, um amplo território, em ambas as margens do Ivinhema.

Estabelecer como identidade uma etnia, lembra-nos Carlos Rodrigues Brandão, significa *demarcar territórios* também *simbólicos*. Os tais *sinais diacríticos*: --os rituais da religião, os costumes do sexo, as regras de nominação. O que nos permite dizer que o nome Ofaié tem a ver com *as marcas da diferença* (BRANDÃO, Idem, p. 155) construídas a partir de situações concretas também junto a outros povos.

Modernamente alguns estudiosos insistem em grafar a palavra Ofaié com “y” (Ofayé). Razões históricas e lingüísticas, entretanto, depõem, no nosso entender, contra essa escolha. Para Teodoro Sampaio, que foi catedrático em Etnografia e Língua Tupi-Guarani da Universidade de São Paulo na década de 1930, o importante na interpretação e na escrita da

palavra indígena é a *identificação histórica que fazemos do vocábulo tal como ele simbolicamente representou, em outro tempo, a palavra falada*. Porque, segundo ele, *a grafia antiga, decerto, é a mais verdadeira*, pois é de se supor que ela seja a *representação mais fiel dos sons recolhidos diretamente do gentio ou de seus imediatos descendentes* (SAMPAIO, 1928, p. 104).

Ora, no caso dos Ofaié, os primeiros a *beber na fonte* os sons da pronúncia praticados foram, sem dúvida, os viajantes, missionários e funcionários do governo que interagiram com as comunidades indígenas e que estabeleceram contato com elas. Ao longo de todo o século XIX a documentação refere-se aos Ofaié chamando-os sempre de *Chavantes*, sendo assim grafado em quase a totalidade do período colonial (MONTEIRO, 1800; FLORENCE, 1825-1829, e LOPES, 1872).

Até o início do século XX diversos cientistas, militares e inspetores do SPI continuaram a usar esse vocábulo para diferenciá-los dos não-indígenas (VASCONCELLOS, 1911; METELO, 1911; NIMUENDAJÚ, 1913a; MAGALHÃES, 1921; MALAN, 1929, e LANE, 1938). Alguns deles, entretanto, já deixavam claro que esses indígenas *chamam a si mesmos pelo nome de Ofaié*. Essa distinção entre o *Chavante* e o *Ofaié* pode ser observada, como vimos acima, em G. G. Manizer ao comentar a expedição de Langsdorff (1821-1828).

Conseguida a *restauração histórica* do vocábulo, completa Teodoro Sampaio, haveria a seguir, a necessidade de se buscar *as variações ocorridas* ao longo do tempo de modo a explicar *como o vocábulo se alterou* até chegar aos nossos dias. No caso dos Ofaié, o que podemos observar é que a partir dos estudos que foram realizados junto aos grupos que o SPI dedicou maior atenção foi-se chegando a um consenso sobre o modo mais adequado de grafar esse nome, sendo o mais fiel possível ao modo falado pelos próprios indígenas. E isso foi seguido por diversos pesquisadores que passam, a partir de então, a grafar o nome desse povo numa perspectiva *ênica*, ou seja, da forma como eles (os indígenas) se autodenominavam: Ofaié.

Por um período relativamente curto, ainda é possível encontrar em alguns documentos a grafia *Opaié-Chavante* ou *Chavante-Opaié* que busca, de certa forma, conciliar a identificação dada tanto pelos não-indígenas como pelos próprios indígenas (IHERING, 1910, 1912, e NIMUENDAJÚ, 1932b). Por um período mais longo a grafia parece firmar-se como *Opaié* (FREUNDT, 1947; LOUKOTKA, 1968, e BRUMA, 1973), seguramente pela influência de estudos produzidos no exterior, oriundos de pesquisadores sobretudo da língua americana e inglesa, que passam a utilizar a grafia *Opayé* e *Opayé-Shavánte*. Estudos no campo da lingüística produzidos nesse período também adotam essa forma de grafar o nome Ofaié (LOWIE, 1946; GRIMES, 1983; MAYBURY-LEWIS, 1984, e NIMUENDAJÚ, 1932b, 1987).

As pesquisas desenvolvidas mais amiúde junto a língua, em que pese algumas variações de dialeto que o grupo apresentou ao longo dos diversos territórios que manteve sob domínio, a grande maioria delas permitiu aos pesquisadores certa unanimidade em apresentá-los pela grafia *Ofaié* (BARBOSA, 1913; RONDON, 1916, 1948, 1949a, 1949b; BALDUS, 1947, 1953; RIBEIRO, 1951, 1976; MALCHER, 1964; GUDSCHINSKY, 1971, 1974; OLIVEIRA, 1976, e CAMEU, 1977), prevalecendo a sonoridade mais usual pela qual esses indígenas se autodenominavam.

Com relação a grafia *Ofayé* (com “y”) usada mais recentemente por alguns pesquisadores (GUEDES, 1989; SOUZA, 1991, e SILVA, 2002), se pelo aspecto histórico ela não se justifica, menos ainda pelo aspecto lingüístico. Segundo os ensinamentos de Aryon Dall’Igna Rodrigues, esse “y”, usado com o mesmo valor que tinha na ortografia do Tupi antigo (Tupinambá), representa *uma vogal alta* com o mesmo som do “â” da palavra portuguesa “âmago” (RODRIGUES, 1994, p. 12).

Atento também a advertência de Sarah Gudschinsky ³, cabe considerar aqui que o primeiro etnólogo a pesquisar a língua Ofaié foi Curt Nimuendajú, considerado *entusiasta e bom conhecedor dos índios* (IHERING, 1911b), e que dispunha de amplo conhecimento sobre a língua Guarani e,

³ - Referindo-se a pesquisa que realizou junto aos Ofaié do rio Samambaia, a lingüista faz a seguinte advertência: *Há também um certo grau de indeterminação nas vogais. O fonema /y/ tem um amplo âmbito de variações, mas é possível que os alofones não acentuados mais centralizados de outras vogais tenham sido erroneamente transcritos como /y:/*. (GUDSCHINSKY, 1974, p. 245, nota 5).

portanto, sabedor da sonoridade do “y” (não fonético) a ponto de não incluí-lo na grafia do nome Ofaié.

Mesmo quando Nimuendajú menciona a existência de grupos Ofaié *guaranizados* chamados por ele de *ÿpaié* vivendo na região do Vacaria e que foram levados por ele em 1913 para o Posto do Ivinhema, ele continua a grafar o nome desses indígenas com a semivogal “i” e não “y”, dando a entender que a grafia *Ofaié* devesse ser a mais apropriada e definitiva para esse povo a quem dedicou três páginas de sua célebre obra sobre os Apapocuva-Guarani para descrever sua mitologia (NIMUENDAJÚ, 1987, p. 124-127), demonstrando também ser conhecedor do idioma Ofaié.

Um último e definitivo apelo em favor da grafia *Ofaié* podemos ainda encontrá-lo na Resolução da Conferência de Geografia promovida pelo Conselho Nacional de Geografia, realizada entre os meses de julho e agosto de 1926. Esse encontro que contou com participação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro padronizou a escrita dos topônimos nacionais de origem africana e indígena, mormente os Tupi-Guarani. Rezam duas de suas normas capitais: *que se substitua nos nomes de origem indígena ou africana o “y” pelo “i”, e que se grafe com “j”, e não com “g”, o fonema “jê”, dos nomes de origem indígena e africana* (NUNES, 1951, p. 104-105).

2- A MÚSICA OFAIÉ

Embora a iconografia dos viajantes, de certa forma, tenha privilegiado os povos indígenas em razão da diversidade da produção cultural, os relatos por eles produzidos, via de regra, eram sucintos, genéricos e parciais. Como já nos referimos acima, foi somente após o início do século XX que os viajantes passaram a oferecer testemunho mais fiel e informações mais detalhadas a respeito da vida e dos costumes dos povos indígenas de menor expressão numérica.

A escassez de informações sobre o mundo musical do povo Ofaié no período abordado pela pesquisa deve-se, sobretudo, a dois motivos. Primeiro,

por se tratar de um grupo aparentemente desconhecido da historiografia da época. E segundo, por habitar originalmente regiões que se configuravam mais como *corredores* por onde os interesses econômicos dos colonizadores simplesmente passavam e, portanto, sem despertar muita atenção aos exploradores e que os detivesse por períodos mais prolongados.

As informações sobre a música Ofaié, portanto, só foi possível recolhê-las quando os olhos do Serviço de Proteção aos Índios, logo após o seu surgimento, se voltaram para os atos de violência que eram praticados contra esses indígenas e seus vizinhos Guarani do sul do Estado. Foi quando a situação vivida por eles ganhou destaque ingressando na pauta das discussões políticas sobre o modelo de indigenismo oficial que vinha sendo adotado, e que até então fazia *vista grossa* tanto para a exploração ervateira praticada pelos Guarani nas margens do rio Dourados, Amambaí e Iguatemi, como para os interesses dos criadores de gado que estendiam suas posses desde os campos da Vacaria até o vale do Ivinhema, ao longo da margem direita do rio Paraná.

Por volta de 1948, um grupo de Ofaié foi encontrado na margem esquerda do ribeirão Samambaia (hoje município de Bataiporã), na sua confluência com o rio Ivinhema (atual no município de Taquaruçu). A julgar pela descrição e solidez do aldeamento ali construído, o grupo revelava manter domínio sobre aquela região fronteira há bastante tempo, e isso lhes oferecia condições de ali desenvolver e praticar com relativo desembaraço muitas manifestações culturais, inclusive hábitos musicais que puderam ser recolhidos.

Helza Cameu, membro da Academia Brasileira de Música, fez uma análise da música Ofaié a partir dessas informações recolhidas nessa região por Darcy Ribeiro. O antropólogo conviveu durante quatro semanas com um grupo de 10 indígenas pertencentes a duas famílias Ofaié cujos chefes eram irmãos (Octávio e José). Eles viviam *em dois ranchos à margem esquerda do ribeirão Samambaia, pouco antes de sua desembocadura no colar de baías*⁴

⁴ - O termo genérico *baía* é utilizado para designar vários tipos de lagoas, via de regra, separadas por elevações do terreno que ocorrem nas planícies de inundação, elevações essas que recebem o nome de *capões de mato* (OLIVEIRA, 1999, p. 17).

que vai ter, por um braço, no rio Paraná e, por outro, no Ivinhema (RIBEIRO, 1976, p. 85).

Nesse período, observou a pesquisadora, já se percebia a existência de um *quadro sombrio* que se lançava sobre diversos grupos indígenas do sul do Estado, entre eles, os Ofaié, cujos hábitos *se vão naturalmente modificando pelo contato crescente com o branco, pelo trabalho sistemático de civilização a qualquer preço* (CAMEU, 1977, p. 63).

Da expressão musical propriamente dita, chegou até os nossos dias quatro *coros Ofaié* gravados por Darcy Ribeiro: o canto da Irara (*he-iakô*), o canto do Bugio (*her-tôu*), o canto do Tucano (*djé-tahéte*), e o Olho de Machado (*kitô-eté*), cantos de dança de significação mítica (RIBEIRO, 1976, p. 103). Sobre esses arranjos, Helza Cameu os caracteriza como sendo

possivelmente os últimos documentos musicais reveladores das particularidades, do estilo daquela tribo, na qual o pesquisador ainda surpreendeu, apesar das condições adversas em que viviam, um elevado sentimento de solidariedade tribal (CAMEU, 1977, p. 63-4).

Chamou a atenção da pesquisadora ao lado da *língua gutural e áspera*, ainda o fato dos *coros femininos*, apesar da ausência de palavras, terem sido mantidos em perfeita *sincronia* musical pelo grupo.

Sendo um grupo em processo rápido de completa extinção e do qual já não é possível obter documentos mais expressivos, somente podemos apontar como parte das possíveis características, o canto constituído por tema curto, sempre repetido, sem conduzir claramente à conclusão, de caráter vivo, apesar do movimento descendente preponderar, e a ausência de intervalos dissonantes ou de sons imprecisos (RIBEIRO, 1976, p. 104).

Abaixo reproduzimos uma partitura desses coros, recolhidos em 1948, cujo desenho melódico encontra apoio apenas num *jogo de vogais e sílabas*.

Durante sua permanência junto aos Ofaié, Darcy Ribeiro assistiu ainda uma dança e cantos femininos. Entoadado somente por mulheres

adultas, o canto era acompanhado de dança, *avançando e recuando com as mãos dadas*, ao ritmo de uma ladainha, à semelhança das danças Guarani. Eram cantos sem palavra em que o efeito de coro era conseguido apenas pela diferença das vozes (RIBEIRO, 1976, p. 100).

The image shows a handwritten musical score titled "Cantos Ofaié". The score is written on ten staves, organized into two systems of five staves each. The first system begins with a treble clef, a key signature of one sharp (F#), and a 4/4 time signature. The tempo is marked "Allegretto". The lyrics under the first staff are "hi hi hi hi hi hi hi hi hi hi hi hi hi hi". The second system begins with a treble clef, a key signature of one sharp, and a 2/4 time signature. The tempo is marked "Allegretto". The lyrics under the first staff of the second system are "é é é... é é é... é é é...". The lyrics under the second staff of the second system are "é é é... é é é... é é é...". The lyrics under the third staff of the second system are "é é é... é é é... é é é...". The lyrics under the fourth staff of the second system are "é é é... é é é... é é é...". The lyrics under the fifth staff of the second system are "é é é... é é é... é é é...".

Figura 2- Cantos Ofaié (Fonte: Ribeiro, 1951)

Uma gravação recolhida em 1950, aparentemente de um grupo Ofaié, veio à público por intermédio de um *Compact Disk* intitulado *Mato Grosso do Som, Mapeamento Musical de Mato Grosso do Sul* que foi mixado pela Fundação de Cultura/Estúdio Vozes, e que apresenta uma manifestação

musical Ofaié, onde um conjunto de flautas tocam um som ritmado e que se prolonga durante dois minutos. No final da música há um forte grito de homens (que lembra e ao mesmo tempo confunde com o final de um canto Guarani).

Nos dias atuais, os Ofaié, ao que parece, não dedicam mais o seu tempo à música. As constantes mudanças de lugar a que têm sido forçados a praticar, certamente, não lhes tem dado muita alternativa nem motivos para comemorar cantos e danças de alegria. Uma gravação recolhida em 1981 junto a um grupo de 23 indígenas Ofaié que se encontrava na região do Tarumã (pertencente ao município de Porto Murtinho, na região oeste do Estado) pelo historiador Antonio Jacob Brand, confirma essa hipótese. O canto configura-se, sem dúvida, uma raridade: em tom de lamento, o canto traduz e externa o que pode ser chamado de *perdas* e o sentimento de dor vivido por um diminuto grupo vivendo distante de seu antigo território (DUTRA, 1996, p. 50-59).

Um fragmento desse registro foi disponibilizado ao público em 1998 pela Chanflora, Champion Papel e Celulose (hoje, International Paper) que gravou um *Compact Disk* sob o título *Canto Ofaié* a partir da gravação original recolhida por Antonio Jacob Brand. Nele podemos ouvir, provavelmente uma das últimas manifestação musicais desse povo dado como extinto em 1970 (RIBEIRO, 1977, p. 236, quadro II e 252 nota), a partir da voz da *Arê* (avó) Ozena (Eugênia da Silva), nascida na Aldeia Esperança em 1889 (atual município de Brasilândia), e que nos chega como que evocando uma despedida ⁵.

Sobre outras expressões musicais dos Ofaié recolhidas em períodos mais recuados, podemos destacar a descrição das danças e instrumentos construídos por esses indígenas, trabalho esse organizado pelo Dr. Henri Henriknovitch Manizer, quando visitou em 1914 um grupo Ofaié que habitava a região do rio Taboco, próximo a Aquidauana. Aí ele menciona ter observado que os chocalhos dos Ofaié eram muito pequenos, em comparação

⁵ - Essa gravação também foi utilizada na abertura da entrevista *O último canto dos Ofaié*, realizada pela jornalista Patrícia Moribe e incluído no Compact Disk duplo *Pantanal e Amazônia*, produzido pela Rádio Nederland, Holanda, em 2003. Também faz parte da abertura e encerramento do vídeo experimental *Ofaié*, dirigido por Udovaldo Lacava e Geraldo Anhaia Mello, para a Companhia Energética de São Paulo-CESP, em 1992.

com o chocalho dos Kadiwéu, *ao passo que suas flautas se assemelhavam à dos Kadiwéu* (MANIZER, 1934, p. 303-7). Além dos *Faias* (Ofaié), Manizer estudou também a música dos Kadiwéu, Terena, Guarani, Kaingang e Botocudos.

3- A HABITAÇÃO OFAIÉ

Morar sempre foi uma necessidade básica de qualquer indivíduo. Seja no campo, no pequeno vilarejo ou na metrópole, sempre os indivíduos buscam algum lugar para morar. As habitações mudam com o tempo, assim como mudam as necessidades dos povos, mas é sempre preciso morar, *pois não é possível viver sem ocupar espaço* (RODRIGUES, 1988, p. 11). O explorador Albert Vojtech von Fric em 1901 encontrou um grupo de Ofaié que vivia na foz do rio Verde, afluente da margem direita do rio Paraná (município de Brasilândia). Seu colega Chestmir Loukotka equivocadamente chamou esses indígenas de Kukura, porém, tratavam-se mesmo de indígenas *Chavantes* (Ofaié).

Em seu texto, ainda em francês, anotou o filósofo tcheco, que eles possuíam *deux genres d'habitation*. Durante a estação da seca eles vivem às margens do rio ou próximos da água. Os campos são deixados de lado por causa dos mosquitos e carrapatos. É a estação da pesca e das grandes festas religiosas e sociais. Fric lamenta não ter sido possível obter informações mais detalhadas sobre essas festas. Percebeu, porém, que é nessa estação (da seca) que os indígenas ficavam nas grandes casas permanentes onde moram, juntas, várias famílias. Ao redor da aldeia, observou a existência de pequenas plantações de mandioca (LOUKOTKA, 1931, p. 121).

Na estação das chuvas, continua o explorador, toda a população vai caçar os animais selvagens que debandam por causa dos mosquitos nos campos. Os indígenas perambulam, então, sem paradeiro, construindo um abrigo provisório para passar a noite. Observa ainda que os indígenas, nos

períodos de frio, protegiam-se cavando a terra e acumulando montes de terra onde faziam o fogo.

No chão da cabana cavavam uma cova que era forrada de capim seco onde dormiam. No centro do círculo dorme o chefe do grupo, a seguir vêm as mulheres e crianças e, finalmente, os homens, sendo que estes deitam com a cabeça voltada para o meio do círculo (Idem).

O relato do fazendeiro Renato Alves Ribeiro confirma a informação apresentada por Fric há quase um século, quanto ao hábito Ofaié de cavar o chão indicando que esse também era o hábito praticado pelo grupo que vivia nessa mesma época na região do Guachi, na bacia do rio Negro, nos domínios da célebre fazenda Taboco (município de Aquidauana). Descreve o memorialista que ouviu o testemunho de seu compadre, um tal Luiz Pinto, que, certa vez, no inverno, encontrou um velho indígena (Ofaié) deitado em um *buraco intencionalmente preparado, forrado de capim*, onde sua esposa o alimentava *mastigando palmito e outros vegetais* que eram colocados na boca do companheiro (RIBEIRO, 1984, p. 81). Darcy Ribeiro, nas margens do Samambaia, em 1948, também observou *o gosto dos Ofaié de dormir no chão em covas cobertas de capim* (RIBEIRO, 1997, p. 170).

Na descrição de Fric, observada em 1901, costumavam os Ofaié dormir sobre o chão e não em redes. *Suas cabanas não têm paredes*, escreve. Consiste apenas num teto de palmeira que atinge até o chão. Muito pequenas, medindo cerca de um metro de altura pela mesma medida ou pouco mais de profundidade, são sustentadas por galhos de árvores rudemente arrancados. O tipo de aldeamento que os Ofaié mantiveram até o ano de 1924, na região de Porto XV (município de Bataguassu) coincide também com a narrativa do general Malan que o descreve como sendo *uma taba construída com folha de palmeira entrecruzada* (MALAN, 1929, p. 5001).

O hábito de dormir em jiraus ou no chão praticado pelos Ofaié, informa-nos o toponimista Benedito Antonio Prézia, é uma das características dos povos Jê e populações andinas, e não devido à fragilidade das casas como supunha o professor Erich Freundt quando esteve em 1942,

com duas famílias Ofaié, na cabeceira do córrego Sant'Ana, afluente do rio Pardo (DUTRA, 1996, p. 79, nota 20). Assim narra o pesquisador alemão: *O pequeno povoado Opaié consiste de apenas duas choupanas (...). Cercando as cabanas, alguns jiraus de madeira tosca, em cima dos quais, segundo informam, os índios dormem durante a estação quente* (FREUNDT, 1947, p. 30). A rede, segundo Benedito Prézia, é uma característica dos povos da floresta. A gravura abaixo, desenho do próprio autor, reproduz uma dessas choupanas Ofaié encontradas por Erich Freundt em 1942.



Figura 3 - Habitação Ofaié no rio Pardo (Fonte: Freundt, 1947)

Seria de interesse também aqui poder observar a dimensão proposta pela geógrafa Arlete Moysés Rodrigues, que aponta haver uma relação entre *habitação e território*, entre *a casa do indígena e a sua terra*. Isso porque o *campo* do habitar indígena em relação à demais cultura, diríamos, é muito mais amplo. O interior do *habitar* indígena é composto, não somente do lugar de abrigo, da privacidade e do descanso; ele é o lugar da convivência, local de trabalho, de lazer e produção da subsistência. Assim como não é possível *fracionar* esse *morar*, nos lembra a geógrafa, da mesma forma também achamos que é impossível desvincular *as habitações* sazonais que

os Ofaié construía, *do território* onde praticavam sua economia e elementos da cultura (RODRIGUES, 1988, p. 14).

Assim entendido, *a casa e a terra*, no contexto da etnohistória dos povos indígenas, passam a figurar como sinônimos. Prolongamento um do outro, todo o *habitar* indígena passa necessariamente pela ocupação do espaço que eleger, ao longo dos anos, como seu *habitat*⁶. Falar do território Ofaié, portanto, é não perder de vista essa dimensão do morar que, no caso desses caçadores e coletores, demonstrou-nos Albert von Fric, *moram na própria terra* (ou seja, cavando um buraco no chão).

Nesse modo de habitar indígena, impossível não perceber aqui a idéia de *estabelecimento* ou *assentamento*, proposta por Marcel Mauss (1971), que é o espaço formado pela massa de casas, caminhos e trilhas, espaços terrestres e hídricos, e locais de encontro –com características distintas que permitem o grupo reconhecer como seu--, responsáveis pela *unidade territorial* (COSTA & MALHANO, 1986, p. 28).

No caso Ofaié, as aldeias eram sempre pequenas. A julgar pelas informações recolhidas pelos funcionários do SPI, missionários e viajantes, elas não excediam o número de 20 casas. Sempre dispostas em um amplo círculo no meio do qual havia um pátio de *terra batida* que era utilizado para as danças e provas desportivas. Essas *lembranças* anotadas pelos pesquisadores, a maior parte delas, entretanto, são furtivas e escassas de detalhes, o que as tornam reveladoras do rápido e superficial contato que esses pioneiros travaram com seus interlocutores e da pouca importância que era dada aos indígenas que se apresentavam durante o percurso das explorações.

4- O ARCO E A FLECHA OFAIÉ

⁶ - A noção de *habitat* aqui utilizada designa o meio ambiente no qual um dado grupo humano ou sociedade reproduz a sua vida dentro de formas culturais específicas (...) a partir de coordenadas particulares provenientes de seu sistema econômico, de sua forma de parentesco e organização social (BARROS, 1994, p. 101-103).

Entre as armas produzidas pelos povos indígenas, o arco e a flecha se apresentam como os elementos da cultura material que mais se destaca, sendo aquele que mais se expandiu como uma espécie de *fio condutor*, capaz de revelar, comparativamente, a história das migrações, do contato intertribal e dos embates travados com o colonizador (CHIARA, 1986, p. 117). A maior parte dos instrumentos e utensílios utilizados pelos Ofaié, registra Fric (1901), são feitos de *madeira, pedra, osso e concha*. A descrição do arco e flecha realizada por ele coincide com a realizada quatro décadas depois por Darcy Ribeiro (1948).

Trata-se de grandes arcos de secção semicircular em cerne de *pau-preto*, cujas extremidades eram enroladas com uma casca (*cipó-imbê*). O antropólogo chama a madeira do arco dos Ofaié pelo nome de *brejaúva* (RIBEIRO, 1976, p. 86), uma espécie de palmeira (*Astrocaryum auri*). Porém o que podemos perceber é que se trata de outra madeira.

O arco poderia ser feito de *cabriúva*, madeira pardo-escura, pesada e resistente (*Myrocarpus frondosus*), porém, a madeira que nos parece mais apropriada e que foi (e continua sendo hoje) empregada pelos Ofaié coincide com a descrição de Vilma Chiara que aponta o *pau-roxo* (*Peltogyne lecointei*) como a mais utilizada pelos povos indígenas para o fabrico de seus arcos (CHIARA, Idem, p. 124). O cerne dessa madeira, que os Ofaié chamam de *pau-preto* ou *roxinho*, segundo consta, é descrita como a mais *indicada para trabalhos finos e custosos* (FERREIRA, 1986, p. 1286). A corda do arco é feita com fibra da palmácea bocaiúva (*Acrocomia mokayayba*) ou da herbácea caraguatá (*Bromelia karatas*) cuja folha se parece com a folha do abacaxi. A preparação desta fibra, que exige certo trabalho --pois um feixe dela deve ficar alguns dias submerso em água para liberar as fibras lenhosas que são utilizadas como corda--, é realizado com habilidade pelas mulheres (DUTRA, 1991, p.15).

As flechas para caçar eram longas, medindo cerca de 1,60 m. Albert von Fric coletou várias delas. Sua haste era feita de um caniço (*taquari*), colmo bem reto, com nós. As pontas das flechas tinham por volta de 60 farpas. As flechas de guerra possuem ponta de osso. A emplumação das

flechas de guerra era feita de pena de urubu, e a das flechas de caça, de pena de mutum ou gavião.

Darcy Ribeiro explica que o grupo que estudou utilizava flechas com emplumação tangencial de pena de arara, presas com linha de algodão (RIBEIRO, 1976, p. 86). De *primorosa execução* o arco e a flecha consistia o *maior orgulho e riqueza* para os Ofaié (RIBEIRO, 1997, p. 170). Na gravura abaixo podemos observar, no desenho de J. Coelho, do SPI, os detalhes do arco e flecha Ofaié.

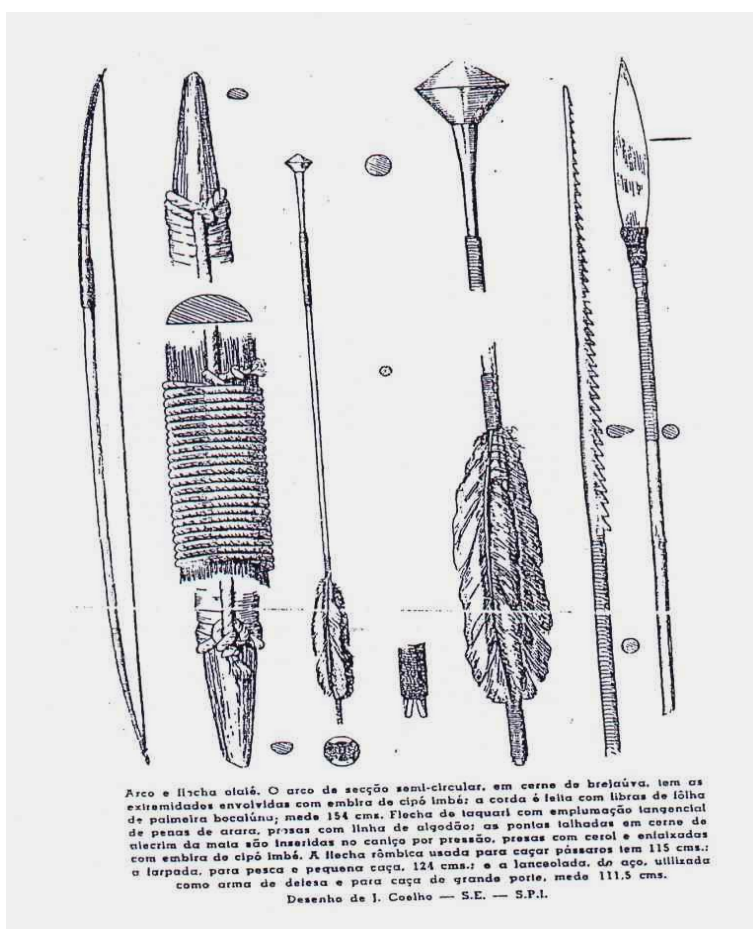


Figura 4 – Arco e Flecha Ofaié (Fonte: Ribeiro, 1976)

As pontas das flechas eram talhadas em cerne de madeira muito dura, geralmente o *alecrim da mata* e finamente polidas. Esse polimento praticado pelos Ofaié do rio Verde, era tarefa masculina e era feito com uma concha. As pontas são inseridas no caniço por pressão, presas com *cerol* (massa de

cera, resina ou cola) e enfaixadas com embira. As flechas rômbricas são usadas para caçar pássaro e medem 1,15 metro.

A ponta rombuda tem a finalidade de provocar uma forte batida, com o choque, o pássaro fica atordoado e cai. A flecha farpada é para pesca e pequena caça, e mede 1,24 m. Elas possuem farpas e quando atinge o animal, dificilmente ela sai, atrapalhando assim a sua fuga, o que facilita a sua *preia*.

A flecha lancetada com ponta de osso ou metal é usada como arma de defesa e para caça de grande porte (DUTRA, 1991, p. 15). Para a fiação das fibras eles possuíam um fuso de madeira. Também possuíam cachimbos que eram feitos de madeira ou de taquara.

A Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, durante a expedição que explorou o Rio do Peixe, em 1906, estabeleceu contato com representantes de grupos Kaingang, Kaiowá, Oti e Ofaié que viviam na foz desse rio em ambas as margens do rio Paraná. Das quatro tribos indígenas visitadas pela Comissão, o Dr. Jorge Tibiriçá, aponta terem sido os indígenas Ofaié, *os tipos mais belos, mais inteligentes e mais trabalhadores de todos os visitados por eles*.

A descrição que a Comissão faz da cultura material do grupo de Ofaié da margem direita do rio Paraná com quem manteve contato, é rica em detalhes: as flechas e os arcos eram *os mais belos que a Comissão tinha visto*, e as bolsas feitas de cordel com malhas *pequenas mereciam admiração entre os belos trabalhos de crouchet de nossas gentis senhoras* (COMISSÃO, 1913, p. 10).

5- A LÍNGUA OFAIÉ

Os apontamentos lingüísticos mais antigos que se tem notícia dos Ofaié foram recolhidos sem dúvida pelo filósofo tcheco Albert Vojtech von Fric que manteve contato em 1901 com um grupo deles nas margens do rio Verde, afluente do rio Paraná (no atual município de Brasilândia). Porém, como ele mesmo confessa, não conseguiu recolher as informações detalhadas que pretendia, e isso devido ao fato dele não compreender a chamada *língua geral*. Seu diálogo com os indígenas realizado por intermédio do intérprete que o acompanhava, não permitiu maiores aprofundamentos sobre a língua dos Ofaié dessa região (LOUKOTKA, 1931, p. 122).

Foi com base nessas informações, *fragmentárias*, segundo ele, entretanto, que seu colega, Chestmir Loukotka, fez a célebre comparação lingüística entre as tribos Oti, Akwen, Tupi-Guarani, Kukura e Ofaié, que lhe rendeu calorosa polêmica e discordância de Curt Nimuendajú através do artigo *A propos des indiens Kukura du Rio Verde (Brésil)* publicado em Paris, em 1932. Os textos de Chestmir Loukotka (em francês) e de Curt Nimuendajú (em alemão), sobre os indígenas Kukura encontram-se traduzidos para o português e publicados por Flávia Paula Carvalho (1991). A tradução utilizada por nós nessa pesquisa, entretanto, é anterior e foi realizada em 1987 por Hilda Zimmermann e Cristina Vigiano, da Associação Nacional de Apoio ao Índio-ANAÍ, de Porto Alegre-RS (DUTRA, 1996, p. 76, nota 7).

Em relação aos indígenas encontrados nas margens do rio Verde pelo explorador Fric e apresentado por Loukotka como sendo indígenas Kukura, o etnólogo Nimuendajú refuta categoricamente a afirmação sobre a descoberta de um novo grupo indígena até então desconhecido. Para ele não se tratava de uma nova língua isolada como propunha Loukotka; os indígenas que ali se encontravam nada mais eram do que *um bando de Ofaié*. Eu conheço a nação indígena mencionada por Fric, escreve Nimuendajú, *pois estive entre eles por duas vezes* (em 1909 e 1913), e posso afirmar que *de maneira alguma se trata de uma nova nação indígena, mas sim, dos Ofaié, denominados erroneamente de Xavantes* (NIMUENDAJÚ, 1932a, p. 187).

O etnólogo atribui o equívoco de Loukotka a duas possibilidades: A primeira, a de poder ter havido duas nações diferentes vivendo na foz do rio Verde, uma delas seria os Ofaié e a outra (os Kukura). Essa última tribo poderia ter sido exterminada no espaço de oito anos, entre as visitas de Fric (1901) e Nimuendajú (1909 e 1913). Porém, essa possibilidade contradiz as informações dos brasileiros e dos próprios Ofaié, lembra Nimuendajú, *porque um mesmo território, pequeno por sinal, não poderia abrigar duas nações distintas.*

A segunda possibilidade é a que parece mais provável. Seria a de que o intérprete de Fric teria sido um *Kaingá* (do Paraguai?, questiona-se Nimuendajú), o qual simplesmente mentiu ao viajante tcheco dizendo que conhecia a língua *Xavante*, conseguindo, diante dos indígenas do rio Verde, tão-somente *articular um mau guarani, e fantasiar a grande maioria dos vocábulos* coletados. Isso não era a primeira vez que acontecia --essa invenção praticada por intérpretes. A esse respeito Nimuendajú cita um caso semelhante ocorrido em relação aos Kaingang, de São Paulo e em relação aos Mura, do rio Madeira (NIMUENDAJÚ, 1932a, p. 189).

Linguísticamente, na classificação do Prof. Aryon Dall'Igna Rodrigues, os Ofaié são considerados como *sem-família*, dentro do tronco Macro-Jê (RODRIGUES, 1994). Estes *primitivos habitantes do Brasil meridional*, para utilizar uma expressão de Hermann von Ihering, na opinião de Nimuendajú, poderiam ter alguma relação lingüística com os indígenas do *Chaco*. Sobre essa hipótese aventada pelo etnólogo alemão discorreremos adiante no capítulo 4º dessa pesquisa (Os Ofaié do rio Negro e Taboco). Segundo Loukotka, em opinião partilhada também por Nimuendajú (1932), os Ofaié pertencem a um *grupo isolado* (GRIMES, 1983) com *intrusões de Jê* (LOUKOTKA, 1939, p. 153).

Sobre a classificação da língua indígena Ofaié, podemos conferir ainda mais três trabalhos: o de Wanda Hanke e sua lista de vocábulos (HANKE, 1964); o de Hermann von Ihering, onde ele reproduz a comparação lingüística coligida por Nimuendajú sobre os *Chavantes* de Campos Novos (*Oti*) e os *Chavantes Opaié* (IHERING, 1912, p. 8-13), e também o próprio

trabalho de Nimuendajú, que apresenta mais de 300 itens de um vocabulário dos *Opayé Chavante* (NIMUENDAJÚ, 1932b, p. 567-573). Foi, sem dúvida, o vocabulário coligido por Nimuendajú na região do rio Ivinhema, Vacaria e barra do rio Verde, que forneceu os elementos necessários ao estudo que possibilitou uma classificação por assim dizer definitiva da língua deste grupo.

Segundo Loukotka, os Ofaié apresentavam ainda na região do rio Vacaria, um dialeto, confirmado também por Nimuendajú, denominado *Guachi* (LOUKOTKA, 1968, p. 66). *O Senhor Kurt Unckel* (Nimuendajú), escreve Ihering, *é da opinião que pela sua língua, os Chavantes mostram algumas relações com os indígenas do Chaco*. O polêmico diretor do Museu Paulista, na época, recomendava *aos especialistas competentes de examinarem este parentesco*, do qual, entretanto, ele *não estava convencido* (IHERING, 1912, p. 13). Sobre essa questão, já informamos, aprofundaremos adiante.

A entidade religiosa Summer Institute of Linguistics (SIL), em 1958, sob o patrocínio do Museu Nacional do Rio de Janeiro realizou um trabalho de análise fonêmica e morfológica junto a um grupo que vivia na Fazenda Primavera, de propriedade de Antônio Moura Andrade, na margem direita do rio Paraná (atual município de Bataiporã). Tal estudo realizado por Sarah C. Gudschinsky (1971 e 1974), pode-se dizer, confirmou a classificação da língua Ofaié colocando-a *no seu devido lugar dentro da família Jê* (GUDSCHINSKY, 1974, p. 179).

Rapidamente pode-se dizer que o tronco Macro-Jê em quase sua totalidade abrange um grande número de famílias, além da família Jê. Essa família, entretanto, é a mais numerosa e apresenta características comuns à língua falada por povos que habitam sobretudo, os campos e cerrados. Estende-se desde o sul do Maranhão e do Pará em direção ao sul, pelos estados de Goiás e Mato Grosso, até os campos meridionais dos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A família Jê contrasta com a família Tupi-guarani que compreende línguas faladas em áreas de florestas tropical e subtropical (RODRIGUES, 1994, p. 47).

Trata-se o Ofaié, escreveu Nimuendajú (1914), *uma língua difícil de entender corretamente, e mais ainda de falar*. Em sua obra *As lendas da criação e destruição do mundo com fundamentos da religião dos Apapocuvaguarani*, o etnólogo alemão reconhece que apesar do pouco conhecimento para entender os mitos Ofaié quando contados, graças ao *contato muito íntimo* que manteve com o grupo do Ivinhema, ele conseguiu após algum tempo *captar algo*, recolhendo diversos mitos que lhes foi narrado. Mitos e lendas estes muito semelhantes aos recolhidos por Darcy Ribeiro, que ouviu de indígenas Ofaié que viviam na região do rio Samambaia (RIBEIRO, 1951). Estudos mais recentes sobre a língua desse povo podem ser encontrados em trabalhos realizados por Meiremárcia Guedes (1990), Marlene Carolina de Souza (1991), Lúcia Helena Tozzi da Silva (2002) e Maria das Dores de Oliveira, cuja pesquisa ainda se encontra em curso.

6- O MODO DE SER OFAIÉ

Descritos como de *estatura pequena, tímidos e de índole extremamente pacífica*, os Ofaié viveram sempre em pequenos grupos que *vagueavam* pelos campos em constantes migrações (METELLO, 1911). Miguel Arrojado Ribeiro Lisboa, pejorativamente, considera os Ofaié *fracos e medrosos, embora reputados mestres no roubo*. Razão, pela qual, segundo ele, o grupo *tem sido muito perseguido e sacrificado* (LISBOA, 1909, p. 63-4).

O termo *vaguear*, pode-se dizer, foi largamente utilizado pelos cronistas para delimitar a fronteira que separava o *eu* (o civilizado, o senhor), do *outro* (o indígena, o servo). Significava mais do que *passar ociosamente*, errar, vagar, *vagabundear* e zanzar. Preconceitos de linguagem na divulgação dos costumes indígenas foi uma constante no Brasil, o que certamente contribuiu, na prática eurocêntrica da colonização, para justificar o rápido extermínio a que se submeteram as populações indígenas do país.

Refutando o uso desse termo, Denise Maldini, em defesa dos indígenas Zoró, do estado de Mato Grosso, informa que *índios não perambulam*. No

campo das *fronteiras*, só temos a concordar com o binômio proposto pela autora: território e movimento, terra e toponímia, território e sociedade, sociedade e movimento. Como toda sociedade indígena, a organização social Ofaié sofreu ao longo dos anos *mudanças históricas, quando fatores diversos compeliram a modificações, colocando em conflito ou em cheque algumas de suas formas de organização* (MALDI, 1994, p. 231).

À semelhança de outros povos caçadores e coletores, pode-se dizer que os Ofaié *não perambulam: eles deslocam-se rumo a uma localidade nominada para buscar argila para panelas; para buscar mel; para buscar taquara para flechas ou pupunha para arcos*. E quando fazem isso estão à busca de recursos naturais que conhecem muito bem onde encontrá-los. *Conhecem e dão nome a tudo que diz respeito à fauna, a flora e a geografia que cortam seus territórios* (Idem).

Pelos freqüentes contatos, muitas vezes hostis, que travaram com os Kaiowá, ao longo dos anos, nas margens dos rios, os Ofaié teriam aprendido o fabrico de canoas, tomando também o costume de perfurar o lábio inferior. Darcy Ribeiro em 1948 encontrou-os no Samambaia com os lábios e orelhas furadas (RIBEIRO, 1997, p. 170). Em tempos passados há registros de que só perfuravam o lóbulo da orelha. Segundo Herbert Baldus, ele distingue-se dos Guarani pelos dados mitológicos e pelo fato de *vaguearem* (olha o termo aqui de novo), de preferência, pelos campos, *em vez de levarem, como os Guarani, uma vida essencialmente sedentária de lavradores da terra arrancadas à selva* (FREUNDT, 1947, p. 5). Um relatório recente da Funai de Campo Grande, genericamente os caracterizou da seguinte maneira: *os Ofaié são grandes, cara redonda, cabelos negros e lisos, pele escura* (ALMEIDA, 1988).

Vivem de preferência nos campos e não possuem cavalos. A respeito do fabrico de canoas, em 1979, depois de visitar um *sítio geográfico* de uma aldeia Ofaié, nos limites da Fazenda Conquista, nas margens do ribeirão Combate, hoje município de Anaurilândia, estado de Mato Grosso do Sul, uma equipe do Conselho Indigenista Missionário obteve informações que teria sido *achada recentemente no rio Ivinhema, uma canoa de origem Ofaié*.

Havia a informação, não confirmada por nós, de que ela estaria *exposta no Museu da Igreja de Bataiporã* (BRAND, 1981).

Sobre a confecção das canoas, o tenente Paulo Vicente de Vasconcelos informa que no ribeirão Peixinho, afluente da margem direita do rio Três Barras (no atual município de Anaurilândia) presenciou os Ofaié construírem uma canoa de madeira, cavada no tronco de uma árvore *peroba*, interiça, medindo 9 metros e meio de comprimento e quase um metro de largura na linha mestra (VASCONCELLOS, 1911). Curt Nimuendajú e os demais cronistas que descrevem a cultura desse povo, todos são unânimes em afirmar que os Ofaié faziam um bom uso de canoas tanto para o transporte de suas mudanças e viagens de uma aldeia à outra, como na *caça ao peixe* e aos demais animais terrestres. Na gravura abaixo, desenho do próprio Erich Freundt revela detalhes do cesto e arco e das flechas Ofaié.



Figura 5 – Ofaié com Cesto, Arco e Flecha (Fonte: Freundt, 1947)

Quando os campos ainda não se encontravam povoados pelos colonizadores, como descrevem os primeiros viajantes, os Ofaié deviam mesmo armar seus acampamentos sempre à beira dos riachos passando dias pescando ou colhendo mel silvestre. A menor suspeita de serem descobertos *invernavam-se* na mata. Quando era possível, faziam roças no interior das matas mais distantes, limpando a terra com o duplo cuidado para que o mato não a invadisse. Lançavam as sementes e abandonavam o roçado para só voltar meses depois, quando pudessem colher a produção (RIBEIRO, 1976, p. 92).

A respeito da *simplicidade* atribuída a esse povo, Nimuendajú narra um ilustrativo episódio. Conta que ele se encontrava a caminho do acampamento quando

encontrei um tatu que derrubei com um golpe do verso do facão no focinho do animal, levando-o para bom assado à fogueira do acampamento. Após a euforia inicial dos índios, um deles notou de repente que o tatu tinha uma orelha furada. Consternação geral! O animal era um companheiro de tribo, pois os Ofaié também tem as orelhas furadas (NIMUENDAJÚ, 1987, p. 118).

O etnólogo continua a narrativa informando que o tatu, que apenas ficara atordado com o golpe,

começou a se mover novamente; e foi deveras comovedor ver como esses cruéis caçadores, que jamais consideram necessário dar golpe de misericórdia numa caça, colocavam o bicho em pé e procuravam fazê-lo fugir. Tiveram, literalmente, que o ajudar a se embrenhar nos protetores arbustos circunvizinhos (Idem).

A esmagadora maioria dos registros os apresenta como detentores de uma alimentação que tinha por base, além da caça, da pesca e da coleta do mel, também insetos e frutas silvestres. Darcy Ribeiro relata que os Ofaié adquiriam uma das principais fontes de proteína de sua dieta, nas larvas (conhecidas como *coró*) que faziam crescer nos troncos podres das árvores

(RIBEIRO, 1977, p. 329). Alimento comum a diversos povos indígenas, esses *corós* eram *torrados* antes de serem comidos (SEREJO, s.d., p. 51). Quase a totalidade das informações recolhidas sobre a mitologia Ofaié deve-se a Nimuendajú (1909 e 1913) e a Darcy Ribeiro (1948) que visitaram aldeias Ofaié na região do Ivinhema e Samambaia, respectivamente.

A respeito do *kauim*, relata-nos a velha Arê (avó, na língua Ofaié) Francisca de Souza, em 1991 que, *quando os Ofaié ainda viviam em suas terras, eles faziam festas onde dançavam e cantavam*. Durante o preparo dessa bebida de milho fermentado e semelhante a *chicha* dos Guarani, por ser muito apreciada pelo grupo, disse-nos, que todas as mulheres da aldeia debulhavam o milho e socavam os seus grãos em grandes cochos de madeira. E provocou muitos risos nos demais Ofaié que cercavam a anciã, quando ela fez referência *à necessidade de se adicionar saliva na massa para que alcançasse a fermentação da bebida* (DUTRA, 1996, p. 31).

7- O PAU-DE-FOGO OFAIÉ

A existência de elementos comuns da cultura material Ofaié, tais como armas, bornais, flautas e cachimbos esculpidos em madeira (HARTMANN & DAMY, 1986, p. 239), que foram encontrados tanto por Albert von Fric nas margens do rio Verde, em 1901, como por Darcy Ribeiro no Samambaia, em 1948, bem como outros artefatos dispersos e oriundos de diversos pontos do atual estado de Mato Grosso do Sul, são reveladores, sem dúvida, da presença Ofaié num espaço geográfico bastante amplo.

Os apontamentos sobre o método de obtenção do fogo praticado pelos Ofaié recolhidos por Frederico Lane (1938) são igualmente reveladores de um dos costumes praticados por esse povo. Ainda que o autor refira-se a essa prática como *bastante comum e muito divulgada entre os diferentes povos da América*, popularidade essa confirmada por John M. Cooper que atribui a todos os indígenas sul-americanos esse conhecimento (RIBEIRO, 1986, p. 109), a descrição dessa técnica praticada por um grupo indígena ainda no ano de 1922, confirmam nossa suspeita de se tratar de um grupo bastante

recuado no contato com a sociedade e de localização distante do eixo Vacaria-Ivinhema.

A descrição realizada junto *de alguns semicivilizados errantes Chavantes, localizados há tempo no Taquaruçu*, revela o *particular interesse do pesquisador pelo seu processo de obtenção do fogo pela fricção da madeira*. A descrição, sobre o *bastão ou pau-de-fogo usado pelos Chavantes* é minuciosa: *ele é fino e reto, e é feito de um galho de brejaúva* (no nosso entender seja o *pau preto* ou *roxinho* que os Ofaié utilizam para fazer o arco).

O índio fazia um entalhe num pedaço da madeira e firmava a madeira no chão com o pé. Depois, com outro pedaço de madeira reta e fina, sua ponta era insertada (introduzida) no entalhe num ângulo vertical, sendo rapidamente girado com firmeza e pressão. Neste processo, as mãos deslizam para baixo e rapidamente sobem para a ponta superior do bastão, num trabalho constante até esquentar o entalhe e começar a sair faíscas de fogo. Colocavam folhas secas próximas às faíscas e o fogo era aceso (LANE, 1938, tradução nossa).

Sobre outros elementos da *cultura material* dos Ofaié, a maior parte dos artefatos recolhidos foram descritos ou desenhados por viajantes e pesquisadores durante o século XX. Um único achado data do século XIX. Na sua grande maioria essa produção só é encontrada hoje, na posse particular de uns poucos coletores. Num inventário realizado pelo Museu Paulista em 1986, sobre os Ofaié, havia o registro de somente sete peças (armas e cachimbos esculpidos em madeira), coletados e doados por Darcy Ribeiro em 1949, não sendo informado o local onde esses objetos foram recolhidos (HARTMANN e DAMY, 1986).

Os artefatos da cultura material Ofaié que teriam sido recolhidos no século XIX são citados como que fazendo parte da Coleção de G. G. Manizer e F. A. Fielstrup, do Museu de Antropologia e Etnografia, da Academia de Ciências da União Soviética (São Petersburgo), material que foi recolhido

entre 1826 e 1828 pela expedição científica de G. I. Langsdorff (MANIZER, 1967, p. 226).

A cultura material das populações indígenas, todos sabemos, constitui não somente a *parte visível do passado de um grupo* (HARTMANN e DAMY, 1986, p. 239), mas também as *evidências diretas dos períodos históricos não documentados pelo testemunho escrito*, representando indícios de migrações, contatos, etc. (RIBEIRO, 1985, p. 13-41), imprescindíveis ao estudo etnográfico e etnohistórico de um povo.

8- ACHADOS ARQUEOLÓGICOS OFAIÉ

Marc Bloch eternizou a máxima de que *a história é a ciência dos homens no tempo*. A arqueologia, como ciência social, de certa forma, também ela estuda as sociedades humanas no tempo, só que de uma maneira muito particular. Assim como os antropólogos e historiadores, advoga Jorge Eremites de Oliveira, o arqueólogo dedica-se também a estudar o homem em seus *múltiplos e indissociáveis aspectos sociais, culturais, ecológicos, políticos e econômicos, porém a partir e sobretudo da cultura material por elas produzida* (OLIVEIRA, 2002c, p. 25).

Qualquer pesquisa que se pretenda nesse campo, portanto, não sobrevive se não se valer, igualmente, do caráter interdisciplinar. A *investigação isolada*, seja da biologia, da história, da antropologia ou da arqueologia, naturalmente pode fornecer dados valiosos à qualquer estudo, *mas o esclarecimento de determinadas questões só pode ser feito mediante enfoques integrados* (SALZANO, 1992, p. 27). Por essa razão, nesse caso do estudo do território Ofaié, qualquer pesquisa não poderá prescindir da contribuição da arqueologia, até mesmo em razão de, somente ela possuir os instrumentos capazes de precisar e datar com números confiáveis, e assim por vez dissipar dúvidas e controvérsias sobre as origens e a dispersão desse povo sobre o vasto território ocupado.

Pouco se sabe sobre o passado e o modo de ser dos Ofaié no período que antecede o contato com o colonizador europeu. *Não há pesquisas arqueológicas e etnohistóricas que revelam esse panorama.* Há se concordar com o arqueólogo Gilson Rodolfo Martins que as primeiras informações concretas sobre a etnografia dos Ofaié só nos chegaram em meados do século XIX, *quando a expansão da fronteira agropastoril em terras do então sul de Mato Grosso já era uma realidade irreversível* (MARTINS, 2001, p. 308).

No campo da arqueologia propriamente dita, entretanto, somente na última década a pesquisa deu mostra de avanço mais expressivo em Mato Grosso do Sul. Ainda que algumas ações ligadas à essa disciplina no campo público tenham sido executadas na década de 1980 com o chamado Programa Arqueológico do Mato Grosso do Sul (OLIVEIRA, 2002b, p. 49), só recentemente a arqueologia contemplou em suas prospecções, espaços ocupados predominantemente pelos Ofaié --com a chamada *arqueologia de salvamento* (MARTINS & KASHIMOTO, 1998, p.88).

Trata-se dos projetos desenvolvidos em áreas que sofreram impactos causados por empreendimentos como a hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta (ex-Porto Primavera) e o gasoduto Brasil-Bolívia e outros projetos de mitigação ambiental (MARTINS, 1999, p. 73). Os diagnósticos e as escavações arqueológicas realizadas na bacia do rio Paraná, sem dúvida, abrem perspectivas novas sobre a paisagem e a reconstituição histórica dessa região. Os vestígios arqueológicos até então encontrados ainda não eram suficientes para a construção de um modelo explicativo sobre o processo de povoamento dessa região (MARTINS, 1998, p. 92), o que a partir desses estudos contribui para a mudança desse panorama.

Antes da publicação de achados recentes que apontam a existência de quase uma centena de sítios arqueológicos identificados nas sub-bacias que compõem a margem direita do rio Paraná (MARTINS, 2003), o que se tinha, em termos arqueológicos sobre essa região, era mínimo e ainda assim pouco confiável. A informação mais antiga consta haver sido recolhida em 1958, tendo como local a faixa justaposta ao rio Paraná, na região do Porto XV

(município de Bataguassu) onde foi apontada a presença de vestígios de *sepulcrários com urnas fúnebres* Guarani e Ofaié, do tipo *igaçabas*. Nessa mesma região, outro registro dá conta da existência na Fazenda Herval, localizada a aproximadamente 50 km de Bataguassu, de um aldeamento Ofaié, onde foram recolhidos fragmentos de uma urna fúnebre, apresentando o embelezamento pela chamada *técnica da unha* (BLUNA, 1973).

As pesquisas realizadas por Gilson Rodolfo Martins e Emília Mariko Kashimoto, no sítio Lagoa do Custódio Um, sítio Ribeirão Quiterói Um (ambos na margem direita do ribeirão Quiterói, no município de Anaurilândia), e sítio Alto Paraná Oito (na margem direita do rio Paraná, no município de Santa Rita do Pardo), revelam, sem dúvida, que o quadro paisagístico dessa região teve *forte influência na distribuição das etnias locais* (MATINS & KASHIMOTO, 1999, p. 55).

A margem dos grandes cursos d'água sempre abrigou *uma expansiva mata de galeria, enquanto que nos interflúvios a cobertura vegetal expressou-se através de extratos não arbóreos típico das savanas do Centro Oeste brasileiro, o cerrado* (MARTINS & KASHIMOTO, Idem). Isso, sem dúvida, garantiu tanto aos Ofaié a se manter presente nos campos naturais e cerrados, como aos Guarani encontrar o abrigo nas florestas ciliares próximas às margens dos principais rios da bacia do Paraná.

A propósito do *contraste entre os agricultores da floresta e os caçadores da savana*, oportuno referir aqui as palavras de Claude Lévi-Strauss:

(ele) pode ter uma significação cultural, mas não um fundamento natural (...). As florestas e as margens fluviais constituem o meio mais favorável ao cultivo, à caça e à pesca, e também à coleta. Não se pode distinguir entre uma cultura pré-hortícola conservada pelos povos da savana, e uma cultura superior, com base no cultivo, das clareiras florestais (LÉVI-STRAUSS, 1991, p. 131).

O autor diz isso pelo fato da savana encontrar-se em desvantagem em relação à coleta, haja vista que há muito mais coisas para coletar numa

floresta do que em outra parte. Ademais, *os povos coletores escolheriam o habitat florestal pela mesma razão que os cultivadores. Ou seja, ficariam na floresta, se pudessem. Se aí não estão é porque foram expulsos* (Idem). Razão que explica encontrarmos ao longo da história, a exemplo do povo coletor, também grupos de Ofaié cultivando nas estreitas faixas da *floresta-galeria* que, mesmo na savana, margeiam os principais cursos d'água.

No que se refere à arqueologia, ainda que na maioria dos sítios pesquisados a cerâmica aí encontrada refira-se a assentamentos de indígenas Guaraní pré-coloniais,

a presença seqüencial de camadas arqueológicas com material lítico lascado sugere que o local tenha sido sucessivamente, nos últimos milênios, ocupados por grupos caçadores-coletores que se aproveitaram da topografia favorável do lugar e da grande disponibilidade de recursos naturais para garantir a sua sobrevivência (MARTINS & KASHIMOTO, 1999, p. 61).

Considere-se que nas classificações etnográficas mais modernas que lidam com critérios etnológicos, lingüísticos e econômicos, todas elas tem delimitado e dividido esses espaços, como princípio geral, em grandes *áreas culturais* (GALVÃO, 1960). Áreas essas, todos sabemos, encerram características comuns entre os indivíduos que aí vivem, pelo seu modo de se adaptar à natureza. Dentro dessas áreas, entretanto, é importante que se considere que os povos indígenas não estavam sujeitos somente a ação da natureza. Ao lado da realidade geográfica, em íntima relação e correspondência com ela, estava também o fator econômico e cultural da sociedade envolvente que concorria com maior ou menor predominância sobre os povos indígenas.

No caso do sistema econômico dos Ofaié, é preciso ter em conta que interagiram com eles, em diversos pontos de seus territórios, outros grupos cuja subsistência não se baseava somente na caça e na coleta. O que permitiu a cultura Ofaié sofrer inclusões de técnicas de uma incipiente agricultura com a qual conviveu por um longo período, vindo a ser

incorporada pela sociedade indígena como complemento à economia que continuava a depender da caça, coleta e pesca.

Os vestígios de cerâmica encontrados na margem direita do rio Paraná e atribuídos sua autoria aos Ofaié (BLUNA, 1973), os artefatos da cultura material confeccionada com esse material oleiro, sobretudo entre os utensílios domésticos utilizados por esses indígenas, sua escassez pode ser explicada justamente por se tratar de um povo coletor de alimentos (caça, pesca e frutos silvestres). A exemplo dos Guató, podemos dizer, os Ofaié viviam em pequenos grupos, algumas vezes isolados e que necessitavam se valer da grande mobilidade espacial para a busca de alimento e abrigo. Não é de se estranhar, portanto, que eles não possuíssem ou se possuíssem, as vasilhas para o preparo e conservação dos alimentos, devesse ser muito pequenas (OLIVEIRA, 1999, p. 29), o que justificaria a sua difícil identificação nos achados de pesquisas etno-arqueológicas.

A contribuição que a arqueologia pode dar a etnohistória do povo Ofaié, sem dúvida, deve passar pelo estudo dos vestígios encontrados, como por exemplo, pelos artefatos recolhidos junto ao córrego da Cabeceira Perdida (município de Brasilândia) datados de cerca de 560 anos antes da época atual (MARTINS, KASHIMOTO & TATUMI, 1999, p. 88). Somente a partir de análise do conjunto de elementos encontrados ao longo da margem direita do rio Paraná é que se poderá *estabelecer as grandes linhas do povoamento* (KERN, 1998, p. 19), sobre essa região que ao longo dos anos os documentos e testemunhos têm apontado como sendo ocupada por diversos povos indígenas, entre eles, em algum momento da história, também pelos caçadores e coletores Ofaié. Mas isso já é tema para uma outra história.

Capítulo II

FONTES DOCUMENTAIS PARA UMA HISTÓRIA OFAIÉ

Tem-se dito que a história é uma construção, *um relato que, como tal, põe em cena tanto o presente como o passado*, não de forma unificada, mas *uma multiplicidade de histórias parciais, de cronologias heterogêneas e de relatos contraditórios* (COMPAGNON, 1999, p. 222). Trabalhar com as fontes que tratam da história dos indígenas Ofaié é perceber isso muito de perto. Quando se entra em contato com os relatos daqueles que foram os primeiros a escrever alguma coisa sobre eles, logo percebemos que estamos nos acercando de um objeto que possui diversos e complexos caminhos.

Apresentado como algo revestido de muitos rostos, *multifaces* de uma mesma história, ao pesquisador impõe afastar a tentação de produzir um relato *personalizado ou fictício* da realidade que pretende descrever. Isso porque, nos alerta Jack Goody, *nunca se sabe o suficiente sobre uma mesma sociedade*. Quanto mais quando se trata de sociedades indígenas que viveram em um tempo pretérito e pretendemos entendê-la no tempo presente sob novos ângulos! (GOODY, 2000, p. 40).

Os questionamentos de Michel de Certeau nos ajudam a superar o risco de se querer construir uma história do território Ofaié que se nos apresente desvinculada do tempo e do espaço. Percorrer a documentação histórica em busca de informações sobre os espaços que foram ocupados pelos Ofaié só é possível fazê-lo na medida em que se liga *idéias a lugares*, na medida em que se combina *lugar e prática*, identificando no campo da história, uma conexão entre o *possível e impossível* (CERTEAU, 2000, p. 65-67).

Isso quer dizer que os documentos e registros, de certa forma não estão prontos e acabados. A história que cada um comunica –porque fruto a

maioria deles das mãos de viajantes--, se insere num *jogo complexo de interações*. Há todo um jogo e contexto de representações sociais, ideológicas e de *mentalidades*¹ comuns a uma época e seu entorno que conviveu com os povos indígenas. A história aqui pretendida, portanto, não é estática; ela avança, na medida em que visita seus recônditos. Ao investigá-la é algo assim, como se pretendêssemos romper com a idéia de uma *história lenta, quase imóvel, da longa duração braudeliana* (LE GOFF, 1995, p. 13).

Ao analisarmos a documentação sobre a história do povo Ofaié, impossível não levar em consideração o peso das instituições e os espaços de poder que *marcaram* a produção historiográfica mato-grossense a partir do final do século XIX e início do século XX. Sob a influência das grandes famílias, dos coronéis abastados do pós-guerra e dos ocupantes dos postos oficiais de mando, a mão invisível da oligarquia rural que ditou as regras durante a República Velha no sul de Mato Grosso (CARONE, 1970), agiu de maneira incisiva sobre o significado e importância dos fatos que foram descritos sobre essa região.

Refletir sobre como se deu a trajetória do povo Ofaié a partir do *locus primário* que lhe tem sido apontado como berço os chamados *campos* do rio Brilhante, Vacaria e vale do Ivinhema, na região sul do antigo estado de Mato Grosso², requer, portanto, que se visite não somente o que já foi escrito sobre esse espaço físico que os abrigou até o início do século XX, mas também, os espaços sociais e políticos com quem eles interagiram.

Requer metodologicamente considerar a *dupla motivação* contida nesses registros e apontamentos: os momentos e circunstâncias, as motivações e saberes que deram sustentação aos acontecimentos ali ocorridos. Ao impregnar o *tecido documental* de verdades e descobertas de caminhos novos a serem trilhados, esses elementos plasmados na escrita, sem dúvida, revelam também o *rastro deixado pelos homens* (FOUCAULT, 1987, p. 8). Cabe, assim ao historiador, diria Pierre Vilar, estudá-los em seus

¹ - Entre os diversos tipos de atitudes e mentalidades desenvolvidas por setores da sociedade brasileira em relação aos povos indígenas podemos destacar a *etnocêntrica, a romântica, a absenteísta* (RIBEIRO, 1962), a *estatística, a burocrática e a empresarial* (OLIVEIRA, 1978), ambas reveladoras de uma visão estereotipada sobre o indígena que persiste como *categoria histórica* desde o tempo colonial.

² - A partir dessa citação, ao longo da pesquisa, quando nos referirmos a *Mato Grosso*, estamos querendo dizer região sul do antigo estado de Mato Grosso, área geográfica correspondente hoje ao estado de Mato Grosso do Sul.

mecanismos que vinculam a dinâmica das estruturas à sucessão dos acontecimentos (PRIETO, 1995, p. 12., tradução nossa).

Sem pretender incorrer no erro denunciado por Michel Foucault de querer reconstruir o passado tal como ele ocorreu (FOUCAULT, 1987, p. 7), o estudo das fontes tem como objetivo entender o processo. Ou seja, *desnudar o jogo das forças políticas* e a intervenção de personagens que foram decisivos, tanto para a sobrevivência como para o extermínio que rondou a nação Ofaié ao longo dos anos.

No universo dos acontecimentos que marcaram a passagem do SPI, a partir de 1910 e os diversos atores sociais que o circunscreveram nesse período em face das populações indígenas no Mato Grosso, as fontes disponíveis sobre o assunto se apresentam como que um convite ao pesquisador: que interprete *os dados através de uma visão crítica* a partir da orientação teórica que parte de um pressuposto que se configura imperativo: --que *as condições de existência material condicionaram as formas de consciência dos indivíduos* (GAGLIARDI, 1989, p. 22).

Na sua grande maioria, as fontes documentais disponíveis sobre os Ofaié revelam muito poucos dados etnográficos ³. Os registros encontrados são na sua maioria correspondências e atos oficiais das esferas federal e estadual que, durante o governo de Procópio Nilo Peçanha (1867-1924), levaram adiante a idéia de que *cabia à República resgatar os grupos indígenas do extermínio a que estavam sendo submetidos desde os tempos coloniais*, e colocá-los sob sua proteção (GAGLIARDI, 1989, p. 19).

São esses documentos que fornecessem aos pesquisadores a maior parte dos dados *ethnohistóricos* ⁴ sobre o povo Ofaié que auxiliam o pesquisador no seu propósito. Aponta informações sobre a geografia e a hidrografia, a localização de povoados e alguns dos hábitos indígenas. Sobre

³ - O termo *Etnografia* foi introduzido pelo historiador alemão B. G. Niebuhr em 1810 e vulgarizado pelo italiano Balbi em vários livros que publicou na França, de modo particular em seu Atlas Etnográfico do Globo, publicado em 1826. A etnografia foi primeiro uma classificação de grupos humanos a partir de suas características lingüísticas; mais tarde abrangeu também a cultura material, para finalmente, etnografia e etnologia se converterem em dois momentos de uma mesma investigação, na qual a análise etnográfica dedica-se a reunir documentos básicos e a síntese etnológica dedica-se a interpretá-los (POIRIER, 1987, p. 26-27, tradução nossa).

⁴ - O termo *Ethnohistória* (etnoistória) foi usado pela primeira vez por Clark Wissler, em 1909 para expressar um método que utiliza dados arqueológicos e dados provenientes de fontes textuais, como cronistas, funcionários públicos, missionários e viajantes, com o objetivo de reconstruir a história das culturas indígenas. É caracterizada pelo forte viés interdisciplinar no campo da antropologia e com grande influência da história, possuindo também uma proposta de interface com a arqueologia (OLIVEIRA, 2002a, p. 4).

o percurso da resistência indígena frente à perseguição dos exploradores, os documentos dizem muito pouco, quase nada. Um olhar mais crítico sobre as condições históricas em que se deu a relação entre indígenas e funcionários do SPI, bem como as demais intervenções do Estado junto à população em geral, raramente aparecem nos documentos.

Diante de um período tão obscuro e de tão escassas referências sobre o povo Ofaié, ao micro-historiador cabe o desafio de montar um estranho quebra-cabeça, *juntando detalhes e mais detalhes, na esperança que daquele conjunto possa surgir uma idéia derradeira com a qual consiga realizar uma costura* (GRUPIONI, 1998, p. 13). Exige-lhe, em outras palavras, ser mais que *inovador nos seus estilos e abordagens intelectuais*. Exige-lhe, nada menos do que ser *apenas original!* (PALLARES-BURKE, 2000, p. 13).

Dentre as diversas questões que permeavam o cotidiano da população Ofaié e demais indígenas que povoaram o sul da antiga Capitania de Mato Grosso e sua relação com a sociedade envolvente, difícil não dar acento para o contexto, marcado por conflitos entre o *uso e a posse da terra*, cerne de disputas entre indígenas e fazendeiros. Motivo de sangrentos massacres que resultaram praticamente no extermínio da nação Ofaié, a terra, escreve Manuela Carneiro da Cunha, *se constituiu durante o século XIX, sobretudo nas áreas de ocupação colonial, o cerne da questão indígena* (CUNHA, 1993, p. 11).

Estudar, portanto, as *fontes* que carregam em si os fragmentos da história desse povo, requer, inevitavelmente, que nos acerquemos com a devida cautela desses registros e apontamentos, uma vez que eles, via de regra, têm abordado a questão indígena de forma genérica e superficial, quando não eurocêntrica e preconceituosa.

O território sul-mato-grossense sempre foi visto no decorrer da história como *terra de promessa* e os indígenas como *obstáculo* à ocupação dessas terras. Assim, não é difícil de perceber que, se houve alguma preocupação por parte dos senhores desse Estado em identificar os territórios habitados pelos indígenas, a intenção não foi a de proteger os nativos, mas a de rapidamente ver-se livre deles.

Registre-se que o autóctone apareceu na história contada pela documentação sempre mais *a margem* do que *no interior* da sociedade regional a que pertenciam. O espaço habitado tanto pelos povos indígenas como pelas populações não-indígenas, sob diversos aspectos e circunstâncias, a todos, igualmente submeteu. A mão da instituição do Estado e da iniciativa privada, *grosso modo*, pode ser apontada como uma das maiores responsáveis pelo *desterramento* praticado contra os povos nativos de seus territórios. Nesse sentido as *fontes* oportunizam ao leitor adentrar o meandro dessas relações, onde *homens e homens* travaram seus embates em busca de *espaço* e reconhecimento.

Por outro lado, como diria Michel de Certeau, toda fonte é constituída também pelo nosso olhar (CERTEAU, 2000). Isso quer dizer que ela muda com o tempo e depende do lugar social do observador. Tanto o observador primeiro (que testemunhou o fato social), como o observador segundo (o historiador que analisa o registro), ambos são responsáveis pelo diálogo e a compreensão que oportuniza o surgimento do novo. Diante desses dois parâmetros, não resta outra alternativa ao pesquisador, senão a de debruçar-se, a partir de seu lugar comum, sobre a história e identificar as fendas capazes de romper a cortina do tempo que encobriu o ocultamento e o desterro do povo Ofaié.

Longe de pretender realizar uma reconstituição histórica *stricto sensu*, ao molde de uma história meramente narrativa, a abordagem dessas fontes primárias e secundárias, por se tratar de um trabalho de historiador, deverá buscar distanciar-se da *etnografia histórica*. Ainda que se duvide que o *refinamento teórico* possa produzir uma *antropologia que se diz cada dia mais próxima da história e de uma historiografia tão antropológica* (LIMA, 1995, p. 13), as fronteiras do objeto étnico aqui pretendido não configuram obstáculos.

Porque intimamente ligada a uma experiência vivida por mais de uma década muito de perto pelo pesquisador, a história que nos propomos buscar na trilha dos documentos ao *se internar no nível do cotidiano, do ordinário* desse *pequeno* povo Ofaié, cada vez mais *se firma ao anexar novos objetos* e

instrumentos de leitura. Daí a importância de se estar aberto a novas leituras, de tal maneira que nos permita *saber fazer a história de que o presente necessita* (LE GOFF, 1995, p. 15).

Agregar informações documentais sobre a temática da história dos indígenas Ofaié constitui-se, portanto, tremendo *esforço*. A exemplo de Marc Bloch (1888-1944), ao comentar a documentação disponível para a realização de uma história rural francesa (LINHARES e SILVA, 1990), podemos dizer o mesmo em relação à história do povo Ofaié: *o período é de difícil tratamento em face de uma documentação escassa e de manejo complexo*. Ainda assim, podemos elencar alguns *corpos documentais* interdisciplinares, e que podem proporcionar ao historiador *uma agenda para suas interrogações* (MONTEIRO, 1994, p. 7).

Na sua grande maioria, a documentação histórica quando se refere aos Ofaié os retrata sempre secundariamente, sobretudo quando aborda a questão do território ocupado e o transcurso histórico e sócio-cultural de suas célebres *migrações*. Como diria John Manuel Monteiro, já referido acima: os indígenas *aparecem*, como que surgidos do nada, *em registros escritos por observadores não-índios*. E o curioso é que esses observadores são sempre *juizes, escrivões, missionários, militares, políticos, administradores, sertanistas, viajantes, chefes de postos ou antropólogos, entre tantos outros* (Idem, p. 11).

Ora, o historiador que pesquisa o passado, trabalha sobre um material que já está escrito e a partir dele deve transformá-lo em história. Sua tarefa aqui em relação à documentação recolhida exige *ouvir e ler* novamente esses relatos e crônicas transformadas em história e que foi feita por *um punhado de exploradores*, para usar a expressão de Henri Moniot (MONIOT, 1995, p. 100). Somente um ouvido acurado poderá perceber as *vozes indígenas* que, de tempos em tempos, sufocadas, se fizeram presentes nessa documentação, constituindo *mais do que meros fragmentos de um passado emudecido* (MONTEIRO, 1994, p. 11).

Para uma classificação e tipologia das fontes que retratam a trajetória dos Ofaié e sua incursão pelos caminhos de uma história, via de regra,

contada por terceiros, torna-se necessário superar a dificuldade inicial que reside em localizar essas informações. Maria Yeda Linhares e Francisco Carlos Teixeira Silva, ao valerem-se da história *quantitativa* para estabelecer e utilizar as fontes numa *abordagem serial* (FURET, 1990, p. 89) lançam um alerta aos pesquisadores: *as fontes que deixam rastros são (as) dispersas, mal estruturadas, não raro pobres de conteúdo e, freqüentemente (hoje), se é que existiram no passado, desapareceram* (LINHARES e SILVA, 1990, p. 93).

Por isso, não seria estranho que, no caso dos Ofaié, a documentação que retrata a sua história não fosse justamente àquela oriunda basicamente de processos, correspondências, relatórios, narrativas e crônicas, na maioria das vezes negligenciada pela historiografia. Como consequência o que se tem é uma história indígena mínima e dispersa, verdadeira *história em migalhas* (DOSSE, 1992). Já foi dito inclusive que a historiografia brasileira tem sido cúmplice na tentativa de erradicar os povos indígenas (MONTEIRO, 1994, p. 10). O caso dos Ofaié é o maior exemplo disso quando verificamos que a participação dos historiadores na divulgação das ações desse povo tem sido inexplicavelmente discreta (Idem).

Como vimos acima, todo documento carrega em si *os traços deixados pelos pensamentos e pelas ações dos homens* (GLÉNISSON, 1983, p. 136). Os documentos utilizados numa pesquisa, transcritos a partir de seus originais, a maioria deles muito poucos divulgados, como é o caso da documentação que retrata os Ofaié, impossível não perceber que eles interagem com o historiador. Desde as minúcias relatadas pelo Tenente Vicente de Paulo Vasconcellos até a simples correspondência enviadas pelo SPI que, em 1911 informava sobre a situação vivida e os massacres praticados contra as populações indígenas de Mato Grosso, cada uma dessas informações leva o historiador a se identificar um pouco com uma delas. Como diria Jack Goody, *não se pode fazer nenhuma observação sem ser, em algum grau, também um participante* (GOODY, 2000, p. 34).

Há de se considerar também que desde 1838, quando da criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ⁵, sobre o país exercia-se forte influência na formação do elemento *nacional*, cabendo a historiografia brasileira no *delineamento desse perfil* (BORGES, 1992, p. 10) marcar esse período por um bom número de livros que eram na verdade, *mais crônicas históricas do que história, mais fontes que obras elaboradas* (IGLÉSIAS, 2000, p. 23). Foi por volta de 1854, sob a influência do modelo francês e a valorização de todo tipo de documento, e quando os conceitos de história passam a ter influência das idéias do historiógrafo Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), que a história do Brasil passou a ser contada praticamente por ingleses e alemães (Idem, p. 57, 66 e 72).

Não era de se estranhar que, no campo do indigenismo e da antropologia, as anotações de maior importância sobre os povos indígenas recaíssem também sobre os viajantes estrangeiros. Foi com a abertura dos portos brasileiros, em 1808, que se inaugurou no País um mar de possibilidades para naturalistas e viajantes europeus de diversas nacionalidades que passam a percorrer áreas até então de difícil acesso, com a intenção de saciar a curiosidade de uma Europa ávida de notícias sobre um Brasil até então muito pouco conhecido (DUARTE, 2002, p. 268).

No caso dos indígenas Ofaié, entretanto, não foi esse olhar franqueado aos estrangeiros do início do século XIX que trouxe a lume a realidade sobre a existência dessa etnia. As fontes que praticamente *descobriram* os Ofaié para a história, ainda que escassas, surgiram somente no século seguinte, naturalmente sob o olhar de estrangeiros: Albert von Fric, Nimuendajú, Loukotka, Freundt, Manizer, entre outros europeus que podem ser apontados como os *descobridores* desse povo.

A fonte de maior importância para qualquer estudo que se pretenda realizar sobre os Ofaié, sem dúvida, é o ***Relatório sobre os Chavantes de Matto Grosso-1913***, redigido por Curt Nimuendajú, um alemão que se transformou num dos precursores da etnografia no Brasil e que, ao lado das

⁵ - Para um estudo sobre a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ver MOTA, 1997.

informações esparsas contidas nos ***Relatórios das Linhas Telegráficas e Estratégicas do Estado de Mato Grosso e Amazonas***, do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, encerra o capítulo de maior conteúdo etnohistórico que já se escreveu sobre os Ofaié a partir de 1910.

Não obstante, ainda que ricas em detalhes, tais informações, não permitem uma compreensão segura dos acontecimentos, das implicações e das representações criadas acerca da trajetória desses indígenas. Carecem ainda essas informações, de um debruçar-se sobre elas e refletir sobre os embates que os Ofaié empreenderam, como por exemplo, em face da oligarquia rural que emerge após o final da guerra contra o Paraguai. Suprir a desinformação e explicar a ausência dos Ofaié nos contornos de uma história mais ampla configura desafio ainda hoje perscrutado por historiadores e antropólogos. E isso, por conta das deficiências da documentação e da inexistência de pesquisas etno-arqueológicas ⁶ dirigidas mais especificamente a esse povo, o que impede uma melhor compreensão de diversas questões que envolvem a identificação de seus antigos territórios e o dramático desterro a que foi submetido.

Pelo grau de importância, sem dúvida, são os relatórios e correspondências de Curt Nimuendajú que seguramente fornecem o maior volume de informações sobre a história e o território ocupado pelos indígenas Ofaié. Apesar de esse documento ter permanecido guardado por mais de setenta anos no arquivo particular do *inspetor de índios*, Luiz Bueno Horta Barbosa (GONÇALVES, 1993, p. 27), e só ter sido publicado em 1993 por iniciativa de Marco Antonio Gonçalves através da obra ***Curt Nimuendajú, Etnografia e Indigenismo. Sobre os Kaingang, os Ofaié-Xavante e os Índios do Pará***, este material se configura de vital importância para o entendimento de parte significativa da história Ofaié.

Três anos após a publicação organizada por Marcos Antonio Gonçalves, o então acadêmico de ciências sociais Carlos Alberto dos Santos Dutra, torna público, ao lado de outros textos inéditos sobre os Ofaié, o

⁶ - O termo *Etno-arqueologia* é utilizado por Lewis R. Binford a partir dos anos 70, quando ele percebe que *só recentemente* os documentos históricos passaram a ser utilizados pelos arqueólogos como fonte de informação. Elege como objeto da investigação a busca de dados significativos sobre a formação do registro arqueológico, a partir da observação das diferentes atividades desenvolvidas por grupos étnicos, reveladores de modelos arqueológicos, uma vez conhecidas nas atividades que as produziram (BINFORD, 1998, p. 28).

mesmo *Relatório do Curt*, com ligeiras correções, compilado a partir do microfilme 397 de propriedade do Museu do Índio-Funai, do Rio de Janeiro, inserido na obra ***Ofaié, morte e vida de um povo***, que incluía ainda textos de Ataíde Francisco Rodrigues (1991), Adriano Metello (1911), tenente Paulo de Vasconcelos (1911), general Cândido Rondon (1949) e Francisco Ibiapina da Fonseca (1953), trabalho que foi editado pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (DUTRA, 1996).

Não existem livros dedicados exclusivamente à história dos Ofaié. O tema só recentemente foi retomado por alguns pesquisadores, e ainda assim pelas bordas, numa narrativa que tem ensejado esforço para abrir espaço e credibilidade em face da perspectiva dominante. A maioria dos autores se refere aos Ofaié fragmentariamente, inserindo-os de quando em vez em alguma introdução panorâmica de trabalhos de releituras sobre as sociedades indígenas do atual estado de Mato Grosso do Sul.

O que Aracy Lopes da Silva escreveu sobre os Xavante Akwê, pode também valer para os Ofaié:

O conjunto de dados disponíveis nem sempre mostra com transparência as conexões entre os blocos de informações contidos em cada obra, não sendo sempre visível sua continuidade exata em termos cronológicos (SILVA, 1992, p. 360).

Buscar um elenco de bibliografia que contenha informações que nos permita uma análise na perspectiva histórica da trajetória dos Ofaié e o longo processo de *territorialização e desterritorialização* a que esse povo foi submetido, no conjunto dos escassos trabalhos que enfocam os dados de sua cultura e história, configura-se, na verdade, um desafio. Qualquer iniciativa que se proponha a explicitar a ordenação histórica em que esses momentos ocorreram no tempo e no espaço, de modo a permitir uma compreensão da história dos *assentamentos* e de sua trajetória espacial, tanto quanto possível em termos globais, exigirá redobrado esforço do pesquisador.

Ao lado do *Relatório do Curt*, podemos encontrar algumas informações timidamente distribuídas pelas páginas dos Relatórios do Serviço de Proteção aos Índios, nos Relatórios das Linhas Telegráficas e nos Relatórios da Comissão Rondon e Missão Rondon, que, de uma maneira geral, se apresentam como importantes fontes de pesquisa para a história indígena regional sul-mato-grossense.

Para o caso da construção de uma história do território Ofaié, a contribuição desses documentos se dá na medida em que eles, a seu modo, contextualizam a questão da terra, o que nos permite algum entendimento sobre o percurso que esse povo descreveu, no período compreendido entre o início e meados do século XX, marco temporal onde esse povo experimentou a perda mais significativa de seu território tradicional.

Para a finalidade dessa pesquisa, para uma classificação das fontes primárias relativas aos Ofaié, *grosso modo*, podemos agrupá-las em duas categorias, a saber. A primeira reúne aquelas obras produzidas no período marcado pelo **Os primeiros viajantes e exploradores**. São os relatos dos bandeirantes paulistas que exploraram o Oeste brasileiro no período anterior ao surgimento do SPI. A segunda categoria reúne, sobretudo, os documentos do **O SPI e as Linhas Telegráficas**, com textos de Nimuendajú, Rondon e das comissões e expedições científicas que vigoraram até a década anterior a extinção do SPI, período limite dessa pesquisa.

1- OS PRIMEIROS VIAJANTES E EXPLORADORES

No relato dos *primeiros viajantes e exploradores* do século XVIII e XIX em suas incursões pelo centro-oeste brasileiro, o indígena Ofaié raramente é mencionado. Durante o chamado *ciclo do ouro* que se deu em Mato Grosso a partir de 1718 (BRUNO, 1966, p. 60), as *entradas* que estabeleceram contato com os *bravios* indígenas que *perambulavam* no curso do *varadouro* Tietê-Paraná-Pardo, rumo às minas de Cuiabá (SIMONSEN, 1957, p. 230 e 280), nenhuma delas particulariza qualquer contato com os Ofaié, erroneamente

chamado pelos colonizadores pela denominação genérica *Chavantes*. Essa ausência de informação no relato dos pioneiros, bandeirantes e monçonenses, pode ser explicada pelo fato do panorama etnográfico difundido nesse período ainda se encontrar *bastante homogeneizado e reduzido a apenas duas categorias genéricas e dicotômicas de indígenas*: o que não era Tupi, era chamado de Tapuia (MONTEIRO, 1994, p. 19).

Expedições como a de 1716, realizada por Antônio Pires de Campos (TAUNAY, 1929), ou a de 1727, realizada pelo sorocabano Pascoal Moreira Cabral que permaneceu longo tempo no vale do *M'botetey*, como era referido inicialmente o rio Miranda ⁷, ou ainda a expedição ocorrida em 1748, realizada por D. Antônio Rolim de Moura, que *sulcou o rio Pardo* e suas célebres cachoeiras (CORREIA Fº, 1959, p. 206-208) se, por um lado, não mencionam o contato direto e detalhado com indígenas no seu percurso, por outro, há de se presumir que sua presença tenha causado *brutal impacto negativo sobre as sociedades indígenas ribeirinhas, contribuindo para a desorganização social e o declínio demográfico* de muitos povos (MONTEIRO, 1994, p. 18).

Sobre esse período e a façanha empreendida por algumas dessas expedições, muito já se escreveu e as fontes são relativamente abundantes. Ainda que genéricas e redigidas a partir do *ufanismo* ⁸ que predominou o período colonial bandeirante até o advento da República, inexistem obras que mencionam o contato bandeirante com os Ofaié. A obra ***Notícias Práticas. Das Minas do Cuiabá e Goyazes, na Capitania de São Paulo e Cuiabá***, escritas pelo Capitão João Antônio Cabral Camello, do ano de 1727, traz apenas referências sobre alguns indígenas que sua expedição avistou (CAMELLO, 1842). Visconde de Taunay, em sua obra ***El Matto Grosso Invadido-1866/1867***, publicada em 1929, descreve a expedição de 1716, de Antônio Pires de Campos, conhecido como *Pai Pirá*, em terras habitadas,

⁷ - Mais tarde, a expressão *M'botetey* passou a designar não mais o rio Miranda, mas o rio Aquidauana. Isso se deve ao fato de que *a certa altura esses dois rios confluem suas águas, o que certamente confundia os sertanistas* (ESSELIN, 2000, p. 47).

⁸ - Dos autores que contribuíram para a consolidação da imagem heróica dos Bandeirantes podemos destacar: Alfredo Ellis Júnior (O Bandeirantismo paulista), Affonso E. de Taunay (História geral das bandeiras paulistas) e Cassiano Ricardo (Marcha para o Oeste). Numa outra perspectiva, mais crítica, contrapõem-se aos primeiros as obras de: Viana Moog (Bandeirante e pioneiros) e Alcântara Machado (Vida e morte do bandeirante). Sobre o *ufanismo* ver QUEIROZ, 1992, p. 79-87.

hoje sabemos, pelos Ofaié, Kaiowá e Terena, ao longo dos rios Pardo, Anhanduí e Aquidauana, sem, contudo, mencioná-los (TAUNAY, 1929).

Cronologicamente, a referência oficial que assinala a presença dos Ofaié na margem direita do rio Paraná num período mais recuado é a registrada no **Mapa Etnográfico do Brasil**, organizado pelo indigenista da Fundação Nacional do Índio-Funai, João Américo Peret que localiza esses indígenas na região mencionada a partir de 1710 (PERET, 1975). Na grande maioria dos relatos seiscentistas e setecentistas, os *índios da nação Chavante* apontados pelos documentos, referem-se na maioria das vezes aos *Xavante Akwê* e *Xavante Oti*⁹, e não aos *Xavante Ofaié*.

Inclui-se aí o caso do *gentio Chavante* apontado pela expedição comandada por José Luiz Monteiro, de 1800 (SIQUEIRA, 1850, p. 40) e a menção ao *país dos Chavantes* observada pelo viajante Hércules Florence em sua **Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas** em 1826 (FLORENCE, 1941, p. 21).

Chamam-se Chavantes, alerta-nos o viajante, a todos os índios que aparecem na parte ocidental da província de São Paulo e para lá do Tietê (...) creio, porém, ser pouco numerosos e errantes esses indígenas (Idem), que eram, no nosso entender, provavelmente os *Chavante Oti*.

Em 1848, o **Itinerário de Joaquim Francisco Lopes**, revela a melhor rota de exploração entre a Província de São Paulo e a de Mato Grosso, pelo rio Paraguai, ocasião em que *conjectura* a autoria de um incêndio, na região *além do Paranapanema*, aos indígenas *selvagens da nação Chavante* (LOPES, 1872). Ainda que possam ter sido confundidos com os *Ofaié*, esses indígenas mencionados pelo viajante e que habitavam a região de São José dos Campos Novos, do lado paulista, tudo nos leva a crer se tratar de *Oti* e não de *Ofaié*¹⁰.

As informações etnográficas desse período são escassas, talvez pelo fato das *incursões luso-brasileiras* que ocorreram nessa região, não

⁹ - Sobre os indígenas *Oti* ver RIBEIRO, 1977; NIMUENDAJÚ, 1982; LIMA, 1978, e PINHEIRO, 1999.

¹⁰ - Telêmaco Morosini Borba, referindo-se à influência dos *Oti* sobre os *Kaiowá* e vice-versa, que viviam nas margens do rio Paranapanema e no norte do estado do Paraná, chega a mencionar a existência de um *vocabulário Caiguá-Chavante* elabora do por ele (BORBA, 1908, p. 72-76).

passassem *de empreendimentos meramente desbravadores, realizados por bandeirantes que, em sua busca de metais preciosos, não podiam encetar uma ocupação civilizadora* (OLIVEIRA, 1968, p. 40), e tampouco se deter em descrições mais pormenorizadas.

Outra documentação desse período mais anterior e que merece ser citada é a viagem que empreendeu o alemão Adoptivsohn der Wildnis, em 1900. Usando o pseudônimo de W. von Wieckhmann, ele cruzou pela República do Paraguai, a Sudeste de Mato Grosso e rio Paranapanema, ocasião em que contatou com um grupo Ofaié. A publicação que recebeu o título de ***Als ich und die erde noch jung war***, foi publicada em Berlin em 1928, e apresenta fotografias e mapas da região explorada pelo viajante (WIECKHMANN, 1928).

2- O SPI E AS LINHAS TELEGRÁFICAS

Foi a documentação do período que coincide com a criação do Serviço de Proteção aos Índios, as Comissões de Linhas Telegráficas, do lado mato-grossense, e a realização das expedições científica que desbravaram o Oeste paulista, que praticamente *apresentou* os indígenas Ofaié à sociedade brasileira. Em 1907, a ***Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo*** faz uma das primeiras referências aos indígenas Ofaié, por ocasião da ***Exploração do rio do Peixe***, afluente esquerdo do alto Paraná. Nessa ocasião, os indígenas chegam a travar um *encontro armado* com a turma da Comissão Geográfica (COMISSÃO, 1913). Além dos Ofaié, a Comissão faz referências também à presença de Guarani, Kaiowá e Kaingang na região.

O Relatório publicado no Período Presidencial do Dr. Jorge Tibiriçá, em 1913, apresenta pranchas e mapas da área percorrida. Miguel Arrojado Ribeiro Lisboa em sua obra ***Oeste de São Paulo-Sul de Mato Grosso. Estrada e Ferro Noroeste do Brasil***, de 1909, referindo-se a Comissão acima, lamenta não haver podido recolher entre os indígenas *pelo menos um*

vocabulário (...) para a classificação lingüística do povo Ofaié que ali encontrou (LISBOA, 1909, p. 164).

Foi, sem dúvida, Curt Nimuendajú quem elaborou e desenhou os primeiros *limites das terras desta nação*, trabalho que foi publicado no **Mapa Etnográfico do Brasil Meridional** (IHERING, 1911). Como ele mesmo recorda, *os limites das terras desta nação foram elaborados e desenhados por mim*, e não por Hermann von Ihering (1850-1930), que erroneamente apresentou aquela pesquisa como sua (NIMUENDAJÚ, 1932a, p. 187). No artigo intitulado **A propos des indiens Kukura du Rio Verde (Brésil)**, Curt Nimuendajú localiza os Ofaié, ao Norte, dividindo sua terra com a nação Kayapó Meridional que habitava o chamado Sertão de Camapuã, no alto Inhanduí e também nas cabeceiras dos rios Pardo e Verde (Idem).

Nos *Extractos de las Actas Del XVIIº Congreso Internacional de Americanistas*, em Buenos Aires, Hermann von Ihering publica em 1918 o trabalho **A Ethnographia do Brazil Meridional**, onde apresenta os resultados da exploração etnográfica empreendida pelo Museu de São Paulo que dirigiu até 1916, quando foi demitido (LOSANO, 1992, p. 99). Nesse estudo encontramos um vocabulário de 35 palavras Oti (*Chavantes, de Campos Novos*) e outro formado por mais de 300 palavras *Chavantes Opaié*. (IHERING, 1912, p. 8-13).

Os Ofaié (*Chavantes*), ao lado dos *Caingangues e Cayuás*, são mencionados ainda em 1909 por Ihering durante uma Exposição Nacional, quando pedia proteção *aos habitantes do sertão e colonos dos ataques dos selvagens e que tivessem garantias de vida e de propriedade*, assunto que aprofundou, ao lado de suas críticas ao positivismo de Rondon, no ensaio **A questão dos índios no Brasil**, publicado na Revista do Museu Paulista, em 1911 (IHERING, 1911, p. 125).

Configuram-se ainda fontes sobre os Ofaié os apontamentos da **Comissão de Linhas Telegráficas**, do General Rondon, bem como a documentação do **Serviço de Proteção aos Índios-SPI. As Informações para o Serviço de Proteção dos Índios no Sul de Mato Grosso**, de 1911, é

o primeiro documento a abordar a questão da demarcação de uma área para os Ofaié. Assinado por Adriano Metello, esse documento solicita que fossem firmadas *duas porções de campos devolutos* na região entre os rios Taquaruçu e Pardo ou entre o Taquaruçu e Verde, para *localização* dos Ofaié. O documento pedia também uma área na região do Ivinhema para os Guarani e Kaiowá (DUTRA, 1996, p. 283-284).

Noutra publicação intitulada ***Missão Rondon***, redigida pelo sertanista Cândido Mariano da Silva Rondon, encontramos o alerta do então Coronel de Engenharia em favor dos Ofaié das cabeceiras dos rios Taboco e Negro: *é necessário proteger a segurança pessoal e a vida* desses indígenas (RONDON, 1916, p. 58). Rebelava-se o sertanista pelo fato dos Ofaié estarem sendo sistematicamente caçados e exterminados a *tiros de carabina* pelo Coronel José Alves Ribeiro, *sob o pretexto de que matavam, para comer, as rezes de suas fazendas* (Idem, p. 59).

Desse período também é o documento de autoria do General Malan com o título de ***A Região Sul de Mato Grosso, Esboço Descritivo e Estatístico*** publicado na Revista Militar Brasileira em 1929. Descreve aí um encontro amigável que os oficiais, sob seu comando, tiveram, em 1924, com um *bando* de Ofaié no Porto XV de novembro (atual município de Bataguassu), juntamente com um grupo de Kaiowá. A obra configura-se uma raridade e contém uma das primeiras fotografias (que reproduzimos abaixo) que se tem notícias dos Ofaié nessa região, *vestidos de roupa civilizada*, observa o militar (MALAN, 1929, p. 500-1).



Figura 6 – Ofaié do Porto XV de Novembro, 1924 (Fonte: Malan, 1929)

Outro documento, o **Relatório do Tenente Vicente de Paulo Vasconcellos**, de 21 de setembro de 1911, dirigido ao Capitão Renato Barbosa Rodrigues Pereira, descreve a existência de indígenas Ofaié na *zona compreendida entre o Ivinhema e o riacho Três Barras*, denunciando que esses indígenas encontravam-se *compelidos pela nossa gente que lhes ia tomando as terras*. Informa também que os Ofaié faziam *longínquas excursões, indo mesmo até o rio Verde* (VASCONCELLOS, 1911).

Os relatórios da **Companhia de Viação de São Paulo-Mato Grosso**, que iniciou a navegação do rio Paraná em 1911 também revelam a existência de muitos *Chavantes* na barra do rio Taquaruçu (Orelha de Onça). Sabe-se que funcionários dessa companhia *ajudavam* os Ofaié que viviam na margem desse rio, com *alimentação, presentes e roupas*. Essas e outras informações sobre os Ofaié são descritas no Relatório do Tenente Vasconcellos já mencionado.

No âmbito do indigenismo oficial, entretanto, dois documentos configuram-se emblemáticos para os Ofaié. O primeiro, o **Decreto 683, de 20 de novembro de 1924**, de autoria do 1º Vice-Presidente em exercício do Estado, Dr. Estevão Alves Correia, publicado na Gazeta Oficial do Estado de Mato Grosso. Esse decreto reservou uma área de 3.600 hectares para os Ofaié na margem esquerda do rio Samambaia, na desembocadura do *córrego Chavantes*. O segundo documento é o **Decreto 1.302, de 8 de maio de 1952**, assinado pelo governador do Estado de Mato Grosso, Dr. Fernando Correia da Costa que *usando das atribuições que lhe confere o artigo 33, item I, da Constituição do Estado*, revogou o Decreto 683.

Para entender o que ocorreu nesse período de 28 anos que separam esses dois documentos e que resultou para os Ofaié na perda de um de seus territórios tradicionais e de fundamental importância para sua sobrevivência, devem ser consultados outros dois documentos.

O primeiro, é a **Remessa nº 237, de 19 de maio de 1949**, do Presidente do CNPI, General Cândido Mariano da Silva Rondon obtidas do Sr. Coronel Nicolau Bueno Horta Barbosa (DUTRA, 1996, p. 295-302). E o segundo, os **Autos da Demarcação da Área de Terras Reservada pelo governo do Estado**, pelo Decreto nº 683, de vinte de novembro de 1924, para o *Patrimônio dos Índios Chavantes*, de 29 de abril de 1927, realizado sob a responsabilidade do engenheiro-agrimensor Waldomiro de Souza, que reproduzimos abaixo.

O curioso nesse documento, e isso é revelador dos desencontros da política indigenista oficial que se prolongou através das sucessivas administrações, é a quantidade de carimbos que ele recebeu durante seu percurso pelos escaninhos do governo em Mato Grosso: Em 1927, recebe o carimbo do SPI; em 1961, encontramos o carimbo da Delegacia Especial de Terras e Colonização, em 1987, o carimbo do Terrasul, e em data ilegível o carimbo da Funai (DUTRA, 1996, p. 116).

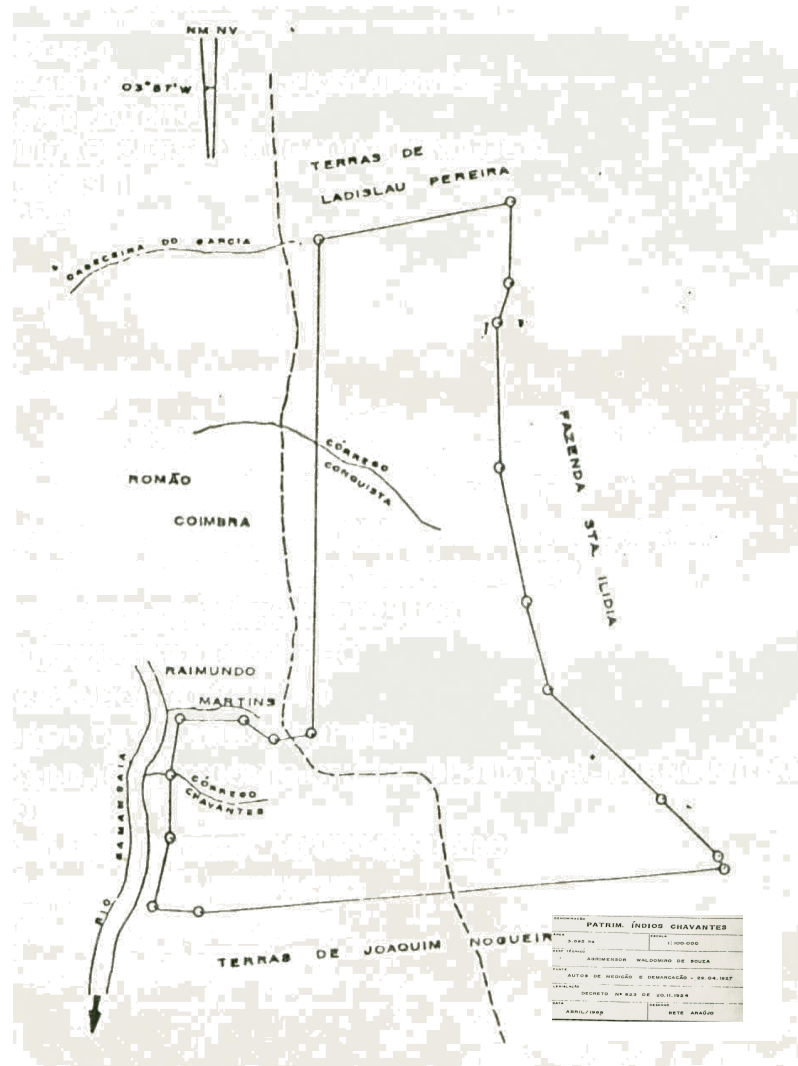


Figura 7 - Patrimônio dos Ofaié no Samambaia, 1927 (Fonte: Terrasul, 1988)

O primeiro documento, por um lado, esclarece a questão da medição das terras pertencentes aos indígenas Ofaié reconhecendo a região do rio Samambaia como sendo a área indígena escolhida pelo Estado para o aldeamento desses indígenas (DUTRA, 1996, p. 295-302), e por outro lado, por razões desconhecidas, argumenta contra a demarcação realizada nessa área, sob a alegação de que o *prestimoso auxiliar Pimentel Barbosa (...)* não teria podido fazer a demarcação legalmente autorizada, por falta de título de habilitação profissional (Idem, p. 118).

O segundo documento reveste-se também de importância pelo fato de que passados sessenta e quatro anos da assinatura do decreto que reservou

3600 hectares aos Ofaié (Decreto 683), e trinta e seis anos de sua revogação, ele ainda ter sido objeto de preocupação pela Delegacia Especial de Terras e Colonização do Estado de Mato Grosso do Sul em abril de 1988, quando foi elaborado um mapa em escala de 1:100.000 contendo o que convencionou chamar de **Patrimônio dos Índios Chavantes** (Idem, p. 116).

Outras fontes, igualmente importantes sobre os Ofaié, além das já descritas, são a obra **Índios de Mato Grosso**, de Erich Freundt, com introdução de Herbert Baldus, publicada em 1947, contendo gravuras de uma família Ofaié, desenhadas de próprio punho pelo autor (FREUNDT, 1947), e as pesquisas no campo da lingüística de Sarah C. Gudschinsky: **Ofaié-Xavante, a Jê Language. Estudos sobre línguas e culturas indígenas**, publicadas pelo Summer Institute of Linguistics-SIL em 1971, e **Fragmentos de Ofaié: a descrição de uma língua extinta**, publicado pelo mesmo instituto em 1974.

No campo da etnografia, há de se mencionar o artigo de Frederico Lane, **Notes on the fire-sticks used by some Indian tribes in Brasil**, publicado na revista *Ethnos*, de Estocolmo, em 1938, quando o zoólogo estudou a obtenção do fogo por parte de um grupo de Ofaié nas margens do rio Taquaruçu (LANE, 1938). Também o artigo do filósofo checo Chestmir Loukotka: **Les Indiens Kukura du Rio-Verde-Matto Grosso-Brésil**, publicado no *Journal de la Societé de Americanistes*, em 1931 contendo as descrições recolhidas trinta anos antes, por Albert Vojtech von Fric sobre os Ofaié das margens do rio Verde, afluente do Paraná (LOUKOTKA, 1931), e o trabalho de Henri Henriknovitch Manizer sobre **A Música e instrumentos de música de algumas tribos o Brasil** publicado na *Revista Brasileira de Música* no ano de 1934 (MANIZER, 1934). Curt Nimuendajú, refutando as idéias de Chestmir Loukotka, haveria de escrever em 1932 o artigo **A propos des indiens Kukura du Rio Verde (Brésil)**, publicado no *Journal de la Societé de Americanistes*, de Paris (NIMUENDAJÚ, 1932).

Em sua principal obra **As lendas da criação e destruição do mundo como fundamentos da religião dos Apapocuva-Guarani**, publicada pela primeira vez em 1914, em alemão, Curt Nimuendajú

debruça-se atenta e localizadamente sobre a cultura, mitos e religião de diversas sociedades indígenas, o que o consagrou como *o etnógrafo de campo que mais conheceu grupos indígenas diferentes no Brasil* (GRUPIONI, 1998, p. 166). Em meio às suas pesquisas no Oeste Paulista, junto aos *índios Apapocuva-Guarani*, do rio Batalha, espanta-se o pesquisador Luís Donisete Benzi Grupioni, que Nimuendajú tenha se detido ao longo de quatro páginas para descrever alguns dos mitos Ofaié (NIMUENDAJÚ, 1987, p. 118; 124-128).

A experiência de Darcy Ribeiro junto a um grupo de Ofaié nos limites da fazenda Primavera, de Joaquim de Moura Andrade (hoje município de Bataiporã) no ano de 1948 e a publicação desse trabalho, pela Revista do Museu Paulista em 1951, sob o título ***Notícia dos Ofaié-Chavantes*** é a obra recente que maior número de informações reúne sobre esse povo. É digna de nota não somente por recolher os mitos re-lembrados pelas duas famílias que viviam nas margens do rio Samambaia, mas pela panorâmica da trajetória empreendida por esse povo ao longo da história, bem como a bibliografia e as fontes a que teve acesso, como funcionário do SPI, e conseguiu recolher nessa obra, que pode ser rapidamente apontada como de referência para uma história Ofaié.

Registre-se que a obra ***Os índios e a civilização***, desse mesmo autor dedica algumas páginas para relatar as chacinas praticadas contra os Ofaié na região do rio Negro e Ivinhema pelo famoso fazendeiro da família *Barbosa*, conhecido como *Gato Preto* (RIBEIRO, 1977, p. 113).

As demais informações sobre os Ofaié encontram-se dispersas entre uma correspondência aqui e um relatório de campo ali. Entre as cartas que trazem informações mais significativas sobre os Ofaié, podemos ainda destacar a ***correspondência de 17 de agosto de 1912***, de São Paulo, do frei Affonso Capuchinho, dirigida aos membros do Congresso Estadual, oportunidade em que solicita *a cessão de uma área de terra para os índios Coroados, Guarany, Xavantes e Cayuás*. Cópia datilografada desse documento se encontra em microfilme no Setor de Documentação do Museu do Índio-Funai, sob número 397 (AFFONSO, 1912).

Sobre a presença de um grupo de Ofaié espalhados pelas fazendas do rio Negro, o **relatório** do agente cedido, Raymundo Hoestensen, de Cuiabá, datado **de 3 de fevereiro de 1916** dá notícias sobre eles (HOESTENSEN, 1916). Para entender a presença indígena nessa região, o livro do memorialista Renato Alves Ribeiro, **Taboco, 150 anos: Balaio de recordações**, de 1984, traz informações sobre os Ofaié que ocuparam nessa região, espaço antigo de domínio *Guaxi*, e que será refletido adiante (RIBEIRO, 1984).

Sobre a relação do povo Ofaié com os indígenas do Chaco, o assunto já foi motivo de acalorada discussão no campo lingüístico por Chestmir Loukotka, quando defendeu em sua **Classification of south American Indian Languages**, publicado em Los Angeles em 1968, que os Ofaié apresentavam na região do rio Vacaria, um dialeto, confirmado também por Nimuendajû, denominado *Guachí* (LOUKOTKA, 1968).

Ao comentar a comparação lingüística entre o Ofaié e o *Guaxi*, o então diretor do Museu Paulista, Herman von Ihering publica em Buenos Aires, em 1912 **A etnografia do Brasil Meridional**, onde recomendava *examinarem este parentesco*, do qual, entretanto, ele *não estava convencido* (IHERING, 1912). Digna de nota para se entender a política indigenista dessa época é uma outra publicação de Hermann von Ihering, **A Questão dos Índios no Brasil**, inserida num dos números da Revista do Museu Paulista em 1911. Aí o alemão naturalizado brasileiro faz dura oposição ao programa da *Nova Inspeção Federal de Proteção Fraternal dos índios do Brasil*, proposta pelo então Coronel Cândido Rondon. Na defesa de suas idéias, Ihering cita como exemplo:

O assalto e o saque dos índios Chavante-Opayé à casa de Pedro Lopes em Nhanduhy, na Vacaria de Mato Grosso, a 4 de janeiro de 1905. O caso da mansidão dos Chavantes, para ele, nada mais era do que um ardil para mais facilmente assassinar os seus benfeitores (IHERING, 1911, p. 126-7).

De toda a correspondência de Curt Nimuendajú sobre os Ofaié que já se encontra publicada, podemos ainda elencar as quatro *Cartas das Expedições Ofaié* dirigidas ao Inspetor do SPI, Luiz Bueno Horta Barbosa, reunidas por Marco Antonio Gonçalves: **a de 12 de janeiro de 1912**, de Porto Alegre, contendo informações sobre os Ofaié da fazenda dos Norte-Americanos e sobre o Retiro da Boa Esperança, na barra do rio Taquaruçu; **a de 9 de janeiro de 1913**, de Porto Tibiriçá, relatando as péssimas condições de saúde dos frades capuchinhos e dos indígenas que viviam nas barra do rio Verde; **a de 16 de março de 1913**, de Porto Tibiriçá, que aponta a existência de Ofaié no curso do rio Ivypiranga; **a de 30 de março de 1913**, de Porto Tibiriçá, que informa sobre os Ofaié que viviam na região dos rios Ivypiranga e Taquaruçu, além do *Relatório sobre os Xavantes de Mato Grosso*, de 1913 (GONÇALVES, 1993; DUTRA, 1996).

Após o ano de 1916, a documentação sobre os Ofaié praticamente desaparece dos arquivos oficiais. Um longo período de silêncio historiográfico só quebrado pela publicação em 20 de novembro de 1924, do **Decreto 683** que criou uma reserva para os *Chavantes* da margem esquerda do rio Samambaia (DUTRA, 1987, p. 29). Depois disso, o próximo posicionamento oficial do SPI só é verificado após vinte cinco anos, quando no dia **5 de abril de 1949** o Coronel Nicolau Bueno Horta Barbosa dirige ofício ao Presidente do CNPI, Cândido Rondon contendo informações sobre as terras dos indígenas Ofaié em resposta a um telegrama que o general Rondon tinha enviado ao coronel Horta Barbosa (BARBOSA, 1949). Nesse mesmo ano, o General Rondon envia a já citada **Remessa nº 237**, onde informa sobre a *terra dos índios Ofaiés*.

Entre 1949 e 1950 correspondências trocadas entre os altos escalões do Conselho Nacional de Proteção aos Índios-CNPI e o Serviço de Proteção aos Índios-SPI revelam que a *questão do território Ofaié* estava longe de ser resolvida. Em **19 de maio de 1949**, o General Rondon escreve ao Diretor do SPI, na época, Dr. Modesto Denatini Dias da Cruz; em **1º de junho desse mesmo ano**, o secretário do CNPI, Coronel Amílcar Armando Botelho de Magalhães dirige-se ao Diretor interino do SPI, Dr. Jaguanharo Tinoco do

Amaral enviando-lhe informações que preenchem *lacuna* constante do relatório sobre as terras dos indígenas Ofaié. No dia **8 de fevereiro de 1950** o chefe da Inspetoria Regional-6, de Cuiabá, Benjamim Duarte Monteiro dirige-se ao Presidente do CNPI enviando relação das reservas de *áreas de terras de nossos índios*.

É, entretanto, a correspondência de **3 de março de 1952**, redigida pelo coronel Nicolau Bueno Horta Barbosa, de Petrópolis e dirigida ao Sr. Wilson Barbosa Martins, de Campo Grande, a que inspira e requer maior atenção. Sobre essa correspondência assinada pelo ex-chefe da Inspetoria Regional do SPI, refletiremos adiante quando percorrermos as terras localizadas *entre o Ivinhema e o Três Barras* em busca de vestígios dos embates travados entre os Ofaié e oligarquia rural da região. Curiosas, entretanto, as palavras do coronel ex-servidor do SPI nessa missiva: *As terras em questão, não interessam aos índios*, ao mesmo tempo em que conclama o seu correspondente para que *ande sem demora, antes que outro menos capaz se adiante e fique dono das terras tão futuras*, referindo-se às terras onde se encontravam os Ofaié (DUTRA, 1996, p. 179).

Um ano após esse episódio, o **Relatório de viagem a Três Lagoas**, redigido pelo Inspetor do SPI, Francisco Ibiapina da Fonseca em 21 de setembro de 1953 (DUTRA, 1996, p. 137-141), revela, surpreendentemente, nas margens do rio Verde (hoje município de Brasilândia), um contingente de cerca de 58 indígenas Ofaié que são arrolados pelo funcionário e citados pelo nome, idade e estado civil, a pedido do órgão indigenista oficial. Consta esses indígenas terem sido expulsos da Fazenda Boa Esperança nessa época, razão da presença do funcionário no local, oportunidade em que observamos na lista de indígenas recolhida pelo Inspetor, a presença de alguns nomes que se encontravam na relação de nomes organizada em 1913 por Nimuendajú de indígenas aldeados no Posto do Laranjalzinho (Ivinhema).

Quanto à produção e escritos recente dos próprios indígenas Ofaié, podemos citar a entrevista **Ouvindo o velho Alfredo**, recolhida em **18 de março de 1987** (DUTRA, 1996, p. 130-136), além do texto **Xehitâ-ha**,

testemunha do massacre, de autoria de Ataíde Francisco Rodrigues (DUTRA, 1996, p. 28-69), publicado inicialmente sob o título *O Povo Ofaié em Terra Indígena* (RODRIGUES, 1991, p. 29-38). Sob o título **Hoje e antigamente**, José de Sousa, publicou **Cói Ofaié, aprende a escrever sobre sua gente**, onde revela também dados etnográficos da memória recente da comunidade Ofaié de Brasilândia (CECCATO, 1991).

Ao concluir esse capítulo onde buscamos elencar as principais fontes que retratam o percurso dos indígenas Ofaié ao longo da história, nos cabe o alerta de que o espaço geográfico focado na documentação norteou-se por um marco temporal definido entre o final do século XIX e meados do século XX, coincidindo com o período republicano e as ações do Serviço de Proteção aos Índios-SPI desenvolvidas no curso de cinco décadas. Outro alerta, desnecessário lembrar, é que toda a produção de textos relativo aos Ofaié (e igualmente sobre outros povos contemporâneos) ela se deu sempre em íntima relação com as *tensões entre as oligarquias locais e os surtos de centralização do poder que exerceram violento e continuado assédio sobre suas terras* (DANTAS, 1993, p. 11).

O alerta serve para informar ao leitor que essas *fontes de documentação* não são absolutas. Ao ajudar o historiador na *reconstrução* da história dos povos indígenas os documentos, mais do que *monumentos* eles estão aí, vivos, ainda que muito deles ainda dormindo *o sono dos povos sem história*, prisioneiros do *silêncio da pressão colonial* (NORA, 1995, p. 180). Cabe, portanto, ao historiador não olvidar que esses relatórios, ofícios e ordens de serviço que retratam meio século de história abordado pela pesquisa, todos eles se imbricam num prolongado contato entre políticas e interesses regionais, e são resultantes de opressões e privilégios ao longo de todo esse período. Nas palavras de Michel de Certeau, a pesquisa produzida pelo historiador, também ela não está isenta dessas *determinações próprias*: ela também é articulada a partir de um *lugar-comum* de produção sócio-econômico, político e cultural (CERTÉAU, 1995, p. 18).

Escrever a história dos Ofaié, quer na perspectiva *ética*, ou seja, a partir das representações que criamos a respeito desses *índios* e nossas

cronologias temporais, quer na perspectiva *êmica*, ou seja, a partir do ponto de vista dos próprios indígenas, de seus mitos e dinâmicas temporais singulares, escrever sua história é nada menos do que re-escrever tudo o que já foi dito e pensado (OLIVEIRA, 2002a). Tanto os historiadores como os antropólogos, nessa tarefa de construir *suas* histórias indígenas, se depreende que devam valer-se tanto das *fontes textuais*, retidas nos velhos e empoeirados arquivos, como também das *fontes da tradição*.

Porque não há como negar que sempre é possível recolher da boca dos próprios indígenas, fragmentos de uma história protagonizada há séculos e que por igual período lhes tem sido negado o direito de tomar parte dela. Ainda que se busque resposta para o presente num passado remoto, a história continua a ser um *edifício inacabado*, diria Bruce G. Trigger (1986), e o campo da etnohistória, ainda é um mar de possibilidades, com um longo caminho a percorrer.

Capítulo III

O TERRITÓRIO OFAIÉ

No imaginário dos conquistadores, o indígena sempre foi entendido como habitante de um espaço desconhecido, *indefinível, flutuante e nebuloso*. Foi, sem dúvida, o projeto colonizador, ao longo dos anos, que assumiu a tarefa de *transformar esse espaço desconhecido em território plausível, a partir dos códigos culturais europeus* (MALDI, 1997, p. 211). A intervenção direta, sobre o território indígena, das atividades do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais, criado em 1910 pelo governo brasileiro, impôs à geografia étnica uma *nova ordenação espacial* (ALMEIDA, 2001, p. 21).

A ação disciplinadora das *reservas indígenas*, propostas pela política indigenista oficial a partir desse período, nada mais conseguiu senão a façanha de transformar um amplo *espaço* ocupado por indígenas, em *território* vigiado e de tutela institucional. Extensas áreas de *perambulação* livre acabaram sendo reduzidas

a diminutas *porções de terra reconhecidas pela administração pública através de seus diversos aparelhos como sendo de posse de índios e atribuída, por meios jurídicos, para o estabelecimento e a manutenção dos povos indígenas* (LIMA, 1995, p. 76).

Longe de ser pensado ou descrito segundo as coordenadas de um fenômeno natural, a definição de uma *terra indígena* insere-se num contexto e processo político onde o Estado tem papel decisivo ao reconhecer os direitos de uma comunidade indígena sobre parte do território nacional (OLIVEIRA, 1999, p. 177). Ainda que os territórios indígenas durante a maior

parte do tempo estivessem sob constante influência de *acréscimos, diminuição, junções e separações*, como decorrência da própria natureza do processo de territorialização praticado por indígenas e não-indígenas, há de se reconhecer que em tempo recente –no caso do território Ofaié-- , a territorialização e desterritorialização desse povo teve íntima ligação com os *desacertos do Estado e iniciativas espúrias dos interesses contrários aos indígenas* (Idem).

A noção de *território*, todos sabemos, é algo complexo e sobre ele pesa uma representação coletiva, uma ordenação primária de um espaço que transcende a mera geografia. A transformação da categoria *espaço* em *território* pode ser entendida como um fenômeno de *representação através do qual os grupos humanos constroem sua relação com a materialidade, num ponto em que a natureza e a cultura se fundem*. Nas palavras de Denise Maldini, a noção de *território* não se dissocia da noção de *territorialidade*.

Por ser *um fenômeno de comportamento associado à organização do espaço em esferas de influência ou em territórios nitidamente delimitados*, a noção de território assume *características distintas* e pode ser considerado algo exclusivo de quem o ocupa ou de quem o define (MALDI, 1997, p. 186). Semelhante idéia de espaço é apresentada por Robert David Sack, segundo o qual territorialidade revela uma *forma de controle* exercido por um grupo *sobre uma determinada área, o território* (MALDI, 1997, p. 19).

A noção de território, para o propósito dessa pesquisa, entretanto, reclama esforço de revelação. *Grosso modo* pode ser entendida como aquela parcela geográfica que serve de *habitat* exclusivo a um grupo humano. Diz-se *exclusivo* porque o grupo que sobre ele vive, sempre *tende a manter zelosamente seu direito de preservar e explorá-lo* (SILVA, 1987, p. 1227). Essa noção, entretanto, vai além de mera expressão de uma realidade espacial preexistente, e está longe de ser exclusiva. A semelhança de um *Estado*, o território indígena *é uma criação*, pode-se dizer, uma representação *histórica*, onde os membros de uma determinada comunidade étnica comungam *configurações dessa realidade espacial, definidas através*

de fronteiras, o que equivale dizer que ele está relacionado com o uso e à ocupação da terra (MALDI, 1997, p. 212).

Em que pese, a partir da criação do SPI, todo o esforço institucional para buscar reunir em *postos de atração*, o que numericamente havia restado da *antiga nação Ofaié* que vivia nas margens do rio Vacaria e região circunvizinha, tal iniciativa, depreende-se, não conseguiu *preencher o vazio deixado pelo desenraizamento* dessa comunidade e seu parentesco, quando se viu arrancada do solo onde vivia e foi transferida para lugares distantes (BHABHA, 1998, p. 194). O afastamento de um grupo indígena de seu território tradicional não implica na perda de sua identidade e valores culturais, isso porque, disse o geógrafo, *ele emigra com sua concha* (SODRÉ, 1997, p. 117), entretanto, tal dispersão, gerou para os Ofaié, drástica redução na área de caça, pesca e coleta; enfim, reduziu-lhe o horizonte.

Pode-se dizer que a cada começo, em um novo território, a cada situação nova determinada por essas constantes mudanças espaciais, implicava também a elaboração de novos discursos, *narrativas sociais e literárias* produzidas sob a influência de um poder dominante que não buscou cumprir outra função que não fosse a de *encobrir espaços de lutas obscurecidas* promovidas por povos que jamais experimentaram o respeito à sua autodeterminação e alteridade autóctone (Idem).

1 – ALGUNS CONCEITOS TEÓRICOS

Entre 1900 e 1906, o então major engenheiro Cândido Mariano da Silva Rondon, em visita à fazenda do Campeiro, localizada, hoje, próximo ao distrito de Capão Seco, município de Sidrolândia, no atual estado de Mato Grosso do Sul, registrou ter visto *um índio menor da nação Ofaié, escravizado pelos fazendeiros do Vacaria* (RONDON, 1949b, p. 102). A citação nos remete a algumas concepções e conceitos que comumente são associadas aos povos indígenas, porém, na maioria das vezes, superficialmente. *Essencial para a interpretação crítica das construções*

discursivas que nos propomos a realizar, diria Pedro Paulo Funari, nesse caso, *a desconstrução das narrativas dominantes* configuram-se *importantes para a compreensão das implicações de nossos próprios quadros conceituais de interpretação* (FUNARI, 1999, p. 87).

A partir da informação de Rondon, podemos identificar algumas categorias que podem ser úteis à compreensão da temática a que nos propomos discorrer.

São os conceitos de *nação* (Ofaié); *identidade* (indígena); *território / territorialização e desterritorialização* (campos da Vacaria), *dominação* (escravizado) e *poder / cultura* (fazendeiro / indígena). Tais enunciados, ainda que possa haver autores que manifeste alguma resistência em defini-los como é o caso de Marc Bloch e Lucien Febvre (PRIETO, 1995, p. 12), para os objetivos dessa pesquisa, algumas considerações rápidas sobre eles se tornam necessárias.

O conceito de **dominação**, que em Max Weber (1864-1920) é sociológico e corresponde a *possibilidade de uma ordem ser obedecida por um grupo determinado de indivíduos*, cabe aqui dizer que ele é fruto de uma *relação social*, onde o comportamento *de uns se pauta pelo* (comportamento) *de outros* (BOUDON & BOURRICAUD, 1993, p. 173). Tal relação, em tese, se dá de uma forma *gritantemente assimétrica*, já que, de um lado, encontramos uma ordem e de outro, um indivíduo que se submete a ela.

No caso do Ofaié *escravizado* que foi identificado por Rondon, entretanto, a dominação verificada não se limita somente à interação entre o indivíduo (o fazendeiro) que comanda e o indivíduo (o indígena) que obedece. A dominação aqui é entendida no seu sentido estrutural, onde vários atores imprimem determinado comportamento, gerando um conjunto de expectativas em relação a uma norma, interesse ou gosto que, digamos, de forma *leve, livre e solta* impregna todo o tecido social, sendo por ele aceito.

Contemporânea de Rondon, a documentação produzida por Nimuendajú sobre os Ofaié, tem igualmente como ponto de partida, um *lugar social* intimamente ligado e dependente do *lugar de produção sócio-econômico, político e cultural* das estruturas do seu tempo. São as idéias e as

dominações do final do século XIX e início do século XX que, se por um lado, contribui decididamente para revelar o itinerário dos acontecimentos vividos pelos indígenas Ofaié na sua luta contra os exploradores e proprietários de terras, por outro, revela a face obscura, deliberadamente ocultada pela historiografia, de uma ação colonizadora tardia que perpassou todo o processo de expansão agropastoril capitalista, que fincou raízes em tempos idos, e por demais perenes no Oeste brasileiro.

A *dominação* aqui verificada, ao que parece, assume contornos que vão muito além da subordinação ao poder que se estabelecia pela força. As palavras de Heliophar de Almeida Serra ao relatar, nos seus *fiapos da história* de Aquidauana, o perfil de José Alves Ribeiro Filho, fartamente descrito pela historiografia oficial sul-mato-grossense, nos dá uma amostragem dessa relação:

Ancorado na fazenda Taboco (o tal coronel Zelito), foi chefe político de incontestável poderio e projeção. Fazia e desfazia vereadores, deputados estaduais e deputados federais (SERRA, 1995, p. 59-60).

Titular da patente de tenente-coronel, posto conferido pelo General Alfredo Malan d'Angrogne, revela o memorialista, que o dito coronel Zelito *possuía estranho poder de cativar os homens e comandá-los* (Idem).

Tal dominação, portanto, atingia o indígena num estágio além da mera condição de *obediência* (BOUDON e BOURRICAUD, 1993, p. 173), fato que foi verificado predominantemente no Brasil rural desde o tempo da grande lavoura colonial do século XVII. Em relação à escravização, tanto do Kaiowá como do Ofaié que habitava os campos da Vacaria e regiões vizinhas, ela assumiu configuração sistêmica, porém, não muito distante do seu papel representado junto ao negro em face do senhor de engenho seiscentista. A situação observada por Rondon somente confirma a regra. Compete, aqui, ao historiador, portanto, tão-somente esforço para revelar o *não-dito*, a *contra-história*, o *discurso dos que não possuem a glória ou --havendo-a perdido--*, se encontram na obscuridade e no silêncio (FOUCAULT, 1992, p. 79).

Conta-se que o primeiro juiz de Campo Grande, Dr. Arlindo de Andrade Gomes, ao ser recebido no ano de 1911 para tomar posse do seu posto ficou surpreso ao ver seus anfitriões todos armados com dois revólveres na cintura. Mais surpreso ainda ficou quando lhe informaram que *aqui* (no sul do Estado) *se conhece os homens de bem, pelas armas que conduzem* (VIANA, 1992, p. 29). Numa região onde, entre 1891 e 1922 houve pelos menos *16 conflitos armados* envolvendo coronéis e seus bandos em disputa pelo poder local é até fácil de entender a cena presenciada pelo tal juiz (CORRÊA, 1981, p. 29-32).

A categoria **poder**, em tese, designa a *influência intencional* exercida por uma pessoa ou um grupo, através de qualquer meio, sobre a conduta alheia. Nesse sentido *lato* aproxima-se do conceito de dominação. Max Weber, inicialmente isolou o conceito tentando abordá-lo do ponto de vista da *interação* e da *agregação*. No caso do indígena Ofaié escravizado, a dominação exercida pelo *fazendeiro*, pode ser entendida como *dominadora* por se apresentar sob a aparência da legitimidade configurada pelo *mando* do senhor, capaz de fazer com que aceitem sua decisão. Nessa concepção, diria Raymond Boudon, tanto a *aquiescência resignada*, como a *adesão entusiasta*, do indígena ao poder e a ordem do fazendeiro, ambas contribuíram para fazer do poder uma obrigação moral e jurídica que durante séculos ligaram *dominantes a dominados* (BOUDON & BOURRICAUD, 1993, p. 435).

Não há como negar que o discurso tradicional da classe latifundiária (a classe dos fazendeiros, no período abordado pela pesquisa), que cavalgava livre pelos campos da Vacaria, por um dilatado período da história regional mato-grossense, justificou e reforçou o poder de antigas *cepas* dos coronéis da República que ao longo do tempo revezaram-se no poder (DUTRA, 1996, p. 160). Na esteira de uma historiografia memorialista denunciada por Osvaldo Zorzato, não há como negar o vínculo desses *senhores* com a lei, os rituais e cerimônias campeiras, e o fascínio da glória e das façanhas do *empoderamento político*, onde tudo funcionava como *potencializadores* desse poder (ZORZATO, 1998, p. 173).

A título de ilustração, observemos a fotografia abaixo, de um passeio a cavalo na fazenda Passatempo, que foi tirada em 1926. É impossível não perceber a grandiosidade dessa atividade e a demonstração de força e poder que ela representa no cenário das grandes fazendas e dos atores sociais de uma região que se sobressaía pela presença indígena tanto na mão de obra assalariada como na ocupação livre pelos campos. Nada menos do que 25 pessoas montadas em cavalos, algumas mulheres de selim, todos rigorosamente trajados, os homens de terno e gravata, alguns provavelmente de linho branco, outros com fardas militares, sob um sol escaldante, hilários fazendeiros, alguns armados, eles passeiam pelos campos da margem esquerda do rio Brilhante. Tamanha ostentação nos faz lembrar as célebres caçadas do ex-presidente dos Estados Unidos, Theodore Roosevelt que, em companhia de Rondon, em 1913 desfrutava as belezas naturais do interior do Mato Grosso (CUNHA, 1919, p. 31).



Figura 8 – Passeio na Fazenda Passatempo, 1926 (Fonte: Facholli & Doerzbacher, 1991)

Ainda que esse poder possa ser entendido como uma força polarizadora que impregna todas as relações sociais entre os diversos atores que a ela se submetem, ele está longe de ser coeso. Na linguagem de Michel

Foucault (1926-1984), ele apresenta-se *diluído* sobre o tecido social. Razão pela qual, em contrapartida, em determinados momentos podem tirar proveito as classes oprimidas, lançando mão de ações de resistência em meio *aquela luz que, se bem ilumina um lado, deixa na sombra a outra parte do corpo social* (FOUCAULT, 1992, p. 78). O que nos leva a acreditar que os Ofaié, apesar da dominação a que foram submetidos, eles também fizeram frente ao processo de ocupação de seus territórios.

Outro conceito apontado por Rondon é o de **nação**. O conceito tem na sua origem etimológica o verbo latino *nascere* e designa o *conjunto de pessoas da mesma origem racial* (SILVA, 1987, p. 799). No discurso do colonizador ele é utilizado para se referir a *tribos* ou *povos*. Tal concepção, entretanto, porque antropológica, reclama discernimento na medida em que esbarra na perspectiva da continuidade geográfica que carrega em si. Ao imprimir significado político ao termo, subentende que a nação só existiria nos limites do Estado. Assim entendido, por força do pensar dominante, o termo *nação* transmite a idéia de

uma sociedade de pessoas unidas por uma consciência e cultura comuns, que ocupam um mesmo território. E isso é o que lhes move para construir uma identidade de interesses sobre o lugar e a terra (SILVA, Idem, p. 800).

Diferentemente, no caso dos indígenas Ofaié, semelhante compreensão de nação, assim, de viés político e de configuração moderna, muito se distancia. Isso porque ao falarmos de *nação* Ofaié devemos ter presente que o faremos sempre nos termos de uma *idéia escrita previamente em algum lugar* (OLIVEIRA, 1998, p. 8). À semelhança da idéia de *comunidade imaginada* (ANDERSON, 1989, p. 14), a noção aqui *supõe* territórios contínuos, fronteiras delimitadas e um povo homogêneo, e onde todos *supõem que se conhecem* (Idem).

A própria documentação sobre o chamado *Patrimônio dos Ofaié* (PRADO, 1965) recolhida pelos primeiros viajantes e funcionário do SPI, reforça esse entendimento: ao delimitar o território de *perambulação* desses

indígenas a uma área circunscrita, o Estado mantém vivo a idéia de que a nação Ofaié estava em todos os recantos e ao mesmo tempo em lugar algum.

Na compreensão de Marshall D. Sahlins a idéia de *tribo* como *nação* não se prende a idéia de governo, autoridade soberana ou poder político. Ao dizer que a tribo *nasce e cresce de dentro para fora* (SAHLINS, 1974, p. 7), ele pode nos estar dizendo que a força da nação Ofaié esteve durante todo o tempo e trajetória, justamente na sua condição de ser pequena, de estar formada por pequenos grupos. Contrariando uma história que tem sido decidida pelo poder econômico, e sob a capa da chamada *lei da dominância cultural*, esses caçadores e coletores podem ter dito ao longo dos anos, durante o *desterramento* exógeno provocado, sobretudo, pelos não-indígenas, que eles eram capazes.

Inversamente ao que tem sido dito que eles foram *incapazes de gerar o poder e a organização para conquistar os regimes neolíticos intensos* (Idem) em períodos mais recuados, eles estão aí a demonstrar que sobreviveram como uma *pequena nação*, frisa o ex-Cacique Xehitâ-ha, em face da *teimosia dos brancos* (RODRIGUES, 1991, p. 29).

O conceito de **identidade** também assume papel importante na definição dos *grupos étnicos*. A *identidade étnica*, na verdade, não é mais do que um critério para caracterizar esses grupos. Todo grupo étnico, portanto, encontra sua expressão mais visível a partir de sua *identidade étnica*,

que é quase sempre o produto da interação de percepção interna e resposta externa, de forças que operam no interior do grupo étnico ou são impostas de fora (SEYFERTH, 1987, p. 531).

Destaca-se aqui a chamada identidade *contrastiva* cuja essência se encontra na afirmação do *nós* diante dos *outros*: quando uma pessoa ou um grupo se firma como tal, o faz sempre por meio de diferenciação em relação a alguma outra pessoa ou grupo com que se defronta (OLIVEIRA, 1976, p. 5).

Para o grupo Ofaié que se firmou durante um longo período *negando* identidades étnicas em face de indígenas Kaiowá, Kayapó, Kaingang, Terena e do chamado *homem branco*, não se trata de iniciar aqui uma discussão

teórica para saber *até onde se estende o território da identidade e onde começa o da diferença* (TODOROV, 1993, p. 107), mas de percebê-la *construída e transformada na interação dos grupos sociais* que juntos conviveram e juntos travaram seus *processos de exclusão e inclusão* entre si (LAPIERRE, 1998, p.11). Ademais, sabe-se que toda a identidade *é temporal, transitória, enquanto que seu desenvolvimento e sua mudança são absolutos* (ROSENTAL & IUDIN, s/d., p. 232).

Relacionado à construção que cada sociedade faz de sua alteridade, há de se considerar também que os conceitos de território e fronteira caminham muito próximos. Ou melhor, dizem mais, na medida em que constroem *relação com a totalidade, tendo o espaço como paradigma*. Assim entendido, o território passa a ser determinado e vivido através de um *conjunto de relações institucionalmente estabelecidas pela sociedade* (MALDI, 1997, p. 187). Isso porque o espaço ancestral Ofaié, ele, por si só, não se constitui um elemento atribuidor da identidade social desse povo.

Contra uma historiografia que produziu *um mundo de povos separados*, como se fossem ilhas, Fredrik Barth já havia formulado suas objeções e limites para explicar, a partir de definições tradicionais, a diversidade cultural (BARTH, 1998, p. 190). Na raiz do conceito território, além da *percepção do nós, a construção básica da identidade coletiva e, por extensão, a sede do estabelecimento da diferença*, está também *o sabor das interações com outros grupos* (LAPIERRE, 1998, p.14).

No caso em estudo, identificar o território Ofaié implica em romper com a idéia de isolamento que carrega em si os elementos constituintes da diferença racial apontados pelos autores acima: *a diferença cultural, a separação social e as barreiras lingüísticas*, na verdade, se impõem como limites para que se possa entender o fenômeno dos grupos étnicos e o lugar que ocupam na sociedade e na cultura humana (POUTIGNAT, 1998, p. 190). Em outras palavras, implica romper com a idéia de conceber o território tradicional Ofaié como o espaço privilegiado e único, *suporte de cultura*, onde fora dali nada é permitido existir. Os Ofaié o eram tanto nas margens do rio

Taboco, como nas margens do rio Verde, num mesmo tempo e em tempos diferentes!

Por fim cabe discorrer sobre a categoria *índio* que foi criada pela sociedade ocidental portuguesa e transformou-se no maior exemplo do reforço dado ao conceito da diferença. Essa categoria, na verdade, tem induzido à idéia de *separação* e *segregação*. Ao contrário do conceito antropológico defendido por Darcy Ribeiro, que tinha o indígena como *essencialmente aquela parcela da população que apresenta problemas de inadaptação* (sic) *à sociedade brasileira* (RIBEIRO, 1957, p. 35), hoje, pode-se afirmar que os grupos étnicos pré-colombianos *sempre se pensaram e se definiram como grupos específicos*. Sempre foram Ofaié, Guarani, Kadiwéu, Guató e não genérica e simplesmente *índios*.

Na verdade estes povos aprenderam que eram *índios* no contato com as frentes desbravadoras da sociedade nacional. Porque, entre si eles sempre se reconheceram, e depois foram reconhecidos pela sociedade que os envolveu, como mantenedores de *vínculos de continuidade com os primitivos moradores* desses campos e matas (OLIVEIRA, 1998, p. 44).

Sem dúvida, os indígenas Ofaié conciliam os clássicos critérios apontados por E. Burgess (1978) que são reveladores de sua etnicidade: os laços estreitos e os elementos comuns de pertença entre si. Falam uma mesma língua, possuem estrutura de parentesco própria, têm ligações afetivas ou vínculos baseados num passado comum, e têm se submetido a um regular *modus vivendi* e *modus operandi* sócio-econômico-religioso ao longo do tempo (POUTIGNAT, 1998, p. 86). Em outras palavras, são reconhecidos como membro de sua comunidade, se identificam etnicamente de forma diversa do restante do país e como tais são considerados pela população brasileira com quem estão em contato (RIBEIRO, 1957, p. 35).

Foi esse contato com o *outro* que conferiu ao indígena *reconhecer sua diferença*. Essa diferença, em relação ao *chamado civilizado*, significou na verdade a descoberta da outra face da realidade vivida: ou seja, certa semelhança que une cada grupo a todos os outros demais grupos indígenas. Tal situação, diria Eunice Ribeiro Durham, permitiu ao indígena *construir*

para si uma identidade social (DURHAM, 1983, p. 5). Trabalhando com o conceito de *refúgio*, Philippe Poutignat, atribui aos grupos étnicos essa capacidade de criá-lo: algo como um lugar *onde não podemos ser rejeitados e onde jamais estaremos sós* (POUTIGNAT, 1998, p. 90).

Na esteira dos *padrões de distribuição da flora e da fauna* propostos pela *teoria dos refúgios* de Ab'Saber (1988), podemos dizer que a diversidade biótica que caracteriza a região dos cerrados e parte do *chaco* do sul-mato-grossense pode ser considerada, sem dúvida, como o *ponto de origem e rota de migração* da grande maioria dos povos indígenas em períodos pré-históricos (OLIVEIRA, 1999, p. 12-21). Natural que se depreenda que esses *locais geo-ecologicamente marcantes* e de domínio predominantemente indígenas sobre os quais diversos grupos exerceram decisiva atividade antrópica, também fosse o local onde se efetivou a ocupação por parte dos primeiros exploradores que ali construíram suas posses e desencadearam todo um processo de *retraimento* do espaço indígena.

Tal afirmação, entretanto, no contexto da pesquisa que ora desenvolvemos, impõe esclarecimentos quanto ao risco de se *imaginar cada grupo desenvolvendo sua forma cultural e social em completo isolamento*, reagindo a fatores de toda ordem e descuidando para o fato de que a construção da *identidade étnica de um povo se dá ao longo de uma história de adaptação por invenção e empréstimos seletivos* (BARTH, 1998, p. 190). Falar da identidade Ofaié é ter de falar das relações que estabeleceu com o meio, seus círculos migratórios e trocas culturais que manteve ao longo do curso de sua história. Isso porque, já dissemos, não existem povos separados.

Estudar territórios indígenas, portanto, requer atenção para não se cometer a *ingenuidade* de acreditar que o isolamento geográfico seja a explicação para a diversidade étnica dos povos indígenas. Foi Fredrik Barth quem demonstrou o contrário, ou seja, que *as fronteiras étnicas persistem apesar do fluxo de pessoas que as atravessam* (Idem, p. 62). Isso porque no decorrer do tempo as fronteiras étnicas *podem manter-se, reforçar-se, apagar-se ou desaparecer*. O que equivale dizer que essas fronteiras *não são*

oclusivas, e sim mais ou menos fluídas, moventes e permeáveis. Somente assim se entende porque um grupo étnico pode *modificar e substituir sua cultura sem perder sua identidade* (Idem, p. 156).

As formulações acima foram reunidas de modo a ajudar entender melhor os propósitos e a linha de pensamento que norteia essa pesquisa. Ainda que a população Ofaié nunca tenha sido numericamente muito expressiva, sob ponto de vista da historiografia, para identificá-los como um *povo* e dar conta de sua sobrevivência, é necessário que se *renuncie* de uma vez por todas a vê-los apenas como um grupo isolado lá pelos confins dos *campos da Vacaria*. Tentação nutrida fartamente pelo *indigenismo* de Estado, desde o tempo do ministro português Sebastião José de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras, nomeado depois no Brasil Marquês de Pombal (CHAIM, 1983, p. 75), mister se faz considerar que os indígenas Ofaié faziam parte de um contexto e sistema mais amplo, que incluía também seus vizinhos, os Kaiowá, os Terena e os não-indígenas.

A conquista, o uso e a subsequente perda do vasto território freqüentado pelos Ofaié e Kaiowá ao longo da bacia dos rios Vacaria, Brilhante, Ivinhema, Paraná, Pardo, Taquaruçu e Verde só pode ser entendido e analisado como decorrência de uma relação de *contraste* que se estabeleceu entre os grupos autóctones que aí viviam e os colonizadores. Numa alternância de *oposição e trocas*, dentro de um mesmo espaço físico -- e por razões diversas--, conviveram três sociedades: a Ofaié, a Kaiowá e a chamada *branca*, representada pelas diversas instituições de poder, tanto do Estado como de particulares. Estudar o território Ofaié, portanto, requer estudar esse amplo território habitando que, submetido ao longo dos anos às mesmas instituições do Estado e da iniciativa privada, viu e fez acontecer a histórica nessas paragens.

Pois é acenando para a possibilidade de um tratamento mais *holístico* em relação à construção de uma história indígena sobre os Ofaié, que o professor Jorge Eremites de Oliveira assinala na direção de um trilhar *para além-fronteiras*. Trata-se de buscar caminhos que transitem interdisciplinarmente entre uma microhistória e *uma história total*. Isso

permitiria de certa forma romper com uma história meramente *historicizante e factual*, e aquele *senso comum* que ainda manifesta seu fascínio pela *estranheza cultural* dos povos indígenas (OLIVEIRA, 2001, p. 124).

Tal concepção, por fim, serviria para desmistificar a forma como as sociedades indígenas foram representadas e sua história reproduzida a partir dos *relatos dos primeiros viajantes, iconografia, historiografia e imprensa (...)* e suas *repercussões na formação do pensamento histórico regional* (Idem).

Fazendo um paralelo com as idéias de Malinowski (1939), podemos dizer que, *ao lado de um estudo minucioso das árvores, há também a necessidade de uma caracterização geral da floresta*. O mesmo vale para a história dos Ofaié. Ou seja, deve-se buscar entender a relação específica existente entre esse grupo indígena e a terra. E isso, sem dúvida, requer, um *sobrevôo* totalizante, diria João Pacheco de Oliveira, sobre os *principais processos históricos de mudanças* que atravessaram a região onde esse povo e outros, contemporâneos seus, viveram (OLIVEIRA, 1998, p. 16-17).

Quando nos referimos à palavra **povo** em relação aos Ofaié, convém esclarecer o significado que esse termo tem assumido ao longo dos anos no discurso histórico, uma vez que ele pode designar, de acordo com o respectivo contexto espaço-temporal, coisas muito diferentes. No caso desta pesquisa, quando nos referimos a *povo* --como sinônimo de *população*¹, conjunto de habitantes de um país ou território, às vezes no plural, como *povos*, significando as gentes que habitam ou residem num determinado espaço geográfico--, é nesse momento que entramos em sintonia *com a aceção encontrada nos textos dos cronistas e documentos oficiais* (FALCON, 2000, p. 33).

Na linguagem colonial, a noção de *povo* como grupo social distinto, equivalia dizer que eles eram *gente da terra, naturais do país*, ou seja, os *filhos do Brasil*. Desnecessário dizer que o entendimento do vocábulo *povo* como *conjunto de cidadãos*, constituinte do corpo da nação, como legítimos

¹ - A palavra *População*, deve ser entendida como mera expressão numérica, demográfica, ou econômica que abrange o conjunto de pessoas que vivem dentro de um determinado território (Estado) ou mesmo que se achem nele temporariamente. A expressão não tem sentido jurídico e não pode ser usada como sinônimo de povo (DALLARI, 1995, p. 81).

depositários do poder do soberano, só iria surgir mais tarde, a partir da crise do sistema colonial prolongando-se com a proclamação Independência (Idem, p. 34).

Somente a partir do período republicano que a produção sociológica e etnológica passou a designar os indígenas de forma diversa da comumente utilizada pela historiografia que os chamava de *pobres livres*. Classificados pelo SPI, como *à beira da transformação em não-indígenas* e que viviam *em inteira promiscuidade com os civilizados*, os indígenas brasileiros com o passar do tempo passaram a ser chamados de *sertanejos, caipiras, roceiros ou caboclos*, contingentes percebidos sempre como propensos a migrarem dos campos para as cidades (LIMA, 1995, p. 125-27), reforçando, assim, a tese da aculturação apresentada mais tarde pela Fundação Nacional do Índio-Funai, em 1967.

2 – EM BUSCA DO TERRITÓRIO OFAIÉ

A busca, através da história, da noção de *território*, para os indígenas Ofaié, requer, antes de qualquer coisa, que o pesquisador defina o critério que irá adotar para apreender os fatos e a realidade que lhe será apresentada pelos relatos e documentação disponível. Aparentemente caberia ao historiador simplesmente debruçar-se sobre os registros e anotações escritas sobre esse povo e formular *novas perguntas* do modo a auxiliá-lo a elucidar as questões relativas ao tema proposto pela pesquisa.

Se ontem a *crítica do documento* tinha como objetivo reconstruir o *passado de onde emanavam e que se dilui, agora, bem distante deles*, hoje, esse *resto frágil*, a história considera como sua tarefa primordial, não somente interpretá-lo, mas sim *trabalhá-lo no interior e elaborá-lo* (FOUCAULT, 1987, p. 7). Isso porque, alerta-nos Edward Thompson, *os fatos não podem falar enquanto não tiverem sido interrogados* (THOMPSON, 1981, p. 40).

Concorre para semelhante tratamento, a questão da presença desses indígenas sempre retratada de forma marginal e periférica no contexto de uma historiografia regional que sempre deu suporte à economia e ao monopólio do *centro*. Desafio que exige ir além de uma simples compilação dos feitos históricos, e onde, para contrariar o filósofo Jacques Derrida (1930), *tudo pode estar fora do texto* (GOODY, 2000, p. 48). Exige mais: uma investigação que passe *do documento para o problema*. E o problema aqui, devido a sua natureza e abrangência, nos leva a distintas e múltiplas respostas.

As palavras de Xehitã-ha, ditas hoje para nos auxiliar a entender o ontem, expressam da seguinte forma o seu entendimento sobre o assunto. Para o ex-cacique Ofaié, Athaide Francisco Rodrigues, há

uns cem anos atrás, o meu povo Ofaié vivia sossegado, porque tinha muita caça, pesca e mel. Não tinha nenhum invasor. O Ofaié vivia na maior felicidade. Onde que os Ofaié viviam era à margem do rio Paraná. Nossos aldeamentos eram sempre por alguns dias e as caminhadas eram sempre nas margens dos rios (RODRIGUES, 1996, p. 30-31).

Hoje, esses rios se chamam Paraná, Verde, Vacaria, Ivinhema, Taquaruçu, Orelha de Onça, Casa Verde, e muitos outros. O texto revela que a extensão do território Ofaié era definida em função das necessidades econômicas do grupo. Ou seja, pela abundância da caça, da pesca e do mel, e pela ausência do invasor, do elemento estranho, do *outro*, que adentrava esse espaço apontado por eles como o de *maior felicidade*. Antes da ação mediadora do Estado brasileiro, a relação entre os povos indígenas e a terra, ela sempre foi *entendida como meio básico de produção e sustentáculo de suas identidades étnicas* (OLIVEIRA, 1998, p. 17).

Ora, essa noção de *habitat* liga-se à necessidade de manutenção desse território, dentro do qual um grupo humano, atuando como um sujeito coletivo, obtém os meios para garantir a sua sobrevivência física e cultural. Por se tratar de um povo *originário*, em decorrência da sua conexão sócio-

cultural com povos pré-colombianos, sua reprodução *exige uma relação regular com um conjunto de recursos ambientais ancorados e um dado espaço físico* (Idem, p. 45).

No horizonte das *fronteiras territoriais*, todos sabemos, o território geográfico tem íntima relação com o território alimentar e existencial, e daí o sentido *sagrado* que a terra, de um modo geral, assume para os povos indígenas. Um território é sempre *morada dos pais*, lembra-nos Paulo Suess e Carlos Mesters. Ele guarda os corpos e também as almas de seus antepassados. Vender essa terra, por exemplo, seria como o absurdo de *vender o próprio corpo*. Concepção diversa da do homem chamado *civilizado*, esse caráter que é conferido à terra indígena no decorrer da história resultou, sem dúvida, em *ameaça e conotação subversiva* para a oligarquia rural. Isso porque, *quando ameaçados de perderem seus territórios, os indígenas encontram na terra um caráter libertador*, para onde convergem também todas as questões parciais de sua resistência (SUESS & MESTERS, 1986, p. 66).

Todo o território configura de algum modo a estrutura, a organização e o funcionamento de um grupo social. Essa organização espacial da sociedade, entretanto, não é somente o reflexo das normas de um sistema social e *estilo de vida aprovado pela tradição* desse grupo (GEERTZ, 1978, p. 146), ele revela também *impedimentos, imposições e interferências exógenas*. A história conflitiva do contato Ofaié com as frentes desbravadoras e expansão das fronteiras econômicas, dá testemunho que a apropriação ideal de um espaço por parte desse povo, sempre foi marcada pelas transformações ocorridas no seu *entorno*, o que lhe comprometia a cada nova investida, as suas formas de organização social.

A noção de **territorialidade**, na verdade é sempre uma construção determinada pelo *modus vivendi* e pelas adaptações e incorporações que dada população se submete. Ainda que isso aparentemente seja uma resposta às mudanças operadas pelos povos ao longo dos anos, ela, porém, não é suficiente para explicar mudanças históricas tão radicais e significativas, como as que resultaram para os Ofaié, na perda tão

substancial de seu território e praticamente o desaparecimento de diversos grupos de sua etnia.

Quando os portugueses descobriram o Brasil, verdadeiramente só existia índio no Brasil. Xehitã-ha escreve isso demonstrando ser capaz de inserir a história de seu povo no contexto de uma história mais ampla. Diz ele que,

quando os portugueses chegaram puderam encontrar somente índios em todos os lugares. Por isso temos esse orgulho de dizer que somos índios, os primeiros donos dessa terra. O descobrimento foi uma traição para os povos indígenas e também o princípio de um genocídio. O Brasil foi descoberto pelos invasores. Passaram por cima de nós, os índios. Os estranhos chegaram cheios de ganância pela beleza da terra. Mas não conservaram a natureza e a destruíram. Para construir prédios, rodovias, a miséria, morte, doença e repressão. Para líder Ofaié, a presença do homem branco nas terras indígenas é ponto final na felicidade do índio (RODRIGUES, 1996, p. 28).

Entender o processo histórico da ocupação e colonização de Mato Grosso requer, sem dúvida, a *desconstrução* de muitas *marcas* construídas ainda em épocas pretéritas de uma disputa continental que deita raízes nas políticas de expansão de Espanha e Portugal. Após a emancipação política do Brasil iniciou-se o que se pode chamar de *colonização dirigida* com o *povoamento precedido de planejamento* com vista à construção de *núcleos civilizatórios* em terras ainda despovoadas.

Ainda que as fronteiras territoriais dos povos indígenas possuam marcas *fluidas* que oscilam regularmente em função de variações demográficas, expedições guerreiras ou movimentos migratórios de diversos tipos (OLIVEIRA, 1999, p. 177), foi sem dúvida, a presença colonial, o grande *fato histórico* responsável pelas transformações que ocorreram junto aos povos indígenas. Transformações que determinaram além de alterações no sistema de produção e disponibilidade de alimentos e recursos naturais,

também na correlação de forças entre as frentes de exploração e a conjuntura histórica do campo da ação indigenista oficial (Idem, p. 178).

No campo da exploração do trabalho, verificado no sul de Mato Grosso, foi somente após o encerramento do monopólio de arrendamento de extensas faixas de terra à Companhia Matte Laranjeira para a prática extrativista da erva-mate que essa região do Estado passou a promover o que se pode chamar de ocupação e apropriação da terra. Dinâmica fundiária essa baseada no estatuto da grande propriedade rural que se intensificou *com o avanço da marcha pioneira* de fazendeiros, principalmente *paulistas e paranaenses* (FABRINI, 1996, p. 7-8).

No estudo das condições e do conjunto das situações históricas que determinaram aos Ofaié experimentar o processo de *desterritorialização* é preciso estar atento para o fato de que essa *perda de território* não foi obra do acaso. Ele foi delineado, pode-se dizer, *em circunstâncias contemporâneas e concretas, dentro de um quadro sempre relativo de forças e pressões adversas*, e que não corresponde *de modo algum à livre e espontânea expressão da vontade dos membros dessa coletividade* (OLIVEIRA, 1998, p. 9).

Há quem diga que o papel do historiador –como todo cientista social– devesse ser o de mero observador, distante e temporário da realidade estudada. Falar sobre o território Ofaié, nessa pesquisa exige fazer justamente o contrário. Parafraseando a apresentação de João Pacheco de Oliveira à obra de Rubem Ferreira Thomaz de Almeida, podemos dizer que o papel do historiador nesse caso não se separa do de agente de mudanças, revelando ser *impossível separar a observação da ação* (ALMEIDA, 2001, p. 10).

Mergulhar na história do povo Ofaié, portanto, exige do historiador apreender o conceito de *território* como categoria ou descrição sociológica diversa de um entendimento meramente físico ou do viés administrativo atribuído pela legislação indigenista oficial. Implica em acompanhar esses indígenas em suas *correrias* ao longo dos rios --que eles conheciam muito bem e os nomeavam um a um. Implica em ajudá-los a desvendar os

contextos históricos e as conjunturas políticas cujos reflexos determinaram o desterro e praticamente o extermínio desse povo. Mergulhar na história desse povo, nestes termos, é romper com a tentação de definir seu território a partir de uma *idéia escrita previamente em algum lugar* distante, desconsiderando que eles sejam portadores de uma visão de vida, a visão *êmica*, própria da etnia Ofaié (OLIVEIRA, 1998, p. 8).

É o ex-cacique que continua a nos dar os fundamentos para uma melhor compreensão do que seu povo entende por história, a sua história.

Nesta narrativa vou contar a história de um povo que viveu como uma grande nação. Os Ofaié deixaram na terra a marca de sua história. O sofrimento do meu povo foi a semente de um grande desespero. Hoje esta semente nasceu, e cresceu sobre nós o fruto da amargura e do genocídio. No mundo deles cheguei e me assustei quando senti o desespero e a preocupação de minha grande nação. Hoje sinto esta dor que parte o meu coração ao meio. Por isso senti por necessidade de penetrar o passado e rever a marca de uma história, pois os Ofaié, com o seu próprio sangue, marcaram a sua história (RODRIGUES, 1996, p. 30).

Ainda que o SPI em sua política indigenista de *áreas reservadas* tenha pretendido tão-somente *acomodar* os indígenas que ia encontrando pelos campos, tidos pela narrativa oficial como *sem residência fixa* e com isso tenha reforçado o *mito do nomadismo*, ao retirar os Ofaié de seus espaços tradicionais (como os campos da Vacaria, vale do Ivinhema, margens do Pardo e Taquaruçu, e foz do rio Verde) e assentá-los em áreas reservadas (como o Posto do Laranjalzinho, por exemplo), esse ordenamento espacial não resultou noutra coisa senão num instrumento de controle: *trata-se de sedentarizar povos errantes, vencendo-lhes (...) sua resistência em se fixarem em lugares definidos pela administração* (LIMA, 1995, p. 74).

Na contramão da história, tal política, entretanto, não conseguiu garantir a sobrevivência física dos Ofaié, e muito menos a realização de seus sonhos mais elementares. *Antigamente*, conta-nos Xehitâ-ha,

as caçadas eram individuais ou familiares, isto porque quando o “kauim” era preparado pela comunidade, os homens saíam a procura de mel. A volta da caçada do mel era sempre tarde. Punham, então, o mel no cocho, feito de madeira, e depois que todos chegavam, o cacique convidava todos os membros da comunidade para o ritual. Todos se sentiam alegres e felizes. Porque era um momento sagrado. Em volta do cocho cheio de “kauim”, somente circula a felicidade, a paz e muita harmonia. Tem que levar sempre as três no coração, porque vai precisar sempre. Isto significa que os Ofaié acreditavam que alguém os pôs na face da terra (RODRIGUES, 1996, p. 31-2).

A familiaridade com que os Ofaié se relacionavam diante do extenso território onde montavam seus aldeamentos e acampamentos, pode ser percebida na toponímia utilizada por eles e que foi recolhida pelas anotações dos primeiros viajantes. Vivendo em pequenas habitações, na maioria das vezes em rota de fuga contra a ocupação de seus territórios, ao desfrutarem da caça, da coleta e da pesca sazonal ao longo dos rios, por onde passavam, davam denominações próprias a cada um desses lugares.

O conhecimento da toponímia revela-se, sem dúvida, como elemento fundamental para entender como se deu o itinerário desse povo, bem como para precisar a localização de suas aldeias. Os nomes das aldeias, das localidades e dos rios, pode-se perceber, eles são reflexo da informação que trazem consigo, ao mesmo tempo em que revelam a riqueza da carga semântica nelas contidas. O mapeamento de algumas denominações de rios dadas pelos Ofaié é revelador da *notável acuidade que têm os povos ágrafos em memorizar a geografia* (MALDI, 1994, p. 194):

rio Paraná (*Keregawa-tá-fie*); rio Pardo (*Pi-kieédn-fie*); rio Verde (*Xyurú-fie*); ribeirão Ivipiranga (*Xanekxi-xejekiji-fie*);

rio Taquaruçu (*Téxekwie-eg-fie*); rio Ivinhema (*Woke-óg-fie*); ribeirão Laranjalzinho (*Hopár-og-fie*); rio Samambaia (*Kre-óg-fie*); ribeirão Combate (*Poe-korã-fie*); ribeirão Três Barras (*Yakéw-og-fie*), entre outros (NIMUENDAJÚ, 1932b, p. 567-573; IHERING, 1912, p. 9-13).

A exemplo do que verificou o pesquisador alemão Max Schmidt, no Xingu, em 1901, referindo-se ao *princípio territorial* entendido como *comunidade jurídica*, o mesmo pode-se observar em relação aos Ofaié: os fortes laços estabelecidos entre as comunidades indígenas e os **rios**. Mais do que abrigar povos distintos nas suas margens, essas vias de acesso *estabeleciam limites quanto aos seus afluentes, que formavam, assim, fronteiras demarcadas, reconhecidas e soberanas* (MALDI, 1997, p. 213).

Num período histórico cuja *força da civilização* era comandada basicamente pela natureza, o rio passava a ser tanto a fonte de vida como a força que determinava a rotina e o curso da economia. É através desses rios que chegam e partem a grande maioria das *notas de civilização ao ambiente selvagem* de suas margens. O que torna perfeitamente *justificável* a presença de uma *onomástica* que remeta às *características físicas e geográficas do meio* em que viviam (ISQUERDO, 1997, p. 39).

Se por um lado, a toponímia revela, através dos vestígios da nomenclatura geográfica, os limites físicos de suas posses e aldeamentos, por outro lado, denunciam o comportamento do entorno, os contatos, as perseguições e a dispersão dos grupos ao longo das bacias hidrográficas. Da cabeceira dos grandes rios, tradicionalmente habitadas pelos Ofaié, --Verde, Taquaruçu e Pardo--, desde do alto Sucuriú até o vale do Ivinhema, passando pelos campos da Vacaria, Inhanduí e Brilhante, até a sua foz junto ao rio Paraná e seus tributários menores, Samambaia, Boa Esperança, Três Barras, Combate e outros, toda a ocupação verificou-se na direção Sudeste rumo à *barra* desses rios.

Tomando por empréstimo a hipótese da lingüista Aparecida Negri Isquerdo verificamos que os topônimos e antropônimos, por registrarem as diferentes fases de uma comunidade, *acabam também por espelhar a visão*

de mundo, as expectativas de vida e a realidade histórica e cultural do grupo (ISQUERDO, 1997, p. 32). As *marcas de identificação* da presença indígena e das frentes colonizadoras que se instalaram na região descrita acima são passíveis de ser percebidas em qualquer mapa rodoviário de Mato Grosso numa escala superior a 1:500.000, se observarmos o período anterior à divisão do Estado ocorrida em 1977. De um lado podemos observar nomes do tipo *Gato Preto, Romão, Juvêncio, Afonso, José Bento, Domingos*, e de outro, nomes de *Xavante, Combate, Aroeira, Bugra, Xavantina, Sapé, Aldeia* (DUTRA, 1996, p. 176), numa clara relação com os dois pólos do conflito estabelecido.

Orientando-se pelas variações do clima e o caráter estacional da exploração econômica do tipo extrativista que desenvolviam, os diversos grupos Ofaié acabaram mesmo por ocupar um extenso território ao longo da bacia desses rios. Albert Vojtech von Fric descrevendo um grupo de Ofaié das margens do rio Verde:

Durante a estação das secas eles viviam às margens do rio ou próximos da água. Os campos são deixados de lado por causa dos mosquitos e carrapatos. É a estação da pesca e das grandes festas religiosas e sociais. Contrariamente, durante a estação das chuvas, toda a população vai caçar os animais selvagens que debandam por causa dos mosquitos nos campos. Os índios perambulam, então, sem paradeiro, construindo um abrigo provisório para passar a noite (LOUKOTKA, 1931, p. 121-2).

Segundo dados da documentação, *grosso modo*, podemos atribuir ao antigo território Ofaié os seguintes limites naturais: ao Norte, dividiam sua terra com a nação Kayapó que habitava o chamado Sertão de Camapuã, nos altos do rio Sucuriú e o rio Verde (CAMELLO, 1842). O rio Paraná, a Leste, em quase toda a extensão da margem direita, desde a desembocadura do Tietê até o Paranapanema, os separava dos Kaingang e dos Oti (*Oti Chavantes*), do estado de São Paulo.

Ao Sul, escreve Nimuendajú, vizinhavam os Ofaié com diversos grupos Guarani, chamados de *Caiuá* (NIMUENDAJÚ, 1913a), da margem direita do rio Ivinhema e do ribeirão Samambaia até sua foz com o Paraná. A Oeste dividiam seu território com os indígenas Terena, da região de Aquidauana e Dois Irmãos do Buriti, nos limites e contornos da serra de Maracaju. O mapa abaixo, apresentado pelo etnólogo alemão em 1914 junto com o livro *Die Sagen von der Erschaffung und Vernichtung der Welt als Grundlagen der Religion der Apapocúva-Guarani*, (NIMUENDAJÚ, 1987, p. 5) revela o território, tanto Ofaié como o Guarani, que habitava a região sudeste do atual estado de Mato Grosso do Sul.

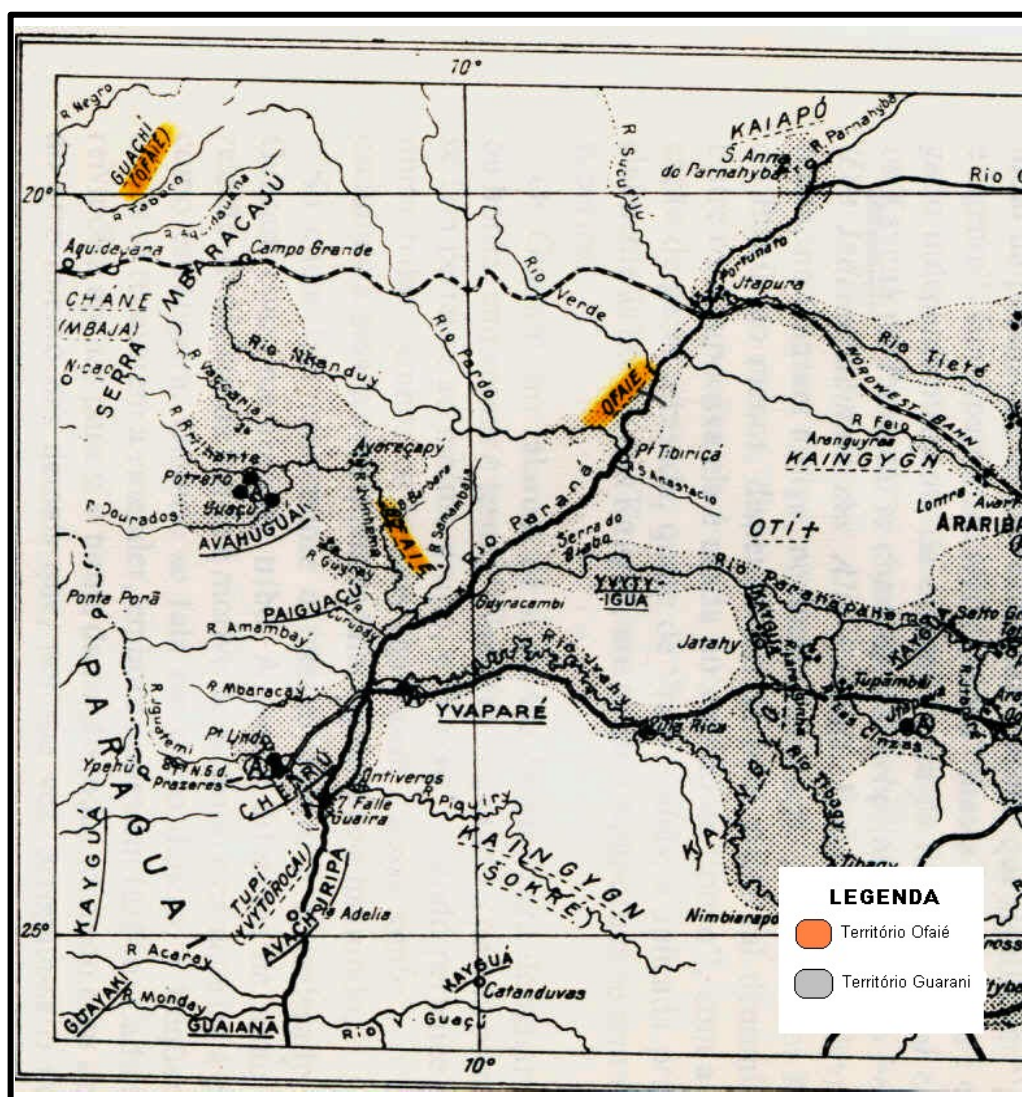


Figura 9 – Território Guarani e Ofaié, 1914 (Fonte: Nimuendajú, 1987, Adap. Dutra, 2004).

Do lado paulista, o território Ofaié não se estendia muito além da margem do rio Paraná. Raros são os registros em que os Ofaié demonstram ter realizado suas *ranchações* de caçadas na margem esquerda desse rio. Uma rápida notícia de 1801 menciona a existência de pelos menos *cinco aldeias Ofaié* em ambas as margens do Paraná, nas barras dos rios Tietê e Sucuriú. Outra informação, de 1908, relata que *um bando de 60 a 70 Ofaié atravessou o rio Paraná, regressando, porém, dois anos depois sob a acusação de que teriam sido assaltados pelos Kaingang paulistas que lhe tomaram as crianças* (BALDUS, 1947, p. 91).

Transparece nos relatos uma clara sensação de que esses indígenas viviam *livres e soltos*, onde a noção de garantia ao acesso a terra ainda não figurava como necessidade ou preocupação a ser retratada pelos narradores. A conduta indígena, segundo os apontamentos oficiais, seria como que norteada para resguardar naturalmente, sem a mediação do Estado, o local de moradia, os cemitérios e os meios de produção da subsistência. Quadro que é modificado somente com o avanço das fronteiras militares e econômicas no início do período republicano.

A relação que os Ofaié mantinham com as demais etnias e população rural não-indígena, sem dúvida, serviu de parâmetro para o grupo definir os limites de seu território, às vezes confundido com o de seus inimigos. Muito embora houvesse por parte dos Ofaié e Kaiowá incursões de ambos os lados, desde assaltos até raptos de mulheres e crianças, em algumas áreas, dada a proximidade e convivência, a influência que uma etnia exercia sobre a outra era notória. No vale do Ivinhema, por exemplo, o SPI observou que naquela região, os Ofaié que ali viviam estavam *guaranizados* e todos os homens e mulheres falavam bem o Guarani (NIMUENDAJÚ, 1987, p. 124, nota 86).

Para os Kaingang paulistas, os Ofaié eram considerados *seus inimigos de sangue* (CARVALHO, 1976, p. 93, nota). Nos *assaltos contra os fogs*, isto é, contra os indígenas *Oti*, de Campos Novos e contra os *Chavantes* (Ofaié), de Mato Grosso, descreve um funcionário do SPI, que entre os ribeirinhos do Paraná e os civilizados, *as armas de tiro figuravam, mas, ainda assim, só no*

começo da ação, para atemorizar, desorganizar e provocar a debandada do inimigo (BARBOSA, L. 1947a, p. 66).

A narrativa de Nimuendajú, que *uns 60 homens armados até os dentes* atacaram uma aldeia próxima ao córrego Sapé enquanto os indígenas ainda dormiam e assassinaram a todos sem distinção de idade ou sexo de modo que os cadáveres tiveram de ser empilhados, devido a grande quantidade de indígenas chacinados, nos faz pensar justamente o contrário ao relatado por Luiz Bueno Horta Barbosa. Ou seja, que as armas de fogo eram usadas sim para o massacre e não somente para *atemorizar* os indígenas, como afirmou acima (LIMA, 1978, p. 135-136).

Perguntado, certa vez, a 15 *faé* (Ofaié) do rio Taquaruçu, por que motivo eles haviam cruzado o rio Paraná e ocuparam as terras da margem paulista, *onde havia muito Coroados (Kaingang) de que eles tinham tanto medo*, eles teriam respondido ao tenente Paulo Vicente de Vasconcellos que os *Coroados* estavam muito longe e que *xiuié agoniê* (gente brava, em Ofaié, referindo-se aos *civilizados*) estavam matando-os a todos do lado de cá. No Porto Tibiriçá (margem paulista do rio Paraná, município de Presidente Epitácio), o mesmo Relatório menciona ainda uma lista de 22 indígenas com seus respectivos *apelidos indígenas* todos oriundos da região do córrego Sapé (margem direita do rio Pardo, município de Bataguassu), onde havia li um grande aldeamento (VASCONCELLOS, 1911).

Se traçarmos um paralelo com o povo *xinguano* estudado pelo etnólogo Patrick Menget (1993), podemos verificar que o mesmo pode ser dito em relação aos Ofaié no que diz respeito aos embates que travavam com outros grupos hostis: essas disputas sempre supõem *um território comum*, uma zona que lhes garante circular livremente. Isso porque, frisa o autor,

cada comunidade possui um território tradicional cujos limites são conhecidos de todos e que compreende floresta, rios e lagos, savanas e áreas inundáveis; território (...) pontilhado de aldeias históricas, lugares nominados, prenes de valor simbólico e cujos limites são visíveis e conhecidos por todos (MALDI, 1997, p. 214).

Os vestígios da presença Ofaié ocupando diversos e distintos lugares numa mesma época são *marcas*, sem dúvida, que evocam e confirmam não somente a mobilidade desses indígenas, mas, por outro lado, denunciam que, num tempo mais recuado, real e concretamente, eles existiram como sujeitos históricos. Ainda que, muitas vezes invisíveis aos olhos da história, lá estavam eles, ora praticando seus assentamentos sazonais, ora seguindo o curso dos rios com o auxílio de suas canoas em longínquas rotas migratórias, em razão da pressão exógena que os forçava a dispersar.

Nos capítulos seguintes passaremos a refletir mais demoradamente sobre três dos principais pontos de aldeamentos que os Ofaié mantiveram na sub-bacia do rio Negro e do Ivinhema, a partir do início do século XX. Iremos discorrer sobre os aldeamentos localizados no rio *Negro e Taboco*, nos campos da *Vacaria* e nas margens do *Ivinhema e Três Barras*. Os demais aldeamentos da sub-bacia do rio Pardo e Verde, pelos motivos já apontados anteriormente serão abordados em uma outra oportunidade.

Na medida do possível buscar-se-á estabelecer a relação entre um grupo e outro, sinalizando, entretanto, para uma *história* não necessariamente *contínua* desse povo em relação ao território que ocupavam. Semelhante mobilidade espacial praticada pelos Ofaié ao longo dos anos, isso nos leva a crer que, através da adaptação ecológica e social, eles manifestaram também uma *estratégia de ocupação* desses espaços, uma vez que não dispunham de outra intenção que não fosse a garantia de sua subsistência e autonomia.

Para se chegar a alguma conclusão sobre esse ponto, um longo percurso deverá ser percorrido, mesmo que para isso o pesquisador precise colocar em jogo *todas às faculdades de observação, não apenas as racionais, mas também as volitivas* (MATTOSO, 1988, p. 18) do pesquisador, para poder entender o processo que resultou na fragmentação e o quase extermínio desse povo.

3 – NOVAS PERGUNTAS SOBRE O TERRITÓRIO OFAIÉ

Os trabalhos monográficos produzidos sobre indígenas, sobretudo aqueles que destacam o fenômeno das migrações experimentadas por esses povos como forma de dispersão ao longo dos anos, desde os tempos mais remotos da história, na sua grande maioria, eles tem sido realizados na ótica e submetidos aos *humores* que desde muito cedo marcaram esses espaços de poder e dominância da história oficial. Não sem razão Franz Boas (1858-1942) disse que *para compreender a história não bastava saber como são as coisas, mas como elas chegaram a ser o que são* (BOAS, 1920).

É inegável a influência dos poderes locais e do esforço memorialista conferido aos grandes feitos produzidos por intrépidos exploradores que desbravaram e, ao mesmo tempo, construíram dilatados patrimônios para si, que deram origem aos povoados e comarcas. No tocante aos povos indígenas, entretanto, a história regional sempre os considerou obstáculo. O desafio era integrá-los, enfim, ao *grêmio da civilização*. Civilizar, aliás, além de significar *ocupação, ordenação e controle da espacialidade*, significava também *amansar* o indígena e incorporá-lo, via de regra, às camadas mais baixas da população (ZORZATO, 1998, p. 185).

A questão do *habitat* de origem do povo Ofaié, já dissemos, sempre foi encarada não diferente de um lugar *distante, obscuro e impreciso*. Quase a totalidade dos trabalhos produzidos na linha da etnohistória tem revelado essa tendência, qual seja, a de buscar explicar --através dos documentos e relatos do período da colonização-- que a dispersão dos povos indígenas se deu num sentido linear e, aos poucos, essa verdade foi se cristalizando nas páginas dos manuais de divulgação da história.

Ainda que importantes e necessários esses registros para a compreensão das mudanças *espaço-temporais* que ocorreram e que determinou verdadeira *diáspora* entre os povos indígenas e seus territórios imemoriais, nos parece que esses trabalhos, tanto os acadêmicos como os literários, tão-somente reforçam a idéia de que os povos indígenas sempre viveram isolados e em constante migração.

Tem sido divulgado, a partir das conclusões de Curt Nimuendajú, que o roteiro das migrações empreendidas pelos Ofaié a partir do início da era republicana, obedeceu ao seguinte trajeto: deixando os chamados campos da Vacaria eles teriam dirigido suas *ranchações* em diversas direções --vale do Ivinhema, rio Taboco, Pardo, Taquaruçu, Verde e Paraná. Tese pacificamente assumida --porque aparentemente lógica e justificável--, por estudiosos, a maioria deles antropólogos do campo da etnografia; do ponto de vista histórico, entretanto, ela não se sustenta. O mapa abaixo mostra uma dessa teses dominantes da dispersão Ofaié.

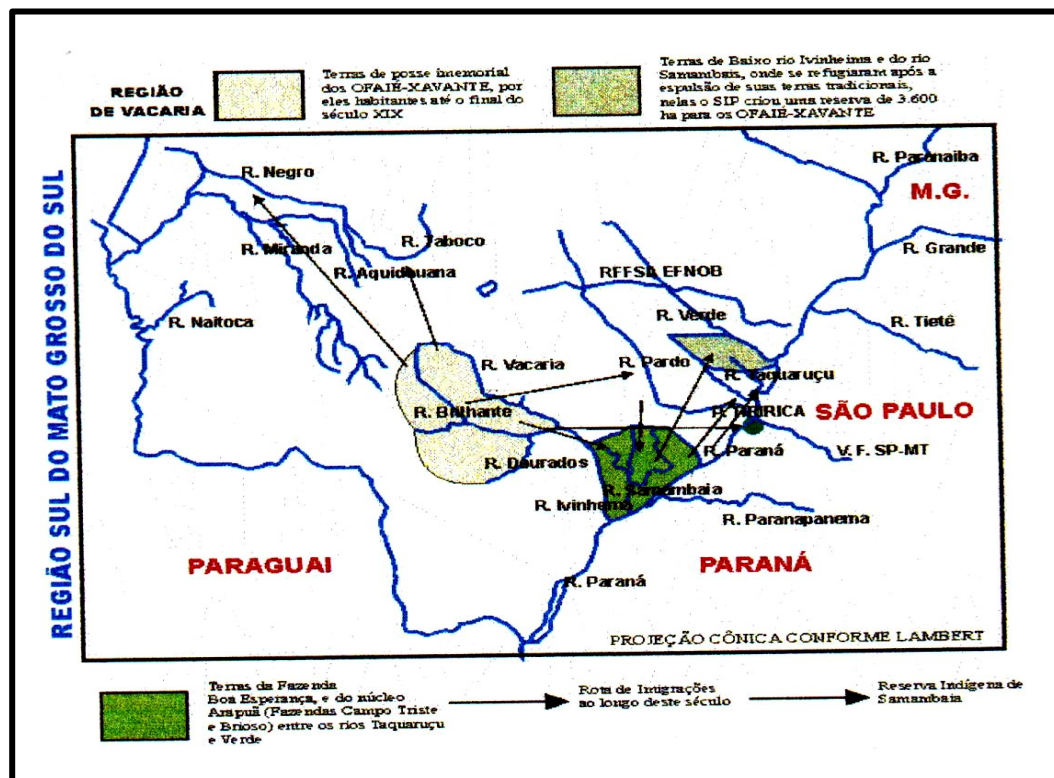


Figura 10- Rota de Migrações Ofaié (Fonte: Rosa, 1997)

A partir de disciplinas que, em tempos mais recuados, chegaram a ser consideradas *filhas da dominação*, tendo dedicado seus préstimos a expensas dos órgãos de Estado, pode-se dizer que a produção teórica e a pesquisa de campo desenvolvida junto aos povos indígenas, somente com o passar do tempo desvencilharam-se dos interesses daqueles às quais estavam submetidas. Falo aqui de célebres expedições científicas e clássicas

monografias etnográficas e etnológicas, que revelaram de maneira admirável o *modus vivendi* dos povos autóctones, sem, contudo, inseri-los no contexto mais amplo da História do Brasil.

No caso dos Ofaié, Albert Vojtech von Fric (1906), Tenente Vicente de Paulo Vasconcellos (1911), Hermann von Ihering (1912), Curt Nimuendajú (1913), Marechal Cândido Rondon (1916), General Malan (1924), Chestmir Loukotka (1931), Frederico Lane (1938), Erich Freundt (1947) e Darcy Ribeiro (1948) foram estes os construtores da maior parte da massa de informações que se dispõe sobre esses indígenas. Foram sem dúvida esses mensageiros e seus relatos de naturalistas, filósofos, sertanistas, militares e indianistas oficiais que construíram a representação que dispomos sobre a história e a cultura do povo Ofaié.

Não obstante, as informações etnográficas recolhidas e a construção histórica que nos foi apresentada acerca de seu trajeto e territórios, longe de estar pronto e acabado, esse itinerário reclama aprofundada revisão. Ainda que não se possa voltar no tempo, os documentos e os registros desses viajantes dos sertões, eles estão aí, impregnados no papel, e deles ainda podemos apreender algo novo, aquilo que ainda não foi visto, aquilo que ainda não foi dito ou escrito. E isso só é possível de ser percebido através de *novas perguntas* e de um *novo olhar*: um perguntar e olhar de historiador. Não um historiador qualquer, mas aquele que na arte de seu ofício vale-se da ferramenta crítica escondida na algibeira e que o impede de cometer os mesmos erros de seus colegas do passado: a ferramenta da interdisciplinaridade.

A nova questão que está sendo posta hoje exige, como diria Hannah Arendt (1906-1975), sobretudo *coragem* (ARENDR, 2002, p. 84). Coragem para desafiar velhas teses e poderes a elas impregnados pelo mando de senhores de extensas áreas de terras e suas famílias, que ao longo da história se notabilizaram na vida pública e privada ao expropriaram milhares de indígenas de seus territórios. Após os atos de *bravura* praticados contra os chamados *selvagens* que povoavam o sul do estado de Mato Grosso, esses senhores, verdadeiramente se *impuseram* e *passaram a construir a sua*

própria versão sobre o Estado e identidade regional que lhes fosse favorável (GALETTI, 1998, p. 176).

Como bem já nos foi alertado, discurso algum existe desenraizado de sua historicidade e geografia específica. Na esteira das idéias do crítico literário americano-palestino Edward W. Said (1935), cabe frisar que há sempre correspondência entre *uma certa forma de saber e uma dada forma de poder* (LIMA, 1995, p. 16). A elite rural que ocupou com seus gados extensas áreas de terras em diversas regiões do Estado, no pós-guerra contra o Paraguai, pode-se afirmar, valeu-se muito bem das informações contidas nos registros dos primeiros viajantes e estudiosos para seu proveito geopolítico.

No caso Ofaié, interessava cultivar a informação apresentada por Nimuendajú que apontava o *centro da aldeia* desses indígenas como sendo primordialmente os campos da Vacaria. Presa a essa idéia da existência natural de um *território único* para os Ofaié, tais informações permitiram, àqueles que se viam ameaçados pela presença indígena em suas terras, arvorarem-se na defesa de suas posses, alegando essas ocupações não se tratar de território tradicional indígena. A tese de que os Ofaié só dispunham de um território tradicional, desnecessário dizer, é defendida pelos mesmos proprietários cujas posses se acham encravada dentro de antigos espaços ocupados por esses indígenas.

O que se tem verificado, em relação ao que *pode* ou *não* ser entendido como *território tradicional* indígena é o critério de pertença desse grupo ao um determinado espaço geográfico. E o critério comumente utilizado tem sido o critério *tempo*. Defendem-se, assim, os proprietários em suas contestações judiciais contra a *imemorialidade* da terra Ofaié, alegando que o território desse povo –teoricamente já definido por Nimuendajú--, deva ser definido pelo critério da *anterioridade*. Assim entendido, seriam os registros mais antigos e a *descoberta* documental da presença Ofaié em determinadas regiões, é a tese que irá conferir a condição de *primis occupandi* desse povo àquele território.

No silêncio de uma arqueologia física que, até então, não havia descoberto qualquer evidência da *idade* da ocupação Ofaié sobre o território atribuído a eles, tem-se atribuído comumente aos campos da Vacaria e região circunvizinha, o *habitat* tradicional dos Ofaié, que de forma mansa e pacífica, ali viviam até serem *descobertos* por Rondon e *aldeados* depois pelo SPI na margem esquerda do rio Ivinhema. Estudos subseqüentes (RIBEIRO, 1951; DUTRA, 1987) caminharam igualmente na linha do fortalecimento dessa tese que buscava explicar a presença Ofaié em outras regiões como conseqüência da migração que estes indígenas teriam empreendido em direção a nordeste do atual estado de Mato de Mato Grosso do Sul e à montante do rio Paraná.

Essa tese, entretanto, a partir da presente pesquisa, seguramente pode se dar por superada. A premissa, já aventada por nós em trabalho anterior (DUTRA, 1996) é a de que sempre houve migrações, aliás, comum a todos os povos, em particular aos povos de hábito coletor, porque obedientes aos ciclos naturais dessa relação predadora com a natureza, empreendiam verdadeiro ciclo sazonal ocupando diversos pontos de um mesmo território.

O *ingrediente novo* aqui é a constatação de que em tempo e espaços eqüidistantes, outros grupos Ofaié viveram igualmente em condições semelhantes, mantendo os mesmos vínculos de continuidade e conexões sócio-culturais vividas em territórios tradicionalmente habitados por eles. Ainda que, devido ao difícil acesso e pouco interesse português em visitar e descrever grupos desconhecidos, a presença desses indígenas tenha sido omitida pelos cronistas e viajantes, o dado curioso é que eles teriam a mesma *anterioridade* atribuída a outros grupos.

Trabalhamos aqui, portanto, não com o conceito de *território* como categoria jurídica de *terra indígena* (Lei 6001/73, Estatuto do Índio) e sim com o conceito de *território tradicionalmente ocupado pelos índios* (Artigo 20, XI, Constituição Federal). Aí conclamamos ao leitor esforço hermenêutico para desvencilhar a questão em tela dos pressupostos rígidos do ordenamento jurídico que vincula a posse originária dos povos indígenas à condição do tempo presente.

Inicialmente é preciso que se diga que tentar explicar a ocupação de um território indígena desprezando os *argumentos e evidências etnohistóricas* ou deixando de se reportar às *instituições e costumes tradicionais* que esse povo exerce sobre suas posses (OLIVEIRA, 1998, p. 9), configura um confronto com aquilo que em tese se procura combater: a *compulsão das elites que tentam abolir a ferro e fogo as diferenças culturais, religiosas e políticas desses povos* (Idem, p. 8).

Em segundo lugar, território tradicional, aqui deve ser entendido como aquele espaço, aquele *habitat* que compreende:

não apenas a morada física do índio, mas o contato com a mata, com as águas, e com a terra, indispensáveis à extração dos produtos da sua economia interna totalmente dependente do extrativismo (BASTOS, 1998, p. 498).

Ainda que não haja depoimentos ou relatos indígenas que identifique ou caracterize a imemorialidade dessas ocupações, ela pode ser reivindicada em razão do *sentido originário da posse* comum que pode ser atribuída aos povos indígenas, e que se fundamenta na *traditione* (transmissão) de um bem que passa de uma geração à outra. Portanto, posse *imemorial* é a posse que lhes foi transmitida desde há tanto *que não há memória* que os faça lembrar o tempo que ali se encontram, *por causa de sua extraordinária antiguidade* (FERREIRA, 1986, p. 919).

E, é, curiosamente, o caráter dessa *antiguidade da posse indígena* que tem acalorado os debates que gravita em torno dessa questão. A discussão é motivada, sobretudo pelo olhar objetivo ditado pela exigência de que essa posse deva ser *atual e recente*, não podendo ser aplicada a casos de posse muito antiga. Nesse caso a aplicação literal do texto poderia levar a conclusão de que todas as propriedades hoje existentes no Brasil fossem de posse indígena.

É o parecer do Procurador da República João Heliofar de Jesus Villar, posicionando-se justamente sobre um processo movido por fazendeiros contra os Ofaié, que elucida a questão:

Esse é um argumento que normalmente impressiona, já que afinal constitui um sofisma nada desprezível. A conclusão não procede porque os silvícolas nunca ocuparam o país todo. Segundo, porque o que a Constituição protege são áreas que foram ocupadas por remanescentes das populações indígenas, que vivem nessas terras ainda hoje ou que –embora desalojados–, ainda vivem nos arredores das terras que habitavam e a identificam como um pedaço seu, seja pela história, tradição ou pelos sinais físicos que essa área ainda representa, atestando a ocupação indígena (VILLAR, 1993, p. 13).

Além do mais, não há necessidade de haver posse atual. Isso é o que se depreende da leitura do artigo 231, parágrafo 6º da Constituição Federal, quando reza que *são nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização (...) quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé.*

Ora, se a norma legal se refere à ocupação de boa fé, admite a possibilidade de ocupação por particular e conseqüentemente o fato de que os indígenas possam estar desalojados de suas terras.

Localizar os Ofaié em outros territórios tradicionais diversos dos célebres campos da Vacaria e região do Ivinhema, portanto, fora desse *reduto criado pela natureza*² e, depois, reuni-los através das ações do Estado, criando e propondo a criação de Postos Indígenas no Peixinho, no Laranjalzinho, no Samambaia, no Pardo e no Taquaruçu pelo SPI, em outras palavras é reconhecer que os Ofaié não viviam isolados e que as migrações que empreenderam na verdade serviam apenas para dar suporte ao caráter seminômade de sua cultura em áreas circunscritas.

² - Nada mais errôneo considerar os indígenas vivendo *de acordo com a natureza*, ou *naturalmente*. Para a socióloga Antonella Maria Imperatriz Tassanari, vivem os indígenas, como todo ser humano, de acordo com sua cultura. *Não existe entre os seres humanos, maneira natural, instintiva ou inata de interagir com o meio ambiente. Toda a ação humana altera o estado natural dos materiais para melhor aproveitá-los e, assim, imprime à natureza as marcas características de uma determinada cultura.* (TASSANARI, 1995, p. 543).

A notícia da existência de um aldeamento Ofaié nas margens do rio Verde em 1901 no mesmo tempo cronológico em que se verificou a presença desses indígenas distante dali cerca de oitocentos quilômetros na margem do rio Taboco, ou ainda na região do Vacaria nesse mesmo período, descaracteriza a tese de um território único para os Ofaié. Desfigura a idéia defendida pelo antropólogo Hilário Rosa de que a presença Ofaié no rio Verde fosse somente *de passagem* ou de *caráter* meramente *temporário* (ROSA, 1997, p. 33).

Os capítulos que se seguem irão analisar a documentação e os registros primários que dão sustentação a essa tese. Essas são as novas perguntas que devemos lançar sobre o território Ofaié. Questionar a premissa de que *o centro da aldeia Ofaié* era os campos da Vacaria, como definiu Nimuendajú e assim desejam alguns proprietários de terras, é uma delas. No nosso entender os Ofaié dispunham de muitos outros *territórios* que podem, pelo critério da anterioridade, também ser considerados, todos, como tradicionais.

Atento às informações que o narrador *se propôs* e as que também *não se propôs* revelar, mas que involuntariamente deixou através dos rastros por onde passou, nossa pesquisa busca agora, não somente as causas que levaram grupos de Ofaié a se fixar nesses locais geograficamente distantes de um provável *nicho etno-ecológico* escolhido e definido pela historiografia como único para eles, mas também aprofundar as razões pelas quais esses indígenas acabaram por perder o controle e a posse de todos os territórios que de tempos em tempos mantiveram sob seu domínio.

As *três áreas geográficas* que serão a seguir apresentadas foram escolhidas em razão de estarem ligadas à própria construção da história do atual estado de Mato Grosso do Sul. Mereceu a atenção do historiador também o fato desse espaço oferecer o maior volume de informações e registros produzidos por grupos que por ali passaram e, portanto, em condições de responder parte de nossas perguntas. Concorreu para o novo olhar pretendido, também a expectativa criada pelas diversas *ações* e

reações do Estado e da iniciativa privada em face dos povos indígenas da região.

Sob o aspecto da política indigenista convém lembrar que foi nessa sub-bacia do Ivinhema que ocorreu a única ação administrativa do SPI que tratou a questão do território Ofaié. Sobre o território a eles reservado pelo Decreto 683, de 20 de novembro de 1924 (e que nunca saiu efetivamente do papel), sobre ele ainda pesa diversos questionamentos, sobretudo, quando se observa e acompanha, pelos escaninhos do poder, o percurso oficial que esse documento se submeteu até a sua revogação, 28 anos depois de sua promulgação (DUTRA, 1996, p. 116).

Lançar novas perguntas sobre o território Ofaié a partir do enfoque de uma história regional que busque articular a microhistória desse povo indígena com o conjunto mais geral da História é, em última análise, percorrer

*uma grande variedade de construções e desconstruções de maneira a verticalizar o conhecimento da realidade brasileira, bem como dialogar com (**e rever**, grifo nosso) os tratados gerais da História do Brasil, que diluem numa vala comum a heterogeneidade do país e a riqueza de suas diversidades, desigualdades e contradições (CORRÊA, L. 1999, p. 36).*

Capítulo IV

OS OFAIÉ DO RIO NEGRO E TABOCO

Estamos na primeira década do século XX. A região focalizada é o sul da antiga Capitania de Mato Grosso e a nossa personagem é o tenente-coronel José Alves Ribeiro, conhecido como Coronel Jejê, que se encontra às voltas com um grupo de indígenas que perambula pelos limites de sua fazenda. Foi entre os anos de 1820 e 1830 (RIBEIRO, 1984, p. 43), que seu pai, homônimo, conhecido por Juca da Costa, adquiriu a fazenda Taboco banhada pelos rios Negro e Taboco, nas faldas da serra de Maracaju, logo se dedicando a criação extensiva de gado.

A partir de agora a pesquisa irá falar muito em *coronéis, coronéis-fazendeiros, coronéis-comerciantes*, e isso poderá intrigar o leitor desavisado. Razão pela qual necessário se faz dizer de início que o coronel aqui é entendido a partir das idéias de Raymundo Faoro, ou seja, ele é

o homem rico por excelência, na sociedade agrária, o fazendeiro, dono da terra que exerce o poder político. Porém, o coronel aqui mais do que nunca, é preciso entender, ele não manda porque tem riqueza, mas manda porque se lhe reconhece esse poder, num pacto não escrito (FAORO, 2000, p. 342-3).

É como se a herança do velho título militar conferido pela Guarda Nacional, sagrado ainda pelo Imperador, prosperasse na heráldica dominante, imprimindo ao poder privado e ao carisma pessoal desse *senhor de terras* um novo vigor, transformando-o na *mão visível* do Estado nos seus diversos campos (Idem).

Mas, os indígenas que estavam incomodando o fazendeiro, aparentemente, pertenciam a um grupo desconhecido e distinto dos

indígenas Terena que há muito se dedicavam ao trabalho nas fazendas de gado na orla pantaneira da região limítrofe com o *chaco* paraguaio. Nessa época, informa o filho do coronel, *oitenta por cento da peonada era formada por indígenas sendo os serviços da casa sempre exercidos por moças índias que eram criadas pelos brancos* (Idem, p. 73).

O reconhecimento dos fazendeiros pelos préstimos indígenas é apontado, sobretudo, em razão do esmero e maestria com que desenvolviam suas atividades relacionadas à lida no campo: *rastejadores, eles seguiam a batida de um animal extraviado até encontrar* (Idem, p. 74), narra orgulhoso o proprietário da fazenda que por ocasião da guerra contra o Paraguai, entre 1866 e 1867, deu guarida à força expedicionária de Mato Grosso (GUIMARÃES, 1988, p. 58), e foi visitada pelo Visconde de Taunay, ocasião em que observou possuir a propriedade cerca de 13 mil cabeças de gado (TAUNAY, 1929, p. 121). Na gravura abaixo, reproduzimos o mapa da Fazenda Taboco, de 1889, com alguns apontamentos por nós realizados.

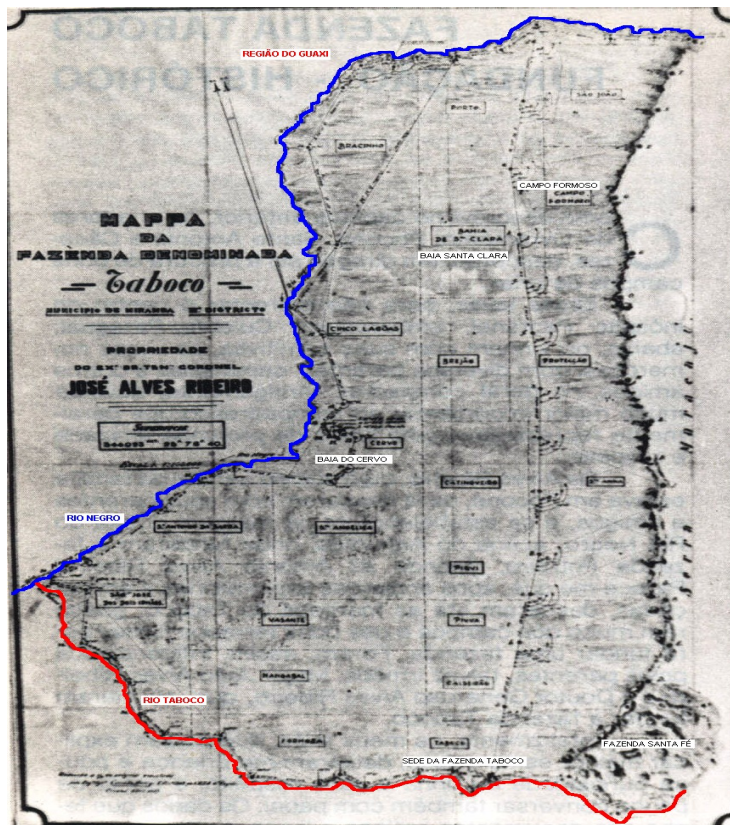


Figura 11 – Fazenda Taboco, 1889 (Fonte: Ribeiro, 1984, Adap. Dutra, 2004)

Mas o que intrigava o fazendeiro era que esses indígenas eram diferentes daqueles que, dado o convívio e a necessidade, com *muita intimidade e temperamento dócil*, despertava o hábito em muitos proprietários de vir aprender falar a língua *Aruak* utilizada por esse povo. O grupo arredio era formado por cerca de *60 ou 100 pessoas*, na descrição do filho do antigo morador da região. Inicialmente achou que seriam indígenas Kaiowá que teriam realizado o trajeto inverso ao curso dos rios, encontrando-se ali *corridos da costa do Paraná*. Também não se tratava de grupos Terena que durante a guerra contra o Paraguai foram duramente perseguidos pelos paraguaios. Em 1867, Visconde de Taunay montado em sua *besta rosilha* chegou a vê-los refugiando-se em meio à *mata fechada* das proximidades do córrego *Piraiúna* em plena serra de Maracaju. (TAUNAY, 1928, p. 8).

Nessa relação *cordial* e de *compadresco* entre fazendeiros e indígenas, narrada pelo memorialista Renato Alves Ribeiro, não há como não perceber o que já fora observado com bastante propriedade pelo historiador Osvaldo Zorzato: O fato de que os segmentos sociais dominantes, constituídos por famílias que tinham na propriedade de grandes extensões de terra, a base de acesso à influência que exerciam no local, sempre eram eles os que ocupavam *continuamente os espaços de poder*.

Esses *civilizadores de índios*, na verdade, detinham sob controle o aparato político-administrativo, jurídico, militar e eclesiástico da época, mantendo em constante vigília as aspirações e atitudes daqueles que se encontravam ao redor (ZORZATO, 1998, p. 174). Desde 1867, quando o tenente Alfredo Maria Adriano d'Escragnolle Taunay (1843-1899) chegou no acampamento do Porto Canuto, na margem esquerda do rio Aquidauana (M'Botetey ou Mondengo), seguindo depois para Santana do Paranaíba, através dos sertões de Camapuã (TAUNAY, 1928, p. 5), essa região do rio Negro e Taboco é descrita como roteiro das expedições do pós-guerra.

Esse espaço, que depois seria ocupado pelo poder e influência das vantagens proporcionadas pelo advento das Linhas Telegráficas do Marechal

Rondon, semeou no discurso memorialista do Estado emergente, o ufanismo dos conquistadores, uma espécie de coroamento pelo fato de terem vencido a fome e suportando diversas baixas devido às doenças como o *beribéri* que lhes assolava as tropas. Em relação ao indígena, entretanto, muito pouco ou quase nada foi escrito sobre a sua participação na vida desse Estado ainda em construção.

O uso da mão-de-obra indígena, todos sabemos, foi prática rotineira entre militares, viajantes e comerciantes que trafegaram por essas *estradas líquidas*, para usar uma expressão de Eudes Fernando Leite, pelos rios Paraguai, Iguatemi, Ivinhema e Paraná no curso de suas explorações (LEITE, 2000, p. 118). Há registros de que esses viajantes já estavam *habitados a requisitar aos Diretores de Índios a quantidade de braços indígenas que necessitavam para conduzir suas embarcações* (PROENÇA, 1996, p. 34-36).

Por outro lado, ainda que pudesse haver algum propósito deliberado para ocultar a presença indígena nos territórios que iam sendo explorados, a mão do Estado muito bem soube dela se valer para sustentar suas ações e progresso. A figura abaixo reflete muito bem a importância dessa mão-de-obra indígena na obra e nos feitos heróicos de Rondon.

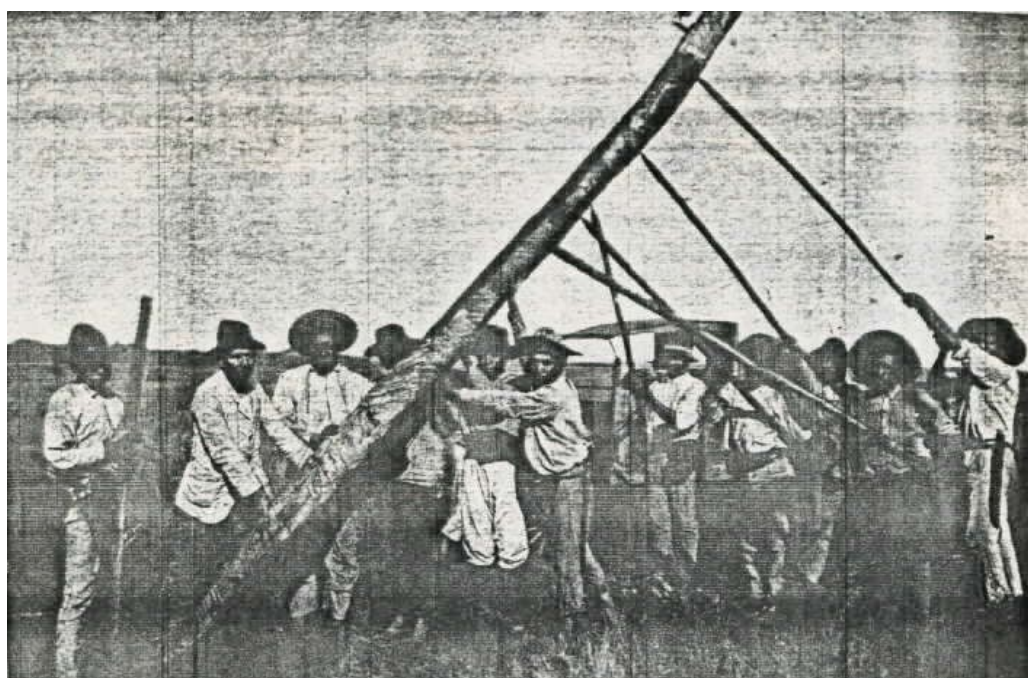


Figura 12 – Indígenas Terena e Kaiowá da Comissão de Linhas Telegráficas (Fonte: Rondon, 1946)

No mais das vezes o indígena aparece pelas bordas, individualmente, na retórica saudosista de algum fazendeiro endinheirado da região. O caso do indígena Terena Brasilísio, conhecido como *Caetetú*, narrado pelo neto do coronel Jeje, neste *universo simbólico*, nos aproxima melhor do objeto transformado agora em sujeito dessa pesquisa.

Conta que o tal Terena, empregado do coronel, homem de grande estima, certa ocasião *enamorado-se de uma índia dessa tribo* desconhecida, vindo a ter um filho com ela. Conta o fazendeiro que *Caetetú* por ter sido muito hostilizado por elementos dessa tribo voltou para a fazenda trazendo a mulher e o filho. Inconformados com a desavença e a saída da família da aldeia, os indígenas teriam entrado na fazenda e promovido o rapto da criança retornando à tribo. Isso revoltou o velho coronel que, na época, comandou violenta perseguição aos indígenas.

A aldeia deste grupo que *apareceu* na zona do Taboco, sua localização é imprecisa. Segundo o fazendeiro, esse grupo ficava *perambulando ali entre a Serra* (de Maracaju), *o rio Taboco e o rio Negro, que às vezes atravessavam para ir ao Guachi e regiões circunvizinhas* (RIBEIRO, 1984, p. 76). Aqui, para usar uma expressão do professor Eudes Fernando Leite, é preciso *emprestar ouvidos* aos personagens e *suas impressões* sobre a memória dessa história (LEITE, 2000, p. 19), para suprir a ausência de textos mais reveladores sobre o tal grupo indígena que tanto preocupava o coronel Ribeiro.

Dados do *modus vivendi* desse povo, por conseguinte, nos faz supor que esses indígenas desconhecidos do fazendeiro se tratassem da etnia Ofaié. Razões históricas nos faz pensar também assim. Inicialmente cabe registrar que Chestmir Loukotka, no campo lingüístico, já informara que os Ofaié apresentavam na região do rio Vacaria, um dialeto, confirmado também por Nimuendajú, denominado *Guachi* (LOUKOTKA, 1968, p. 66).

O *Senhor Kurt Unckel* (Nimuendajú), escreve Hermann von Ihering, *é da opinião que pela sua língua, os Chavantes mostram algumas relações com os indígenas do Chaco*. O polêmico diretor do Museu Paulista, na época,

recomendava *aos especialistas competentes de examinarem este parentesco*, do qual, entretanto, ele *não estava convencido* (IHERING, 1912, p. 13).

Atribuir a denominação *Guaxi* (ou *Guachi*) para os Ofaié e vice-versa, entretanto, não é algo pacífico, quando não arriscado. No campo da historiografia, essa questão experimental, tão-somente o terreno da hipótese. Ao situarmos o problema da origem dos Ofaié num contexto mais amplo, no sentido da construção de uma história dos povos indígenas em seus *múltiplos aspectos e perspectivas espaço-temporais*, necessário se faz aqui estar atento não somente a representação que a história tem construído sob o ponto de vista do autor, mas também aquela que privilegia a representação que o indígena tem sobre si mesmo (OLIVEIRA, 2002).

O alerta de Clifford Geertz pode ser providencial para o caso de uma análise excessivamente *êmica* propiciada por uma leitura mais antropológica do que histórica e que pretensamente se proponha produzir uma *leitura da mente* (desses povos), com o risco de realizá-la de *longa distância* (GEERTZ, 1989, p. 24). No caso aqui proposto, qualquer aproximação entre *Guaxi* e Ofaié, ainda que no plano teórico, há de se inserir nas *malhas da história*, sem, contudo, descuidar de colocar também um pouco de *vida* nesse episódio.

A nomenclatura *Guaxi* já foi referida como aquela que reclama origem possivelmente *chaquenha* e sua dispersão provavelmente tenha ocorrido após o intenso processo migratório que se verificou ao longo dos períodos pré-coloniais até o povoamento republicano (SCHMITZ, 2001, p. 13). A mobilização dos indígenas *chaquenhos* para a região dos pantanais, deve ter ocorrido *muito provavelmente em fins do século XVII* (CORRÊA, 2001, p. 30).

É a partir desse período que os relatos descrevem não somente os indígenas *Guaikuru* e os *canoeiros Payaguá* aterrorizando os viajantes em demanda às minas de Cuiabá; descrevem igualmente a ação dos *Kayapó* que já obrigava os colonos, sertanistas e comerciantes a mudar a rota do transporte de suas mercadorias pela região de Camapuã para se livrarem de seus ataques.

O que se tem em relação aos indígenas *Guaxi* é que essa etnia *aparece* textualmente no relato do sertanista Joaquim Francisco Lopes, a partir de 1836. Após a represália por parte das forças militares na fronteira contra os constantes abates de gado praticado pelos *Guaikuru*, eles teriam passado a dividir o território e suas lavouras nos arredores do forte de Miranda, juntamente com os indígenas do grupo Guaná (Chané, Terena e Laiana), da família lingüística Aruak (LOPES, 1943, p. 91).

Roberto Cardoso de Oliveira, com base nos textos de José Sanchez Labrador escritos em 1770, que comprovam a hegemonia Mbayá-Guaikurú desde os tempos pré-colombianos, identifica os *Guaxi*, ao lado dos *Txikito*, *Txamakôko* e *Guató*, como as tribos que *mais foram atacadas* e, uma vez *vencidas tinham seus componentes transformados em cativos* (OLIVEIRA, 1976, p. 33).

A exemplo dos demais grupos originários do *Gran Chaco*, que durante os *três primeiros séculos de contato foram exterminados*, restando apenas *três etnias que chegaram até os dias de hoje: Guató, Kadiwéu e Terena* (OLIVEIRA, 1999, p. 26), em relação ao grupo *Guaxi*, desde o período setecentista, presume-se, esse povo já estaria com a extinção decretada.

Identificados como *pequeno povo*, os *Guaxi*, apresentados também sob a denominação *Guachié*, numa alusão espanhola ao rio *M'botetey* (Aquidauana), eles são mencionados pelos autores mais antigos com o nome de *Guarapayó*, *Guasarapó* e *Bascheropo*, sendo o nome *Guaxarapo* largamente utilizado pela literatura espanhola colonial (RODRIGUES, 1553). À semelhança dos *Payaguá*, os *Guaxi*, chamados também pelo nome de *Guachicos* (SUSNIK, 1978), eram hábeis canoeiros e seu deslocamento mais para o Leste em direção do rio Miranda, provavelmente tenha se dado a partir do século XVIII (CARVALHO, 1992, p. 464).

Pelo que se sabe, até a segunda metade do século XIX viviam na região do rio Miranda treze grupos indígenas distribuídos entre as etnias Cutuguéo, Guiéo, Beaqueco (pertencentes à nação dos Guaicuru), Kinikinau, Layana,

Terena (pertencentes à nação dos Chané), e algumas famílias que restaram da tribo dos Guaxys, que foi aldeada em muito maior número (JARDIM, 1846; FERREIRA, 1848). Segundo Arthur Ramos os *Guatchi* falavam um *Guaicuru corrompido* (RAMOS, 1971).

Como não havia boas descrições das populações indígenas e tampouco da diversidade ambiental que os rodeava nesse período, o ambiente mesológico era, sem dúvida, o único recurso utilizado pelos viajantes para distinguir as diferentes formas de assentamentos populacionais indígenas do *chaco boreal*. Ora, a vegetação de *savana* dos campos alagadiços das bordas do rio Paraguai era alimentada por diversos de seus afluentes, entre eles o rio Miranda, conhecido já em 1727, como *Guaxihírio* pelos indígenas locais (CABRAL, 1959, p. 206-8), e pelo rio Aquidauana, ambos oriundos de sua margem esquerda.

O córrego *Agachi* que podemos ver no mapa abaixo é um afluente do Aquidauana e, segundo Gilmar Arruda, o nome é uma *corruptela de eugachigo*, que quer dizer *bando de capivaras* (ARRUDA, 1984, p. 142). Os indígenas que ali viviam, com certeza, foram identificados a partir dessa *marca* toponômica e referência do ambiente natural que dava guarida a esse grupo étnico de hábitos caçadores, pescadores e coletores que ali vivia.

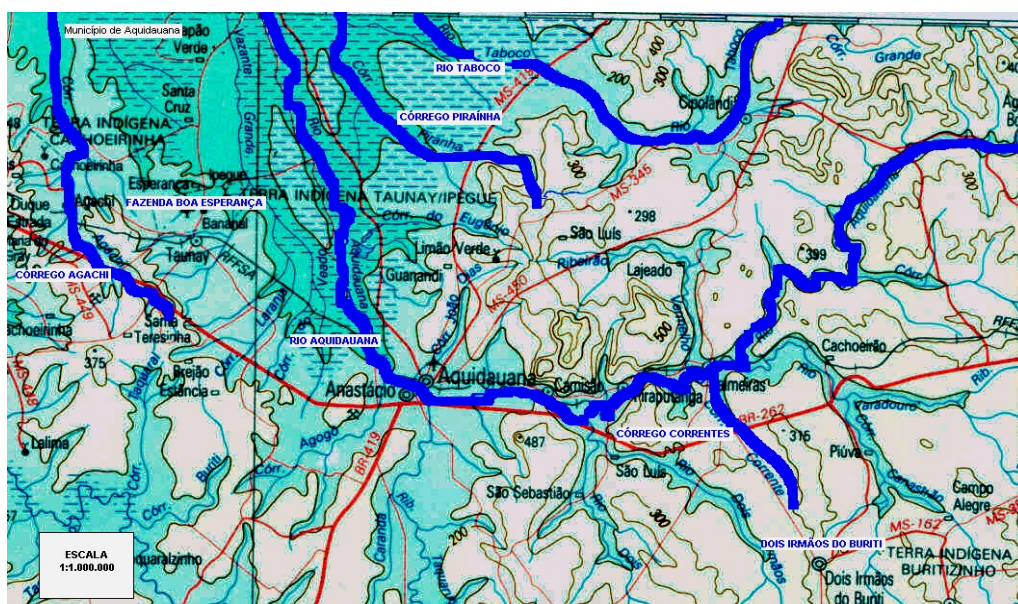


Figura 13- Córrego Agachi e região do Taboco (Fonte: IBGE, 1998, Adap. Dutra 2004)

A busca da origem da denominação *Guaxi* justifica-se em razão da necessidade de se investigar se o grupo que se encontrava na fazenda Taboco tinha alguma relação com o povo Ofaié, uma vez que ambos ocuparam, num tempo cronológico relativamente não muito distante, uma mesma área cultural. Sabe-se, por exemplo, que durante a guerra contra o Paraguai, na região do rio Taboco, próximo ao córrego Piráinha, em direção do Porto Souza (no rio Aquidauana), um *acampamento* de indígenas Terena foi destruído pelas tropas paraguaias (hoje região de Ipegue).

Diz-se, na ocasião, que as tropas durante esse episódio alcançaram o córrego *Uagaxi* (hoje Agachi), e destruíram todos os indígenas *Quiniquinau* que ali viviam. O restante dos grupos menores, como os *Guaxi*, que não foram aniquilados, teriam se refugiado *nas fraldas da serra de Maracaju* (GUIMARÃES, 1988, p. 58).

Tanto a região do *chaco*, mais no altiplano, como a dos *pantanaís*, nas regiões mais úmidas, e nela incluída as sub-bacias dos rios Negro e Taboco, desde os tempos coloniais elas foram objeto de atenta observação por parte dos primeiros viajantes e suas investigações exploratórias, tanto de Espanha como de Portugal. Não é de surpreender, entretanto, a preocupação desses exploradores com a geografia dessa região.

Segundo Yves Lacoste, é através da geografia que os governos procedem, não somente a descrição metódica dos espaços e sua forma de representação por excelência --o mapa--, como também organizam os territórios e melhor controlam os homens. Ou seja, configura-se o conhecimento detalhado da ecologia humana da região um saber estratégico intimamente ligado a um conjunto de práticas políticas e militares (LACOSTE, 1988, p. 4).

O certo mesmo é que não se pode afirmar se houve algum contato interétnico entre os Ofaié e os *Guaxi* em tempos pretéritos sem prescindir do auxílio proveniente de outras disciplinas mais específicas. Somente a partir de um levantamento dos sítios arqueológicos existentes nas bacias do rio Negro e Miranda, por exemplo, é que se poderá traçar um quadro explicativo

confiável sobre o processo histórico do povoamento indígena na região habitada por esses povos (MARTINS & KASHIMOTO, 1999, p. 55).

Nimuendajú, que havia suspeitado da existência de relação entre esses dois povos, entretanto, já afirmara em 1913 que *não tinha notícia alguma* da tribo dos Ofaié do tempo das missões jesuíticas, fazendo alusão apenas ao fato de que na zona onde depois apareceram os Ofaié, antes essa região havia sido habitada pela tribo dos *Nalimegas*, grupo que estendia seus domínios, juntamente com outros povos, pelos *campos de Jerez*, como os espanhóis chamavam a região do rio Ivinhema habitadas pelos *Ñuara*.

Tais conclusões podem ser cotejadas nos depoimentos do padre Sanches Labrador quando registra os primeiros movimentos migratórios de indígenas para a margem esquerda do rio Paraguai em direção ao Brasil (OLIVEIRA, 1976, p. 26). Período em que o processo colonizador português iniciou sua interiorização, o que se deu no final do século XVI (MARTINS, 2001, p. 303).

Isso nos leva a supor que a idéia de que a região habitada anteriormente pelos *Guaxi* teria sido ocupada posteriormente por grupos Ofaié é perfeitamente plausível. Razão que explicaria esses indígenas terem sido chamados pelos brasileiros que se fixaram nessa região pelo nome de *Guachi* (NIMUENDAJÚ, 1987, p. 124 nota 86), fazendo alusão aos antigos habitantes indígenas que por certo ali viveram.

Em seu mapa etnohistórico do Brasil e regiões adjacentes, de 1944, Nimuendajú já apontava as seguintes distinções sobre a presença indígena no rio Miranda: Guacharapo no século XVII e Guachi no século XVIII. No século XIX há como que um *vazio* da presença desses indígenas na região, para finalmente no século XX *aparecerem* os Ofaié ocupando esse mesmo espaço geográfico.

Outra informação que carece ainda de esclarecimento é a obtida através do diário da expedição de Grigóry Ivanovitch Langsdorff, quando ele, ao se referir aos *Xavantes de São Paulo*, cita seus *aparentados Faiés e Opaiés (ou Araés), do rio Ivinhema*, segundo ele, *muito poucos conhecidos*. (MANIZER, 1967, p. 77).

É a denominação *Araés*, entretanto, que chama a atenção, pois ela aparece, ainda que em prosa e verso em uma literatura secundária, no contexto do sul do estado de Mato Grosso. Ao falar *um pouco sobre índios*, enumera o autor Hélio Serejo, as tribos que seriam as mais expressivas nessa região: *os Kinikinaus, os Chamacocos, os Araés, e os Gaicurus*. Sobre os Araés, a despeito de atribuir às mulheres dessa etnia a qualidade de belas, atléticas e anfíbias, e aos homens a hábito de *atear fogo nos campos*, aponta o acadêmico que esse povo, essencialmente frugívoro, *habitava o lendário rio Apa* (SEREJO, s.d., p. 49-50).

Ora, Aracy Lopes da Silva, a partir de informações de Marivone Matos Chaim, menciona que os indígenas *Araé* até o século XVIII habitavam as proximidades do rio das Mortes, território que foi ocupado depois, a partir de 1844, pelo Xavante Akwê (SILVA, 1992, p. 365). Esse *gentio da língua travada*, conforme foram chamados os Jê pelos jesuítas e primeiros viajantes do Brasil e que habitava a região meridional da antiga Capitania de Mato Grosso (CHAIM, 1983, p. 49), provavelmente seja o mesmo grupo *Araés* mencionado pela literatura memorialista do *Balaio de Bugre* do político e jornalista mato-grossense Hélio Serejo, nada tendo a ver, portanto, com os *Araés* (Ofaié) apontado por Langsdorff.

Voltando ao caso particular dos *Guaxi*, ainda que não se possa, com base somente na documentação escrita disponível, estabelecer com segurança uma ligação maior entre esse povo agricultor e os caçadores e coletores Ofaié, comparativamente, podemos buscar identificar alguns traços comuns entre esses dois povos. Entre os indígenas encontrados pelo coronel José Alves Ribeiro e os Ofaié, poderia haver algum padrão de semelhança em relação ao *modus vivendi*, além do fato de ambos se encontrarem ocupando área que outrora foi de domínio de povos *tipicamente canoeiros Guató, Guaxarapo (Guaxi) e Payaguá* (OLIVEIRA, 1999, p. 28).

Falando sobre o deslocamento dos povos, nos informa Bruce G. Trigger, ele nem sempre está vinculado à propagação de idéias e padrões da cultura. Para esse antropólogo canadense, durante o *deslocamento de um povo* de um lugar para outro sempre se corre o risco de se obter como

resultado a *expansão geográfica* dos traços de sua cultura. Isso, entretanto, não nos garante que isso sempre ocorra. Há situações em que a *propagação* dos elementos de uma cultura sobre outra não resultam em modificações no seu modo anterior de vida. Isso quer dizer que a *difusão* dos elementos de uma determinada cultura, tanto pode substituir os traços da cultura visitada, como pode ser incorporada (adicionada) a ela (TRIGGER, 1973, p. 41).

No caso dos Ofaié que, em tese, teriam visitado num período anterior, o mesmo espaço geográfico antes habitado pelos *Guaxi*, e até mesmo por não se ter certeza de ter havido contato interétnico entre eles, não há razão para se buscar traços comuns entre essas duas culturas. Não obstante, a pergunta sobre o *tempo*, aqui, assume relevância.

A questão a ser respondida, portanto, é saber onde se encontravam os Ofaié no período em que os *Guaxi* eram descritos e identificados pela crônica setecentista? Se ambos os povos fossem contemporâneos, como explicar a ausência de referências sobre os Ofaié na documentação durante a conquista ibérica? Onde estaria esse povo quando Sanchez Labrador (1770) identificou os Mbayá setentrionais, conhecidos como Quetiadegodi, fazendo suas trocas comerciais com os Guachi e Guaxarapo? (CARVALHO, 1992, p. 474).

Uma hipótese apresentada pode ser a de que o grupo *Guaxi* que vivia na bacia do rio Miranda tenha sido absorvido pelo grupo Guaná que sobreviveu aos ataques pós-guerra contra o Paraguai. *Quando toda uma cultura estrangeira é aceita por um grupo*, lembra-nos Kroeber (1948), esse processo recebe o nome de *assimilação* (TRIGGER, 1973, p. 38). A presença hoje das aldeias Cachoeirinha, Passarinho, Moreira, União, Lalima, Bananal, Ipegue e Limão Verde, concentradas numa mesma região e formadas basicamente pelos diversos grupos Guaná que vieram fundir-se, são reveladores de que após a dispersão indígena ocorrida em 1870 não deve ter havido muito espaço livre que permitisse o re-aparecimento e sobrevivência de povos, como *Guaxi*, que não soçobraram após o conflito assunceno (OLIVEIRA, 1976, p. 15).

Sob o aspecto cultural, esse povo que habitava na *região do Guachi*, a narrativa de Renato Alves Ribeiro, que já foi descrita no primeiro capítulo dessa pesquisa, confirma o hábito de cavar o chão utilizado pelos Ofaié (RIBEIRO, 1984, p. 81). A *região do Guachi* apontada pelo memorialista, cumpre esclarecer, trata-se da *Vazante do Guaxi* localizado nos limites da Fazenda Taboco na margem direita do rio Negro e, portanto, distante do córrego Agachi mencionado anteriormente.

O costume de cavar no chão, já observamos, coincide com a descrição do filósofo tcheco Chestmir Loukotka, quando, preocupado com o estudo da língua Ofaié, relatou uma viagem não-científica que seu colega e conterrâneo Albert Vojtech von Fric, de Praga, empreendeu em 1901 pelas *florestas virgens das margens do rio Verde*, hoje município de Brasilândia (LOUKOTKA, 1931, p. 121). Descreveu que os Ofaié, nos períodos de frio, protegiam-se cavando a terra e acumulando montes de terra onde faziam o fogo, sendo que no chão da cabana cavavam uma cova que era forrada de capim seco, onde dormiam.

Segundo Renato Alves Ribeiro, os indígenas que visitavam a fazenda Taboco, a princípio sempre mansos, *com o passar do tempo foram criando certos problemas, chegando a provocar um caso* entre seu avô e o marechal Cândido Rondon. A queixa do fazendeiro contra os indígenas era a de que eles retiravam arame das cercas da fazenda para colocar na ponta de suas flechas. Ainda que o fazendeiro lhes promettesse dar *até rolos completos para eles*, os indígenas vinham e insistiam em tirar *uma a duas quadras de arame das cercas, soltando toda a boiada* do fazendeiro, o que lhe causava prejuízos.

Outra queixa contra os Ofaié era a de que eles *gostavam de comer nonatos, bezerros de barriga, às vésperas de nascer*, quando, segundo o relato do fazendeiro, eles matavam as vacas somente para tirar o bezerro contido no seu útero (RIBEIRO, 1984, p. 77). Essa informação, entretanto, não foi confirmada e aparece isolada na crônica memorialista, não sendo mencionada por qualquer outro autor.

Além das brigas que o coronel Jeje travava com os indígenas, o fazendeiro, que também era chefe do Partido Republicano Mato-grossense, tinha a fazenda Taboco freqüentemente visitada por ladrões não-indígenas e seu nome era constantemente inscrito na *imprensa carioca da época que o atacava terrivelmente* por conta dos desafetos político de seus opositores (ROBBA, 1992, p. 122).

Mas, ao que parece, o incidente maior que resultou num *massacre* contra os indígenas da *região do Guachi* foi o caso do Terena Caetetú e a Ofaié Catarina, quando os indígenas da aldeia seqüestraram o filho do casal, de nome Mandú, *para que ela fosse embora atrás da criança* e voltasse para a aldeia. De pleno conhecimento do assunto o velho coronel Jeje, que tinha a fama de ser violento (ROBBA, 1992, p. 123), convocou o peão Crispiniano, *gaúcho louro, alto e valente*, que, armado, e em companhia de outros 15 homens, mandou buscar a criança de volta. Cercado o acampamento dos indígenas nas proximidades da *furna da Piúva*, a grande maioria deles fugiu. O fazendeiro relata que durante o ataque, *só um índio, já maduro, empunhou o seu arco e flechou um dos sitiantes*, sendo logo *abatido*.

A criança foi recuperada, mas esse ataque praticado contra os indígenas teve grande repercussão merecendo dura crítica de Rondon que enviou *emissários* àquela região para entrar em contato com os *restos da grande nação de Ofaiés* e retirá-los de lá. O diretor da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas não tinha dúvida de que os indígenas que habitavam as cercanias do rio Taboco e Negro eram Ofaié.

Nos apontamentos da Missão Rondon, o então Coronel de Engenharia Cândido Mariano da Silva Rondon parece ter claro que os indígenas desse episódio pertenciam ao grupo Ofaié:

tratava-se de salvar o que ainda restava da tribo de Ofaiés, uma vez que estavam sendo sistematicamente caçados e exterminados a tiros de carabina pelo coronel José Alves Ribeiro, sob o pretexto de que matavam, para comer, as rezes de suas fazendas (RONDON, 1916, p. 58).

Os Ofaié removidos daquele local teriam acompanhado os *emissários* até o córrego da Ressaca (hoje Santa Maria) e à noite, todos teriam fugido, voltando para os campos distanciando-se da fazenda, indo instalar-se mais próximos às margens do rio Negro, nas proximidades da fazenda Santa Helena, nas margens do rio Anhumas e *baía* denominada *do Guachi*. No mapa que reproduzimos logo abaixo, podemos observar esses pontos de referências apontados na documentação.

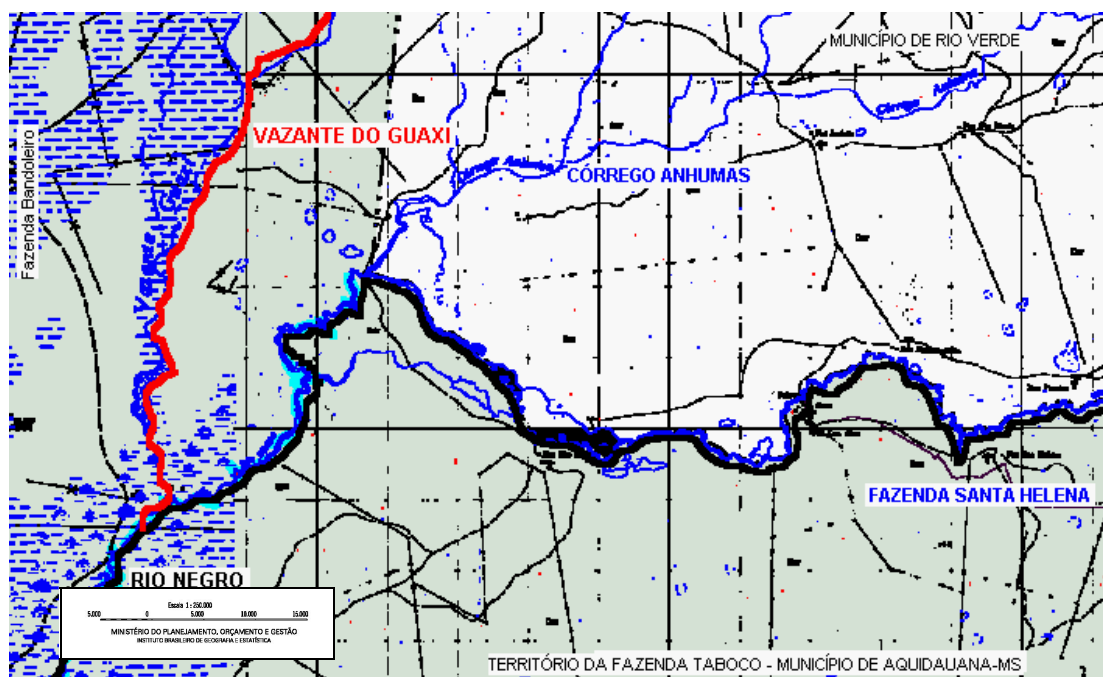


Figura 14 – Vazante do Guaxi e Anhumas (Fonte: IBGE, 2003, Adap. Dutra, 2004)

Os últimos registros dos Ofaié que viviam nessa região do Guaxi, sem dúvida, são os de Rondon quando mencionou o contato que teve com o grupo em 1903 enquanto realizava o levantamento do rio Negro pelas Linhas Telegráficas. Relata que, ao descer aquele rio, depois de uma curva muito fechada, deparou com um grande acampamento de caça desses indígenas. Todos teriam fugido abandonando *os fogos em que assavam carne de veado e caititu*.

Nessa ocasião Rondon conversou com dois Ofaié que, *embora cheios de terror, atenderam aos seus insistentes chamamentos*. Dias depois,

atraídos pelo bom trato e pelos presentes recebidos (...) um grupo numeroso de homens visitou o acampamento da Comissão ficando um deles com o general Rondon até o término dos trabalhos no rio Negro (RIBEIRO, 1976, p. 88).

O espaço geográfico apontado pela crônica colonial como ocupado pelos *Guaxi*, no período pós-guerra contra o Paraguai, em diversos pontos coincide com o espaço ocupado por grupos Ofaié estudados no início do século XX por cientistas e pesquisadores. É o que se percebe da descrição das danças e instrumentos musicais que foram recolhidos por Henri Henriknovitch Manizer, quando visitou um grupo de Ofaié que, em 1914, ainda habitava as margens do rio Taboco, no município de Aquidauana. Aí ele menciona que o chocalho dos Ofaié (que são chamados de *Faié* pelo músico russo) era muito pequeno, em comparação com os dos Kadiwéu, ao passo que suas flautas eram semelhantes a dos *indígenas cavaleiros* (MANIZER, 1934, p. 303-7).

Após a tentativa de Rondon de retirar os Ofaié da mira das *desumanas caçadas do coronel Alves Ribeiro*, os indígenas que habitavam o rio Negro e Taboco deixam de ser mencionados pela historiografia (RONDON, 1916, p. 59). Depreende-se que os poucos sobreviventes desse povo tenham se dirigido mais para o Sul, para a região de Buritis. Roberto Cardoso de Oliveira explica muito bem como os Terena, depois, foram convocados para expulsar os Ofaié dessa região quando o SPI a partir de 1904 começa a criar as primeiras reservas para esse povo de língua Aruak (OLIVEIRA, 1968, p. 42-49).

A presença desse *bando disperso* de Ofaié *sediado* na região do *Taboco*, mencionado por Nimuendajú (1987, p. 124, nota 86), localizado, portanto, a cerca de quinhentos quilômetros de distância, em direção Noroeste, do território considerado tradicional desses indígenas --o baixo Ivinhema--, ainda hoje é motivo de questionamentos. Somente estudos arqueológicos ulteriores, já dissemos, poderão elucidar a questão da anterioridade dessa ocupação por parte dos Ofaié numa região tida como

núcleo de dispersão e/ou de convergência de diversos povoadamentos (SALZANO, 1992, p. 31).

Para os propósitos de nossa pesquisa nos satisfaz o indicativo de que não haveria a existência de apenas um grupo Ofaié em constantes migrações e do qual todos os demais estariam necessariamente vinculados. A questão da *antiguidade* desse povo indígena, uma vez colocada em pauta, só corroboraria a tese da *continuidade histórica* que, sob uma conceituação antropológica equivocada tenderia ver os Ofaié de hoje como *descendentes* ou *remanescentes* daqueles primeiros, o que definitivamente não é a pretensão desse estudo (OLIVEIRA, 1999, p. 170).

Bem lembrou Fredrik Barth que, *quando se retraça a história de um grupo étnico ao longo do tempo, não se está, simultaneamente, no mesmo sentido, traçando a história de uma “cultura”* como se ela fosse necessariamente a mesma *do grupo em um período anterior* (POUTIGNAT, 1998, p. 227). Aqui, no caso dos Ofaié, procura-se tão-somente demonstrar que no período compreendido entre o final da guerra contra o Paraguai e a chegada dos trabalhadores das Linhas Telegráficas do marechal Rondon, os Ofaié já mantinham seus aldeamentos nas cabeceiras do rio Taboco, no divisor da serra de Maracaju.

O processo de *desterramento* dos Ofaié, seja provocado pela *fricção interétnica* com a sociedade envolvente, seja ocorrido por *razões endógenas* ao grupo (MARTINS, 2002, p. 17), de modo particular o grupo que vivia na região do Taboco, teve como resultado prático, tão-somente o *desaparecimento* desse povo (e seus aldeamentos). A notícia de um grupo de 35 indígenas *Chavantes* vivendo nos limites da fazenda Boa Esperança (município de Aquidauana), no ano de 1915 nos faz crer que a presença desses indígenas havia chegado ao conhecimento do órgão indigenista e que os reclamos de Rondon haviam sido ouvidos ¹.

Tanto é verdade que logo o SPI, por ordem do telegrama nº 7, de 8 de janeiro de 1915, trata de reunir esse grupo e transferi-lo para a fazenda Boa

¹ - Em 1914, a Sociedade de Geografia de Nova Iorque concedeu a Cândido Rondon o *Prêmio Livingstone*, por sua atuação em *terras tropicais*.

Vista (próxima a atual Aldeia Terena do *Ipegue*), localizada nas margens do rio Aquidauana, logo abaixo da foz do córrego Pirainha, local muito freqüentado em tempos mais recuados pelos *Guaxi*. Nessa mesma região, na Fazenda Correntes, também é mencionada por Rondon a presença de Ofaié, como veremos adiante.

A intenção do SPI em reunir, não somente os Ofaié, mas também os Terena que igualmente se encontravam *flutuando naquela* região, desculpasse ingenuamente o órgão indigenista oficial, tinha como objetivo retirá-los da influência dos *conselhos interesseiros e malévolas sugestões (...) de aventureiros sem escrúpulos* que se valiam dos indígenas para explorá-los e colocá-los em conflito com os fazendeiros.

Esse grupo Ofaié transferidos pelo SPI, segundo o Inspetor Interno do órgão, José Gomes da Silva Jardim, era o mesmo que habitava o vale do rio Negro. Na explicação do funcionário, por entrarem em desavença com membros do próprio grupo, quando ainda se encontravam no Posto do Ivinhema, teriam, abandonado o lugar *e saído a vagar pelos campos* (JARDIM, 1915).

Informações mais detalhadas sobre a ocupação Ofaié nessa região do rio Negro são escassas e sobre elas ainda pesam muitas dúvidas. Cabe aqui estar atento às palavras de João Pacheco de Oliveira Filho e Alfredo Wagner Berno de Almeida sobre as *deficiências* que o historiador encontra nos textos dos viajantes e cronistas que, via de regra, *informam mal* o pesquisador sobre suas construções, no caso aqui em particular sobre os Ofaié e sua presença (quase inexplicável) do *outro lado* da Serra de Maracaju.

Referem-se os autores àquilo que Ciro Flamarion Santana Cardoso chamou de *crítica de sinceridade* quando se deve perguntar *até que ponto são críveis* as afirmações contidas nos documentos (CARDOSO, 1982, p. 53). Ao falar de território, nada mais oportuno lembrar, por exemplo, que freqüentemente os autores confundem tribos com segmentos de tribos, espaço geográfico com território tribal, etc. (OLIVEIRA, 1998, p. 88).

Como uma das formas para superar essa falta de qualificação das fontes, entre outros problemas apontados, os autores alertam para uma

necessidade cada vez mais percebida nos estudos históricos envolvendo os povos indígenas, que é

a de incluir depoimentos e reconstituições históricas formuladas pelos próprios indígenas para caracterizar a imemorialidade de suas ocupações e o seu direito histórico (Idem, p. 89).

No caso dos Ofaié que travaram com os Terena nessa região, mais precisamente por volta de 1927, um longo período de conflitos e fricção interétnica, é possível entender o que os autores acima citados propõem. Mesmo em situações assim, pretéritas, é possível *ouvir* dos atores da época, indígenas e antigos moradores da região, a descrição desse passado. Como, por exemplo, ouvir histórias *do tempo que o SPI requereu uma área de terra para alguns indígenas Terena aldeados há mais de 35 anos no lugar denominado Invernada do Buriti, limites da fazenda Correntes, nas margens do rio Aquidauana (atual distrito de Palmeiras, município de Aquidauana)...*

Ao fazer isso, essa reconstituição oral do passado, cá estão os indígenas Ofaié e não-indígenas da região pantaneira, contribuindo com o historiador, *explicitando suas modalidades de aquisição e conservação de direitos; cá estão eles fixando os seus limites territoriais em bases precisas, cá estão eles reavivando a memória de acordos e compromissos realizados por gerações anteriores (Idem).*

A informação de Renato Alves Ribeiro dá conta de que os campos da fazenda Correntes, pertencentes a um tal de Jango Mascarenhas, limitava-se ao fundo pelo rio Taboco e que em diversas ocasiões os dois proprietários combinavam seus encontros ateando fogo próximo ao rio e, orientadas pela fumaça, suas comitivas de caça se encontravam com grande alegria (RIBEIRO, 1984, p. 27). A fazenda Correntes, escreve Arnaldo Estevão de Figueiredo, tinha 250 mil hectares e a fazenda Taboco tinha 180 mil hectares e 100 mil cabeças de gado (RIBEIRO, 1993, p. 329).

A região do Buriti, desde 1888 é apresentada pela historiografia regional como relacionada ao nome do tenente-coronel Luiz Generoso da Silva Albuquerque, *homem extremado em seus princípios* e que foi o

responsável pela *vistoria* das terras daqueles campos ainda durante o período imperial. Em tempos mais recuados, Ruy Dias Melgarejo, em 1593, teria fundado nas margens do ribeirão Correntes, afluente o lado esquerdo do Aquidauana, o célebre povoado de Santiago de Xerez ² (ROBBA, 1992, p. 39).

A *paisagem deslumbrante* que teria *enfeitiçado* os membros da Comissão chefiada pelo coronel Albuquerque, entretanto, só pôde ser transformada em vila e patrimônio do futuro município de Aquidauana, quatro anos depois, por iniciativa do coronel Theodoro Paes da Silva Rondon, *inteligente fazendeiro da região de Miranda*, e do coronel Augusto Mascarenhas que em 1892 retomaram o projeto de fundar na região do Buriti a tal vila sonhada (PACE, 1992, p. 32).

A permanência dos Ofaié nessa região de *Buriti*, contudo, parece não ter se prolongado muito além de 1913, pois a partir dessa data, intensificou-se a presença de fazendeiros e demais indígenas da nação Terena, *remanescentes daqueles que, durante o conflito com o Paraguai, teriam se refugiado no alto da serra do Maracaju* (OLIVEIRA, 1976, p. 85, nota). Se até 1915 a região de Aquidauana só era superada em prestígio político por Corumbá, a partir dessa data, os chefes políticos passam a estender sua influência em direção a Campo Grande e aos campos da Vacaria, transformando esses lugares em verdadeiros *oráculos* do sul de Mato Grosso (ROBBA, 1992, p. 124).

Seguramente até 1913 não havia nenhum aldeamento Terena na chamada *Invernada do Buriti* (OLIVEIRA, 1976, p. 85). Uma rápida olhada no mapa dessa região e iremos observar que numa de suas voltas, na margem esquerda do rio Taboco ele faz divisa, não muito distante da foz do ribeirão Correntes que deságua no Aquidauana. A julgar pelos encontros que os coronéis Ribeiro e Mascarenhas mantinham, vizinhas que eram suas

² - Sobre a data de fundação de Santiago de Xerez os autores não são unânimes. Uma primeira Santiago de Xerez teria sido fundada em 1579 por Ruy Diaz de Melgarejo, obedecendo a ordens de Juan Garay, com o intuito de melhor aproveitar a mão-de-obra dos tradicionais agricultores, os *Nuara* que viviam nas margens do rio Miranda. Esses indígenas teriam se aliado aos Guaxarapo, Guató e Guaicuru e impediram o erguimento da cidade (ESSELIN, 2000, p. 45). Outra Santiago de Xerez teria surgido em 24 de março 1593 nas margens do rio Ivinhema que foi reedificada por Ruy Diaz de Guzman e transferida, três anos depois, para a margem esquerda do Aquidauana, tendo subsistido até 1632 (Idem, p. 48).

propriedades, não é difícil de entender que esses territórios ocupados por indígenas comunicavam-se entre si.

Segundo um relatório da Inspeção do SPI, de 1927, havia *uma faixa de terras devolutas* nos limites da fazenda Correntes como sendo habitada pelos Ofaié que teriam vivido na região antes dos Terena. Por ocasião da medição da área dessa fazenda, realizada em 1896, essa faixa de terra não foi incluída nos domínios da propriedade, o que se presume encontrar-se ela até essa época, ainda habitada pelos Ofaié. Em 1924, essa área foi reservada pelo SPI aos Terena que, com o auxílio dos fazendeiros, expulsaram o restante dos Ofaié que por ali ainda vivia (Idem). Hoje a região integra as margens da antiga Estrada de Ferro Noroeste do Brasil-NOB e da BR-262, no município de Dois Irmãos do Buriti, próximo ao distrito de Palmeiras.

A presença Ofaié na região, contudo, não é de todo desconhecida. Referindo-se a esses indígenas, Curt Nimuendajú registra que eles, no Taboco, eram chamados pelos Terena de *Wahéi* (que quer dizer *tartarugas terrestres*) e pelos brasileiros eram conhecidos simplesmente como *Guachi*. Alerta o etnólogo, entretanto, que esses Ofaié nada tinham de comum com os *Guachi do baixo rio Miranda* (córrego Agachi). Às vezes também eram chamados de *Botocudos* e na maioria das vezes de *Chavantes* (NIMUENDAJÚ, 1987, p. 124, nota 86).

Além do dialeto *Guachi* falado pelos Ofaié do rio Negro e Taboco há de se considerar também as anotações realizadas por estudiosos, como Henri Henriknovitch Manizer que lá esteve e se defrontou com manifestações culturais no campo da música (MANIZER, 1934) que revelam se tratar ali de um aldeamento Ofaié de configuração antiga e de proporções significativas.

Querer perceber a presença Ofaié na região do rio Negro e Taboco, é não perder de vista também que essa região ao longo dos anos se revestiu de um vasto campo de disputa de poder pela ocupação desses territórios. Aos olhos dos primeiros conquistadores e da historiografia em geral, cabe aqui lembrar Sérgio Buarque de Holanda, quando nos fala que a presença dos povos indígenas não passava de *manchas dispersas (...) mal plantadas na terra e quase independentes dela* (HOLANDA, 1976, p. 19). Nessa concepção

da história, se percebe que nunca coube ao indígena, tal qual a mata, *povoar* a terra. A ele cabia tão somente *ocupá-la*.

Joana Neves nos recorda que *a expressão povoamento foi utilizada para indicar a ação da conquista, apossamento da terra*. Isso porque na concepção do colonizador, *o índio, apesar das disposições oficiais, não chegou a ser completamente gente*. A presença Ofaié, portanto, na região do Taboco configurou-se na verdade em um *obstáculo a ser removido*, tal como a *selva inóspita* (NEVES, 1980, p. 25).

As notícias da presença Ofaié na bacia do Paraguai, contudo, cessam logo após o segundo lustro do século XX. Após terem sido citados por Nimuendajú (1903), Manizer (1904), e Rondon (1906), que fizeram registros sobre a violência praticada contra eles nas fazendas da região, e logo já não se ouve mais falar em Ofaié habitando as bordas da serra de Maracaju.

Caracterizar essa região do rio Negro e Taboco como território tradicional do povo indígena Ofaié não se restringe somente à percepção do universo por nós conhecido que nos permite comprová-lo através das *marcas* de sua presença física e palpável nesses amplos espaços habitados. De novo aqui o alerta dos autores João Pacheco de Oliveira Filho e Alfredo Wagner Berno de Almeida é dirigido aos historiadores que escrevem e definem o momento em que os Ofaié podem *aparecer* e quando eles podem *desaparecer* dos parágrafos da historiografia.

O postulado é de que o *universo indígena não tem limites*. É possível aos Ofaié do Taboco, por exemplo, incorporar áreas que são periféricas ao seu habitar e abarcar outras áreas, no *Guaxi*, no Negro, no Agachi, no Piráinha, quiçá pontos míticos. Em outras palavras, no campo indígena, *não há como traçar uma fronteira precisa entre a geografia e a cosmologia* (OLIVEIRA, 1998, p. 90).

Estudos recentes, como laudos periciais de identificação e delimitação de territórios, e pesquisas antropológicas e etnohistóricas de Grupos de Trabalhos-GTs em áreas Terena, tem sido realizados em razão de atos oficiais de demarcação. Não obstante, esses trabalhos não têm aprofundado a questão da presença Ofaié nessa região, oferecendo ao historiador muito

pouca novidade que elucidie a questão da ocupação Ofaié, em especial na Invernada do Buriti.

O que se pode dizer, com relativa certeza é que a ocupação Ofaié nessa região não deve ter se prolongado após 1927, época em que foi decretada a posse de dois mil hectares de terra para usufruto dos indígenas Terena que para lá se dirigiram (OLIVEIRA, 1976, p. 85).

Acredita-se, pois, que esse *bolsão de refúgio étnico* (MARTINS, 2002, p. 15) concedido pela geografia aos Ofaié, após esse período, ele tenha acabado. O poder circulante dos personagens egressos dos campos de batalhas logo passam a ocupar os mais altos postos políticos, sem, contudo deixar de ostentar suas patentes de mando e influência local. Os laços nutridos pelos ex-combatentes e as grandes extensões de terras que passam a adquirir no pé da serra e nascentes dos grandes rios agem como fatores determinantes para a extinção dos Ofaié como *entidade étnica* (RIBEIRO, 1977, p. 252 nota).

Para definitivamente por fim a sorte dos Ofaié que ainda habitavam os *brejos do rio Negro e Taboco*, sobreviventes do tempo do coronel Zelito, filho homônimo de velho coronel José Alves Ribeiro, *senhor das terras dessa região*, eis que encontramos o registro da presença de seiscentos *caboclos d'água* que recebem o consentimento do proprietário da dita fazenda para garimpar no rio Taboco. Ao lado de outros garimpos, como o do *córrego Vermelho e de Cipolândia*, ambos no município de Aquidauana, que mantiveram atividade até 1940, bem como as constantes enchentes que atingiam aquela bacia, fez com que os Ofaié restantes, quando não chacinados, fossem integrados ao convívio dos *rios de pinga* que circulava nos garimpos que ali se instalaram (SERRA, 1995, p. 67-68).

Esse garimpo prolongou suas atividades até o ano de 1947, quando tornou a se esvaziar, permanecendo pelos arredores da vila improvisada em campos pertencentes às fazendas Taboco, Lajeado, Chapéu e outras que passaram a absorver a população indígena (e não-indígena) como mão-de-obra na lida com o gado. Nos tempos áureos da descoberta de diamante na

região de Palmeiras e Cipó, há registros de que a população garimpeira e não-garimpeira que ali vivia chegou a 12 mil pessoas.

Teria sido por reivindicação dos *remanescentes desses garimpeiros* que um abaixo-assinado dirigido ao governador de Mato Grosso, Arnaldo Estevão de Figueiredo determinou a demarcação e loteamento da colônia e o respectivo *patrimônio* de Aquidauana em 18 de setembro de 1950 (ROBBA, 1992, p. 101-102).

Um dos últimos registros que se tem sobre os Ofaié nessa região acusa que nas *vizinhanças da vila Nioac*, em represália contra um *assalto* que os Ofaié teriam praticado num lugar distante apenas uma légua desta vila,

foi organizado uma expedição na qual tomaram parte 8 praças do Destacamento de Nioac, e que acabou com morticínio geral entre os indígenas desprevenidos, da primeira aldeia de Ofaié que encontraram (NIMUENDAJÚ, 1913a).

O quadro descrito acima parece não dar muita oportunidade ao historiador de poder esclarecer *como os Ofaié participaram* dessa sociedade mais ampla, que não fosse na condição de *alvo* da violência. Os embates travados pelos Ofaié nessa região em face de *figuras* eminentes que *constituíam as forças ativas do sistema de dominação* que configurava a organização do próprio Estado e os grupos que com ele estava ligado, foram esses ataques (em represália aos assaltos), sem dúvida, a única forma e possibilidade experimentada pelos indígenas de manifestar o seu parecer contrário e a sua *negação* em relação a *essa ordem social* (FRANCO, 1997, p. 18).

Após o aparente extermínio dos Ofaié das bordas da serra de Maracaju, começaram os fazendeiros de Nioac e Miranda a se estabelecer nas vertentes do Paraná, pelos campos da Vacaria. Sob a ação mais direta do governo republicano, os indígenas que restaram, seriam depois reunidos no vale do Ivinhema, no aldeamento do Peixinho e do Laranjalzinho. Mas essa, já é uma outra história que falaremos adiante.

Capítulo V

PELOS CAMPOS DA VACARIA

O lendário rio Vacaria, desde as suas cabeceiras, através do Passa-Tempo, corre paralelamente com o rio Brilhante e seu afluente Santa Maria, e avança até encontrar o Ivinhema nos limites dos atuais municípios de Sidrolândia, Rio Brilhante e Angélica, para banhar, em toda a sua extensão, os chamados *Campos da Vacaria* (ALMEIDA, 1951). Sobre a localização mais precisa desses *campos*, nunca houve quem tivesse a preocupação em defini-lo com rigor meridiano.

Sabe-se que no período colonial, até o princípio de século XVIII, esses *campos do Erê*, nome dado pelos espanhóis por volta de 1593, situava-se mais ao sul, desde as margens do *Anhanduy-Guaçu* e Iguatemi, até as cabeceiras do Dourados, perfazendo uma área aproximada de 200 léguas quadradas no rumo do Paraguai (CORRÊA, L. 1999, p. 25). Batizado pelos espanhóis com o nome de *Lhanos de Jaguari*, esses campos era passagem obrigatória das manadas de gado, o que transformou a região em *foco de disputa* econômica e palco de *conflitos entre indígenas, espanhóis e portugueses* (RIBEIRO, 1993, p. 53).

Irrigada por uma abundante malha fluvial que se conecta aos dois maiores rios que formam as bacias do Paraná e Paraguai, a partir da primeira metade do século XIX, e depois, com a inauguração do período republicano, até o princípio do século XX e a vitória portuguesa do pós-guerra contra o Paraguai, esses campos se transformaram em importante pólo de atração de pioneiros paulistas e mineiros, e depois gaúchos, que se dedicaram à criação de gado.

A região nesse período transforma-se em verdadeira rota de passagem, tanto por terra, com a condução do gado pelas *estradas boiadeiras* até Santana do Paranaíba e de lá até as invernadas do Triângulo Mineiro, como por água, com o aproveitamento do curso dos rios que eram navegáveis e permitia o abastecimento, através de pequenas embarcações, de mercadorias e alimentos, e também o sal, de suma importância para o gado, que era adquirido em Minas Gerais e São Paulo, ou contrabandeado do Paraguai (CORRÊA, L. 1999, p. 25).

Na sua geografia, a região é formada por uma paisagem natural de contrastes. De um lado, uma abundante mata ciliar ao longo dos rios e córregos e um solo de terra roxa que se aproxima das matas e massapé junto à margem dos rios, o que lhe permite o desenvolvimento de uma agricultura regular para o abastecimento. De outro lado, a presença de extensos campos limpos mesclados com o cerrado baixo --à semelhança das *savanas*, e daí o nome atribuído aos primeiros habitantes indígenas desses campos: os *savantes* (Shavantes, Chavantes, Ofaié)--, que se configuravam bastante apropriados para a criação extensiva de gado e instalação de fazendas.

Na versão original a região dos campos da Vacaria, compreendia a circunscrição dos atuais municípios de Campo Grande, Sidrolândia, Rio Brilhante, Maracaju, Dourados e Ponta Porã (Idem). Fruto de uma política de expansão inaugurada em 1909 pelo Serviço de Povoamento, vinculado ao Ministério da Viação (VASCONCELOS, 1997, p. 77) começam a chegar na região inúmeras levas de migrantes que passam a se notabilizar por seus feitos e negócios de compra e venda de gado.

A vila de *Santo Antônio de Campo Grande da Vacaria*, que em 1913 é apenas *um povoado nascente, de dois mil habitantes, perdido no planalto de Maracaju* (RODRIGUES, 1989, p. 11), em pouco tempo, se torna *um dos maiores centros de comercialização dos produtos locais*. Na verdade, se transforma num *entrepasto* de gado e de boiadeiros, situação essa que vai se ampliar no campo político, com a chegada do traçado ferroviário da Noroeste

do Brasil, ligando o estado paulista a Corumbá (WEINGARTNER, 1995, p. 27).

Se, em tese, os campos da Vacaria projetaram a região sul do Estado, por se dedicar à criação de gado e garantir o desenvolvimento da antiga Capitania de Mato Grosso, nos contornos de uma *história econômica da prosperidade*, através da exportação da carne, couro, charque, pele e outros derivados, em contrapartida, o vale do rio Ivinhema, Brilhante e Dourados trouxe ao cenário da história o cultivo e a extração da erva-mate presente nos ervais nativos que revestiam toda a bacia do Amambaí ano terço meridional da Serra de Maracaju.

Sob o monopólio da Companhia Matte Laranjeira, o trabalho da extração da erva-mate representou a mais importante atividade econômica do Estado até o início do século XX, considerada a responsável pelo povoamento e pelo desenvolvimento da chamada fronteira sul-mato-grossense (CORRÊA, L. 1999, p. 26-27).

Fartamente divulgada pela historiografia, essa idéia de que a formação histórica do sul de Mato Grosso passou necessariamente pelo poder dessa Companhia, tida como *elemento de manutenção da unidade desse Estado*, é necessário frisar que todo esse *movimento* sempre se deu em estreita ligação com a expansão da pecuária, da formação das oligarquias e do desenvolvimento dos povoados e cidades, e a implantação da ferrovia ¹, onde os *aspectos político-administrativos*, via de regra, privilegiaram *as ações dos governantes* (WEINGARTNER, 1995, p. 12).

Durante os *anos dourados* da produção ervateira, essa região experimentou notável progresso. Após a guerra contra o Paraguai chegou a ser considerada a *jóia do Mato Grosso* e um lugar de *beleza indescritível* (METELLO, 1918). Esse panorama, entretanto, tinha íntima ligação com as colônias militares e os órgãos de governo que davam sustentação às atividades econômicas não só da venda do gado e seus subprodutos (WEINGARTNER, 1995, p. 27), mas também da venda de peles de animais

¹ - A construção da ferrovia Noroeste do Brasil (1905-1914) e a Comissão Telegráfica Nacional são dois exemplos notáveis de uma nova atitude do Estado com relação ao território. O aparecimento das ferrovias implicava novos posicionamentos diante das novidades materiais e simbólicas como, por exemplo, as noções de progresso e de atraso, de cidades e de sertões (ARRUDA, 1977).

silvestres, como onças e veados, e penas de aves, que eram levadas para Cuiabá e de lá exportadas através dos tropeiros até o Rio de Janeiro (CORRÊA, L. 1999, p. 26-27).

Aos olhos de uma política de ocupação dos *espaços* que eram apresentados como que *vazios*, o comércio no sul do Estado representou o que Lúcia Salsa Corrêa chama de *arranque de civilização capitalista* (Idem). Se por um lado promoveu o desenvolvimento econômico, por outro, causou impactos e efeitos substancialmente transformadores sobre a paisagem física e histórica dessa região (Idem, p. 27). E isso não é para menos. Sob o aspecto geográfico, sendo uma região fartamente irrigada e localizada nos limites da *borda sudoeste do Planalto Central Brasileiro*, notadamente ela haveria de se firmar ao expandir em duas direções alinhadas, seguindo o curso das duas grandes bacias que fluem paralelamente na direção Norte-Sul do atual estado de Mato Grosso do Sul (MARTINS, 2002b, 12-14).

A Oeste, a região está formada por *um exuberante e complexo ecossistema tropical* que ofereceu ao homem, desde os primeiros grupos caçadores e coletores pré-históricos até os habitantes das *primeiras décadas do século XVI*, com a colonização européia, as condições necessárias para o pleno *desenvolvimento das culturas humanas*. Tal região compõe a bacia do Paraguai (Idem, p. 11). O extenso divisor de águas ao longo da Serra de Maracaju formado pelas nascentes dos principais afluentes, tanto da bacia do Paraguai como da bacia do Paraná --que correm em sentido contrário-- é a região de maior altitude. São os célebres *varadouros* mencionados pelos primeiros viajantes e que deram suporte aos deslocamentos terrestres de indígenas e da colonização que permitiu a esses exploradores avançar com seus *canoões* por territórios ainda inexplorados. (Idem, p. 14). Seguindo em direção Leste, estendendo-se pelos campos férteis da bacia do Paraná, a região dos campos da Vacaria apresenta-se como uma verdadeira *mesopotâmia* (KNOB, 1988, p. 223).

Desde a cabeceira do rio Brilhante que, juntamente com o rio Dourados, formam uma sub-bacia extremamente produtiva que se estende até a confluência com o Ivinhema, essa região tem sido descrita pelas cartas

dos primeiros viajantes da Província de Mato Grosso como *chão da Vacaria* (Leme), *sertão da Vacaria* (Taques) e *campos da Vacaria* (Nimuidajú).

Essa região, desde 1718 já vinha sendo visitada por bandeirantes, entre eles, Antonio Pires de Campos, Pascoal Moreira Cabral, Antonio Antunes Maciel e Fernando Dias Falcão, entre outros. A exploração da *Vacaria* e das cabeceiras do Iguatemi em direção ao Paraguai e o almejado Cuiabá e suas minas auríferas, era nessa época, precedida pela *varaço do estirão seco* entre o rio Brilhante, antes chamado de *Jaguari* e os formadores do M'botetey.

No relato de Antonio Pires de Campos há a informação da existência de um porto na margem direita rio Brilhante, que mais tarde passou a se chamar Santa Rosa (ou Sete Volta), onde os paulistas deixavam suas canoas para continuar por terra até as cabeceiras do Nioaque (TAUNAY, 2001, p. 25). José Tomás Gonçalves informa que esse porto, em 1867, durante a guerra contra o Paraguai foi freqüentado, muito *amiúde*, pelo pequeno vapor *Tamanduatei*, que regressava da colônia militar de Itapura, da foz do Tietê com o Paraná, do lado paulista, com material bélico para as tropas (GUIMARÃES, 2001, p. 195).

Não por acaso, durante o Império, nesse lugar chamado *Acampamento* (nas margens do córrego do Acampamento), foi criada uma colônia militar, comandada pelo major João Caetano Teixeira Muzzi que, segundo Cândido Rondon, após a sua extinção, por volta de 1850, o local foi adquirido e transformado em fazenda (Santa Rosa) pelo dito diretor da colônia (RONDON, 1949b, p. 100). Com a consolidação das fazendas de criação de gado, a partir de 1874, a região da Vacaria firma-se como um grande *pólo agregador* dos interesses de diversos grupos oligárquicos que após a guerra passam a exercer o controle político-administrativo dessa região com reflexo em todo o restante do Estado.

É a partir desse período que a região passa a ser recomendada a *qualquer população estrangeira, ainda que das regiões frias da Europa*, para habitar esses *campos*. Entendida como

a de maior futuro para o desenvolvimento do Brasil, a região logo se viu objeto de grandes compras feitas por sindicatos estrangeiros, que adquirindo fazendas, uniam-nas formando maiores latifúndios (METELLO, 1918).

O *Balancete da Receita e Despesa da Tesouraria da Câmara Municipal da Vila de Campo Grande*, em 1913, já demonstrava quão lucrativa se transformara a febre das concessões de terras ao tornar público o aumento de 64% na receita referente aos aforamentos de terrenos no mês de janeiro daquele ano (RODRIGUES, 1989, p. 30).

O *esforço propagandístico* empreendido pelo governo no sentido de atrair imigrantes para a região pode ser percebido no célebre *Álbum Gráfico de Mato Grosso*, editado em Hamburgo em 1914, ricamente ilustrado, e portador de um discurso glorificante, apresentado como estratégia de valorização do chamado planalto central mato-grossense (MACIEL, 2000, P. 47). Sem dúvida, esse *guia para investidores externos*, também teve seu papel na formação de uma *almejada identidade coletiva*, funcionando como um *corpo instrumental*, para ser fiel ao sociólogo e historiador Osvaldo Zorzato, dos interesse dos segmentos sociais dominantes constituídos basicamente pelas famílias de grandes proprietários de terra (ZORZATO, 1998, p. 174).

Desde o final do século XIX a região foi objeto da ocupação econômica do tipo pastoril que cada vez mais se interessava por novos pastos para seus rebanhos. Isso acabou influenciando de maneira decisiva sobre a economia regional e os povos indígenas que ali viviam. Os fazendeiros começam então a *subir a Serra de Maracaju*, estabelecendo-se na margem rio Paraná e nos campos da Vacaria, determinando o surgimento de uma *nova economia, do tipo pastoril, que estava baseada na necessidade da busca incessante de novos pastos para os rebanhos* (OLIVEIRA, 1968, p. 40).

Já foi dito que as expedições bandeirantes foram mais *despovoadoras* do que responsáveis pela expansão territorial no Brasil (MONTEIRO, 1994, p. 7). Se fizermos um paralelo com o que ocorreu por aqui em relação aos povos indígenas desses territórios, verificaremos que a afirmação procede e

serve para explicar o *desaparecimento* de muitos povos indígenas, entre eles, os Ofaié em diversas regiões.

Pelo fato de seus antigos territórios localizarem-se na margem de rios largamente utilizados como rota dos grandes sertanistas paulistas –Paraná, Verde, Pardo, Ivinhema--, foram, sem dúvida, esses indígenas (Kayapó, Ofaié e Guarani, na margem direita do Paraná; e Kaingang e Oti, na sua margem esquerda), os que sofreram o maior impacto durante o chamado *ciclo de caça ao índio*.

Quando iniciaram as primeiras *descidas* de gado do triângulo mineiro em direção a estes campos, eles não circunscreviam áreas cercadas, pois as extensas propriedades e o pequeno número de criadores disso não tinha necessidade: o gado vivia solto, *alongado*, ao alcance dos indígenas que por ali –na linguagem dominante--, também *perambulavam*. Agora, porém, registra Roberto Cardoso de Oliveira, em face do aumento da população e, conseqüentemente, do aparecimento de novos fazendeiros, a *disciplinação dos territórios era inevitável* (Idem, p. 41).

Enquanto *despovoavam* a região do elemento indígena, os descendentes de portugueses *povoavam* esses campos delimitando suas posses e marcando, o agora, seu gado nativo. Beneficiado por um sistema de criação extensiva, onde o fazendeiro dependia mais *dos recursos naturais – pastagens e barreiros salinos, do que recursos zootécnicos*, o ambiente oferecia as melhores condições para a implantação de grandes latifúndios (WEINGARTNER, 1995, p. 18).

A região dos campos da Vacaria, com o passar do tempo, é tomada de assalto, resultando para os indígenas que aí viviam verdadeiro ciclo de forçadas migrações. Sobretudo com o surgimento das fazendas já com feições modernas e constituídas de pastos delimitados por cerca de arame farpado. Cercas que, se por um lado tornavam-se indispensáveis à contenção dos rebanhos, por outro, eram o maior impedimento ao livre trânsito das populações nativas da região e motivo para persegui-las.

Se até a década de 1920 os caminhos de carretas e estradas boiadeiras eram livres para o trânsito de todos, pelo interior das fazendas, a partir

dessa data, no âmbito oficial, essas *livres andanças* passam a obedecer à norma da lei. A decisão da Câmara Municipal de Ponta Porã que, nessa época, obrigou a colocação de porteiros de acesso imediato às terras das fazendas, é um bom exemplo disso. Anúncios de fazendeiros em jornais no ano de 1923 informavam que os transeuntes *deveriam utilizar as estradas públicas e não mais cortar caminhos pelas fazendas, campos e matas* (GUILLEN, 1991, p. 303).

A exploração do gado, por fim, se tornou predominante na atividade econômica da região. A extensão das terras e a farta bacia hidrográfica que irrigava o imenso território, que permitia o alimento e a *dessedentação* dos animais, isso atraía ainda mais fazendeiros, tanto do Rio Grande do Sul, como do triângulo das Minas Gerais. O gado é introduzido, inicialmente, a partir das pequenas fazendas, *de quinhentas a oitocentas cabeças*. Gradativamente a raça Caracu, criada desde os tempos da colonização espanhola passa a ser substituída pela zebuína, trazida pelos boiadeiros de Minas Gerais e que vai aos poucos sendo assimilada pelos criadores locais.

No ano de 1913 por esses campos da Vacaria, que possuía um rebanho aproximado de 500 mil cabeças de bovinos e 100 mil cavalares, espalhavam-se em mais de 200 fazendas da região, um amplo e rentável comércio de gado. A exportação nessa época chegava a casa das 25 mil cabeças de gado, sendo que desse total 15 mil eram conduzidas por terra através das estradas boiadeiras até Minas Gerais (QUEIROZ, 1997, p. 113).

Pela documentação oficial produzida no final do século XIX, somente a partir das entrelinhas é que podemos perceber a situação de conflito vivida pelos indígenas que de forma nada natural tiveram de se opor à ocupação de seus territórios tradicionais. A malha fluvial era, sem dúvida, o grande instrumento de poder que o Estado e os *fazendeiros-comerciantes* dispunham para garantir o abastecimento de alimentos, vestuários, combustíveis, e material bélico para a manutenção das colônias militares, destacamentos e presídios nesses *distantes sertões*. A construção de diversos portos ao longo dos rios tinha sua razão de ser: além de garantir a

comunicação entre regiões distantes, configurava-se um atrativo tanto para os colonos como para os indígenas.

Ressalte-se aqui a importância que assume, igualmente, as *fazendas*, os *ranchos* e as *vendas* que aparecem ligadas, compondo uma unidade, ao mesmo tempo de reprodução e comércio. As chamadas *casas de negócios* apontadas no estudo de Maria Sylvia de Carvalho Franco, por outro lado, nos faz observar que esse instrumento *fazenda-rancho-venda* não estava em mãos fazendeiras por acaso. Elas refletiam a *pressão da economia de subsistência e de mercado* verificada ainda no Brasil colônia junto à *velha civilização do café* (FRANCO, 1997, p. 75).

Um documento do *Acampamento de Nioac*, de 1874, é um dos primeiros a apontar a presença indígena nessa região da Vacaria. Afirma existir no porto de Santa Rosa, localizado na margem direita do rio Brilhante um grande aldeamento Kaiowá. Outro aldeamento de indígenas *Coroados*² estaria aldeado na margem esquerda do rio Vacaria (hoje município de Sidrolândia). Segundo o documento, ambos os grupos indígenas *manifestavam-se muito desejosos de aldearem-se* (CORRÊA, L. 2002, p. 159).

A chegada dos primeiros colonizadores, sob o olhar da historiografia mato-grossense, sempre foi descrita como um acontecimento notável. O caso dos célebres irmãos Ignácio, Antônio, João e Francisca Gonçalves Barbosa, e de outros dois irmãos, Gabriel e Joaquim Francisco Lopes é o exemplo mais ilustrativo do *povoamento* não-indígena aqui ocorrido. Contam os biógrafos memorialista que, mesmo antes da guerra contra o Paraguai estes senhores já se encontravam *enfrentando índios e feras* em ambas às margens dos rios Boa Vista e Passa-Tempo, sendo que logo se fizeram *senhores de terras ilimitadas* (MARTINS, N. 1989, p. 24).

Descritos sempre com exaltação, os feitos heróicos desses primeiros vultos da história mato-grossense que *povoaram* a região da Vacaria, e que

² - Sobre os *Coroados* que viviam nas cabeceiras do Vacaria apontada pela documentação colonial, convém diferenciá-los dos Guaianá ou Botocudos, da língua Kaingang, do estado de São Paulo e que estendiam seus territórios até o Rio Grande do Sul (RIBEIRO, 1977, p. 101). Os *Coroados* nos documentos imperiais se referem aos indígenas Bororo, que ocupavam originalmente desde o centro da antiga Capitania de Mato Grosso até os afluentes formadores do rio Miranda, os chamados Bororos ocidentais, que foram exterminados no final do século XIX (Idem, p. 77). Outros grupos indígenas, como os Kayapó (meridionais e setentrionais) nesse período também foram chamados de *Coroados* ou *Coróá* (ver TURNER, 1992, p. 312-313).

ainda são mantidos na memória sul-mato-grossense, suas narrativas nunca se furtaram de dar destaque às *privações, canseira e perigos* vividos por seus familiares, ao mesmo tempo em que revelavam o *fascínio* que estes campos despertavam. A presença indígena, por outro lado, raramente é citada. Com exceção das *setenta vacas pequenas e vermelhas* encontradas por Gabriel Francisco Lopes e Antonio Gonçalves Barbosa, na margem esquerda do Vacaria, no lugar chamado Lajeado, quando atribuiu a propriedade desses animais aos indígenas *Guaicuru*, nada mais se ouviu falar na literatura regional sobre os indígenas que aí viviam.

De modo geral, esse território sempre foi apresentado como um imenso *vazio sem dono*. A historiografia ao retratar o chamado povoamento regional foi pródiga nos eufemismos para ocultar a presença indígena, sobretudo nos períodos mais recuados da história. Na verdade o que ocorreu ao longo dos anos foram dois movimentos, num lento e gradual, porém, não menos violento, processo de descaracterização dos povos indígenas que viviam nesse espaço.

De um lado, podemos dizer que havia um movimento de *desapropriação* de imensos territórios antes de domínio Guarani e Ofaié, e o genocídio praticado contra eles. De outro lado, um movimento de *apropriação* da mão-de-obra indígena, a massa sobrando expulsa de seus territórios que é aos poucos absorvida pela economia emergente (CORRÊA, L. 2002, p. 156).

O curioso nessa história é que praticamente, se tratava de *indígenas sem rosto*, sem paradeiro e sem escrita que pudesse documentá-los. Eram entendido assim, como que perdidos e anônimos, num largo *vazio teologal* de entendimento, cuja existência e condição humana desde o *orbis christianus* do chamado *descobrimento* manteve essas *almas* nas trevas da colonização (DUTRA, 1994, p. 237). A presença indígena Ofaié (ao lado dos Kaiowá) na região da Vacaria, portanto, raramente é mencionada no registro dos colonizadores que detinham o poder local. Qualquer menção aos Ofaié nos documentos oficiais militares do período colonial, sem dúvida, pode ser

considerada como uma exceção em meio à crônica produzida no sul do Estado.

No mais das vezes, esses campos da Vacaria são apresentados na literatura regional como imensos *territórios despovoados* que eram *apenas percorrido por hordas indígenas* e suas *incessantes* andanças. Na esteira dessas descrições que podem ser apontadas como responsáveis pela *invisibilidade* dos povos indígenas como sujeitos e atores sociais, atribuída à incapacidade dessa gente de ajustar-se ao novo *modus vivendi* imposto pelos colonizadores, historiadores e estudiosos desse período limitaram-se a apenas registrar o *aparecimento* e o *desaparecimento* desses indígenas que aí viviam, sem qualquer tentativa de explicar o processo de como se deu a *ocupação/desocupação* desse território.

Sobre o povoamento da região de Campo Grande, por exemplo, ainda hoje existem dúvidas sobre qual povo indígena teria ocupado originalmente aquele território que se insere na história somente a partir de 1872 com a dita chegada dos chamados *pioneiros* (CABRAL, 1999, p. 27). As hipóteses de ocupação, entretanto, caminham todas na direção de nomes clássicos que já se encontram cristalizados na historiografia: seriam os Terena, os Kayapó e os Guarani (Idem). As evidências da presença Ofaié nessa região, ainda que possível sua comprovação nos relatos históricos sobre o município de Nioac (1890) de onde o município de Campo Grande teve origem, em nenhum momento Os Ofaié são mencionados, sendo apontado pela historiografia regional existir mesmo aqui, deliberadamente, um *vazio* indígena.

Os Ofaié surgem na história escrita brasileira, praticamente a partir do caderninho de anotações de Cândido Rondon (1905), e depois, de Curt Nimuendajú (1913), quando esses sertanistas traçam as primeiras linhas sobre a existência livre desse povo de hábitos coletor e caçador. Segundo o etnólogo alemão, nos campos da Vacaria, os Ofaié eram chamados de *Opaié*, e essa presença, apesar de ser conhecida desde 1886, quando foram descritos ocupando um *espigão coberto de mato entre os rios Santa Luzia e Vacaria, onde era difícil de surpreendê-los, devido à vigilância que ali*

mantinham (NIMUENDAJÚ, 1913a), muito pouco mais que isso foi lançado sobre as páginas dos livros da história *vacariense* e regional.

Por ser uma região onde a exploração agropecuária foi uma das primeiras a se firmar no Estado, foi ela também a que maior influência exerceu sobre os povos que ali originariamente promoveram seus assentamentos. A ocupação desse território por coronéis veteranos de guerra, como João Mascarenhas, abastado fazendeiro-comerciante da região de Nioaque e João Caetano Teixeira Muzzi, cuja fazenda Santa Rosa, de sua propriedade, era uma verdadeira *guarda avançada na fronteira*, a despeito da amizade e das rixas pessoais havidas entre eles, tanto os *ervais* da margem direita dos rios Brilhante e Ivinhema, como os *gados* da região dos campos da Vacaria e margem do Inhanduí, eles cresciam alheios às ordens e à assistência político-administrativa de Cuiabá (WEINGARTNER, 1995, p. 21).

O *espigão* ocupado pelos Ofaié entre esses dois cursos d'água, dada a abundância de mata que cobria suas margens, deve ter sido um lugar seguro e que garantiu por bastante tempo o refúgio e o abrigo desses indígenas. O destaque que Nimuendajú dá para a questão da *vigilância que ali mantinham*, não é por acaso. Os relatos das atrocidades praticadas contra os indígenas Ofaié e Kaiowá, sem dúvida, são os mais cruéis que se tem notícia na região, sendo mais que reveladores das *hostilidades que havia entre os indígenas e os nacionais* (NIMUENDAJÚ, 1913a).

Se a morte de uma rês não podia servir de pretexto para as perseguições mais cruéis, organizavam-se *bandeiras para pegar índios*, isto é, se eles fossem dispostos de se deixar pegar, e de matá-los, no caso de que tentasse fugir, observa Nimuendajú. Ao narrar esse episódio, o etnólogo diz: *escreve a história dos Ofaié na Vacaria, seria só repetir uma imensidade de dadas, roubos de gado, e alguns assaltos por parte dos Ofaié.*

Deixa transparecer aqui o sertanista que os indígenas que caíssem na mão de seus perseguidores, na sua grande maioria era escravizado. Não existe abuso que estes prisioneiros indígenas não tiveram de sofrer. Segundo

Nimuendajú, *os seus perversos donos tornaram-se inventores engenhosos a fim de atormentá-los.*

Divertiam-se, por exemplo, *amarrando alguns indígenas recém-pegados, nas pontas de um laço e desferindo tiros no meio deles. Assustados pela descarga, os indígenas procuravam de fugir para todos os lados, mas logo que o laço se esticava, caíam e arrastavam uns aos outros pelo chão, debaixo da gargalhada dos sertanejos. O informante que nos narrou este episódio começou com as palavras: -- Mas o bicho é bruto mêmô! Para não haver equívocos, o termo bicho se refere aos Ofaié.* (NIMUENDAJÚ, 1913a).

Após o final da guerra contra o Paraguai, em 1870, essa região deve ter vivido o seu período mais violento, tornando a convivência insuportável para os Ofaié. Quando os fazendeiros retornaram do Norte e do Leste para onde tinham fugido no início do conflito assunceno, eles foram recepcionados com a mais dura resistência por aqueles que permaneceram durante a guerra. Referindo-se aos Ofaié, Nimuendajú justifica que os *assaltos* narrados pela literatura regional como sendo praticados pelos indígenas, eram sempre em *senal de protesto* pela ocupação e re-ocupação do *refúgio* que havia se configurado os campos da Vacaria durante os cinco anos de guerra.

Sobre a participação dos Ofaié na guerra, se é que houve, ela nunca foi documentada. Da mesma forma, quanto ao trabalho indígena na construção das Linhas Telegráficas do General Rondon, na região do rio Negro e Taboco. O aparente *sossego* manifestado pelo etnólogo vivido pelos indígenas durante a guerra contra o Paraguai, se deve, com certeza, ao período de isolamento que os Ofaié viveram em relação à ocupação do território pelos fazendeiros e suas cercas. Quando, ao que parece, preferiram a ameaça da guerra dos que a permanência nas fazendas, onde viviam cativos.

Falam os memorialistas a esse respeito, da tristeza e do abandono manifestado pelos fazendeiros ao encontrar suas antigas posses, no pós-guerra:

Viram suas casas queimadas, seus quintais tomados pelas formigas e por animais silvestres; seu gado --o que restara do saque, estava sendo abatido pelos índios; mas pisavam a terra que lhes pertencia (...). Obra de Deus, sobrara-lhes o gado alçado e a dura tarefa de trazê-lo ao amansamento (GUIMARÃES, 2001, p. 212).

A resistência que os Ofaié manifestam nessa época, faz lembrar o período vivido pelo velho Ignácio Gonçalves Barbosa quando chegou àquelas *lindas campinas* em 1842. Vinha ao encontro do irmão Antonio Barbosa, tido como o primeiro *desbravador* da Vacaria, que se encontrava em situação precária, *sem munição e esgotado de recursos* (PEDROSA, 1986, p. 37).

A situação de penúria vivida pelo fazendeiro Antonio Barbosa, nessa época, devia-se sem dúvida, não somente às condições precárias e aos instrumentos rudimentares que dispunha para *formar* as pastagens e os esteios de sua fazenda na barra do Passa-Tempo. As dificuldades, queixam-se os fazendeiros, devia-se também à *brutalidade dos inimigos, a bravura dos indígenas e a ferocidade dos animais selvagens*.

A memorialista Ledir Marques Pedrosa narra que o tal Ignácio Barbosa, logo que chegou em socorro de seu irmão Antonio, construiu *grandes trincheiras (...)* para cercar a invasão dos bugres que viviam nas *matas da Aroeira* (PEDROSA, 1986, p. 38). A precaução contra os indígenas era tanta, escreve as professoras Cleunice Batista Facholli e Sirley Doerzbacher, que, por motivo de segurança, *as moradas eram em semicírculo*, sempre empregando a madeira *aroeira, muito resistente e abundante na região* (FACHOLLI & DOERZBACHER, 1991, p. 23).

Muito cedo, entretanto, esses senhores da terra recuperaram o que haviam perdido durante a guerra. Em 1905, quando o então major Cândido Rondon implantava suas Linhas Telegráficas nessa região, ele hospedou a turma que o acompanhava na fazenda Passa-Tempo, ocasião em que observou que a mesma possuía cerca de duas mil cabeças de gado, o que nessa época podia ser considerado um grande patrimônio.

Outra fazenda, a do *negociante e furriel*³ da Coroa Antônio Gonçalves Barbosa, situada a apenas 15 km dali, de nome Alegrete, próxima às margens do Vacaria, era notável pela sua imponência. Segundo Rondon, a casa de vivenda *era construída de alvenaria, pedra e cal, toda assoalhada e forrada com tábuas estreitas e aparelhadas com mosaico, sendo o forro envernizado* (RONDON, 1949b, p. 103).

Outra fazenda, de um outro Barbosa, o Joaquim Barbosa, filho de Ignácio, ficava também a poucos metros da tal Aroeira que, tanto Rondon, como Nimuendajú chamam de *Aroeira dos Ofaié* e que aparece nos mapas e apontamentos mais antigos. Sabe-se também que a região foi habitada por indígenas Kaiowá, a ponto do lugar ter recebido no ano de 1943 o nome de *Caiuás*. Alguns moradores influentes do novo município equivocadamente se manifestaram caracterizando *um ultraje* dar aquele nome à região, pois segundo eles *a tribo dos Caiuás nunca morou no lugar* (KNOB, 1988, p. 223).

A despeito de esse lugar ter sido habitado tranqüilamente por Guarani e Ofaié por lagos anos, cinco anos depois, o nome é mudado definitivamente para Rio Brilhante.

Ao lado dos Ofaié, os grupos Guarani que não haviam sido absorvidos pela cantilena dos ervateiros que dominavam a região mais ao sul do Estado e que ainda viviam na região do Vacaria, também eles, aos poucos vão sendo *domesticado*, cabendo aos novos fazendeiros usufruir os *serviços braçais dos bugres, que por sinal, era de muito valor tanto nos currais, nas montarias, como na agricultura e explorações de todo o tipo* (PEDROSA, 1986, p. 38).

A fama do fazendeiro, numa época em que o valor comercial da terra muito pouco representava, se dava, sobretudo, pela sua capacidade de manter e controlar o comércio nessas regiões mais afastadas. O título conferido a esses *fazendeiros-comerciantes*, portanto, não era ao acaso; exigia desse senhor, conhecimentos, habilidades e boas relações com o contexto econômico que às vezes extravasava os espaços regionais.

³ - Antigo posto militar que detinha a posição hierárquica entre Cabo e Sargento, e era responsável pela guarda do ouro da Coroa (FACHOLLI & DOERZBACHER, 1991, p. 23).

Sabe-se, por exemplo, que o sal, que era disponibilizado para o gado, e que provinha de barco, depois de um longo percurso desde o lado paulista, logo esse produto passou a ser encontrado na região do Nioaque, no curso do rio Urumbeva, não muito distante das cabeceiras do Passa-Tempo, sendo trazido do Paraguai.

Depreende-se, assim, que os donos de fazenda, dos portos de atracação de barcos e das estradas que davam acesso aos povoados e postos de trocas, tudo tivesse sob o controle desses fazendeiros. Conta-se que Joaquim Gonçalves Barbosa Marques, fazendeiro na região, fornecia charque e cereais ao destacamento militar de Nioaque, transportando esses suprimentos em carros de bois que eram tocados por *dois bugres Kaiowá* que eram usados como *zingadores* e os auxiliava nos *batelões* que navegavam o Vacaria também em direção ao Ivinhema-Paraná-Paranapanema até Sorocaba em busca de medicamentos.

Das fazendas que Ignácio tomou posse, foi a do Passa-Tempo a que mais prosperou. Cheia de matas, córregos, lagoas e varjões de terra vermelha, também ali era o lugar preferido dos Ofaié, sendo muito disputado por eles. Nimuendajú informa ser ali *o centro dos Ofaié*. Porém, depois do ano de 1880, os indígenas teriam *perdido esse refúgio* que se estendia entre as terras das fazendas Passa-Tempo, Campeiro, Boa Vista e Aroeira. Teriam *se retirado* mais para o Leste, *ingressando na zona da mata, nos rios Samambaia, Três Barras e Equiterói*, ambos tributários do Paraná.

Se observarmos a distância apontada pelo etnólogo alemão entre a área inicial de ocupação dos campos da Vacaria e o lugar para onde o grupo teria emigrado fugindo da ação dos fazendeiros, veremos que se trata de uma distância considerável. Isso nos leva a crer das duas uma. Ou o *terror* praticado por esses fazendeiros e seus bugreiros era de tal monta que fazia os Ofaié *desaparecer* da região e ganhar distâncias a perder de vista. Ou Nimuendajú, sem falsos rodeios, se põe a chamar a atenção de seus superiores, através de seus relatórios, para a situação de massacre vivida naquela fronteira indígena, trazendo a discussão da *territorialidade* desse povo para um *lugar* teoricamente mais próximo das barrancas do rio Paraná.

A informação de Nimuendajú revela que o *desaparecimento* dos Ofaié na região da Vacaria teria se dado, portanto, dez anos após o final da guerra contra o Paraguai. Ele não explica, entretanto, a forma como isso possa ter ocorrido, tampouco outro motivo que não fosse a perseguição praticada que levou diversos grupos indígenas emigrarem para outras regiões. A data que ele escolhe para *marcar* a perda desse território por parte dos Ofaié, não deixa de ser significativa: Uma década ainda faltava para a proclamação de República, sendo que um ano antes haveria de ser declarada extinta a escravidão no Brasil.

A região da Vacaria tinha como referência política e econômica somente o vilarejo de *Nioac*, seus 300 habitantes e o Destacamento Militar que tinha como preocupação dar sustentação ao comando Policial, Militar e Fiscal da Fronteira. Mais ao sul, precisamente na margem direita do Iguatemi, a Companhia Matte Laranjeira, desde 1883 obtinha a concessão do Império para explorar os *ervais* do sul do Estado e monopolizava a mão-de-obra avulsa e autóctone da região. Contexto de todo singular que pode, de certa forma, explicar o desaparecimento repentino dos Ofaié desse lugar.

Nas palavras do especialista na *cultura das aparências*, Daniel Roche, cabe ao historiador, nesse ponto, mostrar também que *as coisas são sempre muito mais complicadas do que se pensa* (PALLARES-BURKE, 2000, p. 181). A explicação para o desaparecimento desses indígenas haveremos de buscá-la, em parte, nos próprios documentos e relatos da época. O restante das informações, nos auxilia o filósofo da *meta-história* Hayden White (1928), haveremos de buscá-las com a convicção de que *só podemos conhecer o real comparando-o ou equiparando-o ao imaginável* (WHITE, 1995, p. 115).

Trata-se aqui da necessidade de se buscar uma *história possível* para os Ofaié, que ao longo dos anos, a exemplo de uma dezena de povos nativos do Brasil, têm sido tratado como se tivesse chegado *no fim da história e para os quais já não há lugar*. Por isso a necessidade, diria José Mattoso, de *imaginação e perspicácia*: fazer falar indícios mudos e inventar formas indiretas de revelar o que os documentos não dizem abertamente (MATTOSO, 1988, p. 25).

Numa observação, quase ao final do *Relatório sobre os Xavantes de Mato Grosso*, Nimuendajú deixa transparecer o que poderia ser um motivo plausível para justificar o desaparecimento dos Ofaié da região da Vacaria. Diz ele que na época,

*quando os Ofaié foram **expulsos** (grifo nosso) da Vacaria, em 1880, mais ou menos, nem todos fugiram para o sul, no sertão do Samambaia, mas um grupo deles foi afugentado para os brejos do rio do Taboco, afluente do rio Aquidauana, embaixo da serra.*

Darcy Ribeiro também escreve que

em sua fuga, os Ofaié se deslocaram para o Sul onde foram encontrar outra fronteira de expansão pastoril que penetrava a região (...) assim cercados, esses índios foram dizimados sob as mesmas alegações (...): seriam ladrões de gado que abatiam reses como se fossem veados e porcos selvagens (RIBEIRO, 1977, p. 85).

A respeito do roubo de gado praticado pelos indígenas, Joana Neves nos informa sobre uma prática muito violenta utilizada pelos fazendeiros, e que resultou na eliminação de vários grupos indígenas durante o processo de expansão pastoril:

soltava-se algumas reses próximas às moradias dos indígenas. Estes as caçavam e por isso eram punidos em geral com a morte pelo crime de roubo de gado (NEVES, 1980, p. 150).

O abigeato era (e continua sendo até os dias de hoje) considerado o mais grave dos crimes sendo punido com extremo rigor nas áreas de pecuária.

A data apontada acima por Nimuendajú, entretanto, parece não ser o marco de maior importância. Isso porque o próprio etnólogo havia escrito no início de seu *Relatório* que em 1886 os Ofaié ainda ocupavam o *espigão coberto de mato* entre os rios Santa Luzia e Vacaria, lugar tido na época apenas como território de índios (CAMPESTRINI & GUIMARÃES, 1992, p. 92).

Portanto, a questão não está no *tempo* cronológico, mas no *espaço* geográfico onde tudo pode ter acontecido.

A explicação parece estar ligada aqui a dois acontecimentos que teriam praticamente definido o destino dos Ofaié nessa região. O primeiro, um massacre praticado contra um tal de João Nogueira e o segundo, a chegada de uma personagem que na cronologia de Nimuendajú entra em cena só alguns anos depois: a figura de Ramon Coimbra.

O relato desse massacre nos é apresentado por Nimuendajú como tendo ocorrido em 1900, quando se apresentou entre os primeiros moradores da Vacaria, *um Ofaié manso*, empregado de um tal de João Nogueira que há pouco havia se estabelecido no córrego da Vaca Morta, próximo ao ribeirão Papagaio, córrego que deságua a poucos metros da confluência do Vacaria com o Ivinhema.

Numa rápida digressão histórica é bom que se registre que o relato desses massacres praticados por indígenas contra fazendeiros é sempre pontuado de detalhes desabonadores em relação aos indígenas, cultivado de longa data pela memória dos chamados *desbravadores* do Mato Grosso. Na região sul do Estado, a *origem histórica dos Barbosa*, que pode ser comparada a uma verdadeira *saga*, é um bom exemplo disso.

A título de ilustração, cabe aqui o registro, de um fato ocorrido em 1848, quando Francisco Gonçalves Barbosa, irmão de Ignácio Gonçalves Barbosa foi assassinado por um grupo de *Caiuás*. O crime teria ocorrido na confluência dos rios Vacaria e Brilhante, tendo sido seu corpo encontrado mutilado juntamente com os companheiros. Em 1870, um outro assassinato: na fazenda de João Gonçalves Barbosa Brunzwick, um segundo irmão de Ignácio, é atacado por um grupo de *Kadiwéu*, na região do Bonito, onde matam os escravos e os empregados da fazenda *à porretada*.

Entende-se aqui, porque Joaquim Gonçalves Barbosa Marques, filho de Ignácio, dispunha de uma *autorização*, fornecida em 1874 pelo próprio marechal Floriano Peixoto e da Guarda Nacional, para *arredar* (eufemismo de expulsar) os indígenas *de qualquer forma*, daquela região, de modo que *pudesse tomar conta de suas posses* (PEDROSA, 1986, p. 118).

Pelo que se observa dos relatos e da documentação oficial que retrata os acontecimentos vividos pelos habitantes dos campos da Vacaria, ao contrário dos Kaiowá que *se mostravam bastantes afáveis e serviçais*, sendo isso tido como muito proveitoso *tanto para guia das caravanas* como para o trabalho de *formação* das fazendas (Idem, p. 11), os Ofaié são apresentados como os *mais arredios e atrasados que os outros do Sul do Estado* (ROSA, 1997, p. 32). Os relatos sobre a *bravura dos Barbosas* só confirmam a ação dos fazendeiros que consistia sempre em fazer *recuar os índios* (caso dos Ofaié) ou, com eles tendo contato, *domesticando-os* (caso dos Kaiowá).

No caso do *assalto* praticado contra as posses do tal João Nogueira, a narrativa assemelha-se em muito ao relato do ataque praticado pelos Kadiwéu contra a fazenda do *Barbosa* descrito acima. *O índio vinha tocando os bois de seu patrão e deu em linguagem quase incompreensível parte de um desastre causado pelos Chavantes*. No caso do *Barbosa* quem traz a notícia é um escravo da fazenda: *lá chegando já exausto, mal conseguiu explicar o que tinha acontecido*.

Nimuendajú narra que *logo se aprontou um grupo de moradores da Vacaria para verificar o que se havia dado*. No caso do ocorrido no Bonito, a narrativa diz: *reuniram-se então os fazendeiros e para lá se dirigiram*. Nimuendajú prossegue:

Chegando na Vaca Morta, acharam, espalhados entre o rancho e uma estiva ainda não acabada, os cadáveres de João Nogueira e de mais três pessoas que com ele moravam, já podres e comidos pelos urubus e cachorros. O rancho estava saqueado (NIMUENDAJÚ, 1913a).

A narrativa do caso do *Barbosa* é semelhante: *encontrando os corpos já em estado de decomposição e os urubus. Só não encontraram o corpo do pequeno Miguel de cinco anos e o de Patrícia a caçulinha com apenas dois anos*. A descrição de Ledir Marques Pedrosa continua a narrar em detalhes o assassinato da menina Patrícia. O menino, com melhor sorte, fora raptado e levado para a aldeia dos Kadiwéu, tendo sido depois, graças à intervenção

das forças imperiais, encontrado em Nioaque e entregue para sua família (PEDROSA, 1986, p. 21-23).

Se no relato da família *Barbosa* os detalhes escabrosos são em favor do fazendeiro e seus escravos, na descrição de Nimuendajú, o acento é dado à perseguição que se desencadeia contra os Ofaié. *Os sertanejos seguem então em perseguição dos índios, chefiados por Manoel Nogueira, irmão do defunto de João Nogueira. Descem pelo rio Papagaio para o lado do Ivynhema, onde encontram*

uma rancharção de Kaiuá onde assassinaram 8-10 pessoas pacíficas e inofensivas. Dizem uns que mataram estes Kaiuá por engano convencidos de que eram Ofaié. Outros contam que os Kaiuá receberam os bugreiros de arco e flecha na mão, e que estes fizeram fogo sobre eles em legítima defesa (NIMUENDAJÚ, 1913a).

Nessa altura do relato, o etnólogo menciona o segundo elemento apontado por nós, como sendo aquele que pode ajudar a explicar o *desaparecimento* dos Ofaié da região do Vacaria: a presença do boliviano Ramón Coimbra. Ele era natural de Santa Cruz de La Sierra e havia chegado ao Brasil em 1896 como *corregedor de índios*, e logo se colocou a serviço dos fazendeiros locais como *amansador* de indígenas.

Nesse episódio do assalto a João Nogueira, o tal Ramón Coimbra teve participação ativa. Para justificar o massacre ocorrido contra os Kaiowá assassinados *por engano*, Ramon chega a afirmar que *um dos bugreiros achou num rancho um objeto que ele reconheceu como propriedade do defunto João Nogueira, e que ele tomou como prova que os Kaiuá tinham assassinado este morador.*

Depois dessa *batida* que se prolongou por vários dias, culminando com outro massacre mais ao sul praticado pelos *bugreiros*, desta vez, sim, contra uma aldeia Ofaié, entende-se porque esses indígenas praticamente desapareceram da região. Os anos que se seguiram até a primeira década do século XX deve ter sido mesmo os piores anos para a vida dos Ofaié. Configurou-se esse período, por outro lado, decisivo para os sobreviventes

que optaram por permanecer na região. A população indígena que restou, escreve Nimuendajú, devia ter se reunido nas imediações do Porto da Aroeira, região limítrofe dos domínios entre os *Barbosa* e os *Lima* e que, à semelhança dos primeiros, também se notabilizaram por façanhas antiindígenas ao longo do Inhanduí e Pardo, no atual município de Santa Rita do Pardo.

As constantes *dadas*, massacres e *morticínios* praticados contra os indígenas do Vacaria deve ter reduzido drasticamente o número de Ofaié livres que, no dizer da classe dominante, *perambulavam* pelos campos. Só *ficaram alguns Ofaié espalhados na escravidão nas fazendas, e um resto de umas vinte cabeças que até hoje está morando na margem direita da Vacaria, pouco abaixo do Patrimônio da Aroeira* (NIMUENDAJÚ, 1913). Observe que o termo *cabeças*, aqui é utilizado tanto para contabilizar o gado *vacum* como os indígenas que viviam *esparramados* por esses campos.

A foto abaixo é de 1936 e nela percebemos a presença de indígenas, provavelmente filhos de Guarani e Ofaié, já perfeitamente *integrados*, à vida urbana da pequena escola do distrito de Aroeira.



Figura 15- Escola na Aroeira dos Ofaié, 1936 (Fonte: Facholli & Doerzbacher, 1991)

Outro fato que pode ter contribuído para o rápido desaparecimento dos Ofaié, não só na região do Vacaria, mas em outros aldeamentos que esses indígenas mantiveram no restante do Estado, é o de que eles dificilmente praticavam a miscigenação. *Não existe em toda a zona um só mestiço de Ofaié com Nacional ou com outra tribo indígena*, espanta-se Nimuendajú:

Fato que acho bastante estranho em conta do número relativamente grande de mestiços de Kaingang, Otí e Guarani que existe em toda parte onde estas tribos antigamente dominavam (NIMUENDAJÚ, 1913a).

Experiência recente que tivemos com um grupo de Ofaié sobrevivente na região de Brasilândia, região Leste do atual estado de Mato Grosso do Sul, confirma esse dado da consangüinidade observado por Nimuendajú. No período entre 1978 e 1986 verificamos que um grupo originário da região do ribeirão Boa Esperança, e que era formado por 21 pessoas, não havia contraído nenhuma relação de consangüinidade com indígenas de outras etnias, tampouco com não-indígenas.

No ano 1990, sob a responsabilidade do professor João Aristeu da Rosa, da Unesp de Araraquara-SP, foram recolhidas amostras de sangue desses mesmos indígenas e submetidas a exames laboratoriais de hemograma, quando revelaram o surpreendente resultado de que eles pertenciam na sua totalidade a um mesmo grupo sanguíneo: grupo O, de fator Rh *Positivo* (DUTRA, 1996, p. 220) ⁴.

Os *campos* ocupados pelos Ofaié na região do Vacaria, pode-se dizer, estendiam-se desde as cabeceiras desse rio, mais para Oeste, tendo ao seu lado o ribeirão Passa-Tempo (hoje município de Sidrolândia) até a sua *barra* quando ele encontra o Brilhante, um pouco abaixo da antiga *Aroeira dos Ofaié*, onde havia um porto fluvial. Encravada dentro dos limites da antiga fazenda Aroeira, o imóvel *foi apossado* (sic) *por ocupação primária por*

⁴ - Nos últimos dez anos, junto a esse grupo indígena Ofaié de Brasilândia, verificou-se a ocorrência de cinco casos de casamento entre Ofaié e Guarani, e dois casos de casamento entre Ofaié e não-indígena.

Antônio Gonçalves Barbosa, em 1838 (FACHOLLI & DOERZBACHER, 1991, p. 64), depois, por volta de 1850, foi doado a João Henrique Elliott e deste vendido a Nepomuceno Prates, em 1857.

Depois de sucessivas vendas, as terras caíram em mãos de Laucídio Coelho e sua esposa Lúcia Martins Coelho que, em 1948, doam uma gleba de terra da dita fazenda para que a Prefeitura de Caiuás ⁵, para a instalação do futuro distrito de Aroeira (que a partir de 1977 passou a se denominar Prudêncio Thomaz, hoje distrito de Rio Brilhante). A gravura abaixo reproduz o mapa da antiga possessão da fazenda Aroeira onde se pode observar algumas anotações por nós realizadas, bem como o local escolhido para a edificação do Patrimônio do povoado.

A promoção nominal de aldeias indígenas à condição de vilas e povoados, nos lembra Darcy Ribeiro, foi uma das formas utilizadas para garantir a expansão brasileira às custas dos territórios indígenas:

Desenvolveu-se mesmo, uma série de técnicas para-jurídicas, à margem da legislação, para coonestar estas alienações. Uma delas era (...) constituírem patrimônio coletivo, cuja posse podia ser concedida a particulares pelas autoridades da nova comuna (RIBEIRO, 1977, p. 199).

Laucídio Coelho, *criado pobremente*, registram seus biógrafos, em fins de 1941 possuía só no município de Rio Brilhante 16 fazendas que totalizava em área mais de 65 mil hectares. Ao seu patrimônio somavam-se ainda três fazendas no município de *Rio Pardo*, que compreendiam 39 mil hectares, e sete fazendas no município de Aquidauana que mediam 37 mil hectares, o que totalizava uma soma de 142 mil hectares de *terras pastais e lavradias*, onde criava mais de 30 mil cabeças de gado bovino (SOUZA, s.d., p. 88-90).

A relação desse *desbravador* com os indígenas Ofaié, desde os tempos de seu avô, José Coelho, que ainda em 1896 adquiriu as terras da Fazenda Bela Vista (município de Rio Brilhante) foi marcada pela hostilidade,

⁵ - Entre os anos de 1943 e 1948, o município de Entre-Rios que se tornara independente administrativamente de Campo Grande em 1929, recebeu o nome de Caiuás. A partir de 30 de setembro de 1948, o nome é alterado para Rio Brilhante, tendo a área destinada à criação do patrimônio sido registrada em cartório ainda em 1931 e entregue ao então prefeito interventor do município, Henrique Martins Barbosa (FACHOLLI & DOERZBACHER, 1991, p.22).

comportamento esse muito bem retratado pela literatura memorialista em favor dos primeiros e *preço a ser pago* pelos segundos.

À sua época, o velho Coelho que emigrara do Sucuriú dez anos antes, queixava-se dos *bugres traiçoeiros* e das revoluções periódicas que assolavam a região no pós-guerra contra o Paraguai (Idem, p. 8).

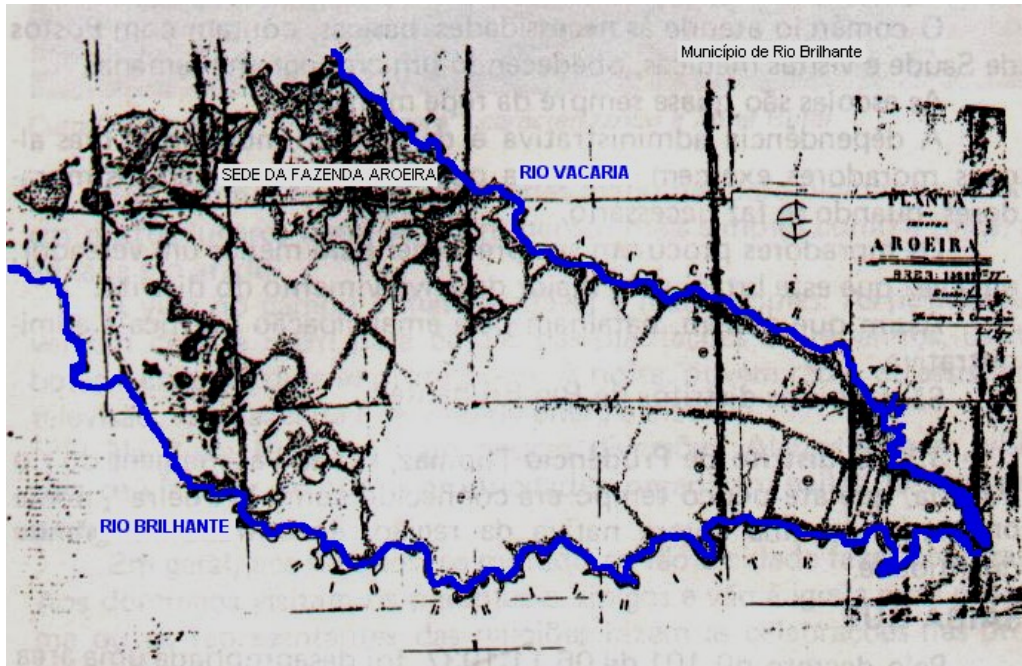


Figura 16 – Mapa da Fazenda Aroeira (Fonte: Facholli & Doerzbacher, 1991, Adap. Dutra, 2004)

No início do século XX, um dos fazendeiros mais respeitado na região chamava-se Joaquim Gonçalves Barbosa Marques. Além de criador de gado, montara na barra do Passa-Tempo um *engenho* (moenda) onde produzia açúcar, garapa e aguardente, tornando-se o lugar ponto de referência para onde acorriam todos os que por ali passavam, diante da facilidade das estradas construídas ainda por seu pai, Ignácio Gonçalves Barbosa, tido como um dos pioneiros a desbravar a região.

As andanças e caçadas praticadas por Joaquim Gonçalves Barbosa Marques, sem dúvida alguma, não deve ter dado muito sossego aos indígenas que ali viviam ⁶. Os conflitos mais agudos contra os Ofaié foram

⁶ - A foto que reproduzimos no Capítulo III, de um grupo de cerca de 25 cavaleiros e Amazonas vestidos a rigor para um passeio a cavalo pelas margens do ribeirão Passatempo nos dá uma boa idéia disso.

justamente os resultantes dessa permanência não-indígena nesses espaços acirrados pela disputa de fazendeiros e seus gados.

A extração da erva-mate, mais ao sul, por outro lado, deve ter atraído um bom número de indígenas que viviam pelos campos, configurando, de certo modo, um elemento de *afrouxamento* da tensão criada entre fazendeiros e indígenas. Por se tratar de uma região limítrofe marcada imaginariamente pelo curso dos rios Ivinhema e Brilhante, sendo a margem esquerda desses rios, reservada mais ao domínio Ofaié, e a margem direita, mais ao domínio Guarani, foi nessa região do rio Vacaria, com certeza, o lado que mais se ressentiu do contato com as frentes desbravadoras.

Mas como *o tempo nunca é homogêneo*, diria Homi Bhabha, ele carrega em si sempre um *duplo sentido* (BHABHA, 1998), a resistência Ofaié logo também seria percebida na reação manifestada diante de algumas situações extremas durante o contato. O caso dos três assaltos realizados pelos Ofaié, e que foram destacados por Nimuendajú, são reveladores da relação nada amistosa que se estabeleceu entre indígenas e fazendeiros.

O primeiro assalto foi desferido contra o *pouso de João Pires*, na margem esquerda do Vacaria; o segundo, teria ocorrido contra a fazenda São Bento, de um tal de *José Brito*, localizada na cabeceira do Vacaria. Essa fazenda situava-se próxima à fazenda Campeiro (hoje próximo ao distrito de Capão Seco, município de Sidrolândia), local onde o então major engenheiro Cândido Rondon, no ano de 1905, registrou ter *visto um índio menor, da nação Ofaié* que se encontrava *escravizado pelos fazendeiros da Vacaria* (RONDON, 1949b, p. 102).

O terceiro *assalto*, os Ofaié teriam realizado na barra do Passa-Tempo, onde *mataram dois camaradas, funcionários do coronel Joaquim Barbosa, e feriram a um outro que escapou*. Conta-se que o fazendeiro perseguiu os indígenas e quase o alcançou-os *quando embarcaram no Ivinhema e, descendo este rio, fugiram*. O indígena que chefiou este assalto, lembra Nimuendajú, *era conhecido como Capitão Ignácio*. Esse Ofaié, seguindo o costume do Brasil-colônia, provavelmente tenha sido *batizado* pelo antigo

proprietário da fazenda, o pai de Joaquim, o *intrépido* Ignácio Gonçalves Barbosa e sua prole.

Saindo ao encalço dos indígenas, aos moldes dos *Stuarts*, da Revolução Inglesa de 1640 (HILL, 1977, p. 13), o fazendeiro Joaquim Barbosa encarrega *um grupo de Kaiuá, moradores desta zona, de trazer as orelhas deste chefe, sob pena de serem todos degolados*. Obedientes e jurados de morte, saem assim os Kaiowá e *se metem no mato atrás dos Ofaié*, logo retornando e entregando *ao fazendeiro os troféus exigidos* (NIMUENDAJÚ, 1913a).

Ao narrar um assalto praticado contra um tal João Pael, fazendeiro que fora ameaçado por *intrusos gaúchos e mineiros*, durante o *desbravamento da Fazenda Aroeira* (hoje Belas Artes), Antonio Barbosa de Souza informa que

como não houvesse policiamento, os fazendeiros organizaram uma escolta (...) que alcançou os bandidos, que eram 17. Na esfrega, mataram uns tantos e prenderam outros tantos, trazendo-os à presença de João Pael, que mandou executá-los e jogá-los no rio Vacaria. Assim é que funcionava a Justiça dos desbravadores do sertão, adverte o memorialista (SOUZA, s.d., p. 41).

Passado um lustro desses episódios, o coronel Joaquim Barbosa e Francisco Cardoso Jr. fundam o povoado de *Entre-Rios* assentado sobre um antigo potreiro da fazenda da Boa Vista localizada nas margens do córrego do mesmo nome, afluente da margem direita do Vacaria e distante do Porto Aroeira 24 km. Tanto o rio Brilhante como o Vacaria nessa época eram navegáveis por lanchas a vapor até esse porto transportando mercadorias, entre elas, o apreciado café, vindo do Paraná.

Enquanto a capital republicana no limiar do século XX experimenta a *penetração intensiva de capital estrangeiro, ativando energicamente a cadência dos negócios e a oscilação das fortunas* (SEVCENKO, 1985, p. 27), transformações em relação aos territórios indígenas também ocorrem no *hinterland* mato-grossense. O chamado progresso também aqui se move,

ainda que lentamente, tomando conta dos espaços e modificando a geografia física e humana daqueles *matos muito férteis* antes ocupados por *grandes ervais* de *ilex paraguayenses* e fazendas de gado (RONDON, 1949b, p. 101). Agora, aos olhos do viajante pós-moderno, o que se vê são as pastagens de gado, que ainda sobrevivem, as extensas plantações de cana-de-açúcar, as empresas, assim chamada, de reflorestamento para o plantio do eucalipto, e o cultivo da soja, que na virada do século XXI, tomou de assalto os cerrados.

Ainda estamos no começo do século passado e nas margens do Paraguai, a companhia Matte Laranjeira recém acabara de construir sua estrada de ferro ligando São Roque a Porto Murtinho. Do outro lado da Serra, na região das cabeceiras do Santa Luzia e Inhanduí que correm paralelos ao Vacaria, e se unem para formar mais abaixo o caudaloso Pardo, por volta de 1900, vivia ali, o fazendeiro Manuel da Costa Lima que se dedicava também à criação de gado.

Desde há muito ele negociava com o governo do estado de Mato Grosso a abertura de uma estrada para ligar a região do Santa Luzia (próximo ao atual distrito de Nova Alvorada, município de Rio Brilhante) até a barra do rio Pardo (no atual município de Bataguassu). O projeto de construção dessa estrada na verdade foi assumido por vários fazendeiros unidos em um consórcio entre os criadores de gado da região.

Ora, Manuel da Costa Lima, sabendo que havia chegado na região o tal boliviano na companhia de 14 homens e 4 mulheres indígenas da nação *Chiquito* e que andava a procura de trabalho pelas fazendas, mandou chamá-lo. Informado de sua habilidade e prática no tratamento com os indígenas, pensou em utilizar seus conhecimentos para, durante a construção da tal estrada, *desviar do perigo de assaltos de índios*. Pelas informações que dispunha haveria muitos indígenas Ofaié, Guarani e Terena na *zona que a estrada ia atravessar*, ou seja, ao longo do Inhanduí e Pardo.

Manuel da Costa Lima antes de aventurar-se na construção dessa estrada, teria *se deixado levar pela política do Estado* e acabou *participando de uma revolução*, tendo a obra da estrada que esperar até o ano de 1903 para ser implementada. Durante esse período esqueceu-se o fazendeiro de D.

Ramón que então se muda para o *lugar chamado Aroeira*, na margem direita do Vacaria (Nimuendajú escreve que seria na margem esquerda). Ali o boliviano que havia sido corregedor dos indígenas Chiquito em sua terra natal, fez roças e *entrou em relação com os Ofaié mansos que ali viviam*.

Parece-nos pacífico que os indígenas que viviam nas proximidades do porto Aroeira, local que praticamente garantia o acesso por água àquela altura do Vacaria, eram basicamente Ofaié e algumas famílias Kaiowá. Com certeza deveriam pertencer àqueles grupos mais antigos que foram expulsos pelos *Barbosa* das fazendas Passa-Tempo, Campeiro e Boa Vista localizadas mais ao norte e que podem ser visualizadas no mapa que reproduzimos abaixo. Esses indígenas da Aroeira, provavelmente viveram os mesmos conflitos daqueles que suportaram a *desbravação* (SOUZA, s.d., p. 41-54) dessa região praticada, tanto pelos *Coelho* e *gaúchos maus-elementos* que ali se *acantonavam* (Idem, p. 50), como pelo tal Manuel da Costa Lima, conhecido também pelo nome de Manuel Cecílio, e que tinha *pavor* aos Ofaié.

Nimuendajú referindo-se a esse desbravador que abriu a estrada Vacaria-Porto XV revela nas entrelinhas de seu Relatório que o fazendeiro por diversas vezes deixou bem claro *sua inimizade com os Ofaié, que ele só lá não perseguia, onde não pudesse alcançá-los*. Na região do Pardo, como veremos adiante, esse fazendeiro protagonizou igualmente uma implacável perseguição a um grupo de Ofaié que culminou no assassinato de um deles de forma fria e brutal.

Os sete anos de permanência de D. Ramón Coimbra na região do Vacaria deve ter-lhe dado muito crédito e prestígio entre os fazendeiros daquela área, em especial, os últimos três anos, quando adquiriu posses na Aroeira. Granjeou também bastante simpatia entre os Ofaié mansos que ali viviam. Sabe-se que, quando o fazendeiro Manuel da Costa Lima, finalmente resolveu contratar D. Ramón como guia e protetor da expedição de construção da tal *estrada boiadeira*, ele recebeu a autorização deste para *ajustar* (contratar) *30 camaradas para o serviço, levando consigo também cinco homens e 13 mulheres e crianças Ofaié mansos* (NIMUENDAJÚ, 1913a).

A expressão *Ofaié manso*, seguidamente utilizada por Nimuendajú em seu Relatório, e particularmente, mais em relação aos Ofaié do que em relação aos Kaiowá, que também viviam na região limítrofe, somente reforça a idéia de que havia mesmo naquelas regiões *hordas* de indígena ainda estado *semi-selvagem* como relatam, preocupados, os funcionários do SPI em seus relatórios.

Isso também é percebido quando o governo iniciou o trabalho para reuni-los em reservas e posto indígenas especialmente criados para contê-los em determinados pontos do Estado.

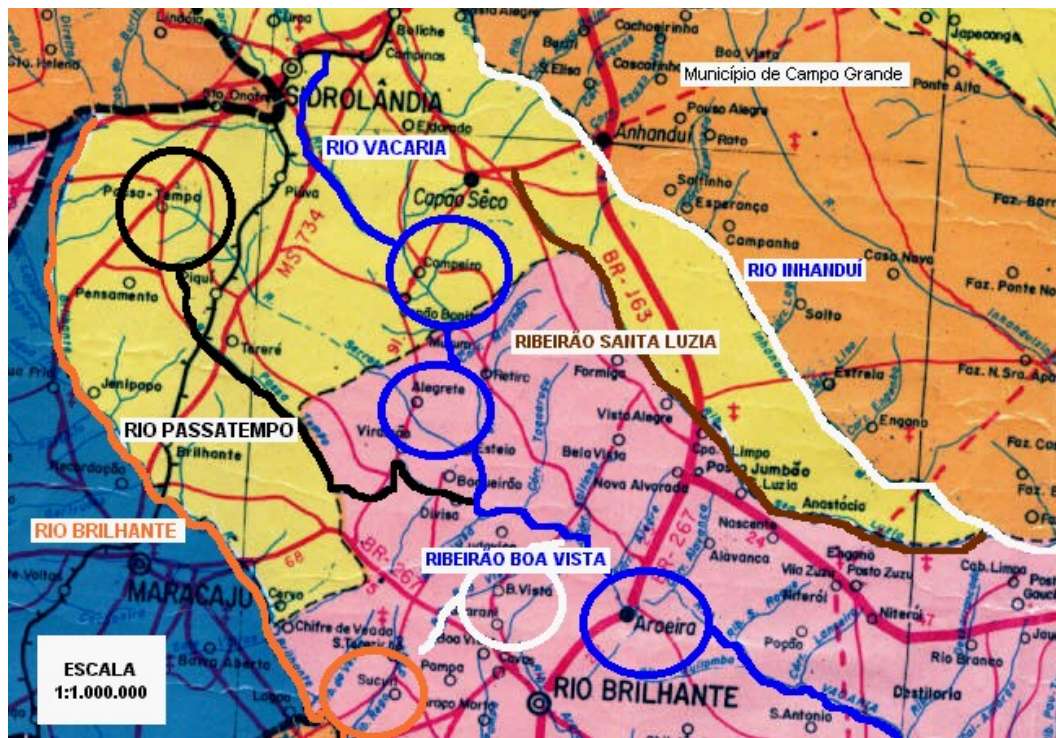


Figura 17 – Presença Ofaié nas fazendas do Vacaria (Fonte: MEC, 1989, Adap. Dutra, 2004)

D. Ramón não chegou a participar da construção da tal estrada. Quando ele se retirou da região da Aroeira, em abril de 1903 e partiu, descendo o Santa Luzia, em direção ao Inhanduí e Pardo, encontrava-se acampado nas margens do fatídico córrego da Vaca Morta quando recebeu a notícia de que Manuel da Costa Lima *já tinha acabado o serviço e chegado a barra do rio Pardo, pois os campos por onde trilhou sua estrada não tinham*

oferecido a mínima dificuldade em atravessar (NIMUENDAJÚ, 1913a). Essa estrada hoje corresponde a BR 267 que liga o município de Bataguassu ao distrito de Nova Alvorada.

As ações de D. Ramón continuaram com os Ofaié, agora mais ao Sul, na região do Ivinhema. Esse amplo espaço ocupado pelos Ofaié após a saída de D. Ramón da região na Aroeira foi ocupado pelas forças agropastoris que praticamente tomaram de assalto àquelas terras vermelhas e férteis na confluência desses dois rios. Com o passar do tempo, rapidamente se incorpora à paisagem até então de pastagens e gado, o cultivo da cana-de-açúcar em extensos latifúndios que expulsa os últimos indígenas arredios que por ali permaneciam ou os integra como *mão-de-obra sobran*te na economia local.

Ainda na primeira década do século XX, Nimuendajú narra que um pequeno grupo de Ofaié que habitava mais ao Sul (na região do Samambaia), resolveu um dia visitar alguns de seus parentes que viviam na região do Vacaria. Triste idéia aquela de voltar à terra de seus antepassados. O etnólogo não sabe dizer ao certo se eles conseguiram atravessar a zona povoada. Ele só *tem notícia das escaramuças* que esse grupo de Ofaié teria sofrido durante a dura viagem que empreendeu por aqueles campos, agora de outros donos.

Do total da população indígena que ali vivia, pode-se dizer que o *ethos* Ofaié ali construído durante dois séculos, foi extinto e com ele a presença física dos indígenas exterminada pelos fazendeiros e as frentes agropastoris que se sucederam. Enquanto a gripe espanhola matava cerca de 18 mil pessoas só no Rio de Janeiro durante o governo de Venceslau Brás (1914-1918), a última notícia que se tinha dos Ofaié era a de que restavam apenas *25 cabeças, mais ou menos* na região da Aroeira (NIMUENDAJÚ, 1913a).

Depois disso, já não se ouve mais a documentação falar da presença desses indígenas na região. Na memória dominante e triunfalista da historiografia regional, o espaço dos campos da Vacaria, rapidamente é re-escrito e re-desenhado, passando aqueles territórios ser apresentados como pertencente a grande nação Guarani de outrora. De certa forma volta-se no

tempo e no discurso do período colonial, entregando a região para o desfrute de indígenas invisíveis, avulsos e disponíveis para a economia local.

A IIª Guerra Mundial ainda não tinha começado e a Fundação Brasil Central recém iniciara suas atividades desbravando o que restava e ainda não fora explorado no sul de Mato Grosso. O ano de 1945 recebe o anúncio da morte de Curt Nimuendajú em silêncio; da mesma forma, a presença Ofaié na região do Vacaria, a partir dessa data, também não é mais lembrada. Um rápido olhar sobre a região no ano de 1986 e, de relance, o historiador atento em sua pesquisa participante, parece ter visto pela fresta de um barraco qualquer, o rosto de uma velha indígena Ofaié ainda presa a essa faixa de terra, na localidade denominada *Aroeira* (hoje distrito de Prudêncio Thomaz).

Curt Nimuendajú e Cândido Rondon desde há muito haviam identificado em seus mapas a presença Ofaié nesses campos. Só que agora, esses mesmos mapas em suas versões mais recentes, todos eles insistem em negar a presença Ofaié por ali. Sempre buscando atualizar suas informações, desconversa o IBGE e seu GPS (Global Positioning System) serelepe, e lá está ele preste a mudar o nome dos córregos e povoados a serviço dos interesses da modernidade e do chamado poder local. Mais um olhar e, numa virada de página, já não mais encontramos vestígios indígenas em lugar algum.

Criado em 1913, o chamado Posto de Ivinhema permitiu a Nimuendajú recolher junto aos Ofaié que para lá foram *arrebanhados*, dados da cultura e da mitologia desse povo (NIMUENDAJÚ, 1987, p. 125-7). Não há quem duvide, entretanto que esse Posto Indígena criado nas margens do rio Laranjalzinho, não teve outra finalidade que não fosse a de *extrusar* (expulsar) dos campos da Vacaria aqueles incômodos indígenas e *garantir uma ocupação tranqüila daquela zona pioneira* (PREZIA & HOORNAERT, 1989, p. 150).

Os motivos que levaram Nimuendajú a reunir o que restara dos Ofaié sobreviventes da Vacaria e transferi-los para a região à jusante do rio Ivinhema, entretanto, nunca ficou claro na documentação. Sabe-se que, a

exemplo de Rondon, o etnólogo era sabedor da perseguição a que os Ofaié estavam submetidos. Enquanto politicamente o país vivia a agitada sucessão presidencial do marechal Hermes da Fonseca, em janeiro de 1912, Nimuendajú, cá no Oeste paulista, já conhecia a intenção do SPI de reunir os Ofaié, quando solicitou informações ao Inspetor Luiz Bueno Horta Barbosa sobre os limites das terras que seriam concedidas a esses indígenas no rio Ivinhema, manifestando seu interesse em *reconhecer aquele terreno* (NIMUENDAJÚ, 1912).

O propósito de retirar os Ofaié da região do Vacaria, em particular da região da Aroeira, deve-se num primeiro plano, à pressão que os fazendeiros exerciam e a violência contra os indígenas praticada. Porém, quando Nimuendajú afirma que lá, nos campos da Vacaria, *era justamente o centro da tribo*, parece querer dizer mais, parece estar apontando não para uma simples referência geográfica. Parece estar re-colocando os Ofaié numa discussão que começou a ser travada ainda durante o período da criação do SPI, sobre a conveniência ou não da permanência de indígenas nas regiões ocupadas pelos *nacionais*.

A reação aos supostos ataques praticados pelos Ofaié contra fazendeiros de nomes importantes na região, de imediato se faz sentir na *fala* das autoridades e autores *indianistas*⁷ da época. Engrossa-se a fila dos descontentes com o *método fraternal* proposto pelo Marechal Rondon de pacificação das *tribos hostis* e, denuncia-se o objetivo tão-somente de *transformar os indígenas em populações laboriosas e úteis à comunidade* (PREZIA & HOORNAERT, 1989, p. 145).

O diretor do Museu Paulista, Hermann von Ihering, em 1911, chega a mencionar como

muito significativo o assalto e o saque dos índios Chavante-Opayé à casa de Pedro Lopes em Nhanduhy, na Vacaria de Mato Grosso, a 4 de janeiro de 1905. Segundo ele, Pedro Lopez cumulava de serviços aos Chavantes. Soube-se

⁷ - Diferente de *indigenista* que pode ser comparado como designativo das políticas públicas que incidem sobre os povos indígenas, o termo *indianista* designa a produção literária acerca dos indígenas presente na prosa e na poesia (LIMA, 1995, p. 13-4).

pertencerem os atacantes a uma horda diferente da favorecida por Lopez.

Razão que fazia o cientista acreditar que *a mansidão dos Chavantes* nada mais era do que *um ardil para mais facilmente assassinar os seus benfeitores* (IHERING, 1911, p. 126).

Dessa forma, os célebres campos da Vacaria, *território imemorial dos Ofaié*, máxima propalada por historiadores e antropólogos, à semelhança do já profetizado por Karl Marx, literalmente *se dilui e desmancha no ar* (BERMAN, 1987, p. 88). O século XX ainda mantinha seu *olhar republicano* sobre aqueles campos que tanto fascinaram os desbravadores, e os Ofaié já não eram mais vistos por ali, tampouco podia ser ouvido o seu *arikã*⁸ despedida.

Com habilidade e ciência, são, aos poucos, os Ofaié removidos da história dos campos da Vacaria, passando a ocupar outros espaços, antes de perambulação livre para suas caçadas, coletas e pescarias. Do outro lado social, no extremo da balança, lá estão os senhores da terra e um longo e permanente ciclo agropastoril que acaba por sepultar de vez a lembrança de que o povo Ofaié, um dia, foi também senhor da história, naquele tempo e espaço.

⁸ - *Arikã*, na língua Ofaié quer dizer *Adeus*.

Capítulo VI

ENTRE O IVINHEMA E O TRÊS BARRAS

Estamos em 1912. A vegetação espessa distante das margens alagadiças do rio Ivinhema impede a visibilidade fazendo com que os homens que vão a nossa frente tenham de utilizar seus facões com vigor para limpar o terreno e adentrar a mata que circunda o vale. Na região predomina a floresta estacional e de contato com a *savana*, deixando transparecer uma formação florestal ribeirinha permeada de acumulações fluviais que se estende em meio ao solo plano do tipo *latossolo vermelho escuro*¹ característico dessa bacia.

Auxilia-nos nessa excursão sertanista pelo interior indígena da antiga Capitania de Mato Grosso, as idéias intempestivas do historiador Umberto Eco que nos incentiva a *descobrir algo que ainda não foi dito ou escrito* sobre o objeto de nossa expedição (ECO, 1985, p. 2). As bordas desse recorte da história, ainda que corroídas pela ação do tempo cronológico que nos separa dos fatos e mentalidades de uma época tão fartamente visitada por profissionais das ciências sociais e humanas, elas ainda permanecem vivas e nos parece ser possível ouvir seus reclamos.

Uma leve brisa dialética empurra a cortina singular do tempo histórico e remove a poeira acumulada sobre as páginas desbotadas de um manuscrito cujo conteúdo ainda há pouco se encontrava prisioneiro do passado e irremediavelmente encravado na moldura de um *saber-poder* que o impedia de expressar suas *palpitações* mais profundas (PRIETO, 1995). Informações que descansaram esquecidas por mais de setenta anos nas

¹ - Corresponde a solos minerais, muito profundos, fortemente drenados, porosos e permeáveis, com predominância de minerais de argila, relevo plano e suave ondulado, *entretanto, por possuírem fertilidade natural baixa (distróficos) e elevado teor de alumínio trocável (álidos) requerem, respectivamente, calagem e adubação (...). Pecuária de corte e orizicultura são as atividades econômicas mais expressivas* (RADAM, 1982. p. 194).

prateleiras da biblioteca particular do Sr. Luís Bueno Horta Barbosa (GONÇALVES, 1993, p. 27), eis que, de súbito, insiste em querer falar.

A região se prolonga em *suaves ondulações* que se desdobram desde o divisor das águas fartas que correm em direção a *galhada* do Ivinhema, que nasce pela formação dos rios Dourados e Brilhante e se estende por mais de duas centenas de quilômetros através de seus afluentes (MALAN, 1929, p. 499). Essa imensa mesopotâmia fértil compreende um manancial que vai desde o rio Vacaria, pela margem esquerda e ribeirão Santa Gertrudes e Santa Maria, pela margem direita, até onde suas águas encontram o colar de ilhas que compõem a várzea do ribeirão Samambaia e outros pequenos córregos, antes de desembocar no caudal farto e manso do rio Paraná.

O rio Ivinhema, desde os tempos coloniais experimentou a navegação que iniciava em Porto Feliz, na Província de São Paulo e tinha como ponto final de sua rota de abastecimento *do baixio da serra de Maracaju*, o rio Brilhante (GUIMARÃES, 1988, p. 143). Num curso de aproximadamente 250 km, o então *Igaray*, como era chamado no período colonial, ele é navegável desde a sua foz até encontrar o Brilhante e o Dourados.

Desde 1628 suas águas já haviam sido freqüentadas pelo célebre bandeirante Antonio Raposo Tavares e suas incursões de *preia* de indígenas para o comércio de escravos e de apoio às expedições que fazia rumo às minas auríferas de Cuiabá. Percebe-se logo que nessa época mais recuada os rios são os grandes *senhores do tempo*. Por eles passam a economia, a guerra e a informação. E, irremediavelmente, a história.

Qualquer informação sobre os povos indígenas que ai viviam, querer percebê-la na crônica de um período espanhol mais recuado, configura-se tarefa difícil, dada à escassez e dispersão dos registros. Via de regra, a história deu visibilidade e atenção somente àquelas populações autóctones que de alguma forma impactaram o percurso do chamado *homem branco* ao oferecer resistência mais dura a esses exploradores, como é o caso dos *temiveis* Payaguá, Guaycurú-Mbayá e do *gentio Kayapó*.

A presença de fortes, presídios, destacamentos militares, colônias e missões religiosas ao longo dos rios Miranda (Presídio de Miranda, 1797),

Iguatemi (Forte de Iguatemi, 1767), Nioac (Destacamento Militar de Nioac, 1847), Aquidauana (Santiago de Xerez, 1579), Paraná (Casa de Registro), e Tietê (Colônia Militar de Itapura, 1867), entre outros, durante séculos, tiveram como finalidade garantir tanto a Espanha como a Portugal, *posições consideradas vitais para a obtenção da supremacia na região*, semeando segurança à ocupação desses espaços.

Longe de ser uma região isolada, o vale do Ivinhema, em 1857, já havia experimentado a criação de pelos menos *quatro colônias* indígenas que foram instaladas pelo governo imperial brasileiro com o fim especial de oferecer um ponto de contato com a Colônia Militar de São José de Monte, no rio Brilhante. A primeira foi a colônia de Santa Leopoldina, na margem direita do *Samambaia* (atual rio Amambay), na sua confluência com o Paraná e que se destinava a reunir os indígenas *Coroados* que *vagavam* por ali; a segunda e a terceira foram a colônia de Ipiranga e a colônia de Paraná, ambas na margem direita do Ivinhema, sendo uma na confluência do rio *Corupanã* (córrego Curupaí, limítrofe entre os municípios de Naviraí e Jateí), e a outra na confluência com o rio Dourados. A última colônia criada por sua majestade imperial foi a de Antonina, localizada na margem direita do rio Ivinhema, na confluência deste com o Rio Brilhante (CUNHA, 1992, p. 242).

Ainda que tais colônias tivessem, na época de sua criação, o objetivo de servir de ponto de apoio e facilitar a navegação fluvial entre as Províncias do Paraná e de Mato Grosso (Idem, p. 241), essas verdadeiras *fazendas nacionais de criação de gado*, elas chamavam para si a missão de também *desenvolver a catequese promovida pelo Barão de Antonina nos ditos sertões* do Ivinhema. Nomeados pelo Ministério da Justiça (Idem, p. 208), *missionários diretores* administravam essas colônias com a função e o dever de também *atrair para lá os indígenas que vagavam pelas matas vizinhas*. Deviam, entretanto, empregar para esse fim, recomenda a legislação indigenista da época, *sempre meios brandos e suasórios, fazendo-lhes apreciar as vantagens da vida social, oferecendo-lhes brindes, que requisitarão do Governo Imperial* (Idem, p. 244).

Foi somente a partir do final do século XIX, entretanto, que a população indígena que habitava a região do Ivinhema passou a ser percebida mais amiúde pela crônica dos viajantes. Povoada por milhares de Guarani e por uma boa centena de Ofaié --que ocupava o *magnífico habitat da erva-mate--*, a região até a segunda década do século XX apresentou um acelerado processo de desenvolvimento.

Aos cuidados da Companhia Matte Laranjeira, que desde 1883 até 1924 manteve a exploração da erva mate na região, escoando seu produto através do Porto Angelina (atual município de Angélica), localizado na margem direita do Ivinhema, ali nesse porto, se instalou um grande acampamento de *hervateiros*. Neste local, registra o Inspetor do SPI, Genésio Pimentel Barbosa, durante uma de suas visitas ao lugar, encontrou mais de uma centena de empregados doentes com *impaludismo* (malária).

A exploração da erva mate em 1924 já se *encontrava metodicamente muito bem regulada* e aos cuidados da *Matte Laranjeira*, cuja capacidade administrativa configurava *prosperidade crescente, melhoramentos realizados nas vias de comunicação, e extraordinário desenvolvimento da região* (MALAN, 1929, p. 499). Sabe-se que essa Companhia, um ano antes havia exportado quase dez mil toneladas de erva-mate, principal produto do Estado. Em quase sua totalidade, o produto era transportado pela navegação, onde a Viação São Paulo-Mato Grosso assumiu importante papel como elemento de fixação da mão de obra e população imigrante.

Essa mesma empresa *Viação* chegou a requerer e obteve do governo de Cuiabá, nessa época, uma faixa de terra na margem direita do rio Samambaia para a exploração da erva-mate, que logo tratou de demarcá-la, disputado que era aquele território por fazendeiros e outras empresas que ali almejavam se instalar. Registre-se que a expectativa, nutrida por dezenas de posseiros, habitantes da região e proprietários *lindeiros* a essa área concedida pelo governo à companhia de navegação, era de que a terra fosse destinada a eles. O grupo de posseiros que há tempo reivindicava para si essa área nas margens do Samambaia ocupava a terra que fazia divisa com

as posses do coronel Domingos Barbosa Martins, grande proprietário na região.

A participação decisiva dos Guarani na economia do Estado como mão-de-obra na extração da erva-mate, somente em tempo recente tem sido observada sob um olhar mais acurado a partir dos relatos de uma época, cuja história, aparentemente descuidada, procurou ocultar a exploração indígenas nesse tipo de trabalho. O mesmo ocorreu, podemos dizer, em relação à presença Ofaié nesse cenário. Referindo-se ao Posto Indígena do Laranjalzinho, que teria sido criado para garantir a sobrevivência dos indígenas dessa região, o Auxiliar Genésio Pimentel Barbosa escreve que após 1924, os últimos Guarani que ali viviam, *já não necessitam da proteção da Inspeção* (BARBOSA, 1925).

No seu entender, ali também não mais existiam Ofaié, e os indígenas Guarani que ali permaneciam *já eram trabalhadores criados e habituados aos nossos costumes, sabem negociar e são em número de (apenas) quatro indivíduos*. Para o funcionário do SPI, *a tribo dos Guarani*, havia desaparecido por completo ali (Idem).

A ocupação econômica da região sul do Estado, nos lembra Darcy Ribeiro, começou pelos campos marginais atingindo inicialmente os Ofaié; com isso, de certa forma preservou os Guarani que se encontravam nas matas e que não interessavam os criadores de gado. A extração da erva-mate, logo tem início, com a chegada de paraguaios que, falando bem o Guarani, mais facilmente puderam *aliciar os indígenas para o trabalho, transformando-os em pouco tempo em assalariados temporários dos ervateiros* e acostumando-os a fazer desse trabalho a fonte de suprimento de artigos para uso individual, colocando em *colapso* suas antigas *economias coletivistas* (RIBEIRO, 1977, p. 89).

Embrenhado no mato, Curt Unkel Nimuendajú era o primeiro da fila. De estatura pequena, atento as suas anotações, era um jovem alemão de 20 anos de idade que chegara ao Brasil em 1903 e desde logo iniciara suas incursões, inicialmente pela Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo e depois pelo Serviço de Proteção aos Índios-SPI. Corria o ano de 1905, no

estado paulista, e ele já havia entrado em contato com os Guarani e com os Kaingang durante a exploração do rio Aguapeí (rio Feio), tendo chegado até sua foz com o Paraná (município de Três Lagoas).

No ano seguinte, teve *a experiência de sua vida* com os apapocuvaguarani, do rio Batalha, também do lado paulista. Sua primeira experiência com os Ofaié havia acontecido em 1909, quando foi incumbido pelo diretor do Museu Paulista, Hermann von Ihering, de reunir informações sobre os indígenas Kaingang, Terena e os últimos sobreviventes Oti, no oeste de São Paulo. Foi ao explorar os aldeamentos dos Ofaié do sul de Mato Grosso que ele teve a oportunidade de recolher informações para a produção do célebre Mapa Etnográfico do Brasil, de sua autoria (GRUPIONI, 1998, p. 174).

Junto à *comitiva* que acompanha essa pesquisa, no fim da fila, e igualmente preocupado com suas fontes, também vai o pesquisador. É quando ele se pergunta, como fez Claude Lévi-Strauss: --*Que viemos fazer aqui? Com que esperança? Com que fim?* (LÉVI-STRAUSS, 1956, p. 402). Sua dissertação tem por objetivo traçar a rota percorrida pelos Ofaié na região, desde o seu *aparecimento* até o momento em que eles foram aldeados pelo SPI. Como nos tempos do sargento-mor Teotônio José Juzarte e suas navegações em terras, então de Espanha (1769), até as expedições do desbravador Joaquim Francisco Lopes (1848), quando fez contato com os Kaiowá do rio Ivinhema, a população indígena dessa região vivia em permanente sobressalto.

O papel da memória aqui assume a dimensão proposta por Paul Ricoeur (1996) como

a última guardiã de algo que efetivamente ocorreu no tempo. É quando a história dos historiadores se encontra com a memória dos testemunhos, ou seja, quando a vigilância crítica, dos primeiros, se encontra com a fidelidade ao passado, dos segundos (SILVA, H. 2002, p. 426).

Tal *ambição de veracidade*, entretanto, nem sempre ocorre. Num dado momento percebemos os Ofaié em desatinada fuga pelos campos,

esquivando-se das perseguições dos exploradores e dos criadores de gado, e num outro momento, já os encontramos candidamente descritos por uma historiografia regional alheia às marcas mais sombrias dessa sua passagem pelo tempo, em temperamento dócil e comportamento gentil.

É o que percebemos, por exemplo, quando os vemos retratados sempre *vagueando* e vivendo em constante dispersão, como se tomassem rumos e direções distintas sem qualquer interferência exógena e ao sabor de suas próprias decisões.

Em meio ao solo lamacento e escorregadio que caracteriza a várzea que circunda as margens do Ivinhema, sob os pés do pesquisador surge uma nova realidade, muito distante da produzida por uma história ufanista, cuja fonte absolutizou a escrita e a congelou no tempo, no álbum individual da memória. A criação e o enraizamento dos mitos políticos como o verificado na literatura memorialista regional, é bom frisar, só são possíveis graças às referências sociais que *naturalizam a sua aceitação, permitindo sua circulação, seu reconhecimento e facilitando sua apropriação* (FONSECA, 2002, p. 440).

A passos largos, apressa-se o historiador na busca daqueles fatos que revelem e desvelem os nuances do que ocorreu com o povo Ofaié, em perseguição de uma história que ainda se encontra em construção. Vai a busca, não dos *restos* que ficaram do passado, de uma população morta -- localidades, personagens, mentalidades-- (CERTEAU, 2000, p. 106), mas de uma explicação para uma população que ainda vive e se pergunta sobre a sua própria trajetória.

O vale do Ivinhema, desde 1844, foi rota segura de viajantes ilustres cujos feitos e glórias a historiografia espetou no tempo e no *grêmio* da civilização. Joaquim Francisco Lopes, preposto do Barão de Antonina, foi um desses que explorou a região por terra. Ao lado de João Henrique Elliott que em 1850 havia se tornado proprietário da fazenda Aroeira, na região da Vacaria, juntamente com outros companheiros, um ano antes, havia aberto a célebre estrada que ligava São Paulo ao baixo Paraguai, via Tibagi, ao Paranapanema, Paraná, Ivinhema, Brilhante e Nioaque, rumo ao presídio de

Miranda. Neste ponto, no *varadouro* entre os rios Brilhante e Anhuac (Nioaque), preocupa-se logo o governo imperial em instalar um *pequeno quartel para o destacamento de 12 praças* (CUNHA, 1992, p. 206).

A documentação colonial menciona sempre a presença de indígenas *Cayuás* nessa região. Sobre outros povos indígenas os registros silenciam. A partir de 1836, com a chegada do mineiro Antônio Gonçalves Barbosa e sua famosa comitiva de 58 pessoas, a presença indígena, que *eram até serviçais*, passa a ser percebida de forma mais constante (FACHOLLI & DOERZBACHER, 1991, p. 20).

No ano em que foi promulgada a Lei de Terras, o Ministério do Império já tinha a intenção de fixar parte desses Kaiowá *em cada um dos dois portos* ao longo da margem do Ivinhema, *e o resto junto ao porto que eles tem no rio Brilhante, entre o rio dos Kágados e o Vacaria, a fim de que auxiliem nas monções*.

Sob o comando do inspetor de obras João José Gomes, o Visconde de Monte Alegre, responsável pelo *varadouro entre os rios Brilhante e Anhuac*, aos funcionários do porto eram oferecidos *objetos próprios para brindar os índios, que muito convém atrair e aldear* (CUNHA, 1992, p. 208-9). Os Ofaié que aparecem na historiografia habitando a região do rio Ivinhema no início do século XX são apresentados como grupos egressos dos *campos da Vacaria* e da região da *Aroeira*.

Perseguidos pelos criadores de gado da região à montante desse rio, hipótese provável é a de que possam ter seguido o curso do Vacaria e Brilhante até o Ivinhema navegável, descendo em direção a sua foz. Se, na região acima haviam travado seus maiores embates contra fazendeiros e bandoleiros do pós-guerra, ao longo do Ivinhema passam também a atuar engrossando as fileiras dos demais Ofaié que ai já se encontravam no palco de inúmeras disputas travadas entre proprietários e outros grupos indígenas do lugar.

Esse estado de violência só teria sido amenizado com a interveniência do Serviço de Proteção aos Índios-SPI, que buscava instalar nas margens

férteis desse rio, os primeiros *postos e reservas* para a população indígena *dispersa* da região.

A *zona da mata*, situada junto à foz do Ivinhema é formada pelo desaguadouro de vários rios e córregos, como o Samambaia, Santa Ilidia, Baile, Combate, Três Barras, Fumaça, Quiterói e outros, todos fazendo *barra* com o rio Paraná. Extensas faixas de cerrado se infiltram na paisagem florestal, descrita por Sérgio Buarque de Holanda como

uma vegetação exuberante, com características das matas ciliares, (que) orla quase toda a banda direita do Paraná e seus tributários para alargar-se ao longo do Pardo e ainda mais à altura do Ivinhema, onde a selva latifoliada (dotadas de folhas largas) parece prolongar além das águas barrentas as matas do Oeste de São Paulo (HOLANDA, 1986, p. 46).

A vegetação e a formação do terreno, nesses moldes, assim protegia os Ofaié mais do que nos campos abertos da Vacaria.

Vivendo na margem esquerda do rio Ivinhema, os Ofaié confrontavam suas terras com a dos Kaiowá que habitavam a borda direita desse rio. Tamanha era a proximidade entres esses dois povos, que os Kaiowá chegaram a dar um nome próprio no idioma *guarani* aos Ofaié dessa região. Chamavam-no pelo nome de *Yviva*, que quer dizer (yvi) *apenas* + (-va) *pessoas* (NIMUENDAJÚ, 1987, 124, nota 86). A aproximação dessas duas etnias gerou muita confusão e infortúnios para ambos os grupos.

Um relato do início do século XX, narrado por Nimuendajú, traz a notícia de um massacre que teria sido praticado por engano contra os Kaiowá quando o alvo deveria ter sido um grupo de Ofaié que foram acusados de ter praticado um ataque *que vitimou um tal de João Nogueira, que havia se estabelecido no córrego da Vaca Morta*. Sobre a localização desse córrego veja o mapa abaixo.

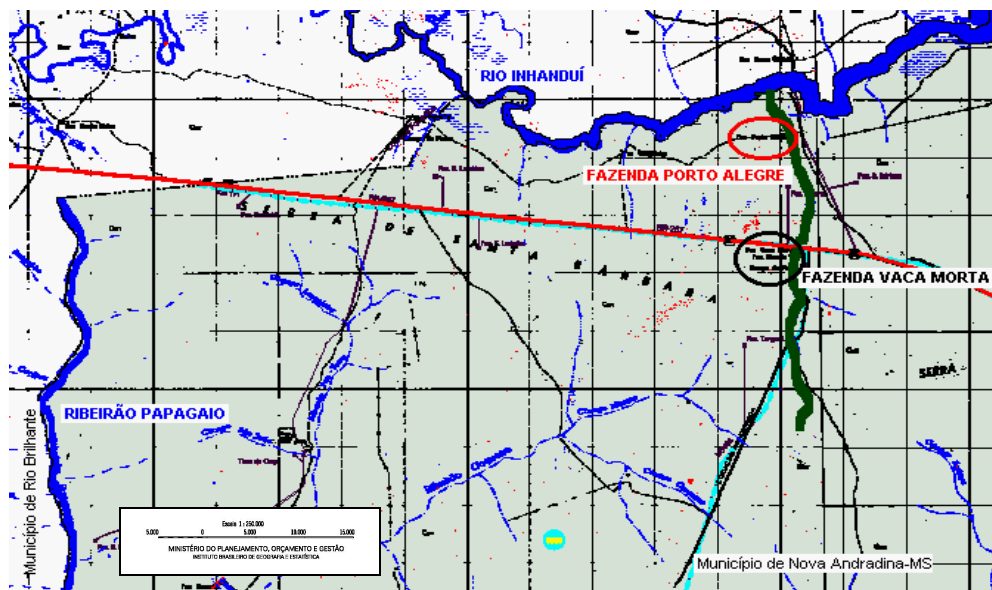


Figura 18 – Córrego da Vaca Morta (Fonte: IBGE, 2000, Adap. Dutra, 2004)

Os sertanejos seguiram, então, em perseguição dos índios, chefiados por Manoel Nogueira, irmão do defunto. Segundo o relato de Nimuendajú o grupo

desce o Papagaio para o lado do rio Ivinhema e encontra uma aldeia Kaiowá, onde assassina 8 a 10 pessoas pacíficas e inofensivas. Dizem uns, que mataram os Kaiowá por engano, convencido de que eram Ofaié (NIMUENDAJÚ, 1913a).

Ao relatar esse *morticínio* o etnólogo confessa que com certeza

estes bugreiros saíram resolvidos a matar quantos índios encontrassem, fosse qual fosse a nacionalidade. Isto porque, depois deste ‘engano’, ainda não satisfeito com essas barbaridades, o grupo seguiu rumo Leste do rio Samambaia e, encontrando uma aldeia Ofaié, mataram a todos que ali estavam (Idem).

O ribeirão próximo à aldeia onde se deu este crime ainda hoje se chama *ribeirão Combate* (*Poe-korã-fie* na língua Ofaié), e é limítrofe dos municípios de Anaurilândia e Bataiporã. Ao lado da fazenda onde esse fato ocorreu, nos informa Darcy Ribeiro, *há um monumento de alvenaria com as*

inscrições: Filhos e companheiros que foram infortunadamente trucidados pelos Chavantes em 19-04-1900 (RIBEIRO, 1951, p. 92).

A respeito do *espírito sanguinário* atribuído por diversas vezes às populações indígenas na historiografia brasileira, Nimuendajú, em carta dirigida a Eduardo de Lima e Silva Hoerhan, conhecido como o pacificador dos Xoklêng, em 1933, ele se refere à freqüência das hostilidades praticadas pelos Botocudos (Xoklêng) contra os colonos alemães (e que tiveram repercussão na imprensa de Berlim e Viena). O etnólogo alemão sai em defesa dos indígenas oferecendo como explicação para esses massacres (como seria o caso também dos praticados pelos Ofaié), que eles eram consequência de condições especiais de ordem social ou política, e não de uma manifestação de caráter racial, aliás, como sugere Hermann von Ihering (IHERING, 1911, p. 132)² e que, segundo Nimuendajú, cessaria com a pacificação (NUMUENDAJÚ, 2000, p. 351).

Mas voltemos à expedição. O grupo de pesquisadores contemporâneos agora se aproxima seguindo o curso por uma estrada carreteira ao longo da margem direita do ribeirão Laranjalzinho, afluente do lado esquerdo do Ivinhema. A estrada ligava a região à fazenda Guarani e à fazenda Gato Preto, no córrego Santa Bárbara. O imaginário do que restou do episódio do Posto Indígena que ali existira até 1924 lhes toma de assalto.

A onomástica contida na história social dos rios e dos lugares é ela agora que traça o panorama e o conteúdo das motivações que brota de uma região carregada de símbolos e saberes: *Córrego Fumaça, Córrego da Bugra, Córrego Batalha, Córrego do Engano, Ribeirão Combate, Córrego da Aldeia, Fazenda Cacique, Fazenda Guarani, Fazenda Gato Preto*.

É como se os pesquisadores experimentassem pisar sobre um amplo e rico sítio arqueológico. Entre o Ivinhema e o Samambaia, que correm praticamente paralelos em direção ao Paraná, a área toponímica revela símbolos e significados que se cristalizaram numa infinidade de nomes,

² - Citando as idéias demográficas do economista inglês Thomas Robert Malthus (1766-1834) para demonstrar como o elemento indígena desaparece do Brasil absorvido pela raça branca, observa: *Duas são as coisas que a humanidade transmite hereditariamente: sangue e espírito. De ambas, o indígena da América só deixará vestígios. Por essa razão pode-se dizer que a raça americana não tem mais futuro. Perante a nossa vista há de desaparecer. A legislação e a administração política deveriam se inclinar perante essa lição da ciência e da experiência* (IHERING, 1911, p. 132).

lugares e fatos sociais, já desaparecidos, mas que suas lembranças, são como vozes que ainda gritam e assombram aos visitantes (CARVALHINHO, 2003, p. 172).

As buscas se tornam frenéticas e os acontecimentos agora se plantam face a face com o historiador, como que emergindo de seu estado latente, preenchendo ausências impostas pelo saber e o tempo. Aos Ofaié, tão fartamente mencionados pela documentação nas duas primeiras décadas do século XX, o SPI não logrou garantir a sobrevivência e tampouco o território que manteve sob domínio. Agora são eles mesmos que buscam distinguir o *lugar* do *não-lugar* no universo das representações sobre os fatos ali ocorridos.

É o episódio da *passagem* dos Ofaié pelos Postos de Atração Indígena do Peixinho e do Laranjalzinho, ambos instalados nos primeiros anos de existência do SPI, sob o comando de Cândido Rondon, que se configura o centro da preocupação da nossa expedição. Sobre o primeiro Posto (do Peixinho) muito pouco se sabe. E sobre o segundo, quando é mencionado na documentação, aparece pelo nome de Posto Indígena do Ivinhema. Ambos os Postos, porém, nos são apresentados pelos relatórios oficiais como figuras solitárias e insólitas, em meio um amplo campo permeado de dúvidas.

Inicialmente cabe dizer que a finalidade da criação dos *postos de atração indígena*, deixa claro os documentos do SPI, era a de reunir em um só lugar os diferentes grupos que se encontravam dispersos na região sul de Mato Grosso. A historiografia em geral tem apresentado os aldeamentos criados a partir do início do século XX, como extremamente *benéficos* e necessários à sobrevivência dos povos indígenas.

O Relatório da Inspeção do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais em Mato Grosso, de 1913, dirigido ao Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio não deixa dúvidas sobre essa intenção. Referindo-se ao Posto de Atração do Laranjalzinho o documento apresenta o seguinte *resultado*:

Por toda à parte, estabelecida a pacificação, os índios são atraídos aos postos pelo espetáculo dos recursos de que

dispõe nossa civilização industrial e, depois de terem modificado suficientemente os seus hábitos, reunidos em povoações indígenas, onde lhes são fornecidos todos os meios de que carecem para um conveniente desenvolvimento de seus hábitos agrícolas. (EXPOSIÇÃO, 1913, p. 15).

Vejam agora um pouco sobre a história desses dois postos indígenas criados pelo SPI, o fim que se propuseram e o destino que tiveram.

1 - O POSTO DE ATRAÇÃO DO PEIXINHO

A história do **Posto de Atração do Peixinho** pode-se dizer, começa quando, a tinta da caneta do etnólogo Curt Nimuendajú rabiscou a primeira letra dessa façanha absurda relatada em seu *Relatório sobre dos Chavantes*, em 1913. Impõe aqui ao pesquisador o exame da documentação oficial sob um prisma pouco explorado, qual seja, procurando *filtrar a visão de mundo das camadas dominantes* (MACHADO, 1987, p. 22) e abrir espaço para uma história microssocial de modo que abarque *o cotidiano de meios sociais marginalizados das instituições de poder* (DIAS, 1984, p. 8).

Em outras palavras, se requer aqui uma abordagem que explore a potencialidade da documentação disponível, de modo a permitir uma análise –ora construída de dentro do documento para fora, ora construída do contexto em que os fatos ocorreram para dentro do texto produzido, *entrevendo* as relações.

A idéia de reunir os Ofaié e outros indígenas do sul do Estado na região do Peixinho, deve-se dizer de imediato, não sobreviveu ao primeiro ano após sua instalação. Os documentos e anotações disponíveis sobre esse Posto Indígena são raros, razão que nos faz recorrer ao princípio da *desconfiança sistemática* com o exercício da devida comparação dos testemunhos (CARDOSO, 1982, p. 53). Quando não, diria Michel de Foucault, *revalorizar saberes menores* enquanto fontes a delimitar novos locais de observação diversa do puramente institucional.

A personagem que dá visibilidade a esse episódio é um tal Joaquim Ribeiro, que de certa forma rasga a cortina da história regional para essa *construção* por nós pretendida e que nos chega, há exatamente um século após os fatos terem ocorrido. Cuiabano, de numerosa família, ele literalmente *entra no sertão* e logo se põe a percorrer a sub-bacia do rio Pardo em busca de uma área para instalar o seu sítio, escolhendo de pronto as terras marginais ao Ribeirão do Peixinho.

Se observarmos num mapa atual do IBGE, podemos perceber que esse ribeirão é afluente da margem direita do rio Três Barras e chama-se Águas do Peixinho, banhando, entre outras propriedades, também as terras da fazenda Peixinho.

Sob o aspecto da conduta, o fazendeiro e sua gente, segundo Nimuendajú, era um declarado *bandido*, não restando dúvida ao etnólogo em afirmar que a família do cuiabano logo ao chegar no lugar já havia cometido algum crime contra os Ofaié que ali viviam (NIMUENDAJÚ, 1913a). As terras que circundavam as margens do rio Três Barras pertencem hoje ao município de Anaurilândia e até o começo do século XX eram habitadas por diversas *hordas* de indígenas Ofaié que *perambulavam* desde as suas nascentes, na região norte, limítrofe com o atual município de Nova Andradina, até o sul, na sua foz com o rio Paraná.

Paralelamente ao Três Barras, em ambas as margens, os córregos Quebracho, Quiterói, Fumaça, Machado e Combate, foram seguramente território de tradicional ocupação Ofaié e a experiência do contato com o tal Joaquim Ribeiro e sua comitiva deve ter sido, no mínimo, desastrosa.

A narrativa de outros conflitos envolvendo fazendeiros que viviam nessa mesma região, entre 1903 e 1905, às vezes um pouco mais ao norte e, às vezes, um pouco mais ao sul, relatos que são trazidos à memória por Nimuendajú em seu Relatório, só servem para demonstrar o alto grau de insatisfação que os migrantes manifestavam em relação aos indígenas e as motivações que tinham para praticar ataques contra eles.

Os Ofaié, quando não eram acusados de *flechar a égua* do fazendeiro Quincas Ribeiro, eram apontados *roubando milho* na roça de Pedro Lopes ou

espantando os *camaradas* de João Ferreira de Souza em alguma fazenda vizinha dali. O caso mais grave ocorrido na região parece ter sido o *morticínio*, para mencionar o termo que Nimuendajú usa sem a menor parcimônia, que foi praticado contra um grupo de Ofaié que vivia *em frente da barra de uma aguinha hoje chamada Lambari* (NIMUENDAJÚ, 1913a).

Relata Nimuendajú que

o crime praticado nessa ocasião foi *horrível*, pois os Ofaié neste caso, *e como sempre, quando foram atacados, não resistiram, mas tratavam unicamente de fugir*. (Idem).

O rito do massacre é descrito sempre do mesmo modo já testemunhado contra grupos Ofaié de outras regiões. Matavam os homens, aprisionavam as crianças, e violentavam as mulheres e meninas, *para assassina-las logo em seguida*.

No caso desse massacre eles capturaram sete crianças. Depois de saquearem os ranchos, o coronel Quincas Ribeiro, responsável por esse massacre, ele, seus filhos, João Ferreira de Souza, vulgo Padeço e outros bandidos, teriam ainda violentado e assassinado mais duas crianças numa cabeceira que *desde então passou a ser chamada de Cabeceira das Bugras* (NIMUENDAJÚ, 1913a).

Ao buscar localizar no mapa abaixo essa cabeceira, a encontramos com o nome de Córrego da Bugra, afluente da margem esquerda do rio Samambaia, no limite norte do município de Bataiporã, que supomos seja o mencionado por Nimuendajú, haja vista encontrar-se o tal córrego a uma distância menor do que trinta quilômetros do local de maior concentração de Ofaié na margem direita do Três Barras (município de Anaurilândia).

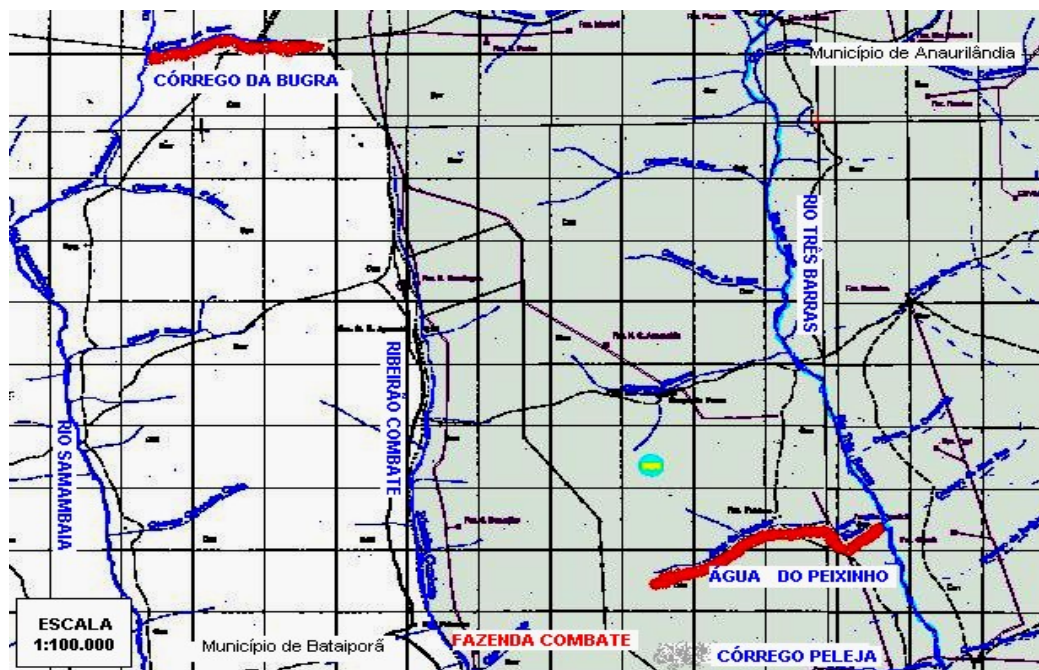


Figura 19 – Córrego da Bugra e Água do Peixinho (Fonte: IBGE, 2000, Adap. Dutra, 2004)

Nimuendajú, nesse caso, com base no testemunho de um informante, não reluta em omitir o nome dos autores desse crime: Constantino Ribeiro, filho de Joaquim Ribeiro, seria o assassino. A região que foi palco de grandes disputas e violentos massacres, carrega ainda hoje através das marcas na toponímia o retrato e o estado de ânimo das impressões que ficaram desses embates.

Outro curso d'água que evoca, através do nome, aspecto marcadamente violento do tipo de relação que se estabeleceu entre indígenas e fazendeiros que disputavam ali o espaço, é o Córrego Peleja, localizado poucos metros abaixo das Águas do Peixinho. O batismo que lhe foi dado buscou a seu modo perpetuar no tempo a memória dos acontecimentos aí ocorrido. Sobre esse córrego, adverte Nimuendajú, a *única peleja* que houve nesses assassinatos covardes foi a de que *uma índia violentada por um dos bugreiros, cravou o dente na goela do sujeito, ferindo a ele, infelizmente só levemente* (NIMUENDAJÚ, 1913a).

Não somente a geografia da região esconde o lado sombrio das ações que se perpetuaram nesse período; igualmente é obscuro, todo esse tempo

timidamente retratado na história regional sul-mato-grossense. A descrição dos espaços, antes de domínio indígena e logo partilhado pela presença do não-indígena e suas carabinas, com certeza, não abriu maiores horizontes que não fosse a contemplação das fazendas e o cultivo do boi por esses campos silenciosos de Anaurilândia e Bataiporã. No auge da expansão da pecuária, a região antes isolada e quase sem vias de acesso por terra, a partir desse período, deve ter apresentado relativa oferta de trabalho aos peões de fazenda na caça ao *bugre*. A serviço desses fazendeiros que aí se instalavam, um bom número de peões agora transformados em jagunços, não mediram esforços para cumprir à risca as ordens dos patrões.

No ataque às aldeias que massacravam, na maioria das vezes, apossavam-se das crianças indígenas dos aldeamentos e as criavam como escravos, ou então as vendiam a soma de pouco mais de 200 reis cada uma. Só o tal Joaquim Ribeiro teria realizado quatro dessas célebres *batidas* em busca de escravos indígenas e isso já em pleno século XX. Quando esse cuiabano havia se aprontado para realizar a quarta dessas *dadas*, informa Nimuendajú, ele veio a falecer. Sobre esses massacres praticados por Joaquim Ribeiro e seu pessoal, D. Ramón chegou, em 16 de outubro de 1905, enviar denúncias dessas barbaridades ao governo estadual de Cuiabá. Porém, segundo Nimuendajú, tais denúncias nunca foram apuradas.

De importante, o que se depreende dos relatos, tanto de Nimuendajú, como do tenente Vicente de Paulo Vasconcelos é que, dos indígenas que se encontrava no Posto do Peixinho, a maior parte deles foi arrebanhada pelos próprios fazendeiros que, depois de usá-los na lide campeira e em suas roças, os abandonava pelos campos, quando velhos ou doentes, de onde, depois eram recolhidos pelos funcionários do SPI. O caso da indígena Ynóve, mencionado por Nimuendajú, que foi pega numa dessas *dadas* pelo tal Padeço, amigo de Joaquim Ribeiro, *para servir-se dela como cargueiro*, é um exemplo disso.

A queixa do indígena Ofaié, de nome Belchior Kongetid, que reclama constantemente a D. Ramón sobre o fato de que suas filhas haviam sido *vendidas para a Vacaria*, somado a outros diversos problemas vividos pela

administração daquele Posto ainda sem reconhecimento oficial do SPI, isso fazia com que os indígenas seguidamente fugissem para o *centro do seu sertão* (ou seja, voltavam para os seus territórios de origem), chegando ao ponto, conclui Nimuendajú, de *na zona povoada* (postos e vilarejos) os indígenas *não se mostrarem mais*.

A instalação oficial propriamente dita do Posto de Atração do Peixinho, ao que parece, nunca chegou a ocorrer, e tudo não teria passado apenas de boa intenção e zelo humanitário de dois funcionários do SPI no cumprimento de suas atribuições. Segundo o Relatório do tenente Vasconcelos a instalação desse Posto teve início a partir do momento do recebimento da ordem que lhe incumbiu a Inspeção do SPI do estado de Mato Grosso de assegurar a assistência aos *Chavantes*.

Durante três meses esse tenente ali esteve procurando agrupar todos os Ofaié *dispersos* que encontrou ao longo da margem direita do rio Paraná avançando à jusante, além do rio Pardo, pelas *barras* de vários córregos e ribeirões até alcançar o colar de lagoas que formam a foz do Ivinhema. Para o tal Posto do Peixinho, o tenente teria levado cerca de 22 indígenas trazidos de Porto Tibiriçá (hoje Presidente Epitácio, no lado paulista), que nessa época, era o principal ponto de apoio do SPI na região.

Mantendo como base o Porto Tibiriçá e as boas relações que nutria com importantes figuras da região, o militar atraía sobre si diversos favores das autoridades locais. Do major Manoel da Costa Lima, proprietário da fazenda Uerê, localizada na margem direita do rio Pardo, ele, certa vez, obteve emprestado um *batelão* para o transporte de cargas. Graças ao auxílio e a *humanitária orientação* da Companhia de Viação São Paulo-Mato Grosso, através de seu gerente, coronel Paulino Carlos, as buscas do tenente, através do curso navegável dos rios, configuraram-se sempre vantajosas, permitindo trazer Ofaié de várias regiões à montante do rio Paraná.

Aos indígenas trazidos pelo tenente Vasconcelos se somaram outros 30 que já se encontravam no Peixinho, trazidos por D. Ramón. O tal Posto parece ter sido o primeiro empreendimento a ser chefiado por D. Ramón e

seu propósito de reunir os Ofaié naquele lugar, trazendo indígenas inclusive da região da Vacaria. Informa o Relatório do tenente Vasconcelos que D. Ramón chegou ao Posto do Peixinho com cerca de 60 indígenas, mas devido uma epidemia de *varicela* ocorrida no final do ano de 1910, foi dizimado pela metade o grupo que o acompanhou (VASCONCELOS, 1911).

Aquele local foi escolhido, provavelmente, por se tratar de uma região onde os Ofaié, certamente, ofereciam maior visibilidade e onde mais facilmente era possível reuni-los, uma vez que constantemente eram vistos pelos funcionários da Companhia de Viação *perambulando e acenando seus arcos* na barra dos córregos e ribeirões ao longo do Paraná. Tanto o tenente Vasconcelos, como o etnólogo Nimuendajú, afirmam que a região entre o Ivinhema e o Três Barras era a *zona* que os *Chavantes* habitavam.

Viviam em 1911 no Posto do Peixinho, portanto, 83 indígenas Ofaié, entre homens, mulheres e crianças, todos aparentemente felizes, *vestidos, obsequiados com miudezas e apreciando, com toda a atenção, a música de um gramofone*, instrumento este que se tornou uma das marcas registradas da prática indigenista inaugurada por Rondon, reveladora, aliás, da *eficácia e da bondade do poder tutelar* que tão-somente levou ao *desenraizamento de populações* e permitiu criar o chamado *território brasileiro* (LIMA, 1995, p. 308).

Essa aparente tranqüilidade, não obstante, intriga o historiador. Isso porque, passados apenas 10 meses desses acontecimentos bucólicos, no mês de julho de 1912, eis que o Posto do Peixinho é desativado e sua sede transferida para o Laranjalzinho, distante dali, cerca de 120 km, medida obtida seguindo o curso dos rios.

Sobre a curta existência desse Posto a documentação nada informa. A exceção das observações encontradas nos Relatórios de Curt Nimuendajú e do tenente Vicente de Paulo Vasconcelos, nada mais se percebe na correspondência oficial do SPI sobre o tal Peixinho. Tem-se a impressão de que se tratava mesmo de uma iniciativa isolada que se configurou mais como um ponto estratégico para *limpar os campos* da margem direita do rio

Paraná junto à foz dos rios Três Barras e os demais córregos localizados ao sul do Estado.

As perseguições e os massacres ocorridos nessa região, por outro lado, evidenciavam e justificavam a implantação de um Posto de Atração nesse lugar. Porém, a julgar pela demora de sua efetivação, tal iniciativa do SPI configurou-se desnecessária, revelando-se igualmente um tremendo fracasso. Todo o trabalho realizado por D. Ramón, que, desde 1903, vinha recolhendo indígenas da região do Vacaria e Ivinhema e os levando para o Peixinho não sobreviveu ao ano de 1912.

Uma das dificuldades que pode ser apontada como causa do fracasso desse Posto e que contribuiu para o seu fechamento é a distância que separava a sua sede do centro econômico-político que gravitava em torno do fazendeiro de maior influência na região. O tenente Vasconcelos menciona que para sair do Peixinho, o *Serviço* (SPI) tinha de fazer um longo percurso de barco para chegar até o Porto de Santa Bárbara. Esse porto estava localizado na margem esquerda do rio Ivinhema, em terras da fazenda Gato Preto, do não menos conhecido dos Ofaié, o coronel Domingos Barbosa Martins, senhor da região.

Desciam, assim, o Peixinho e navegavam até o Três Barras. Daí seguiam o curso de suas águas até alcançar o colar de lagoas que circundava as margens do rio Samambaia. Ao chegar no Ivinhema, contornavam as curvas do rio, sempre subindo, até o desembarque no Porto Santa Bárbara, de onde regressavam. Segundo a planilha de viagem do militar Vasconcelos, a viagem durava cerca de um mês.

No entender de Nimuendajú, o fechamento do Posto do Peixinho teria se dado mais em razão de um pedido formulado pelos próprios Ofaié que reclamavam para si uma outra área: *as águas do rio Laranjalzinho*. D. Ramón também teria *reconhecido o valor daquele lugar* para os indígenas (NIMEUNDAJÚ, 1913a), porém, é a data da transferência do *Peixinho* para o *Laranjalzinho*, que levanta as maiores suspeitas de que os motivos dessa transferência, na verdade, teriam sido outros.

Nimuendajú aponta que a transferência ocorreu no mês de junho de 1912 (NIMUENDAJÚ, 1913a). Ora, se cotejarmos as informações de Curt Nimuendajú e do tenente Vasconcelos, com as informações recolhidas pelo cidadão Adriano Metello recém-chegado àquela região, podemos observar que nossas suspeitas podem estar no caminho certo. Ou seja, a de que o Posto do Peixinho não dispunha de qualquer amparo legal que garantisse a sua permanência naquelas terras. Reforça-se a suspeita de que desde 1905 o que vinha sendo tratado pelos escaninhos do poder, era a criação de outro posto indígena, o Posto do Laranjalzinho.

Não somente o confronto de datas entre a denúncia feita por D. Ramón contra os massacres praticados por Joaquim Ribeiro e a audiência que ele manteve com o próprio Governador, coronel Antônio Paes de Barros, que ocorreram no ano de 1905, levanta as maiores suspeitas sobre esse episódio. A amizade que D. Ramón tinha, desde 1900, com o fazendeiro Manuel da Costa Lima, da região do *Nhanduhy*, quando foi contratado para a abertura da estrada de rodagem de Santa Luzia até a barra do rio Pardo, e sua participação em algumas *dadas* contra os Ofaié, é outro ingrediente a ser considerado nos liames desse caso.

A declarada inimizade que esse fazendeiro nutria pelos Ofaié, sendo descrita por Nimuendajú simplesmente como *furiosa*, nos faz considerar que qualquer aproximação de funcionários do SPI (caso de Ramón Coimbra) com o dito fazendeiro causaria espécie aos indígenas que a tudo observavam. Depois dos massacres praticados pelo tal coronel Manoel da Costa Lima no córrego da Vaca Morta, no Passo do Sapé, e em outros pontos ao longo do Inhanduí e Pardo, pode-se facilmente entender porque razão os Ofaié que acompanhavam o tenente Vasconcelos no mês de julho de 1911, desviaram a rota para chegar no Peixinho vindos do Porto Tibiriçá.

Acompanhando a embarcação que levava os funcionários do SPI e as cargas que eram levadas para o Posto do Peixinho, os Ofaié a certa altura, *deixam as embarcações* onde viajava o tenente Vasconcelos e D. Ramón, e *entram na mata*. Gesto explicado por Nimuendajú como sendo *para rodear a fazenda do seu inimigo Manoel da Costa Lima* (NIMUENDAJÚ, 1913a). Ora,

diante de tanta hostilidade nutrida contra os indígenas, é compreensível que também os Ofaié evitassem permanecer por mais tempo naquele lugar.

É, entretanto, o pedido que D. Ramón faz ao governador de Mato Grosso que intriga ainda mais o historiador, considerando que ainda estamos em 1905 e aparentemente o Posto do Laranjalzinho sequer existia. Se D. Ramón esteve com o governador de Mato Grosso naquele ano, por que razão faria um pedido de duas sesmarias de terra no Laranjalzinho, uma para os *Chavantes* e outra para colonizar assentando famílias pobres?

O próprio Nimuendajú parece confundir-se nas datas, pois em 1903 anuncia que D. Ramón se encontra fazendo roças na cabeceira do São Bento (terras do coronel Gato Preto), e em 1904 aponta o boliviano já na condição de Inspetor do Quarteirão, acompanhando o Delegado de Polícia de Nioac, indo em busca de uns Ofaié que teriam praticado um massacre na região de Santa Angélica (NIMUENDAJÚ, 1913a).

Depois da audiência que teve com o governador Antonio Paes de Barros, D. Ramón recebeu a quantia de 500 mil réis e foi nomeado *Diretor dos Índios Chavantes*, responsável por esses indígenas na circunscrição no município de Nioac. O município de Nioac, nessa época, cobria o vasto território que se estendia desde os campos da Vacaria até os limites de Corumbá, prolongando-se pelas margens do Inhanduí-Pardo até a foz do Paraná.

O que se tem, por final, é que em junho de 1912, Nimuendajú nos informa que D. Ramón teria mudado a sede do Posto do Peixinho para o Laranjalzinho. Maiores detalhes sobre como se deu essa transferência ainda permanece obscuro em razão da falta de documentos que possa esclarecer esse assunto. Ademais, os Ofaié que aí permaneceram, não é difícil de aceitar a idéia de que eles devam ter sido absorvidos pelas fazendas de gado que assumiram o protagonismo da região. A grande maioria deles, entretanto, deve ter seguido o velho *amigo* D. Ramón e sua promessa de garantir uma sesmaria de terra para os Ofaié e outra sesmaria de terra para as famílias pobres da região.

Dessa inexplicável transferência a impressão que fica, já apontada por Beatriz Góis Dantas, é a de que, para se livrar da vizinhança indígena e poder apossar-se de suas terras, os grandes proprietários que dispunham também do poder político local, *extinguiam* mesmo os *aldeamentos*, *transferindo os indígenas de uma aldeia para outra*. Desse modo acabavam por liberar as terras pacificamente para o uso de seus gados (DANTAS, 1993, p. 14). É o que provavelmente tenha ocorrido com os Ofaié da região do Peixinho que, sem oferecer a maior resistência, cederam a pressão dos fazendeiros lindeiros de seus territórios.

2 - O POSTO INDÍGENA DO LARANJALZINHO

O Posto do Laranjalzinho, em tese, representou para os Ofaié, segurança e distância das carabinas e das *dadas* praticadas pelos fazendeiros que ocupavam, com seus gados, *grosso modo*, toda a faixa de terra que ia desde a foz do rio Verde à montante, pela margem direita do rio Paraná até as cabeceiras do Taboco, passando pelos campos do Vacaria e Brilhante.

Para se entender melhor o surgimento do chamado Posto Indígena do Laranjalzinho, inicialmente, deve-se re-lembrar os constantes *apelos* do Marechal Rondon (1903) e de Curt Nimuendajú (1913) em favor da sobrevivência física dos Ofaié. Como diria Ciro Flamarion Santana Cardoso, referindo-se a preocupação primordial do historiador com as mudanças e com as resistências a essas mudanças que interagem com as personagens sociais num determinado tempo e espaço, *não há aspecto algum do presente ou do passado que esteja fechado à pesquisa histórica* (CARDOSO, 1982, p. 107).

Durante praticamente duas décadas esses dois sertanistas denunciaram que os Ofaié estavam sendo *sistematicamente caçados* pelos senhores de imensas extensões de terra, que se instalaram no sul do Estado logo após o final da guerra contra o Paraguai. As *campanhas* contra os

morticínios praticados, em especial na região confrontante com os rios Brilhante e Vacaria, formadores do manancial que banha o vale do Ivinhema, certamente, havia de sensibilizar àqueles que se sentiam afrontados pela crítica pública dirigida, sobretudo, pelo SPI que inscrevia o nome desses fazendeiros no rol dos *assassinos de índios*, com repercussão nacional e internacional.

Além da conveniência de reuni-los em um único lugar, onde pudesse ser exercido o controle físico e ideológico sobre eles, agradava a elite rural da época

que esses *miserandos índios que peregrinam a espaços pelo sul deste Estado, exibindo os derradeiros restos, os últimos molambos de valorosas tribos aguerridas que nas épocas remotas imperavam na região*, fossem reunidos num lugar distante de suas posses (SILVA, 1936, p. 41).

Observe com que alegria o funcionário do SPI descreve as vantagens de reunir os Ofaié num desses postos indígenas, após observar o que ocorrera com um grupo deles reunido no *acampamento ervateiro* do Santa Bárbara, localizado nas terras do coronel Domingos Barbosa Martins. Diz ele que (antes) *esses índios viviam sem estabilidade, ora numa, ora noutra fazenda*, e hoje, em contrapartida, *plantam roças sem estragar as matas e colhem toda a produção. A impressão que tive dos índios Chavantes foi a melhor possível* (BARBOSA, 1925), conclui animado o Auxiliar de Inspetor.

A criação de um posto indígenas no Laranjalzinho, portanto, já era esperado, tanto pelos fazendeiros, como pelo próprio órgão indigenista oficial. O fato de alguns indígenas ter manifestado a D. Ramón o seu desejo de abandonar o Posto do Peixinho, o que foi demonstrado acima, deveu-se principalmente a falta de segurança que os Ofaié manifestavam contra os constantes massacres que eram praticados contra os aldeamentos que possuíam nas redondezas e pela forte pressão que esses fazendeiros exerciam também sobre os funcionários do Posto do SPI.

Corroborou com a decisão do SPI, certamente, a prática comum que se configurou nesse período entre os fazendeiros, a de oferecer terras para

permutar com o governo, para a implantação de aldeamentos em diversas regiões do Estado. Correspondências e relatórios internos do SPI revelam que a administração desses Postos chegava mesmo a ser disputada pelos proprietários de terras e lideranças políticas locais.

O caso do cidadão Otaviano Pinto, *fornecedor de carne* para os indígenas, que trabalhava com D. Ramón é um deles que, segundo Nimuendajú, *pensava atrair os índios para o seu lado, naturalmente para ser nomeado diretor deles depois*. Outro interessado no cargo de *Diretor dos Índios* foi Pedro Lopes que convidou os Ofaié a *abrir um retiro em Santa Angélica*. O tal cidadão chegou a requerer o cargo ao governo estadual na época, alegando que ele era, ao contrário de D. Ramón, *nacional e homem de mais recursos* (NIMUENDAJÚ, 1913a).

É o *local* escolhido para a instalação do Posto do Laranjalzinho, entretanto, que revela o liame que se estabelecia entre os mandatários locais e o órgão oficial de proteção dos indígenas. Primeiro, o tal posto é instalado coincidentemente nas terras da fazenda São Bento, de propriedade do coronel Domingos Barbosa Martins, conhecido pelo apelido de Gato Preto, e antigo desafeto dos Ofaié. O tal coronel, desnecessário lembrar, era neto do lendário Inácio Gonçalves Barbosa, que viveu na região da Aroeira (hoje, Prudêncio Thomaz, distrito de Rio Brilhante) e durante o período da chamada *formação* dessa região, chegou a *construir grandes trincheiras* com a madeira que deu nome ao lugar *para se proteger da invasão dos bugres* Ofaié que ali vivia (PEDROSA, 1986, p. 38).

A idéia da criação desse posto, na verdade, nasceu logo após a criação do SPI, quando o órgão encarregou o Sr. Ramón Coimbra para os *serviços de pacificação dos Chavantes*, entregando-lhe em mãos um dos Regulamentos do Serviço de Proteção dos Índios, nessa época, ainda ligado à *Localização dos Trabalhadores Nacionais*. Ora, o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais ao ser fundado, tinha como preocupação não somente o problema do indígena, mas *engrenava* também o problema do trabalhador sertanejo, *pela seriação do selvagem, do pacificado e do caboclo já fundido na população* (LIMA, 1995, p. 119).

Não ter dado a devida atenção à questão dos trabalhadores nacionais, segundo Nimuendajú, esse teria sido o *erro* cometido por Ramón Coimbra. Ao interpretar *por sua conta e risco* o dito Regulamento, teria tido *a infeliz idéia de fazer junto ao Posto Indígena também a localização dos trabalhadores*, quando trouxe para a região cerca de 20 famílias de trabalhadores e as instalou junto às casas adquiridas pelo SPI para os *Chavantes* (Ofaié). D. Ramón teria ainda feito promessas aos trabalhadores de que o governo lhes daria terra. Essa foi a *senha* para que vários deles rapidamente se instalassem nas margens do rio Laranjalzinho e seus afluentes, convencidos de que cedo ou tarde obteriam o título da terra que ocupavam.

Para Nimuendajú, o *defeito* apresentado pelo Laranjalzinho era que a fazenda estava cheia de gente que não era indígena. Sentindo-se no dever de contrariar os princípios do *velho amigo D. Ramón* em sua abnegação ilimitada, confessa o etnólogo que

o ideal do boliviano sempre foi de localizar tanto os índios como a pobreza do sertão e, deixando se levar pelos seus sentimentos nobres, abrigou na terra que ele escolhera para os índios também as famílias pobres que, confiantes, recorreram a ela e nele vêem o seu cônsul com os índios, o seu protetor. Para Nimuendajú, confundir e misturar, porém, os dois problemas, só seria sacrificar o futuro dos índios (NIMUENDAJÚ, 1913a).

Desse episódio transparece que em nenhum momento, D. Ramón teria alertado os *posseiros* de que as terras que o governo pretendia permutar com o coronel Domingos Barbosa se destinava exclusivamente aos indígenas e não aos trabalhadores nacionais. A situação só ficou esclarecida quando os trabalhadores, *de modo mais enérgico e ameaçador receberam intimação de se retirarem do Laranjalzinho, ou pagar a renda correspondente à terra que ocupavam* (BARBOSA, 1925).

Para esse Posto (também chamado de Posto Ivinhema) foram trazidos Ofaié de diversas regiões do Estado. Um Relatório do Ministro da

Agricultura, Indústria e Comércio menciona que, em 1911, a Inspetoria do SPI já socorria no sul do Estado, diversos aldeamentos indígenas, entre eles, os Ofaié, Terena, Kadiwéu e Kaiowá. O Relatório aponta já nessa época a existência de 200 Ofaié que se encontravam no Posto Ivinhema, *recentemente saídos das matas, mas já entregues a trabalhos de agricultura* (MINISTÉRIO, 1913, p. 41), situação reveladora da intenção e do caráter disciplinador dos postos de atração indígena.

O Posto do Ivinhema, por outro lado, não deixou de cumprir importante papel na sobrevivência física dos Ofaié ao oferecer relativa proteção e guarida àqueles que estavam sendo literalmente caçados em diversos pontos do Estado. O Relatório do Ministério da Agricultura, não esconde esse dado ao revelar o seguinte episódio.

Tendo um morador de Ivinhema feito uma batida contra os Chavantes, aponta o documento de 1911, ao saber disso, um dos ajudantes da Inspetoria, que se encontrava em Aquidauana, dirigiu-se prontamente ao local do crime, conseguindo levar para aquela Vila quatro índias e cinco indiozinhos, que tinham sido aprisionados (Idem).

Depois de organizar uma expedição *com o fim de levar as índias e seus filhos ao seio de sua tribo*, o Inspetor prossegue o seu relato narrando que *mandou que uma das índias fosse procurar os seus, o que ela fez, voltando oito dias depois, em companhia de sete índios homens que vieram buscar as mulheres e as crianças. Foi quando um deles, deixou o grupo e atraído pelo trato afável, quis acompanhá-lo e lá se encontra ainda hoje em Ivinhema, sob a proteção do Serviço.* O Relatório informa ainda que a Inspetoria, na época, tinha a intenção de colocar também os *Chavantes do rio Negro no Posto de Ivinhema, ao lado dos seus irmãos de tribo (Idem).*

Recorde-se quando o Marechal Rondon saiu em defesa dos Ofaié que estavam sendo *caçados e exterminados a tiros de carabina pelo coronel José Alves Ribeiro (RONDON, 1916, p. 58)* na região do Rio Negro e Taboco, o então coronel de engenharia enviou *emissários* àquela região para entrar em contato com os *restos da grande nação Ofaié* e retirá-los de lá. Recorde-se

também que muitos deles teriam acompanhado os funcionários do SPI até o córrego da Ressaca (hoje Santa Maria) e à noite, todos teriam fugido, voltando novamente para a região de onde tinham sido retirados.

O historiador persegue com os olhos a trajetória dos Ofaié através das páginas do Relatório de Curt Nimuendajú em busca de respostas ao que entende não comunicar o real vivido e apreendido. Isso porque, lhe salta aos olhos, a figura que mais se destaca no texto não são os indígenas que viviam na região descrita, mas, sim, o tal D. Ramón e o *resto Chiquito* que o acompanhava desde 1896, quando chegou ao Brasil.

Toda a história parece circundá-lo, enquanto sua imagem se move entre fazendas e aldeias, circulando livre entre proprietários e indígenas, retiros e ranhações. Ora o encontramos acampado na Vaca Morta, quando chega o cidadão Jerônimo Felício, retireiro do Ribeirão Jaboticabal, reclamando que os Ofaié tinham *flechado* dois de seus cavalos; ora o encontramos recebendo a contribuição financeira do fazendeiro José Bento para custear uma *batida* em busca de Ofaié que viviam no córrego Conquista.

Num outro momento, o boliviano deseja aldear os Ofaié no Ribeirão São Rafael; no outro, já o encontramos convencendo 58 indígenas que viviam em relativa *harmonia* no retiro do tal Jerônimo Felício, a abandonar tudo e acompanhá-lo (NIMUENDAJÚ, 1913a).

A idéia que perpassa a leitura dos textos produzidos pelo etnólogo, idéia, aliás, também partilhada pelo tenente Paulo Vasconcelos em sua correspondência, é a de que esse *corregedor* vivia em permanente estado de *andanças*: abrindo e plantando roças com o auxílio dos Ofaié, sendo depois ressarcido em seus investimentos pelos proprietários que recebiam de volta as terras *formadas* ocupadas por esses aldeamentos.

Segundo Nimuendajú, em 22 de agosto de 1903, um grupo de Ofaié havia sido avistado no Ribeirão Laranjal perguntando pelo nome de D. Ramón. O mesmo aconteceu com os vizinhos próximos dali que habitavam o sítio Araticum, de propriedade do cidadão Octaviano Pinto da Fonseca. Nessa ocasião, os Ofaié informam a D. Ramón, que 63 indígenas se

encontravam acampados no Laranjalzinho, situado logo abaixo do rio Laranjal, onde D. Ramón dispunha uma propriedade, nas margens do sugestivo córrego de nome *Bolívia*, provavelmente batizado por ele mesmo. Em pouco tempo, denuncia o Relatório, os Ofaié prepararam, sob o comando de D. Ramón, *dois alqueires de roça nas cabeceiras do São Bento*, sendo, depois, mandados embora pelo *corregedor*, sob a alegação de que não tinha recursos para mantê-los junto de si.

Articular o *aproveitamento da força de trabalho indígena* à tarefa de *proteção*, como bem percebeu Antonio Carlos de Souza Lima, foi uma das táticas do poder tutelar, largamente utilizadas pelo SPI e que serviu à chamada *ação civilizatória* que interviu sobre grupos que teriam abandonado um suposto *nomadismo* para se colocar em torno desse Serviço e *se manifestado dispostos a participar nas atividades produtivas* (criação de gado e roças) destinadas a manter a administração dos Postos e garantir-lhes alguma comercialização (LIMA, 1995, p. 178).

O já mencionado Auxiliar Pimentel Barbosa presenciou, em 1925, uma dessas tentativas de aproveitamento da força de trabalho indígena aliada à proteção aos nativos submetidos ao poder que os atraía, quando foi consultado sobre o credenciamento de um fazendeiro da região ervateira para *zelar* pelos Kaiowá. O autor da solicitação era um coronel-vereador, na época, preocupado com a exploração que vinha sendo praticada contra os indígenas, e que apresentou na Câmara Municipal de Ponta Porã, um pedido para que se *confiasse* alguém com *autoridade de ação* para minimizar o problema.

Ao informar o inspetor interino Antonio Martins Vianna Estigarríbia, sobre o assunto, o Auxiliar Pimentel manifestou que achava bem melhor *colocar ali na Inspeção um encarregado, retirando do próprio produto da erva sua gratificação*. *Seria ainda assim lucrativo*, conclui ele, confirmando a tese do *assujeitamento extra-econômico*, onde o funcionário da administração (o encarregado do Posto) fazia às vezes do lugar previamente ocupado pelo patrão (LIMA, 1995, p. 185).

O olhar do historiador percorre agora, mais amiúde e pausadamente, por toda a extensão do ribeirão Laranjal (no mapa do IBGE aparece como rio Laranjal), que é afluente da margem esquerda do Ivinhema e corre paralelamente ao Laranjalzinho. Esse rio comporta-se como uma serpente que se arrasta em meio as fazendas por entre o cerrado correndo paralelo à estrada boiadeira (atual MS-141 que liga o município de Ivinhema à BR 267, na altura da Casa Verde), ligando sítios e sedes de fazendas da região. Na sua margem esquerda vemos o afluente córrego Bolívia e a fazenda do mesmo nome; na sua margem direita, a não menos importante fazenda São Bento; seguindo o curso do Laranjal, rumo às suas cabeceiras, passamos ainda por carvoarias e outras fazendas até chegar na fazenda *Chavantes*.

O lugar, pela motivação do nome, apresenta-se como um convite ao pesquisador. Aí funciona uma destilaria de álcool (Destilaria Santa Helena Ltda), nas margens da rodovia MS-134 que liga Nova Andradina ao distrito de Casa Verde. Todas as informações apontam para esse lugar como sendo onde houvera um grande aldeamento Ofaié. O mapa do IBGE ainda acusa a existência de um cemitério nas proximidades dessa Fazenda Chavantes. Registre-se ainda que do ponto onde se encontra a cabeceira do rio Laranjal, também ali se localiza as cabeceiras de outro curso d'água muito conhecido dos Ofaié, o rio Samambaia, que desce em sentido Norte-Sul.

Uma década depois da instalação do Posto do Laranjalzinho, em julho de 1924, um fato novo provoca ligeira inquietação ao historiador. É quando a região da fazenda São Bento e as *terras devolutas* do ribeirão Samambaia e Três Barras são *percorridas* pelo auxiliar do SPI, Genésio Pimentel Barbosa. Busca ele nessa ocasião averiguar se era verdadeira a informação de que a tal fazenda havia sido oferecida em permuta com o governo de Cuiabá. O funcionário, então, sob a *ordem de serviço* expedida pelo Diretor da Inspeção do SPI de Mato Grosso, na época, José Bezerra Cavalcanti, visitou a região, nessa época pertencente à Vila de *Entre Rios* (município de Rio Brillante).

Sobre os Ofaié que viviam na fazenda São Bento, o coronel Domingos Barbosa Martins teria informado ao Inspetor que eles já estavam reduzidos

ao *insignificante número de 15 ou 20 índios*. Alega o proprietário da fazenda que esses indígenas, à época da visita do funcionário do SPI, encontravam-se sob a *proteção exclusiva de seu empregado de nome Izidro da Luz* (BARBOSA, 1925). Relata o Auxiliar Pimentel que

o proprietário da fazenda *falou longamente do esforço que empregou para que as terras encravadas dentro de sua propriedade e habitadas pelos Chavantes fossem definitivamente legalizadas em benefícios desses indígenas* (Idem).

As palavras do coronel Barbosa confirmam o interesse manifestado por diversos outros fazendeiros que buscavam igualmente chamar para si a responsabilidade no trato com os indígenas que *apareciam* em suas terras. E isso não sem razão. Pelas informações contidas no Relatório de Pimentel, pode-se imaginar como se davam essas relações entre os senhores da terra e os indígenas, relação essa que, no caso dos Ofaié, era intermediada pelo órgão indigenista oficial, representado no lugar pelo *Inspetor de Índios Ramon Coimbra*.

O tal coronel, amigo pessoal do *General Rondon*, desde o tempo do Inspetor Adriano Metello (1911), época em que a Inspetoria viveu *suas mais graves dificuldades*, informa nessa ocasião, que servia com a maior lealdade e desprendimento a manutenção desses indígenas.

Segundo o Relatório, o coronel Barbosa contribuía *organizando o serviço*, empenhando-se *no fornecimento de gado* para a alimentação dos indígenas, se responsabilizando, inclusive pelos *pagamentos* dos gastos havidos com os fornecedores, *o que o tornava particularmente responsável pelas despesas*. Despesas essas, aproveita o militar-fazendeiro para reclamar, que *ainda estavam por saldar*.

Pode-se até questionar o fato do fazendeiro, interessado em vender terras ao governo, ser ao mesmo tempo o fornecedor de gado para a alimentação dos indígenas, porém, causa espécie saber que a despesa proporcionada por um grupo tão diminuto e reduzida a apenas 20 pessoas,

como informou antes o coronel, pudesse representar soma de vulto que constrangesse o órgão oficial do governo saldar a dívida.

Contra outro fornecedor de gado, de nome Octaviano Pinto da Fonseca, o Auxiliar Pimentel também tinha suas reservas. Este não lhe parecia ser um homem de muita boa fé. Autorizado pelo engenheiro Luiz Bueno Horta Barbosa a fornecer *até três rezes por mês* para os indígenas, não podendo exceder esse número, frisava a Ordem de Serviço, houve meses, alegou Octaviano, que ele forneceu até 20 rezes a Ramón. No entender do Auxiliar Pimentel, Ramón Coimbra, que possuía, no Laranjalzinho, *casa, rego d'água, mangueiras, laranjal, igreja, genro, amigos e gado*, não era a pessoa mais indicada para trabalhar com os indígenas naquele momento. Embora, ressalta ele em seu Relatório, já tenha sido, em outros tempos, um *prestativo defensor dos Ofaié* (BARBOSA, 1925).

O desentendimento do fazendeiro com D. Ramón, entretanto, devia ter outros motivos que iam além das razões financeiras alegadas pelo fornecedor Octaviano, que era dono da fazenda Paraíso, e se mostrava renitente em exigir o pagamento de seus negócios com o SPI. O coronel Domingos Barbosa também colocava em dúvida a *confiança e a credulidade* da *Inspetoria de Índios* na pessoa de Ramón Coimbra. Na sua opinião, o boliviano tinha *um espírito confuso, era lamuriento, um queixoso e não passava de um explorador* dos indígenas. Responsabiliza-o, por fim, como a *única causa de todos os insucessos da tribo dos Chavantes* (Idem).

Impossível não perceber que as divergências pessoais havidas entre Ramón Coimbra e o coronel Domingos Barbosa Martins eram antigas. Tanto que durante a visita que o Auxiliar Pimentel realizou àquela região, ao convidar Ramón para acompanhá-lo na conversa com o coronel, ele recusou o convite, apresentando *vários pretextos* para não acompanhar o servidor do SPI na entrevista.

Cá no tempo presente, no campo da pesquisa, a nossa expedição teórica prossegue rio Ivinhema à montante até a foz de seu afluente Laranjalzinho. Subindo esse ribeirão, pela sua margem direita, os pesquisadores se deparam diante das construções que o SPI havia adquirido

na época em que pretendia fundar ali o tal Posto. Eram duas casas de palha com quintal plantado, um engenho de madeira para cana, e um monjolo. O ano era 1924, e aquilo era tudo o que havia restado do Posto do Laranjalzinho. Das casas, só uma ainda era habitada e o quintal se encontrava *tomado pela capoeira*. Vivia ainda ali um tal de Augusto Ferreira que Ramón havia trazido da região da Vacaria para auxiliá-lo no trabalho do Posto.

Numa outra casa, próxima a casa do Inspetor, é apontada a presença de duas *índias velhinhas, trazidas de São Paulo, que viviam ali sem qualquer assistência de Ramón*. As duas indígenas, um filho, de nome João, e mais três crianças totalizavam o grupo *da tribo Caiuás* que ali vivia. Eram sem dúvida, *os últimos representantes dos índios que habitaram em outros tempos o Laranjalzinho, sob a orientação do senhor Ramón Coimbra*. O registro de Pimentel Barbosa deixa claro que nessa data, ali, já não havia mais nada, muito menos, indígenas Ofaié.

Quanto ao destino da *grande tribo Chavante* (Ofaié) que teria vivido no Posto que ali existia, o Relatório silencia. Assinala naquela data, apenas, que os indígenas se encontravam *completamente espalhados*.

Segundo o documento, *há mais de dois anos eles se dispersaram para lugares diversos, parecendo que a maior porção deles está, atualmente, nas margens do rio Paraná, segundo informações que colhi* (BARBOSA, 1925).

Notícia dos moradores do lugar dão conta que a maior parte dos indígenas que ali vivia morreu vítima de uma epidemia muito grave de gripe (espanhola) que, em 1918, teria devastado centenas de indígenas e sertanejos no sul do Estado.

Um grupo Ofaié teria sido encontrado na margem direita do ribeirão Santa Bárbara, a cerca de 12 km de um retiro com esse mesmo nome. Outro grupo teria se dirigido para as bandas do rio Pardo, junto a uma fazenda de um tal coronel Godofredo.

E um último grupo teria alcançado o Porto XV de Novembro (município de Bataguassu), na foz do Pardo com o Paraná. Parafraseando Darcy Ribeiro,

o *desfazimento* do povo Ofaié (RIBEIRO & MOREIRA NETO, 1992, p. 15) pretendido pelo Governo com o fechamento do Posto do Laranjalzinho, pelo que se depreende, não logrou êxito. Os Ofaié, ainda que em número reduzidíssimo, ao longo do tempo e da margem dos rios, continuaram a *perambular* pelos campos e a incomodar fazendeiros em outras regiões.

A aldeia do córrego Santa Bárbara ficava cerca de 30 km distante do Laranjalzinho, afluente da margem esquerda do Ivinhema. No lugar havia uma casa grande de palha, uma grande roça de mandioca, outra de milho e dezenas de pés de bananeira. Segundo consta, a aldeia se encontrava *encravada* dentro das terras do coronel Domingos Barbosa Martins.

Num *corretivo à história* dir-se-ia o contrário, ou seja, que a fazenda do tal coronel se encontrava encravada nas terras de domínio Ofaié. Segundo o coronel, o grupo de Ofaié que ali vivia, desde 1920 se encontrava sob os cuidados do *retireiro*³ Izidro da Luz.

A julgar pelo título dado ao funcionário e a disposição geográfica desse aldeamento, o indígena Ofaié que ali habitava devia receber tratamento à semelhança do gado leiteiro criado nos *retiros* que a fazenda dispunha.

Uma rápida olhada no mapa abaixo (identificando os pontos de aldeamentos), podemos observar o curso do córrego Santa Bárbara cuja cabeceira nasce a poucos metros da nascente de um dos braços que formam o ribeirão Laranjalzinho, e lá vamos perceber que, antes desse córrego chegar na margem esquerda do Ivinhema, encontramos vários topônimos que associam essa região ao nome do dito proprietário das terras do lugar: o fazendeiro dispunha de duas fazendas e um retiro, todas as propriedades com o nome de *Gato Preto*, alcunha do coronel Domingos Barbosa Martins.

3 - *Retireiro* é aquele que, numa fazenda ordenha o gado, ou o indivíduo que num retiro, guarda certo número de cabeças de gado.

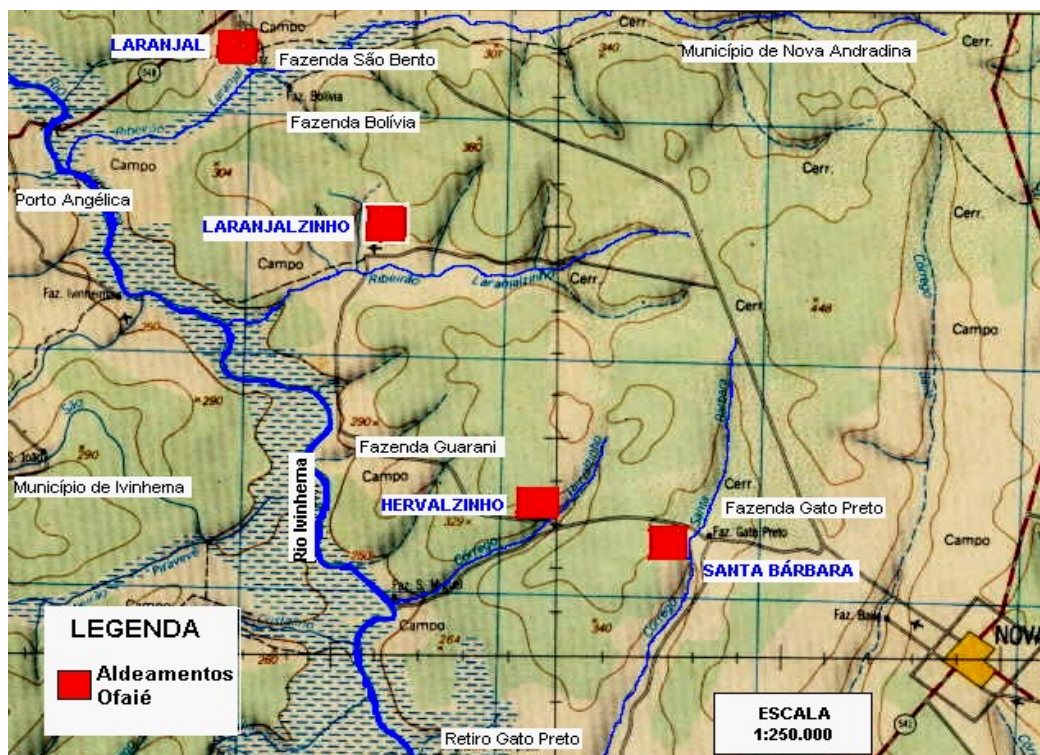


Figura 20 – Aldeamentos Ofaié no Laranjalzinho (Fonte: IBGE, 1978. Adap. Dutra, 2004)

É nos domínios dessa fazenda Santa Bárbara, entretanto, que a presença Ofaié no trabalho da extração da erva-mate é registrada pela primeira vez num relatório do SPI. A maioria dos relatos, quando associa a extração da erva-mate aos grupos indígenas do sul do Estado, sempre o faz em relação aos Guarani e não aos Ofaié. Nas margens do sugestivo córrego de nome *Hervalzinho*, que corre paralelo às cabeceiras do Santa Bárbara, junto a uma lagoa mencionada pelo Auxiliar Pimentel, ali foram encontrados quatro indígenas Ofaié que *prestavam serviços de roça e extração da erva-mate* em pagamento da *alimentação, roupa e vacas* que o tal retireiro Izidro da Luz fornecia a crédito a seus empregados.

Ainda que pareça um fato isolado a presença indígena no interior das fazendas, ela foi uma constante nesse período, sobretudo após a *desintegração dos índios, que tiveram suas terras de cultivo, seus campos de caça e locais de moradia ocupados pelos rebanhos*. Aos indígenas que perdiam suas terras, escreve Joana Neves, *restava o recurso de se aldear*

nas fazendas e, quase na condição de escravos, servir como mão-de-obra para os novos donos (NEVES, 1980, p. 51).

Mais preocupado em saber se os indígenas estavam bem vestidos ou se estavam recebendo o que fora combinado pelos seus serviços, o Relatório do Auxiliar Pimentel, acompanhado de perto por Ramón Coimbra, descreve ter encontrado no acampamento ervateiro, *índios maiores batendo erva e índios menores no serviço de condução de folhas*. Demonstravam estar satisfeitos e, perguntado *se gostariam de voltar para o Laranjalzinho* (de onde foram trazidos) disseram que *só depois que fossem retiradas de lá todas as vacas que não lhes deixavam colher roças*. Deixam transparecer aqui a denuncia de que um dos motivos de terem deixado o Laranjalzinho, provavelmente, foi o assédio praticado pelos criadores de gado que lhes expulsavam dos campos e os impedia de cultivar suas roças. Um pequeno grupo de Ofaié que havia saído em busca de mel, ao voltar, informou ao funcionário do SPI que recebiam alimentação e roupas como pagamento de seus trabalhos. Entre os Ofaié são mencionados os nomes de José Braga e Caetano, respectivamente *Ekorehe* e *Siaaiu*, incluídos na lista recolhida por Nimuendajú no Laranjalzinho onze anos antes (NIMUENDAJÚ, 1913a) e que ali ainda permaneciam.

Ao concluir sua visita à aldeia Santa Bárbara, o Auxiliar Pimentel Barbosa não deixa dúvida quanto aos propósitos que esperava alcançar com a criação daquele Posto Indígena: o de dar suporte ao incremento da produção agrícola da região. Confessa ele que se sentiu *deveras entusiasmado com a boa índole e aptidão que os Chavantes (Ofaié) tem para o trabalho*. Ao contrário do que pensava o Auxiliar, a impressão que fica ao pesquisador é outra: a de que os indígenas não passavam de peões do fazendeiro e que a mão-de-obra arrebanhada ali toda ela era dirigida para a produção ervateira do coronel Domingos Barbosa Martins!

Para se ter uma idéia da relação de dependência que havia entre os indígenas e os proprietários de terras, durante a visita, o funcionário do SPI não pode deixar de observar ensacadas, setecentas e oitenta arrobas (mais de 11 toneladas) de erva mate que se encontrava recolhida nos galpões do

fazendeiro, enquanto os indígenas só dispunham da roupa do corpo e o alimento para sobreviver no trabalho na fazenda.

A intenção de manter os indígenas reunidos e sob o comando de um fazendeiro numa determinada região parece ter sido uma prática cuja ênfase se fez sentir sobremaneira em relação aos Ofaié. Isso pode ser explicado inicialmente porque a região onde vivia esse povo de hábitos caçadores e coletores, ao contrário dos Kaiowá que viviam mais ao sul, foi a que sofreu maior pressão da parte dos fazendeiros que povoaram o lugar com suas fazendas de gado. Em segundo lugar, porque, entre 1915 e 1924, o SPI, através de diferentes decretos, havia dado início ao processo de criação de Reservas e Postos Indígenas para alguns grupos Guarani ⁴ no intuito de *liberá-los do domínio dos ervateiros paraguaios e do regime de escravidão que viviam* (BARBOSA, 1927, p. 129).

O Auxiliar Pimentel em seu Relatório de 1924 informa que buscou respaldo para a intenção do SPI de reunir os Ofaié num Posto Indígena, na própria declaração dos indígenas que entrevistou no aldeamento da fazenda Santa Bárbara. Ali, os indígenas, referindo-se aos Ofaié que se encontravam no Pardo e Porto XV, disseram que seus patrícios *facilmente retornarão, logo tenham notícia de que já possuem terras*. A idéia do desterramento e o desejo de disporem uma terra livre, da parte dos Ofaié, pode-se perceber na resposta que o Auxiliar obteve ao perguntar se eles aceitariam terra em outro lugar que não fosse na região do Santa Bárbara. Disseram os indígenas que se sentiriam bem na posse de terras em qualquer outro lugar, *desde que essas terras fossem boas e ninguém lhes incomodasse e nem houvesse gado para comer suas plantações*. De novo aqui a marca da perseguição dos fazendeiros.

Não dá para dissimular nesses testemunhos a idéia que se contrapõe àquela defendida pela elite mato-grossense do período, onde os povos indígenas aparecem como meros *acessórios* no contexto de uma história marcada pela valentia dos civilizadores. Os Ofaié ao responderem para o

4 - Entre 1915 e 1924 foram criados os Postos Indígenas de Amambai, Dourados e Caarapó; depois, em 1928, foram criados mais quatro: dois Kaiowá (Takuapiry e Ramada), e dois Nandeva (Jakarey e Pirajuy), com extensão de até 3.600 hectares cada (ALMEIDA, 2001, p. 21).

Auxiliar Pimentel que desejavam terras livres da ocupação não-indígena, manifestam ser possuidores de interesses e vontade próprios, fugindo de uma caracterização maniqueísta que os apresentou, via de regra, como vítima ou como vingadores (ZORZATO, 1998, p. 182).

Diante da perseguição sofrida ao longo dos anos, esse *resto Ofaié*, formado por pouco mais de 15 pessoas, que vivia nas terras ocupadas pela fazenda São Bento, e cerca de 34 pessoas, que vivia no Santa Bárbara, esses indígenas já se contentavam em aceitar (sinônimo de paz e sossego) qualquer terra em qualquer lugar. Uma coisa, entretanto, eles também não abriam mão: não querem terras em comum com os Kaiowá. O Auxiliar Pimentel contemporiza: eles *não são seus inimigos, porém, querem viver sozinhos* (BARBOSA, 1925).

Na região da *Bahia Grande*, muitos Kaiowá foram encontrados trabalhando nas fazendas da Companhia Matte Laranjeira. Numa delas, a empresa era comandada por um tal Joaquim Nogueira, conhecido como coronel Quincas Nogueira, cujas façanhas já conhecemos. Nessa *Bahia*, em 1922, o então tenente Vicente de Paulo Vasconcellos aportou, vindo do rio Samambaia, explorando a região em busca também de um local para fundar um Posto de Atração para os Ofaié. Esse povoado, formado por umas 40 casas, era habitado basicamente por Kaiowá vindos do estado do Paraná, quando o próprio coronel Nogueira os trouxe para o Mato Grosso em 1919. Viviam ali com o coronel um grupo de 19 homens, 16 mulheres e 11 crianças Kaiowá, os quais ele os apresentava como os *melhores auxiliares da grande lavoura* que mantinha para o fornecimento de víveres para a alimentação dos empregados da Empresa Matte Laranjeira. (BARBOSA, 1925).

Durante sua visita, em 1924, o Auxiliar Pimentel, teria observado que, perto do rio Samambaia, havia cerca de *dez carros de milho em depósito, pertencente aos índios*. O lugar era servido por uma pequena ambulância que também fornecia medicamentos aos empregados da Companhia. Os Kaiowá que freqüentavam esse lugar, diziam não conhecer o Laranjalzinho.

O que se depreende da visita do Auxiliar Pimentel à região é que o coronel Domingos Barbosa Martins não mais desejava fazer a permuta de suas terras com o SPI, desfazendo-se das terras do Laranjalzinho que se encontravam encravadas dentro da fazenda São Bento. Desinteressou-lhe receber uma outra área que a Inspetoria lhe havia oferecido e que ficava localizada entre o Samambaia e o Três Barras, mais ao sul, na margem esquerda da foz do Ivinhema com o Paraná. Segundo o coronel, havia duas razões para sua recusa: a primeira, pelo fato das terras serem de *qualidade inferior, pantanosas e distantes*; a segunda, pelo fato de que, no entender do fazendeiro, o SPI não precisava mais se preocupar em adquirir terras para os Ofaié, haja vista, existir *atualmente, o insignificante número de 15 ou 20 índios*, e que já se encontravam, desde há muito sob a *proteção* de um de seus empregados.

O curioso neste Relatório, datado de agosto de 1924, é que ele narra acontecimentos vividos a apenas três meses da publicação do Decreto 683, ocorrida em 20 de novembro daquele mesmo ano, decreto aliás, que reservou *ao aldeamento dos índios Chavantes* uma área de terras devolutas de 3.600 hectares na margem esquerda do rio Samambaia (GAZETA, 1924), abrangendo justamente a área desprezada pelo coronel Barbosa.

Uma outra pergunta, entretanto, incomoda ao pesquisador: --Por que razão o primeiro Vice-Presidente em exercício do estado de Mato Grosso, Estevão Alves Correia teria reservado essa área para um *aldeamento* que, três meses antes, havia obtido informações de que nele já não havia mais indígenas? O Auxiliar Pimentel deixou claro que nada mais restara no Laranjalzinho, a não ser uma *igreja*, construída por Ramón Coimbra, e que servia de referência para o lugar que era chamado pelo boliviano de *Catequese do Laranjalzinho*. A construção desse prédio, desculpa-se o boliviano, teria sido motivada pelas promessas que havia recebido do governo do Estado de que a área seria objeto de *firme legalização para o Patrimônio* (BARBOSA, 1925).

A nossa expedição agora retorna à disciplina e busca *eleva* o documento investigado à condição de parte constituinte da análise, e não à de mera ilustração (GRUPIONI, 1998, p. 26-27). O grupo se encontra muito à vontade observando a toponímia e o povoado da tal Bahia Grande. Agindo de maneira afável e solícita, as palavras do coronel Nogueira, é como se elas quisessem saltar do Relatório do Auxiliar Pimentel. Buscam romper com o universo temporal da longa duração de Fernand Braudel (1902-1985) para se deter silenciosa no *tempo curto do cotidiano, dos eventos fugidios e rápidos* (LINHARES & SILVA, 1990, p. 83) *de uma história local* (GARRIDO, 1993, p. 34). O pano de fundo continua a ser a história marcada por um tempo extremamente longo, de mudanças lentas, quase imperceptíveis e impossíveis de ser quantificadas, quase estática, como a força das estruturas. Mas, a sua frente, entretanto, cenários e atores movem-se numa história cuja marca é a dinâmica.

É quando o coronel passa a demonstra demasiado interesse para que a expedição continue sua exploração pelo Samambaia e Três Barras, que os pesquisadores começam a perceber que o movimento da história se dá mais depressa e ela está intimamente ligada à distância que se encontra o observador e os atores nela inseridos. O fazendeiro gentilmente oferece ao Auxiliar Pimentel *canoas, animais e pessoal como guias conhecedores da região* (BARBOSA, 1925). É justamente essa solícitude do tal Quincas Nogueira que incomoda o historiador.

Isso porque tal comportamento não deixa de revelar uma brutal contradição, em especial quando se compara a atitude desse senhor em face das populações Kaiowá e Ofaié que se encontravam livres há pouco atrás cruzando os campos de suas fazendas. Tanto na versão de Pimentel como nos apontamentos de Nimuendajú as ações desse coronel tornaram-se famosas pela crueldade, sendo que suas conhecidas *dadas* praticadas contra esses povos são noticiadas desde 1913. Sob o olhar de Nimuendajú, contra qualquer dúvida, o coronel Nogueira apresentava-se como verdadeiro *terror* para os Ofaié. *Só não conseguiu o extermínio desse povo por falta de maior número de companheiros para ajudá-lo a concluir o serviço*, escreve. Segundo

o etnólogo alemão, o coronel só não conseguiu cumprir o seu intento (de exterminar os Ofaié) porque obteve a enérgica resistência de D. Ramón que impediu *por meio de conselhos e ameaças de castigo, que o plano daquele miserável fosse realizado* (NIMUENDAJÚ, 1913a).

Percebe-se aqui verdadeiro clima de *território ocupado* que se prolongaria até o final da chamada Era Vargas (LENHARO, 1986, p. 49) quando, a economia, movimentada pelo trabalho das fazendas e a indústria saladeril da região sul de Mato Grosso ainda se submete às *condições de trabalho conhecidamente escorchantes* da Companhia Matte Laranjeiras e à mão-de-ferro do mundo rural ditada pelos coronéis-fazendeiros e ao *banditismo generalizado* que os circundava (Idem). A terra escolhida para o aldeamento que viria depois a constituir a reserva de 3.600 hectares do Decreto 683 (reproduzido abaixo), segundo os critérios do Auxiliar Pimentel, devia ter qualidade, salubridade e vias de comunicação que garantisse o acesso dos chamados *recursos da civilização*.

GAZETA OFICIAL
Estado de Mato Grosso
CUIABÁ
Quinta-feira, 27 de Novembro de 1924
Ano XXIV — N. 5185

Poder Executivo
DECRETOS

N. 683.—O 1.º Vice Presidente do Estado de Mato-Grosso, em exercício, atendendo á solicitação do Inspector do Serviço de Protecção aos Indios, contida no officio n. 352 de 22 de Outubro ultimo, e de accordo com o art. 90 do Decreto n. 130 de 4 de Junho de 1902.

Decreta:

Art. Unico.—Ficam reservadas duas áreas de terras devolutas de 3.600 hectares, cada uma, sendo a primeira destinada ao aldeamento dos indios Cayuás, na parte inferior do rio Sambambaia, limitando a leste com a bahia grande; ao Sul, com o rio Baile e por outros lados com terras devolutas, e a segunda destinada ao aldeamento dos indios Chavantes, á margem esquerda do rio Sambambaia, que limitará pelo lado Oeste com as linhas norte e sul devendo correr aproximadamente á distancias iguaes á montante e á jusante da embocadura do riacho denominado chavantes, ambas no municipio de Campo Grande; revogadas as disposições em contrario.

Palacio da Presidencia do Estado em Cuiabá, 20 de Novembro de 1924.

Dr. Estevão Alves Correa
Virgílio Alves Correa Filho.

N. 684.—O 1.º Vice Presidente do Estado de Mato Grosso, em

exercício, atendendo á solicitação do Inspector do Serviço de Protecção aos Indios, contida no officio n. 352 de 22 de Outubro ultimo, e de accordo com o art. 90 do Decreto n. 130 de 4 de Junho de 1902.

Decreta:

Artigo Unico.—Fica reservada para aldeamento dos indios Cayuás, no lugar denominado "Rinção Bomfim", municipio de Ponta Porá, uma área de 3.600 hectares de terras devolutas no districto de Dourados, limitando com terras requeridas por Jerozynio Dicca; revogadas as disposições em contrario.

Palacio da Presidencia do Estado em Cuiabá, 20 de Novembro de 1924.

Dr. Estevão Alves Correa
Virgílio Alves Correa Filho.

Figura 22 - Decreto nº 683, de 20 de Novembro de 1924 (Fonte: Gazeta Oficial, 1924)

O funcionário do SPI informa que encontrou uma área na margem esquerda da foz do rio Baile junto às terras confrontantes com a margem direita do local chamado Bahia Grande (atual município de Bataiporã), que destinou aos Kaiowá. A outra área, encontrou-a na margem direita do rio Samambaia, entre o Ivinhema e o córrego Fumaça, que seria destinada aos Ofaié.

Essas terras, sem dúvida, eram de excelente qualidade. Todas banhadas por vários rios --Combate, Samambaia, Fumaça, Quiterói--, sendo classificadas no Relatório como de *cultura superior*, relativamente *altas*, além de oferecer diversas vias de comunicação por terra e de navegação através de *um porto muito bom* que liga a região até o Ivinhema e Paraná por *vapores de grande calado* que navegam com regularidade pela região. A comunicação por terra era feita por estradas de rodagem que permitia ser trafegadas por *autos* e que ligavam uma fazenda às outras, e às localidades onde se praticava o comércio, como o Porto Alegre (no rio Inhanduí).

Ao observarmos a quantidade de referências feitas às estradas que ligavam propriedades, portos, retiros e povoados, e ao lado destas, geralmente o nome de figuras ilustres da história sul-mato-grossense, tem-se a impressão que foram esses vultos famosos que, de fato, *pegaram na foice e no machado* para abrir essas picadas e caminhos que encurtavam distâncias entre matas e córregos, entre os campos e as plantações. Raros são os relatos que revelam quem foi essa mão-de-obra que de fato colocou a mão na foice e *desbravou* esses sertões.

Como bem já havia percebido Cláudio Alves de Vasconcelos, desde o tempo de Affonso d'Escragnolle Taunay (1876-1958), o indígena reproduzido nos textos via de regra é apresentado *como um complemento da história das bandeiras paulistas* (VASCONCELOS, 1999, p. 17). Somente nas entrelinhas dos documentos ou nos detalhes das fotografias é possível perceber a mão invisível do indígena dando sustentação à economia e a ocupação seletiva e excludente da região.

Na fotografia reproduzida abaixo, publicada pelo General Malan em 1929 é possível perceber que os nove homens nus que empurram e puxam a balsa no rio Taquaruçu, são indígenas *Chavantes* enquanto o proprietário do caminhão encontra-se sentado na direção do veículo.

Numa outra fotografia inserida nessa mesma obra do general Malan, pode-se perceber também quatro indígenas que, com auxílio de uma canoa, esforçam-se em conduzir o gado que é mantido junto a uma balsa durante a travessia do rio Taquaruçu, enquanto outros cinco homens não-indígenas, em terra, apenas observam e provavelmente dão ordem de comando ao serviço que está sendo realizado à sua frente.



Figura 23 – Caminhão varando o Taquaruçu (Fonte: Malan, 1929)

A relevância da informação, nesses casos, só é possível percebê-la pelas bordas, despreziosa, quase imperceptível ao leitor menos atento. A participação antrópica do indígena Ofaié pode ser observada, também, num outro relato que nos é apresentado por Nimuendajú. Referindo-se a uma estrada que permitia a localização bem mais favorável do Posto do Laranjalzinho, o etnólogo aponta como vantagem a sua proximidade com os

armazéns da Companhia de Viação e argumenta que a distância de 12 léguas (cerca de 80 km) em relação ao Porto Alegre (no rio Inhanduí) não configurava problema, pois, *sobre o único rio que ela (a tal estrada) atravessa, o rio São Bento, existia uma ponte feita pelos Ofaié* (NUMUENDAJÚ, 1913a).

A exemplo dessa ponte construída pelos Ofaié, em outros documentos, a ação laboral indígena pode ser encontrada, desde que buscada com óculos de grau, tamanha a dissimulação, deliberada ou não, que faz pensar como se eles não tivessem existido ou que se comportaram como agentes passivos não tendo participação alguma no chamado *processo formador* desse Estado. Outra indicação reveladora do trabalho indígena pode ser observada no relato do coronel Nicolau Bueno Horta Barbosa dirigido ao General Cândido Rondon onde, para justificar que o trabalho realizado pelo Auxiliar Pimentel Barbosa não tinha o reconhecimento oficial do SPI quando demarcou uma área de terra para os Ofaié em 1924, escreve que ele realizou *as obras do ribeirão da Lagoinha, sempre com operários indígenas somente* (RONDON, 1949b).

Aliás, tornaram-se célebres as fotografias de José Louro ⁵ que foram reunidas no clássico *Índios do Brasil* publicada em 1946 pelo Conselho Nacional de Proteção aos Índios, onde encontramos dezenas de indígenas Terena e Kaiowá, na região de Aquidauana e Ponta Porã, todos rigorosamente vestidos, abrindo estradas e levantando postes para a construção das Linhas Telegráficas, sob o comando de Rondon, o que demonstra o quão decisiva foi a participação indígena na construção do estado de Mato Grosso.

O território Ofaié da região do Ivinhema que há muito vinha sendo disputado por fazendeiros e empregados de fazendas, logo passa também a ser objeto da procura de empresas que começam a se fixar na região, vindas do Oeste paulista. A aquisição, por parte da Companhia Viação São Paulo Mato Grosso, de uma área de terra na margem direita do Samambaia, por

5 - Uma fotografia apresentando um grupo de indígenas levantadores de postes da Comissão de Linhas Telegráficas do Marechal Rondon, pode ser observada na Figura 12 no Capítulo IV dessa pesquisa.

exemplo, já havia sido motivo de acalorada discussão na época, pois essa terra originalmente tinha sido escolhida pelo SPI para a localização dos Kaiowá que viviam na margem direita do Ivinhema, o que acabou não acontecendo devido o proprietário da empresa, senhor Arthur Diederichen, ter se antecipado e requerido a área, obtendo diretamente do Governo a concessão de uso.

Por não encontrar mais terra devoluta na margem *direita* desse rio, o Auxiliar Pimentel teria requerido as terras da margem *esquerda* do Samambaia. A área escolhida que ficava entre esse rio e o córrego Combate, entretanto, já estavam ocupadas. Entre os ocupantes, encontrava-se o não menos conhecido dos Ofaié, coronel Quincas Nogueira, que a exemplo dos demais posseiros não dispunha de qualquer título, mesmo provisório, ou qualquer requerimento dirigido ao Estado justificando a ocupação (verdadeiro *grilo*) que ali praticava.

Surpreendentemente, o coronel Nogueira declara não necessitar mais de toda a área que ocupava, permitindo que fosse *retirada a extensão necessária para os Chavantes, no que até se sentia satisfeito*, registra o Auxiliar Pimentel. Um sujeito de nome Raymundo Martins, que residia na redondeza e mantinha roças no córrego Conquista, informa que também ele não fazia objeção em ceder aquela área para os indígenas. Sem maiores questionamentos e, por achar que a terra naquele lugar era de *superior qualidade*, que apresentava *mata alta abundantíssima* com madeira do tipo *peroba e cedro*, o Auxiliar informa, assim, em seu Relatório que *tomou posse em nome do SPI de toda a terra banhada por um córrego* que ele mesmo deu o nome de *Chavantes* (BARBOSA, 1925).

Ainda que o lugar parecesse ideal para o aldeamento pretendido, o que se verificou na prática é que ele não prosperou e logo foi abandonado pelos poucos indígenas que para lá foram levados. Uma das causas do *despovoamento* dos Postos Indígenas e, por conseguinte do fracasso do modelo positivista proposto por Rondon de *transformar os indígenas em lavradores*, foi apontada por Darcy Ribeiro em 1962: *a concepção evolucionista do indigenismo brasileiro fez acreditar que ela permitiria às*

tribos desabrochar da condição fetichista para etapas cada vez mais avançadas. (RIBEIRO, 1972, p. 303).

Segundo o antropólogo, com o passar dos anos, a atuação do SPI

foi se dando cada vez mais ao sabor da improvisação e correndo o risco de mais se devotar ao problema dos brancos, em seus conflitos com os índios, do que aos graves problemas criados para os índios com a expansão inexorável da sociedade nacional sobre os territórios tribais.
(Idem, p. 304).

A idéia de reunir em um só lugar os Ofaié que iam sendo arrebanhados no Taboco, Vacaria, Paraná, Taquaruçu, Pardo, Verde, e seja lá onde quer que eles se encontrassem, configurava-se tão absurda que, anos depois, refletida essa prática pelo próprio Nimuendajú, ele a caracterizou como um tremendo *problema* que resultou em graves conseqüências em desfavor dos indígenas.

Em 1933, escrevendo sobre os conflitos internos vividos entre diversos grupos Kaingang, alerta Nimuendajú para seu correspondente que já havia assistido fenômeno semelhante em outras tribos e que estava inteirado (agora) do *erro* que configurava reunir *bandos* diferentes em um só núcleo. Essa experiência (contrária ao que praticara outrora), confessa o etnólogo, ele havia aprendido junto a seis grupos dos *Nyakfâ-téye-agn*, subgrupo Kaingang de São Paulo e com os indígenas Parintintim. Referindo-se às desavenças havidas entre indígenas dentro do próprio *terreiro dos Postos de Pacificação* onde se encontravam reunidos, recomendava ele, no trato com os Botocudos ⁶, a necessidade de *estabelecê-los sempre em grupos separados* (NIMENDAJÚ, 2000, p. 350).

Outro problema enfrentado pelos indígenas reunidos em postos e sua inevitável aproximação com os conglomerados urbanos era o fato de serem constantemente ludibriados. Sem conhecer o valor da moeda e dos objetos que lhe ofereciam em troca do trabalho, os indígenas que ingressavam no

6 - O nome Botocudo foi atribuído aos indígenas Xoklém (do estado de Santa Catarina) em razão do adereço *botoque labial* usado por esse grupo, ao contrário dos Kaingang que eram chamados de Coroados em razão do corte de cabelo circular em forma de tonsura, na parte mais alta e posterior da cabeça (SCHADEN, 1972, p. 88).

trabalho das fazendas na maioria das vezes eram severamente explorados. Já alertara o capitão João Luiz Gomes, diretor da Colônia Militar de Dourados em 1888 para o problema dos indígenas *mansos*, porém, *no estado semi-selvagem* quanto à violência cotidiana praticada em especial contra os *Payaguá, Guarany e Cayuá*, citados pelo documento. Na mesma condição, podemos dizer, encontravam-se os povos anônimos, como o pequeno grupo Ofaié que com os demais povos também dividiam esses espaços.

Ao lado da péssima alimentação e dos castigos físicos que os indígenas recebiam, e que eram *tão comuns nessas paragens*, o aviltamento do trabalho realizado e a violenta exploração sobre as mercadorias que eram comercializadas aos indígenas, tudo era motivo para provocar a *dispersão* e o *despovoamento* desses aldeamentos e Postos Indígenas que mais se assemelhavam a colônias penais onde eram obrigados a permanecer enquanto não saldasse suas dívidas com o patrão (*Diretor dos Índios*). No mais das vezes os indígenas que aí viviam sempre que podiam, fugiam e procuravam *abrigo nas brenhas*, pelas margens dos rios, distante de tais colônias ou aldeamentos (CORRÊA, L. 2002, p. 167).

Tais políticas repressivas aos povos indígenas foram verificadas desde o período colonial, com as colônias militares, colônias indígenas, missões de catequese, presídios e destacamentos de ordenanças, até meados do século XX, adentrando a chamada Era Vargas. Após esse período, o que se teve foi a continuidade dos Posto Indígenas, as *Inspetorias de Índios*, o SPI e as Colônias Agrícolas Nacionais atuando sobre indígenas e não-indígenas visando controlar a *itinerância* desses povos, verdadeiro empecilho à consolidação do novo projeto nacional proposto e o desenvolvimento capitalista no campo (OLIVEIRA, 1997, p. 23).

Ainda que o programa dos fundadores do SPI pretendesse transformar os indígenas em lavradores, a completa e pronta assimilação do indígena à comunhão nacional não se deu da forma esperada. Darcy Ribeiro aponta como causa do fracasso dos Postos Indígenas, dois fatores que os órgãos oficiais, por desconhecerem, colocaram por terra todas as esperanças de

fazer do índio um índio melhor (RIBEIRO, 1962, p. 133). Um deles, o vigor do conservantismo dos grupos indígenas, sua tenaz resistência à mudança e a força do sentimento de identificação tribal; o outro, a incapacidade da sociedade brasileira de assimilar esses grupos indígenas proporcionando-lhes estímulos e atrativos para nela se dissolverem.

Foi o que ocorreu em relação aos Ofaié. Frente à expansão agro-pastoril que diuturnamente lhe assombrava surrupiando-lhe os espaços, esses caçadores e coletores se, por um lado, tendiam a se recolher e se embrenhar cada vez mais para lugares recônditos e distantes do assédio praticado contra eles, por outro, se fortaleciam como grupos étnicos distintos --quase que diversos de seus patrícios comuns, em curto espaço de tempo, quanto aos costumes e a língua--, como meio de conservar sua identidade e autonomia. Quanto ao poder de atração aplicado contra eles, só foi possível efetivá-lo com o auxílio da força --também exercida pelo rigor dominante da historiografia--, percebida desde o interior das colônias indígenas de feições militares até os postos indígenas de feições assalariadas.

O caso particular do Posto do Laranjalzinho pode ser apresentado como o melhor exemplo do fracasso da *superioridade civilizatória* promovida por sujeitos como o coronel Domingos Barbosa Martins e o coronel Quincas Ribeiro, que *adentraram o sertão* (ZORZATO, 1998, p. 185) e firmaram-se na prática da exploração ao indígena e na ocupação dos espaços de poder.

Se, por um lado esse posto indígena ofereceu relativa segurança física aos Ofaié, por outro, o máximo que o SPI conseguiu foi jogá-los de um lado para outro, ao sabor dos interesses políticos que aos poucos contaminou a burocracia governamental. Como se não bastasse a sistemática perseguição da oligarquia rural emergente que os privou de seus territórios, transformam-se, os Ofaié, agora, em massa de manobras da oligarquia local e dos interesses oficiais.

Qualquer encaminhamento administrativo oficial no sentido de garantir e definir um território para os Ofaié nessa região do Ivinhema e Três Barras, de todos os aldeamentos que existiram ou foram propostos para eles,

nenhum sequer se concretizou. Ainda que essa questão, por diversas vezes tenha sido colocada por inspetores e estudiosos, na prática, ela nunca efetivamente superou o nível da intenção. Se nos campos da Vacaria, a partir da primeira década do século XX, definitivamente já não havia mais indígenas por ali, paralelamente, na década seguinte, a presença Ofaié e Guarani, na condição de povo indígena, também já tinha sido varrida da margem esquerda do Ivinhema.

Em troca, foi-lhes oferecido a oportunidade da *livre iniciativa* de integrar-se ao modo de produção econômica em *regiões civilizadas*. A partir de 1930, registram historiadores e sociólogos, a burguesia urbano-industrial ascende ao poder político, iniciando sua queda de braço com o poder político das grandes oligarquias rurais, determinando inexorável e definitivamente, a *nacionalização*⁷ do indígena brasileiro (GAGLIARDI, 1989, p. 275-6).

Na margem esquerda do Samambaia, dos Ofaié, o que restou foram as cerca de dez pessoas que Darcy Ribeiro encontrou em 1948 quando conviveu durante quatro semanas com duas famílias que ali cultivava a terra, criava porcos, galinhas e patos do mesmo modo que os vizinhos neobrasileiros mais pobres da região (RIBEIRO, 1997, p. 170). Foi na verdade uma visita *mais de observação do que pesquisa*, como o próprio antropólogo confessa, pois apenas buscava uma *boa base de comparação com outros povos indígenas do sul de Mato Grosso* antes de enfrentar o seu povo *cara-a-cara*, os Kadiwêu, com quem dedicou mais tarde sua maior pesquisa. Ainda assim pode recolher informações importantes em relação aos costumes e os mitos dos Ofaié.

Seu maior serviço, em relação aos Ofaié (dito por ele mesmo), entretanto, foi ter facilitado a entrada no Brasil da entidade inglesa Summer Institute of Linguistics, quando Darcy Ribeiro enviou uma doutora lingüista (GUDCHINSKY, 1974) para trabalhar *por quase um ano* dedicando-se ao estudo do idioma Ofaié, assim resumindo a história desse povo:

7 - O Decreto nº 736, de seis de abril de 1936 ao mesmo tempo em que reafirmou ao SPI a função de assegurar a assistência e proteção ao indígena, também propôs medidas para a *nacionalização dos silvícolas, com o objetivo de sua incorporação à sociedade brasileira*. (GAGLIARDI, 1989, p. 276, nota 36.).

ao menos, *sua língua se salvou pelo registro escrito. A lingüista conseguiu um dicionário de 5 mil palavras e algumas horas de texto. **A língua Ofaié está salva!*** (grifo nosso), conclui serenamente o antropólogo em suas *Confissões*, editado no ano de sua morte (RIBEIRO, 1997, p. 171).-

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O nome *Ofaié* hoje povoa corações e mentes num universo de representações que se estende além-fronteiras, tendo conquistado a mídia, a universidade e os escaninhos governamentais. Em outras palavras, o nome desse povo indígena, hoje, se encontra plenamente inserido no cenário nacional. Se ontem o nome Ofaié não era citado nos livros e mapas escolares, agora ele se inscreve no horizonte de diversos campos do saber.

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-EMBRAPA, por exemplo, para diferenciar as *cultivares* de trigo obtidos em outras regiões do Brasil, procurou há pouco tempo adotar um nome de fantasia para as espécies que aqui fossem produzidas, e que tivesse alguma identificação com o estado de Mato Grosso do Sul.

O nome *Trigo BR 41-Ofaié*¹, escolhido para uma delas, segundo o pesquisador Paulo Gervini Sousa, *não teve a intenção consciente de relacionar a planta com as características culturais desse povo* (SOUSA, 2002), uma vez que o trigo é uma espécie exótica, sem nenhuma relação com a cultura indígena, porém, o fato serve para ilustrar que esse empréstimo inseriu a nomenclatura Ofaié nos contornos de uma história mais ampla, divulgou esse nome indígena no horizonte da história econômica do Estado.

A recente iniciativa da Secretaria de Estado Receita e Controle do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul de dar o nome *Posto Fiscal Ofaié Xavante* a um prédio daquele órgão de arrecadação construído na margem direita do rio Paraná, próximo ao antigo Porto Primavera (atual Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta, município de Bataiporã), território tradicional indígena eternizado nos registros de Darcy Ribeiro em 1948, é outro exemplo

¹ - Essa variedade desenvolvida em Dourados foi lançada para cultivo no Mato Grosso do Sul em 1991 e destinava-se a solos com alumínio tóxico, tendo sido indicada para cultivo até 1997 (www.cnpt.embrapa.br/biblio/p_do_17_57.htm em 06.08.2003).

dessa *re-ocupação simbólica* de alguns espaços onde os Ofaié sempre foram dedicados atores.

A despeito de tudo o que já tenha sido escrito sobre a história desse povo, transparece ainda haver muita desinformação a seu respeito, sobretudo em relação a seus territórios tradicionais. Tendo passado praticamente *invisível* aos olhos de uma história mais ampla, essa condição, à beira do anonimato, vivido pelos Ofaié, podemos perceber isso durante a pesquisa, não pode ser atribuída somente ao fruto do acaso. Ela contém algo de inexplicável, e que não pode ser imputado somente à existência de um suposto acordo em silenciar o assunto ao longo dos anos.

A raiz dessa não-informação, no nosso entender, se firma na própria construção e no sentimento nacional que alavancou o chamado processo formador do estado de Mato Grosso do Sul. É-nos sabido que as oligarquias rurais do *sistema coronelista* da República Velha só tinha olhos para o *seu mundo*, o mundo dos fazendeiros-comerciantes, suas famílias e o poder privado que exerciam também no campo da política local.

O isolamento geográfico e cultural do Oeste brasileiro desde há muito tem sido apresentado como a maior justificativa para o atraso, entre outras coisas, também da produção literária desse Estado que deita suas origens na antiga Capitania de Mato Grosso. Ainda que isso possa ser explicado pelo fato de que, ao contrário da *América Espanhola que possuía universidades desde o início da colonização*, o Brasil só manifestou sua preocupação com a cátedra a partir do século XX (BORGES, 1984, p. 69), foi, sem dúvida, justamente a divulgação das potencialidades dessa região que deu sustentação para os programas de ocupação e expansão das frentes econômicas que se firmaram ao longo dos anos, até o início do governo de Getúlio Vargas (MAGALHÃES, 2002, p. 14). E dentro de um quadro, é bom lembrar, de feições claramente antiindígenas.

A identificação de diversos aldeamentos Ofaié em distintos pontos do Estado, contudo, nos faz pensar imediatamente que houvesse uma necessária e natural relação entre esses pontos eqüidistantes ou, no mínimo, uma seqüência cronológica na ordem de ocupação desses territórios. Essa

situação que pode ser caracterizada como *atípica* no caso dos Ofaié (FUNAI, 1991), em razão do amplo espaço geográfico de trânsito experimentado por eles, não obstante, esse recorte na percepção da história, pode nos levar a concluir justamente o contrário, forçando-nos a rever nossas teses.

Vejamos. A aparente dispersão Ofaié sobre o mapa do Mato Grosso do Sul hoje revela a presença de diferentes grupos que, quando comparado um a outro, manifestam, sem sombra de dúvida, pertencer todos à mesma etnia Ofaié. Contudo, e isso pôde demonstrar a pesquisa, esses grupos também apresentavam algumas diferenças, tanto na sua autonomia em relação à chamada sociedade envolvente, como nas relações internas, organização, parentesco e variações no dialeto (DUTRA, 1997).

Foi isso que a história sul-mato-grossense teve dificuldade para perceber e registrar. A partir, digamos, de uma construção que só tomou corpo quando se desvencilhou de um olhar originalmente *assunceno* e foi visitada pela *ocupação econômica que tinha em São Paulo seu pólo propulsor* (NEVES, 1980, p. 2), foi somente a partir daí que o visitante teve os olhos voltados para os Ofaié. A impressão que se tem num plano *horizontal* é que a *formação* da região sul do estado de Mato Grosso se deu a partir de um confronto cultural –mediado por ocupações/desocupações--, entre os povos habitantes do *chaco* paraguaio do Oeste, e as frentes de expansão vindas do Leste. Ou ainda, sob um olhar mais *vertical* e contemporâneo, que ele tenha sido fruto da visão desintegradora do Sul (Campo Grande), em oposição aos interesses econômicos e políticos do centralismo do Norte (Cuiabá).

Palco de uma ocupação cujos atores muito cedo se transformaram em marcos da oligarquia política regional, a história do Centro-Oeste brasileiro, desde o século XVIII, deu acento e destaque aos acontecimentos ligados à ícones de *ideais autonomistas*² (SILVA, 1996, p. 51). Foram, sem dúvida, os senhores da terra e seus *humores bovinos* que praticamente dominaram e mantiveram as rédeas de todo o processo de construção desse Estado de hábitos nada democráticos.

² - Esse movimento que teve início em 1895, buscava a autonomia para a região sul de Mato Grosso a partir das idéias do Partido Autonomista, liderado pelo capitão João Caetano Teixeira Muzzi que fazia oposição ao Partido Republicano, comandado pelo coronel João Ferreira Mascarenhas (Jango Mascarenhas). Nesse confronto entre os dois coronéis, ambos proprietários de terras e comerciantes, diversos outros coronéis encontraram *na luta armada um meio de vida* e possibilidade de *enriquecimento* (CORRÊA, V. 1999, p. 92).

A história, escreve o existencialista Jean-Paul Sartre (1905-1980), *não é uma ordem. É desordem: uma desordem racional* (THOMPSON, 1981, p. 48). Por essa razão o historiador do território Ofaié, aqui, teve de avançar na sua análise, no sentido de reintegrar a história desses indígenas com a história de outros grupos sociais. Procurou dar assim, visibilidade à presença e trajetória de povos que imprimiram, ao longo do tempo, o seu *modo de ser e modo de fazer* as coisas em espaços concretos.

Há de se observar que os Ofaié, ao se perceberem *ausentes da história*, num dado momento, *podem ter pensado tê-la perdido, ou que nem tinham conhecimento* de que a possuíam (SHARPE, 1992, p. 59). Nesse sentido, escreveu o velho Karl Marx (1818-1883) que *os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem livremente, nas condições escolhidas por eles, e sim nas condições impostas pelo passado* (VILELA, 1974, p. 254).

Naturalmente, o *olhar guerreiro* que predominou no espaço vivido pelos Ofaié, a necessidade de conquistar os *vazios* demográficos e econômicos de uma terra aparentemente *sem dono*, e a busca de sustentação para o extrativismo aurífero, depois o ervateiro, e por fim, o agropecuário, tal olhar, sobre rios e plantas, animais e gente, deu-se de modo a garantir o espaço que a Província (depois estado de Mato Grosso) necessitava para se firmar diante de outras unidades da federação, como o Paraná, São Paulo e a capital, Rio de Janeiro, fonte de recursos de onde emanavam também as políticas de ocupação e colonização.

Na esteira dos ganhos econômicos e geopolíticos que a região proporcionou aos que aportaram nessas terras férteis entre o rio Paraná e a serra de Maracaju, a literatura regional, de viés memorialista, não mediu esforços para inscrever os feitos da oligarquia local no horizonte da relevância histórica, função que exerceu ao demarcar seu território através dos relatos, das crônicas, da cartografia e dos atos da administração oficial, relegando os povos indígenas, via de regra, a condição de coadjuvantes.

Não podemos esquecer que os mecanismos de poder se concretizam não apenas na *organização da força do trabalho* (tendo como essência o *exercício da repressão*), mas, também através da administração e no controle

dos *espaços geográficos* (FOUCAULT, 1979, p. 175). Não é de admirar, portanto, a preocupação de alguns fazendeiros em apresentar os Ofaié como *um grupo extremamente nômade* (ROSA, 1997, p. 67), localizando-os sempre desvinculados de suas *aldeias, tribos, casas de danças, cemitérios, templos religiosos* (Idem, p. 68), como se flutuassem pairando etéreos sobre os campos e matas em que viviam. A tese de que os *Ofaié teriam chegado depois dos fazendeiros* (negando, portanto, a imemorialidade de seus territórios), sobretudo em áreas como as margens do rio Verde e Samambaia, além de não se sustentar historicamente, também é outro modo de descaracterizar a ocupação tradicional desses indígenas em regiões de conflito e contestação judicial (Idem, p. 67).

Há de se convir, entretanto, que o fato de encontrarmos ao longo da documentação recolhida, relatos da presença de grupos Ofaié em pontos eqüidistantes do Estado, desde a região Noroeste (rio Negro e Taboco) ao Centro-Sul (rio Brilhante e Vacaria); desde o Sudeste (rios Ivinhema e Samambaia) até o Leste (rios Pardo e Verde), não deixa de confundir, ao mesmo tempo em que fascina antropólogos, arqueólogos e historiadores.

A maioria dos antropólogos, buscando enquadrar os Ofaié em *áreas culturais* e lingüísticas pré-estabelecidas que dão sustentação à clássica distribuição espacial dos povos indígenas sul-americanos em geral; os arqueólogos, buscando, através de diversos critérios e *nexos causais* pretéritos, provar a dispersão mais remota desse povo, a partir de vestígios da cultura material e traços cristalizados/fossilizados de suas ocupações. E por fim, os historiadores, montando complicados quebra-cabeças com o intuito de explicar, a partir das fontes escritas disponíveis, o percurso construído pelos Ofaié e que deu causa a um processo de quase permanente *ocupação/desocupação* de territórios em distintos lugares.

Não obstante, as informações aqui reunidas só *ganharão vida*, e assim, alcançarão algum significado útil ao povo aqui descrito, se despertar no leitor o interesse em prosseguir a tarefa de relacionar essas informações aqui coligidas (e outras ainda sendo *garimpadas*) com as condições sócio-econômicas, políticas e culturais vividas e experienciadas pelos diversos

atores sociais que interagiram e continuam a interagir num processo que também inclui os Ofaié. Porque a história, nos alerta Pierre Vilar, *não é apenas o entrelaçado de tempos, é entrelaçado de espaços*. O motor da história, em suma, está intimamente ligado às *lutas de grupos* (VILAR, 1995, p. 169). Essa pesquisa só terá *vida*, portanto, se seus leitores também a viverem: *decifrando-a, aceitando-a ou deformando-a*. Assim como a obra não é *um produto fixo, unívoco*, também o público *não é passivo, homogêneo* (MELLO E SOUZA, 2000, p. 68).

Dessa forma podemos concluir *a priori* que a relação que os Ofaié travaram com a sociedade nacional, ao longo dos anos, não foi sempre a mesma, ela variou conforme o tempo e o espaço em que os eventos ocorreram. Qualquer tentativa de padronizar seu comportamento como uniforme e previsível, seria uma vã demonstração de inconsistência e infidelidade histórica. Longe, portanto, do historiador que se preze, a tentativa de engessar os Ofaié no tempo ou confiná-los em espaços previamente definidos na fronteira dos interesses econômicos privados e geopolíticos do Estado.

Desde o banco escolar aprendemos que os indígenas *vagavam* pelos campos e matas. No caso dos Ofaié, refletimos nessa pesquisa, numa observação mais atenta, percebemos que *não somente os indígenas vagavam!* Até o início do século XX, aos povos autóctones, se somaram em diversas regiões do Estado, um sem-número de indivíduos que viviam em quase um permanente *estado de errância, vagando de um lugar a outro à procura de um novo espaço para se enraizar, sem jamais consegui-lo* (RIBEIRO, 2000, p. 14). Fenômeno bastante comum no sul de Mato Grosso, portanto, o *nomadismo* perpassa indígenas e não-indígenas, igualmente submetidos ao regime de poder que se manifestava não em si, mas historicamente, definindo desde os espaços geográficos permitidos até os modelos estéticos da elite sócio-econômica, que eram divulgados pela literatura.

Percebe-se que a idéia de *nomadismo* está perfeitamente associada ao sistema pastoril, situação essa em particular que comumente impedia, por

sua própria natureza, a construção de habitações com o objetivo de fixar o homem a terra. É nesse quadro que o *campeiro* perfeitamente se enquadra, escreve Jovam Vilela da Silva, uma vez que ele *não constrói, vive em residência provisória e emigra depressa*. E o mais importante sob a ótica do proprietário-fazendeiro: esse peão *vai passando e não deixa vestígios de sua passagem*. Suas *cabanas rústicas*, construídas com *material de ocasião* (SILVA, 1996, p. 128), pode-se também dizer, se assemelhavam em muito às habitações indígenas locais, sendo muitas vezes confundidas com elas.

Em função de uma leitura apressada e/ou equivocada da história, se passou a aceitar a situação de que, em relação a alguns dos territórios Ofaié, é como se esses indígenas estivessem sempre assim, *de passagem*. Assim entendido, *ausentes*, porque expulsos das regiões onde viviam, em face dos demais povos da época, como os Guarani, Terena, Guaicuru e Kayapó, pode-se dizer, *grosso modo*, que eles foram considerados extintos antes mesmos de serem descobertos!

Outros grupos, a despeito da gritante superioridade numérica que apresentavam, também eles foram *desaparecendo* de seus territórios, como é o caso dos Kayapó meridionais que dividiam seu território com os Ofaié entre os rios Verde e Sucuriú. Como é o caso também dos *Guaxi* que provavelmente viveram no mesmo espaço geográfico que foi ocupado, depois, pelos Ofaié. Dessa forma, paulatinamente, os territórios indígenas do sul do Estado foram sendo apresentados pela documentação como não mais sendo habitados por seus antigos donos.

Nimuendajú em suas andanças cita diversas vezes, referindo-se a antigos aldeamentos, frases do tipo: *me parece que os Ofaié não freqüentam mais as margens do Taquaruçu*. Mais adiante lá está ele de novo: *não achamos mais nenhum índio aqui na barra do rio Verde*. E lá de novo ele: *sobre o sinal de passagem de índios, não vimos absolutamente nada*. E assim por diante, até os dias de hoje ³.

³ - J. Barbosa Rodrigues, da Academia Brasileira de História, em 1993 lança a segunda edição do livro História de Mato Grosso do Sul, onde escreve: *Ofaié: (...) habitou as margens dos rios Negro e Taboco. Está completamente extinto. Estendia-se além Paraná, pelo Estado de São Paulo, sendo barbaramente exterminado pelos fazendeiros-criadores, constituindo tal extermínio vergonhosa mancha a enodar a ação da colonização brasileira* (RODRIGUES, J. 1993, p. 24).

O general José Vieira Couto de Magalhães (1837-1898), há mais de um século, lamentou que os indígenas não tivessem *historiadores* (MAGALHÃES, 1935, p. 283). Em relação a seus territórios assumiu que *na situação de raça conquistadora, (fomos) nós que tomamos o solo destes infelizes e que vamos dia-a-dia apertando (-os cada vez) mais para os sertões* (Idem).

A história, na verdade, sempre foi contada na sua versão oficial, ou seja, aquela história contada pelo chamado homem *branco* de nossa sociedade. A história nunca deu espaços maiores, em seus manuais didáticos, para narrar os feitos de glórias do homem de cor. Foram os colonizadores que produziram os primeiros livros que ensinam, até os dias de hoje, a versão *dominante* dos fatos. Por conseguinte, não é de se estranhar a pouca atenção dispensada aos povos indígenas pelos historiadores de geração anteriores. Com honrosas exceções, nos lembra John Manuel Monteiro, prevalece ainda hoje a sentença pronunciada pelo diplomata e historiador Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), na década de 1850: *para os índios não há história, há apenas etnografia* (MONTEIRO, 1995b, p. 221).

Mas, como nos alertou Claude Lévi-Strauss, que *todo o bom livro de história está impregnado de etnologia* (LÉVI-STRAUSS, 1991, p. 40), no caso dos Ofaié, isso também não seria diferente. Foram as informações etnográficas recolhidas pelo SPI e a Comissão de Linhas Telegráficas que permitiram construir uma história –sob a ótica do território—também para os Ofaié. Difícil, entretanto, não lançar um olhar crítico sobre uma historiografia que nem sempre considerou os pequenos grupos, alguns deles ainda completamente desconhecidos da antropologia, e cuja *política indigenista* oficial só lhes proporcionou um célere e brutal desaparecimento, *extirpando (-lhe) a personalidade étnica* (BONFIL, 1970, p. 90).

O quadro teórico da organização do trabalho, no âmbito da historiografia oficial, já nos recordara o historiador John Monteiro, sua análise se ateu sempre à lógica da expansão do capitalismo comercial, reservando ao indígena *papel secundário e efêmero, ocupando a ante-sala de um edifício maior onde residia a escravidão africana* (MONTEIRO, 1994, p. 8).

O que o autor afirma para o contexto paulista do período colonial em relação aos povos indígenas trazidos de outras regiões (Idem, p. 9), o mesmo podemos dizer em relação à formação da sociedade e da economia sul-mato-grossense no período abordado pela nossa pesquisa: ele confunde-se com os processos de *integração, exploração e destruição dos povos indígenas* que viviam até então em estado de autonomia. A dinâmica interna do chamado *Brasil indígena* nunca chegou a ser objeto de preocupação da historiografia regional de Mato Grosso do Sul (Idem, p. 18).

Outra conclusão que podemos chegar é a de que, se pretendemos buscar as razões que levaram ao extermínio das populações indígenas no Brasil, devemos antes, buscar compreender, ao lado do contexto econômico e social vivido pelas classes exploradoras, também o contexto onde ocorreram verdadeiros espetáculos de apresamento e encarniçados massacres que povoaram, durante séculos, a marcha inexorável da colonização para o Oeste brasileiro. Sem dúvida, isso deixou marcas indeléveis na população nativa sobrevivente, e para muitos, ainda hoje isso é motivo de indignação e questionamento, em face das crueldades que eram praticadas contra eles.

A exploração do Oeste brasileiro justificou, portanto, não somente o extermínio de milhares de indígenas, mas também garantiu a reprodução desta exploração por onde passou. A expansão capitalista, na forma de fazendas de gado, que sucedeu o ciclo do extermínio aberto, valeu-se, depois, da criação das *reservas indígenas* para se perpetuar, quando obteve a garantia de que *aldeados*, os indígenas não seriam mais impedimento à ocupação livre desses territórios.

Drásticas foram as transformações que ocorreram na paisagem humana e geográfica das margens dos rios e ribeirões por onde trilharam os Ofaié, fruto das frentes de expansão e do extrativismo que devastou a região de toda a sua mata nativa, e que mais se prestou para limpar os campos *de seus habitantes humanos para entregá-los ao gado e evitar que o índio, desprovido de caça, a substituísse pelo ataque a seus rebanhos* (RIBEIRO, 1957, p. 10).

A economia interna da nação Ofaié, com o povoamento e o contato, a integração e a dependência, os antigos laços de organização familiar e os núcleos de cooperação mais íntimos, aos poucos, com as constantes mudanças, êxodos e perseguições, sem dúvida, foram sendo alterados e quebrados. *À medida que se deteriora a forma de ocupação e utilização da terra pelo índio*, escreve o sociólogo José de Souza Martins, *também se deteriora a sua identidade tribal* (MARTINS, 1989, p. 155). Ainda que a pesquisa não tenha refletido sobre as modificações internas ocorridas no *modus vivendi* desse povo, há de se concordar que as alterações verificadas no espaço geográfico e os reflexos advindo das *trocas* que o povo Ofaié estabeleceu com a sociedade não-indígenas, haveria, sem dúvida, de alterar-lhe em essência as condições de reprodução do seu modo de ser.

Para entender a presença Ofaié nessa fase chamada de *heróica* da fronteira sul-mato-grossense, entre 1870 e 1924 (CORRÊA, L., 1999, p. 200) se faz necessário, portanto, lançar um olhar *diacrônico* sobre essa realidade e documentação que tem retratado a *consolidação dos latifúndios* e da pecuária ao longo de um processo que ainda não acabou e está em pleno curso.

Por essa razão a pesquisa aqui procurou manter a devida distância de uma análise meramente *sincrônica* e o risco de silenciar sobre o processo de dominação histórica exercida sobre esse povo, ficando, portanto, caracterizado o tipo de história a que nos propomos construir: longe de uma visão maniqueísta, *anacrônica*, idealizada e romântica de um indígena solto e desenraizado da história, buscou-se caminhar em direção oposta à história oficial e o *processo civilizador* por ela desencadeado que, sob as mãos de coronéis famosos, *construiu* um Estado praticamente desfigurado da participação indígena.

Não resta dúvida que para o historiador tradicional configura enorme dificuldade considerar o indígena como sujeito histórico. Em suas bases memorialistas, tal qual uma *exploração ensaiada*, diria John Monteiro, ficou evidenciado que as narrativas oficiais jamais reconheceram as sociedades indígenas como *personagens históricos* (MONTEIRO, 1994, p. 18).

Em meio a um imenso *campo de saber e campo de poder*, quilos de teorias têm sido despejadas sobre o homem e as instituições onde ele vive, fazendo-o pensar o contrário. Ainda assim, a história caminha e a toda hora acerca-se de novos olhares e perguntas que pode lhe ajudar fugir da *rigidez* de uma ciência, na maioria das vezes, preocupada mais com as permanências do que com as mudanças. *A história*, escreveu o antropólogo canadense Bruce G. Trigger, é justamente o *estudo da mudança, desde os tempos mais remotos até o presente* (TRIGGER, 1973, p. 1).

Vislumbra-se, assim, que o objetivo maior dessa pesquisa deve ter sido alcançado, qual seja, o de ter caminhado em direção da construção de uma outra história para os Ofaié, que retrate a sua trajetória observada pela ótica do território. História, ainda que não sua –porque *não-êmica*-- , mas que é construída a partir de cada passo, cada resistência e suas re-significações, que podem ser mensuradas em curtos, médios e longos períodos do tempo.

Com essa pesquisa, o trabalho das ciências aplicadas e a valorização de uma historiografia que se vale também dos dados da memória dos povos indígenas como fontes aceitáveis e compatíveis com a histórica, aqui adquire fôlego. Abre uma porta em meio à paisagem, oportunizando aos próprios indígenas, assumirem a condição de protagonistas de sua própria história.

Ainda que os historiadores tradicionais insistam em afirmar que a história dos povos indígenas foi muito cedo *arrancada de suas mãos*, outros olhares apontam para uma *visão de contemporaneidade*; visão que lhes possibilita *desconstruir* antigos saberes e romper com velhas armadilhas desde há muito nutridas e que reclama outros interlocutores e agentes sociais. No caso da história aqui apresentada, ficou evidente haver sempre vários pesos e várias medidas na correlação de forças presentes no *palco* onde se desenrolam os acontecimentos no grande teatro da história, e onde o indígena sempre foi o componente mais forte e ao mesmo tempo desconsiderado.

Durante toda a trajetória experimentada pelo povo Ofaié, em meio à *teia dos fatos* (VESENTI, 1997) vividos por seus personagens, há de se lidar também com a *teia da memória* (MALDI, 1993) manifestada nos documentos,

que ora os prendia aos acontecimentos, ora os distanciava dessa construção. Situação que também representava, ora a condição de *caminho*, ora a condição de *obstáculo* à ocupação forçada desses espaços físicos e temporais.

Ao finalizar a leitura dessa pesquisa alguém poderá se perguntar *por que todo esse trabalho em estudar a história do território de um grupo tão pequeno* cuja sombra da extinção anunciada, há trinta anos, o estigma ainda lhe persegue? Alguém poderá se perguntar por que razão perlustrar os passos da história em busca de um sentido para a *sobrevivência ou não-sobrevivência* de um grupo indígena que não excede hoje sessenta pessoas?

O sociólogo Theodore Mills diria que a importância de se ter estudado esse pequeno grupo é a de que através dele podemos compreender também o que ocorreu conosco à sua volta. Seja porque as decisões desse grupo teve efeito sobre a história da região, seja porque sua dinâmica e mobilidade influenciou *na maneira de viver dos indivíduos* que integravam essa comunidade. Com isso estamos dizendo que, tanto as decisões *endógenas* como as *exógenas* experimentadas por esses *pequenos grupos sempre constituem ou representam um caso ou um tipo de um sistema* mais amplo, *o sistema social* (MILLS, 1970, p. 12-13).

O povo Ofaié e seus diversos grupos espalhados ao longo das margens dos rios, pelos campos e matas, ao redor do cocho de *kauim* e mel silvestre; esses Ofaié cheios de canto e dança, vivendo ou indo ao encontro de um *mar de felicidade* experimentado no interior de suas aldeias (RODRIGUES, 1996, p. 32), eles não eram *microsistemas* sociológicos apenas; eram também (e continuam sendo) *microcosmos de sociedades* em permanente transformação e interação com outras sociedades mais amplas. Por isso, para os historiadores, a pesquisa sobre esse pequeno povo e seu território pode ter sido também *um meio* de demonstrar que é possível *desenvolver maneiras eficientes para (se) pensar a respeito de sistemas sociais* mais complexos (Idem).

Os indígenas Ofaié, à semelhança das *sociedades frias*, para utilizar uma expressão de Claude Lévi-Strauss, se eles foram capazes de dar

respostas àqueles momentos e circunstâncias pretéritas, podemos concluir, que eles, ainda que numericamente reduzidos e aparentemente dispersos em grupos desarticulados, no tempo que se chama hoje, eles estão aí dispostos a dar respostas aos novos desafios.

Isso porque não existe uma história verdadeira; o que existe é o evento que não é dado pelo passado, mas de certa forma, é criado pela circunstância apreendida pelo historiador. Daí a importância da narrativa. No caso dessa dissertação, a narrativa que lançamos mão, não buscou transformar (ou acrescentar algo inédito) ao conteúdo historicizado, mas sim *comprometer a forma como* (esse conteúdo) *foi apresentado* ao longo da história.

Ainda que o pesquisador que vos escreve, no esforço de buscar *convencer aqueles de nós nascidos sem colher de prata em nossas bocas* (SHARPE, 1992, p. 62), de que os Ofaié têm um passado, um presente e, certamente um futuro, e pelo que escreveu possa ser considerado *criminosamente intoxicado de ideologia* (ROSA, 2001, p. 25), a análise apresentada procurou ser fiel às fontes. Sem descuidar do *verbo* utilizado para a *explicitação de seu corpus* (BITTAR, 1998), a pesquisa procurou, por outro lado, romper com a idéia de que os documentos que nos foram legados do passado pertencem exclusivamente a *uma amostra acidental do que originalmente existia*. Ao contrário do que se pensa, escreve Edward Thompson, eles *foram escolhidos mesmo para que prevalecessem*, decisão tomada, *normalmente por membros de grupos sociais ou políticos* (THOMPSON, 1984, p. 54).

Mas, como a história é sempre *filha do seu tempo* e um bom par de décadas nos distancia dos fatos aqui narrados, resta-nos o alerta final de Clifford Geertz para a importância de se ter estudado, não **as** aldeias Ofaié, mas **nas** aldeias e tê-las percorrido com olhar de historiador (GEERTZ, 1989, p. 32). Como a tarefa do historiador é escrever, e escrever *é sempre algo doloroso* (PALLARES-BURKE, 2000, p. 237), cabe ao pesquisador aqui, ao concluir essa dissertação de mestrado, acreditar que o que escreveu, mais do que *expressar a sua originalidade*, e olhar de visitante, representou *alguém*

desempenhando um papel social (MELLO E SOUZA, 2000, p. 67) que oscilou, ora narrando a história vivida pelos Ofaié, ora construindo a história pretendida pelos historiadores, ainda que na condição de aprendiz.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1- FONTES NÃO-IMPRESSAS

AFFONSO, Frei. Capuchinho. *Requerimento de 17 de agosto de 1912*, de São Paulo, dirigido aos Membros do Congresso Estadual de São Paulo. 1912.

ALMEIDA, Silbene de. *Correspondência de 11 de outubro de 1988*, de Cuiabá, do Servidor da Funai, dirigida ao Superintendente, Nilson Campos Moreira, da 2ª SUER-FUNAI. 1988.

BARBOSA, Coronel Nicolau Bueno Horta. *Portaria nº 13*. De 30 de agosto de 1913. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais, Inspetoria no estado de Mato Grosso. Cuiabá. (dat). 1913.

_____. *Ofício s/nº*, de 5 de abril, de Petrópolis, assinado pelo ex-Chefe da IR-5, dirigido ao Exmº General Presidente do CNPI, Cândido Mariano Rondon da Silva. (Ref. Remessa nº 237, de 19 de maio de 1949).

BARBOSA, Genésio Pimentel. *Relatório de 1924*. Anexo ao Relatório assinado por Antonio Martins Vianna Estigarríbia, Inspetor Interino, dirigido ao Diretor do SPI, Inspetoria do Estado de Mato Grosso, José Bezerra Cavalcanti, datado de 3 de janeiro de 1925.

_____. *Relatório de Atividades referente ao ano de 1927*, apresentado à Inspetoria do SPI no Mato Grosso. Funai/Museu do Índio. Microfilme. 1927.

BRAND, Antônio Jacob. *Relatório*. Algumas informações sobre remanescentes Ofaié Xavante no Mato Grosso do Sul-MS. Dourados, CIMI-Regional, novembro. 1981.

DUTRA, Carlos Alberto dos Santos. *Relatório Ofaié Xavante*. Etnohistória e Identificação da Área Indígena Ofaié Xavante. Campo Grande: CIMI-MS, mai. (dat.). 1987.

_____. *Correspondência* dirigida ao Prof. Dr. Gilson Rodolfo Martins, Perito Judicial da 1ª Vara da Justiça Federal de Mato Grosso do Sul. Processo nº 92.4240-B. Brasilândia-MS, 14.Jul.1997 (dat). 1997.

FONSECA, Francisco Ibiapina da. *Relatório da Viagem feita à cidade de Três Lagoas*, conforme Ordem de Serviço nº 14, de 14 de setembro de 1953.

Serviço de Proteção aos Índios-SPI. IR-5, de 21 de setembro e assinado pelo Inspetor (dat). 1953.

FUNAI, Grupo Técnico de Trabalho. *Relatório Ofaié*. GT nº 661/91, de 21 de junho de 1991. Grupo Técnico de Trabalho de Identificação da Terra Indígena Ofaié Xavante. MS. Brasília: Funai. 1991.

HOESTENSEN, Raymundo. *Relatório do Agente Cedido*, de Cuiabá, de 3 de fevereiro, apresentado ao Diretor Interino do SPI, Sr. Dr. José Bezerra Cavalcanti. 1916.

JARDIM, José Gomes da Silva. *Relatório*. Anexo ao Ofício nº 48, dirigido ao Sr. José Bezerra Cavalcanti, Diretor do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. 30 de abril de 1915.

MARTINS, Gilson Rodolfo. *Quesitos*. Perícia Judicial. Processo 92.4240-B, 1ª Vara da Justiça Federal. Laudo Pericial Ofaié Xavante. 1997 (dat.).

METELLO, Adriano. *Informações para o Serviço de Proteção aos Índios no Sul do Estado do Mato Grosso*. Correspondência Recebida. Linhas Telegráficas Estratégicas. Exercício 1913, 2º Semestre, Rio de Janeiro, 17 de Janeiro. 1911.

MINISTÉRIO da Agricultura Indústria e Comércio. *Exposição sobre o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais*. Constante do Relatório do Sr. Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio. Relativo ao ano de 1911. Rio de Janeiro. 1913.

NIMUENDAJÚ, Curt. *Correspondência* de 12 de janeiro, do Porto Alegre, dirigida ao Inspetor Luiz Bueno Horta Barbosa, de São Paulo. Protocolo nº 198. 1912.

_____. *Relatório sobre os indígenas "Chavantes" do Mato Grosso/1913*. Acompanha um "Croqui" do extremo sul do Mato Grosso em escala aproximada de 1:200.000. 1913a.

PRADO, Walter Samari. *Ofício nº 202/65*, de 27 de outubro, assinado pelo chefe da IR-5, dirigido ao Major Aviador, Diretor do SPI, de Brasília. 1965.

RODRIGUES, Antônio. *Soldado, viajante e Jesuíta português na América do Sul, no século XVI*. Carta do irmão Antônio Rodrigues para os irmãos de Coimbra, procedente de São Vicente. Maio de 1553. Arquivo S.I. Roman. Brás. 3(1), 91v-93. (www.supervirtual.com.br). 1553.

RONDON, General Cândido Mariano da Silva. *Ofício n° 237*, de 19 de maio, assinado pelo Presidente do CNPI, dirigido ao M.D. Diretor do SPI, Sr. Dr. Modesto Denatini Dias da Cruz. 1949a.

ROSA, Hilário. *Relatório de Assistente Técnico*. Autos do Processo da Justiça Federal. 1ª Vara da Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul. Bauru, jul. (dat.). 1997.

_____. *Audiência Pública* sobre Invasões e Desapropriações de Terras Indígenas e a Respectiva Legislação Vigente. Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação. Comissão de Agricultura e Política Rural, Câmara dos Deputados. 11 de Setembro de 2001 (dat).

SPI-Serviço de Proteção aos Índios. *Memória sobre as causas determinantes da diminuição das populações indígenas do Brasil*. Serviço de Proteção aos Índios. IX Congresso Brasileiro de Geografia, Rio de Janeiro, s/d.

TERRASUL. *Patrimônio Índios Chavantes*. Autos de medição e demarcação de 29.04.1927. Área de 3.695 hectares. Resp. Técnico: Agrimensor Waldomiro de Souza. Desenho: Bete Araújo, abr. Escala 1:100.000. 1988.

VASCONCELLOS, Tenente Vicente de Paulo. *Relatório*, Cuiabá, datado de 21 de setembro, apresentado ao Cid. Cap. Renato Barbosa Rodrigues Pereira. 1911.

VILLAR, João Heliofar de Jesus. *Justiça Federal*. Primeira Vara. Ação Cautelar n° 92.5420-0. Autora: Bruna Cardim Hofig Ramos. Réu: Funai e outros. Campo Grande, 04.Mai.1993. (dat.).

2- FONTES IMPRESSAS

BARBOSA, Luiz Bueno Horta. *A pacificação dos Caingangues paulistas*. O Problema Indígena do Brasil. Conferência realizada no Salão da Biblioteca Nacional em 19 de novembro de 1913. Conselho Nacional de Proteção aos índios. Publicação da Comissão Rondon, n° 88. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1947a.

_____. *Pelo Índio e pela sua proteção oficial*. Trabalho realizado pelo então Diretor do Serviço de Proteção aos Índios. Ministério da Agricultura, CNPI, Publicação da Comissão Rondon n° 86, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, (1ª Edição 1923). 1947b.

CABRAL, Pascoal Moreira. In CORREIA Fº, Virgílio. *Portugueses em Mato Grosso. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 245, out/dez. 1959.

CAMELLO, Capitão João Antônio Cabral. *Notícias Práticas. Das Minas do Cuiabá e Goyazes na Capitania de São Paulo e Cuiabá, que dá ao Rev. Padre Diogo Soares, o Capitão João Antônio Cabral Camello, Viagem que fez às minas do Cuiabá, no ano de 1727. Revista Trimestral de História e Geografia ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Jan. 1843, tomo 4-I. 1842.

COMISSÃO Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo. *Exploração do Rio do Peixe*. Publicado no Período Presidencial do Dr. Jorge Tibiriçá, sendo Secretário de Agricultura o Dr. Carlos J. Botelho. 2. ed. São Paulo: Typ. Brazil de Rothschild e Cia. 1913.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Legislação Indigenista do século XIX: uma compilação (1808-1889)*. São Paulo: Edusp, Comissão Pró-Índio (Org.). 1992.

DECRETO nº 683. de 20 de novembro, assinado pelo Presidente do Estado de Mato Grosso, Dr. Estevão Alves Corrêa. 1924.

DECRETO nº 1.302. de 8 de maio, assinado pelo Governador do Estado de Mato Grosso, Fernando Corrêa da Costa. Revoga o Decreto 683 de 20 de novembro de 1924. 1952.

ELLIS JR., Alfredo. *O Bandeirantismo paulista e o recuo do meridiano*. Pesquisas nos documentos quinhentistas e setecentistas, publicados pelos governos Estadual e Municipal. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1934.

EXPOSIÇÃO sobre o Serviço de Proteção aos Índios. Localização de Trabalhadores Nacionais. Relatório do Sr. Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, relativo ao ano de 1911, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro. 1913.

FERREIRA, Joaquim Alves. Relatório do Diretor Geral da Província de Mato Grosso, Joaquim Alves Ferreira. In. ROBBA, Cláudio. *Aquidauana, ontem e hoje*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. 1848.

FIGUEIRÊDO, Cap. Lima. *Limites do Brasil*. Rio de Janeiro, Casa Editora Henrique Velho, (Biblioteca da Defesa Nacional). 1936.

FLORENCE, Hércules. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas (1825 a 1829)*. Rio de Janeiro: Ed. Melhoramentos (Tradução de Visconde de Taunay). 1941.

FREUNDT, Erich. *Índios de Mato Grosso*. São Paulo: Edições Melhoramentos, (Introdução de Herbert Baldus). 1947.

GAZETA Oficial. do Estado de Mato Grosso. Ano XXXVI. nº 5195. Cuiabá, 27 de novembro. 1924.

GUDSCHINSKY, Sarah C. *Ofaié-Xavante, a Jê Language*. Estudos sobre línguas e culturas indígenas. Edição Especial. Summer Institute of Linguistics. Brasília. 1971.

_____. *Fragments de Ofaié: a descrição de uma língua extinta*. Summer Institute of Linguistics. (Tradução de Miriam Lemle), Série Lingüística nº 3, Brasília. 1974.

IHERING, Hermann von. Mapa Etnográfico do Brasil. In *A Questão dos Índios no Brasil*. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo: Tipografia do Diário Oficial. vol. VIII, Estampa VII. 1911.

_____. *A Etnografia do Brasil Meridional. Actas del XVII Congreso Internacional de Americanistes.*, Buenos Aires. 1912.

JARDIM, Ricardo José Gomes. Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Ricardo José Gomes Jardim, de 12 de maio de 1846, dirigido a José Carlos Pereira de Almeida Torres, ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império. Apud. ROBBIA, Cláudio. *Aquidauana, ontem e hoje*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1992.

LANE, Frederico. Notes on the fire-sticks used by some Indian tribes in Brazil. *Ethnos*. Stockholm. Staten Etnografiska Museum, 3(1):1-3, January. 1938.

LISBOA, Miguel Arrojado Ribeiro. *Oeste de São Paulo-Sul de Mato Grosso*. Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Comissão Emílio Schnoor. Rio de Janeiro, Typ. Jornal do Comércio. 1909.

LOPES, Joaquim Francisco. O Itinerário de Joaquim Francisco Lopes. Encarregado de explorar a melhor via de comunicação entre a Província de São Paulo e a de Mato Grosso pelo baixo Paraguai. *Revista Trimestral de História e Geografia*. tomo XIII, Typ. de São Ignácio da Silva, (1ª Ed. 1850). 1872.

_____. A bandeira de Joaquim Francisco Lopes. 1829-1839. In *Boletim do Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo*, v. III, São Paulo, Typ. do Globo. 1943.

LOUKOTKA, Cestmir. Les Indiens Kukura du Rio-Verde-Matto Grosso-Brésil. *Journal de la Société de Americanistes*, Nouvelle Série, Tome XXIII, Paris,

(23): 121-125, (Traduzido do francês por Hilda Zimmermann e Cristina Vigiano), (dat.). 1931.

_____. Línguas indígenas do Brasil. *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, Vol LIV, São Paulo. 1939.

_____. *Classification of south American Indian Languages*. Latin American Center University of California-UCLA., Los Angeles. 1968.

MAGALHÃES, Major Amílcar Botelho de. *Impressões da Comissão Rondon*. Episódios inéditos e pouco vulgarizados ocorridos durante as explorações e nos acampamentos da Comissão Rondon. CNPI, Comissão Rondon, Publicação nº 24, Rio de Janeiro. 1921.

MALAN, General. A região sul de Matto Grosso. Esboço descritivo e estatístico. *Revista Militar Brasileira*. Ano XVIII, vol. XXVII., nº 4., Out-Dez, (1928). 1929.

MANIZER, G. G. *A Expedição do Acadêmico G. I. Langsdorff ao Brasil (1821-1828)*. Org. por B. G. Xprintsin, Tradução de Osvaldo Peralva. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1967.

MANIZER, Henri Henriknovitch. Música e instrumentos de música de algumas tribos o Brasil., (Traduzido do russo por A. Childe). *Revista Brasileira de Música*., vol. I., 4º Fascículo., Rio de Janeiro. 1934.

METELLO, Adriano. *O Sul de Matto Grosso*. In Saúde. Mensário de Hygiene e Assumptos Econômicos e Sociais. Órgão da Liga Pró-Saneamento do Brasil. Rio de Janeiro, Julho. 1918.

NIMUENDAJU, Curt. A propos des indiens Kukura du Rio Verde (Brésil). *Journal de la Societé de Americanistes*, Nouvelle Série, tome XXIV, Paris, (Traduzido do francês por Hilda Zimmermann e Cristina Vigiano, dat.). 1932a.

_____. Idiomas indígenas del Brasil. *Revista del Instituto de Etnología*. Tomo II., Universidad Nacional de Tucuman. 1932b.

_____. *Mapa Etnohistórico*., Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE-Fundação Nacional Pró-Memória, Rio de Janeiro. 1981.

_____. O fim da tribo Oti-1910 In SUESS, Paulo (Coord). *Textos indigenistas de Curt Nimuendajú*. São Paulo: Loyola. 1982.

_____. *As lendas da criação e destruição do mundo como fundamentos da religião dos Apapocuva-Guarani*. (Traduzido por Charlotte Emmerich e

Eduardo Viveiro de Castro). São Paulo: Hucitec, Editora da Universidade de São Paulo. 1987.

_____. *Cartas do Sertão*. De Curt Nimuendajú para Carlos Estevão de Oliveira. Lisboa: Assírio E Alvim; Museu Nacional de Etnologia. 2000.

RODRIGUES, Ataíde Francisco. O Povo Ofayé. In *Terra Indígena*. Centro de Estudos Indígenas. FCL/UNESP, Araraquara, (58): 29-38, jan/mar. 1991.

_____. Xehitá-ha, testemunha do massacre. In DUTRA, Carlos Alberto dos Santos. *Ofaié, morte e vida de um povo*. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, p. 28-69. 1996.

RODRIGUES, J. Barbosa. *O primeiro jornal de Campo Grande*, Campo Grande: Fundação Barbosa Rodrigues. 1989.

RONDON, Cândido Mariano da Silva. *Mato Grosso: O que ele nos oferece e o que espera de nós*. Conferência realizada perante a Sociedade Rural Brasileira. São Paulo. 1920.

_____. Missão Rondon. *Apontamentos sobre os trabalhos realizados pela Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas (1907-1915)*, sob a direção do Coronel de Engenharia Cândido Mariano da Silva Rondon. Rio de Janeiro, Conexa Comissão Rondon, nº 12. 1916.

_____. *Índios do Brasil*. Do Centro, Nordeste e Sul de Mato Grosso. Tribos do Sul de Mato Grosso., vol. I., CNPI, Rio de Janeiro. 1946.

_____. *Relatório dos trabalhos realizados de 1900-1906* pela Comissão de Linhas Telegráficas do Estado de Mato Grosso, apresentado às autoridades do Ministério da Guerra pelo Major Engenheiro Cândido Mariano da Silva Rondon., CNPI, Publicação nº 69-70., Rio de Janeiro. 1949b.

SIQUEIRA, Joaquim da Costa. Histórico Cronológico das Notícias de Cuyabá. Repartição da Capitania de Mato Grosso (Desde o princípio do ano de 1778 até o fim do ano de 1817). *Revista Trimensal de História e Geographia* ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 1º Trimestre. 1850.

SOUSA, Paulo Gervini. *Cultivares de trigo e nome de povos indígenas*. (Centro de Pesquisa da) Embrapa Agropecuária Oeste. 18.set.2002. Gervini@cpao.embrapa.br (dat.). 2002.

STADEN, Hans. (1557). No que viajavam sobre as águas. In. *Duas viagens ao Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia. 1974.

WIECKHMANN, W. von. (sob o pseudônimo de Adoptivsohn der Wildnis). *Als ich und die erde noch jung war*. Berlin. 1928.

3- BIBLIOGRAFIA GERAL

ALMEIDA, Mário Monteiro de. *Episódios históricos da formação geográfica do Brasil*. Fixação das Raias com o Uruguai e Paraguai. Rio de Janeiro: Pongetti. 1951.

ALMEIDA, Rubem Ferreira Thomaz. *Do desenvolvimento comunitário à mobilização política*. O Projeto Kaiowá-Ñandeva como experiência antropológica. Rio de Janeiro: Contra Capa. 2001.

ANDERSOM, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Editora Ática. 1989.

ANDRADE, José Berlangue. Apresentação. In DUTRA, Carlos Alberto dos Santos. *Razão e Utopia, textos rebeldes*. Andradina-SP: LC Artes Gráficas. 1998.

ARENDDT, Hannah. O que é autoridade? In Entre o passado e o futuro (1988) apud. DUTRA, Carlos Alberto dos Santos. *As ocupações de terra e a produção do direito*. São Paulo: Scortecci. 2002.

ARRUDA, Gilmar. Heródoto. In Instituto Euvaldo Lodi. *Ciclo da Erva-Mate em Mato Grosso do Sul*, Campo Grande. 1984.

BALANDIER, Georges. *Teoria de la descolonización*. Trad, Rafael di Muro. Buenos Aires: Tiempo Contemporáneo. 1973.

BALDUS, Herbert. Introdução. Opaié. In FREUNDT, Erich. *Índios de Mato Grosso*. São Paulo: Edições Melhoramentos. 1947.

BARROS, Edir Pina de. Laudo Histórico-Antropológico. Ação de desapropriação indireta In MALDI, Denise (Org.). *Direitos Indígenas e Antropologia*. Laudos Periciais em Mato Grosso. Cuiabá: EdUFMT. 1994.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In. POUTIGNAT, Philippe & STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade*, São Paulo: Editora da UNESP. 1998.

BASTOS, Celso Ribeiro. *Curso de Direito Constitucional*. 19. ed. São Paulo, Saraiva. 1998.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. A aventura da modernidade. (Tradução de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti), São Paulo: Companhia das Letras. 1987.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG. 1998.

BINFORD, Lewis R. *En busca del pasado*. Descifrando el registro arqueológico. Barcelona: Crítica/Grijalbo-Mondadori. 1998.

BITTAR, Josilene A. de Oliveira. A relação, entre estrutura e acontecimento na reflexão sobre a narrativa histórica contemporânea. *Janus, Revista de História e Ciências Sociais*, ano II, nº 4, Jul. 1998.

BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Lisboa: Publicações Europa-América. 1965.

BLUNA, F. Vlastibor. Sítios Arqueológicos em Mato Grosso. *Dimensão*. Universidade Estadual de Mato Grosso. Centro Pedagógico de Corumbá, nº 3., Setembro. 1973.

BOAS, Franz. The Methods of Ethnology. In. LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia Estrutural*. 4. ed. Tradução Chaim Samuel Katz e Eginardo Pires. Revisão Etnológica de Júlio Cezar Melatti. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1920.

BONFIL, Guillermo. *Do indigenismo da revolução à antropologia crítica*. (Traduzido por Evaldo Sintoni). In *De eso que Lhan Antropologia Mexicana*. México: Editorial Nuevo Tiempo, pp. 39-65. 1970.

BORBA, Telêmaco Morosini. *Actualidades Indígenas*. Curitiba. Typographia Paranaense. 1908.

BORGES, Vavy Pacheco. História e Política: laços permanentes. In. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 12, nº 23/24, set/91-ago/1992, p. 7-18.

_____. *O que é História*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense. 1984. (Col. Primeiros Passos, 17).

BOUDON, Raymond & BOURRICAUD, François. *Dicionário crítico de sociologia*, São Paulo: Editora Ática. 1993.

BRAND, Antônio Jacob. O bom mesmo é ficar sem capitão: o problema da administração das reservas indígenas Kaiowá/Guarani, MS. In *Tellus*, Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas-NEPPI, ano 1, nº 1, Out. 2001. Campo Grande: UCDB.

BRANDÃO Carlos Rodrigues. *Identidade & Etnia*. Construção da pessoa e resistência cultural. São Paulo, Brasiliense. 1986.

BRUMANA, Fernando Giobelina. *Antropologia dos sentidos*. Introdução às idéias de Marcel Mauss. São Paulo: Brasiliense. 1983.

BRUNO. Ernani Silva. *Viagem ao país dos paulistas*. Ensaio sobre a ocupação da área Vicentina e a formação de sua economia e de sua sociedade nos tempos coloniais. Rio de Janeiro: José Olympio. 1966.

CABRAL, Paulo Eduardo. *Formação Étnica e Demografia*. In. Campo Grande: 100 anos de Construção. Campo Grande: Matriz Editora. 1999.

CALDEIRA, João Ricardo de Castro. História e passado em Jenkins. *Revista USP*, São Paulo, (54): 193-195, jun/ago. 2002.

CAMEU, Helza. *Introdução ao estudo da música indígena brasileira*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura e Departamento de Assuntos Culturais, Suplem. 1977.

CAMPESTRINI, Hildebrando e GUIMARÃES, Acyr Vaz. *História de Mato Grosso do Sul*. 3. ed. Campo Grande: Academia sul-mato-grossense de Letras. Instituto Histórico e Geográfico do Mato Grosso do Sul. 1991.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Uma Introdução à História*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982. (Col. Primeiros Vôos).

CARONE, Edgard. República Velha: Instituições e classes sociais. In SODRÉ. Nelson Werneck. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1970.

CARVALHO, Sá de. In. MELATTI, Delvair Montagner. *Aspectos da Organização Social dos Kaingang Paulistas*. Departamento Geral de Planejamento Comunitário. Divisão de Estudos e Pesquisas. Fundação Nacional do índio. 1976.

CARVALHINHO, Patrícia de Jesus. Onomástica e lexicologia: o léxico toponímico como catalisador e fundo de memória. Estudo de caso: os sociotopônimos de Aveiro (Portugal). *Revista USP*, São Paulo, nº 56, p. 172-179, dez-fev, 2002-2003.

CARVALHO, Silvia M. Schmuziger de. Chaco: Encruzilhada de povos e "melting pot" cultural. Suas relações com a bacia do Paraná e o Sul mato-grossense. In CUNHA. Manuel Carneiro da. *História dos índios no Brasil*, São Paulo: FAPESP/Cia. das Letras/SMC. 1992.

CECCATO, Ana Cláudia. (Org). *Hoje e antigamente. Cói aprende a escrever sobre sua gente.* (Texto e ilustrações de José de Souza, Ofaié). Centro de Estudos Indígenas, UNESP, Araraquara. 1991.

CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre (Org.). *História, novos problemas.* 4. Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 1995.

_____. *A escrita da história.* Rio de Janeiro: Forense Universitário. 2000.

COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria.* Literatura e senso comum. Belo Horizonte: Editora da UFMG. 1999.

CHAIM, Marivone Matos. *Aldeamentos Indígenas.* Goiás, 1749-1811. 2. ed. São Paulo: Nobel; Brasília: INL-Fundação Nacional Pró-Memória. 1983.

CHIARA, Vilma. Armas: bases para uma classificação. In. RIBEIRO, Berta G. *Suma Etnológica Brasileira.* Petrópolis: Vozes/Finep v. 2. Tecnologia Indígena. 1986.

CORRÊA Fº, Virgílio. Portugueses em Mato Grosso. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.*, Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, vol. 245., Out-Dez. 1959.

CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso.* São Paulo: Dep. História FFLCH-USP. 1981. (Tese de Doutorado).

_____. *Fronteira Oeste.* Campo Grande, Ed. UFMS. 1999. (Fontes Novas: Ciências Humanas).

_____. O vôo do cara-cará: A questão indígena na formação da fronteira Oeste. *Tellus*, Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas-NEPPI, ano 1, (1): 27-40, Campo Grande: Ucdb, out. 2001.

CORRÊA, Lúcia Salsa. *História e Fronteira: O sul de Mato Grosso, 1870-1920.* Campo Grande: Editora Universidade Católica Dom Bosco-UCDB. 1999.

_____. A fronteira indígena no Sul de Mato Grosso. Século XIX. Fontes documentadas. *Tellus*, Campo Grande, UCDB, 2(2):155-169, abr. 2002.

COSTA, Maria Heloísa Fénelon. & MALHANO, Hamilton Botelho. Habitação indígena brasileira. In. RIBEIRO, Berta G. *Suma Etnológica Brasileira.* Petrópolis: Vozes/Finep v. 2. Tecnologia Indígena. 1986.

CUNHA, Comandante Pereira da. *Viagens e Caçadas em Mato Grosso.* Três semanas em companhia de Th. Roosevelt. 2. ed., Rio de Janeiro: Of. Gráficas da Livraria Francisco Alves. 1919.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Antropologia do Brasil. Mito, história e etnicidade*. São Paulo: Brasiliense. 1986.

_____. In. DANTAS, Beatriz Góis (Org.). *Repertório de Documentos para a história indígena*. Arquivo Público Estadual de Sergipe. São Paulo: Núcleo de História Indígena e do Indigenismo/USP-Fapesp. 1993.

D'ALESSIO, Márcia Mansor. *Reflexões sobre o saber histórico*. Pierre Vilar, Michel Vovelle, Madeleine Rebérioux. São Paulo: Fundação Editora UNESP. 1998.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de teoria geral do Estado*. 19. ed. São Paulo: Editora Saraiva. 1995.

DANTAS, Beatriz Góis. *Repertório de Documentos para a história indígena*. Arquivo Público Estadual de Sergipe. São Paulo, Núcleo de História Indígena e do Indigenismo/USP-Fapesp. 1993.

DANTAS, Robson Norberto. Uma difícil caminhada até a Revista do Brasil. *Revista Histórica*. Arquivo do Estado de São Paulo, Revista nº 1, Abr. 2000.

DARNTON, Robert. In. PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *As muitas faces da história*. Nove entrevistas. São Paulo: Editora UNESP. 2000.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX*. São Paulo: Brasiliense. 1984.

DOSSE, F. *A história em migalhas: dos Annales à Nova História*. Trad. D. da S. Campinas: EdUnicamp; São Paulo: Ensaio. 1992.

DUARTE, Regina Horta. Olhares estrangeiros. Viajantes no vale do rio Muruci. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, vol. 22, nº 44, pp 267-288, dez.2002.

DURHAM, Eunice Ribeiro. O lugar do Índio. In. VIDAL, Lux. (Org.). *O Índio e a Cidadania*. Comissão Pró-Índio, São Paulo: Brasiliense. 1983.

DUTRA, Carlos Alberto dos Santos. *Profissão médico-veterinário*. Pelotas: Faculdade de Veterinária, Universidade Federal de Pelotas, 1981. (Monografia de Graduação).

_____. *O gaúcho celebrante*. O gaúcho historicamente marginalizado em busca de um ritual litúrgico que celebre sua realidade hoje. Porto Alegre: ITCR/PUC-RS. 1985. (Monografia de Bacharelado).

_____. Ofayé Xavante: ainda estamos vivos. *Caderno do CEAS*, Salvador: Centro de Estudos e Ação Social, nº 121, Mai/Jun. 1989., p. 31-40.

_____. *Ofaié, o povo do mel*. Campo Grande: Conselho Indigenista Missionário-CIMI. 1991.

_____. Quando começa nossa história, afinal? A conquista na visão dos vencidos. *Perspectiva Teológica*, Belo Horizonte: Loyola, Ano XXVI, nº 69, Mai-Ago. 1994, p. 235-238.

_____. *Ofaié, morte e vida de um povo*. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul. 1996.

_____. *A outra face do Rio Grande: Ideologia e mitificação do gaúcho histórico*. Três Lagoas: UFMSul. 2001. (Monografia de Especialização).

_____. *As ocupações de terra e a produção do Direito*. São Paulo: Scortecci. 2002.

ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. 2. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1985. (Metodologia, Estudos).

ESSELIN, Paulo Marcos. *A gênese de Corumbá. Confluência das frentes espanhola e portuguesa em Mato Grosso (1536-1778)*. Campo Grande: Ed.UFMS, 2000. (Col. Ciência Humanas: Fontes Novas).

FABRINI, João Admilson. *A posse da terra e o sem-terra no sul de Mato Grosso do Sul. O caso de Itaquiraí*. AGB, Corumbá, 1996.(Dissertação de Mestrado).

FACHOLLI, Cleunice Batista & DOERZBACHER, Sirley. *Rio Brilhante: sua terra, sua gente*. Diretrizes básicas para o estudo da história e geografia, 3ª série, 1º grau. Cascavel: Assoeste. 1991.

FALCON, Francisco J. Calazans. O povo brasileiro: ensaio histórico. *Revista USP*, São Paulo, nº 46, p. 30-41. jun.jul.ago. 2000.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro*. v. 2. 10. ed. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2. ed. 22. imp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/J.E.M.M. Editores Ltda. 1986.

FISCHER, R. M. B. A questão das técnicas didáticas. In FAGUNDES, Luisane Gai. Breves comentários sobre a história ensina. *Fronteira. Revista de História*, UFMS, Campo Grande 1(1): 21-30, jan-jun. 1997.

FONSECA, Tahís Nivia de Lima e. A inconfidência mineira e Tiradentes vistos pela Imprensa: a vitalização dos mitos (1930-1960). In *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Humanitas, vol. 22, n° 44. 2002.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal. 1979.

_____. *A Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense. 1987.

_____. *Genealogía del racismo*. De la guerra de las razas al racismo de Estado. Madrid: La Piqueta. 1992.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP. 1997.

FUNARI, Pedro Paulo A. Contribuição da Arqueologia para a interpretação do Quilombo dos Palmares. In *Fronteiras: Revista de História*, Campo Grande, UFMS, v. 3, n. 6. jul-dez. 1999, p. 79-90.

FURET, François. Le quantitatif in histoire. In. LINHARES, Maria Yedd & SILVA, Francisco Carlos Teixeira. *A história da agricultura brasileira*. Combates e controvérsias. São Paulo: Brasiliense. 1990.

GALETTI, Lylia da S. Guedes. O estigma da barbárie e a identidade regional. In ZORZATO, Osvaldo. Civilizadores de Índios Os agentes do sertão na historiografia de Mato Grosso. *Fronteira. Revista de História*. UFMS, Campo Grande. 2(4): 171-201, jul/dez. 1998.

GALVÃO, Eduardo. Áreas culturais do Brasil, 1900-1959. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Antropologia, n° 8, Belém. 1960.

GAGLIARDI, José Mauro. *O índio e a República*. São Paulo: Editora Hucitec/Editora da USP/Secretaria de Estado da Cultura, 1989. (Estudos brasileiros, v. 25).

GARRIDO, Joan del Alcàzar i. As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate. In. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 13. n° 25/26, set/92-ago/1993, p. 33-54.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar. 1978.

_____. Uma descrição densa: Por uma teoria interpretativa da cultura. In *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC. 1989.

GLÉNISSON, Jean. O objeto material da pesquisa: o documento. In *Iniciação aos estudos históricos*. 4. ed. São Paulo: Difel. 1983.

GONÇALVES, Marco Antonio (Org.). *Curt Nimuendajú: Etnografia e Indigenismo sobre os Kaingang, os Ofaié Xavante e os Índios do Pará*. Campinas: Unicamp. 1993.

GOODY, Jack. In PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *As muitas faces da história*. Nove entrevistas. São Paulo: Editora UNESP. 2000.

GRIMES, Barbara F. (1983). Languages of the world. *Etnologue*. Tenth Edition. Wycliffe Bible Translators, Texas. S/d.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. *Coleções e expedições vigiadas. Os etnólogos no conselho de fiscalização das expedições artísticas e científicas no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec/Anpocs. 1998.

GUEDES, Meiremárcia. IIº Encontro de Indigenismo, no IBILCE/UNESP, Departamento de Lingüística da FCL-UNESP/Araraquara-SP. 1989.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. *O imaginário do sertão*. Lutas e resistências ao domínio da Companhia Mate Laranjeira (Mato Grosso, 1890-1945). IFCH-Unicamp, Campinas, 1991. (Dissertação de Mestrado).

GUIMARÃES, Acyr Vaz. *Seiscentas léguas a pé*. A campanha do Apa. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. 1988.

_____. *Mato Grosso do Sul, sua evolução histórica*. 2. ed. Campo Grande: UCDB. 2001.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro Séculos de Latifúndio*. Rio Janeiro: Paz e Terra, 1981. (Estudos sobre o Brasil e a América Latina, v. 4).

HANKE, Wanda. *Volkerkundliche forschungen in Sudamerika*. Verloschende urzeit im innern Brasiliens. Kulturgeschichtliche for Schuncen., XI, Braschweig. 1964.

HARTMANN, Thekla e DAMY, Antônio Sérgio Azevedo. Coleções Etnográficas do Museu Paulista: composição e história. In *Revista do Museu Paulista*. Nova Série, vol 31, São Paulo: Universidade de São Paulo. 1986.

HILL, Christopher. *A Revolução Inglesa de 1640*. Lisboa: Presença. 1977.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega. 1976.

_____. *O Extremo Oeste*. São Paulo: Brasiliense, (Introdução de José Sebastião Witter). 1986.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Loanda*. 1. ed. Superintendência de Cartografia, Diretoria de Geodésia e Cartografia. Folha SF-22-Y-A, Carta do Brasil, Escala 1:250.000., 1978.

_____. *Campo Grande*. 3. ed. Diretoria de Geociências. Carta Internacional do Mundo, AO, folha SF 21. Escala 1:1.000.000., 1998.

_____. *Anaurilândia e Aquidauana*. Censo Demográfico 2000. Mapa Municipal Estatístico. Descrição dos Setores Censitários, Rio de Janeiro. Compact Disk 1/2. Escala 1:100.000., 2003.

IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil. Capítulos da historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG, IPEA. 2000.

ISQUERDO, Aparecida Negri. A toponímia como signo de representação de uma realidade. Fronteira, *Revista de História da UFMS*, Campo Grande 1(2): 27-46, jul-dez. 1997.

JENKINS, Keith. *A história repensada.*, São Paulo: Contexto. 2001.

JORGE, Stella Maris Floresani. *Filinto Müller: memória e mito (1933-1942)*. São Paulo, FFLCH-USP, 1993. (Dissertação de Mestrado).

KERN, Arno Alvarez. Antecedentes indígenas: Problemáticas teórico-metodológicas das sínteses sobre a pré-história regional. In. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, nº 8, 1998. p. 15-24.

_____. O perfil dos historiadores no novo milênio. *Revista da Sociedade Brasileira de Professores de História-SBPH*, Curitiba, nº 19, 2000. p. 3-39.

KNOB, Frei Pedro. *A missão franciscana no Mato Grosso*. Em comemoração dos 50 anos de fundação. Campo Grande: Publicação da Custódia Franciscana das Sete Alegrias de Nossa Senhora de Mato Grosso. 1988.

LACOSTE, Yves. *A geografia serve antes de mais nada para fazer a Guerra*. Tradução de Maria Cecília França. Campinas: Editora Papirus. 1988.

LAPIERRE, Jean-William. Prefácio. In. POUTIGNAT, Philippe & STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade*, seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras, de Fredrik Barth. São Paulo: Editora da UNESP. 1998.

LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre (Org.). *História, novos problemas*. 4. Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 1995.

LEITE, Eudes Fernando. *Marchas na história: comitivas, condutores e peões-boiadeiros nas águas de Xarayés*. Assis, Faculdade de Ciências e Letras/UNESP, 2000. (Tese de Doutorado).

LENHARO, Alcir. A terra para quem nela não trabalha. A especulação com a terra no Oeste brasileiro nos anos 50. *Revista Brasileira de História.*, 6(12):47-64 mar/abr. 1986.

LEVI-STRAUSS, Claude. (1956) *Tristes Trópicos*. Apud. DA MATA, Roberto. O ofício de etnólogo, ou como ter Anthropological Blues. In. NUNES, Édson de Oliveira (Org.). *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. *Antropologia Estrutural*. 4. ed. Tradução Chaim Samuel Katz e Eginardo Pires. Revisão Etnológica de Júlio Cezar Melatti. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1991.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. *Um grande cerco de paz. Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes. 1995.

LIMA, João Francisco Tidei de. *A ocupação da terra e a destruição dos índios na região de Bauru*. São Paulo: FFLCH-USP, 1978. (Dissertação de Mestrado).

LINHARES, Maria Yedd & SILVA, Francisco Carlos Teixeira. *A história da agricultura brasileira. Combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense. 1990.

LOSANO, Mário G. Hermann von Ihering: um precursor da ecologia no Brasil. *Revista USP*, nº 13, mar/abr/mai. 1992, p. 88-99.

LOPEZ, Luiz Roberto. *História do Brasil Colonial.*, 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. (Coleção Revisão).

LOWIE, Robert H. The northwestern and central Ge. *Handbook of South American Indians*, vol. I. The marginal tribes. Washington. 1946.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *Crime e Escravidão*. São Paulo: Brasiliense. 1987.

MACIEL, L. A. A capital de Mato Grosso. In LEITE, Eudes Fernando. *Marchas na história: comitivas, condutores e peões-boiadeiros nas águas de Xarayés*. Assis, Faculdade de Ciências e Letras/UNESP, 2000. (Tese de Doutorado).

MAGALHÃES, General Couto de. *O Selvagem*. 3. ed. São Paulo, 1935. (Col. Biblioteca Pedagógica Brasileira, vol 3).

MAGALHÃES, Hilda Gomes Dutra. *Literatura e Poder em Mato Grosso*. Brasília: Ministério de Integração Nacional; Universidade Federal de Mato Grosso, 2002. (Coleção Centro Oeste de Estudos e Pesquisas).

MALCHER, José M. Gama. *Índios. Grau de integração na comunidade nacional*. Grupo lingüístico Localização. VIII-Paraguai. (Áreas culturais indígenas do Brasil: 1900-1959, Prof. Eduardo Galvão). Rio de Janeiro. 1964.

MALDI, Denise. *A teia da memória: proposta teórica para a construção de uma Etnohistória*. Cuiabá: EDUFMT. 1993.

_____. (Org.) *Direitos indígenas e antropologia: Laudos periciais em Mato Grosso*. Cuiabá, Editora Universitária da UFMT. 1994.

_____. De confederados a bárbaros: a representação da territorialidade e da fronteira indígenas nos séculos XVIII e XIX. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, v. 40 n° 2. 1997.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural. 1978. (Col. Os Pensadores).

MARTINS, Gilson Rodolfo. Contribuições da Etno-história para a Arqueologia do Nordeste de Mato Grosso do Sul, na Área Impactada pelo Gasoduto Bolívia-Brasil. *Revista do Museu de Arqueologia*, São Paulo, USP, n° 11, 2001. p. 303-310. (Estudos Bibliográficos-Ensaio).

_____. *A problemática fundiária Guarani no âmbito da Justiça Federal em Mato Grosso do Sul*. Anais. VI Encontro de História de Mato Grosso do Sul, UFMS, Dourados, 2002a, p. 13-20.

_____. *Breve Painel Etno-Histórico de Mato Grosso do Sul*. 2. ed. Ampliada e Revisada, Campo Grande: Ed. UFMS/COMPED/INEP. 2002b.

MARTINS, Gilson Rodolfo & KASHIMOTO, Emília Mariko. Arqueologia na área impactada pelo gasoduto Bolívia-Brasil: trecho Terenos-Três Lagoas-MS. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo, USP, n° 8, 1998, p. 87-107.

_____. Arqueologia guarani no alto Paraná, Estado de Mato Grosso do Sul. *Fronteiras, Revista de História*, Campo Grande, 3(5): 51-64, jan/jun. 1999.

_____. Archaeology of the Holocene in the upper Paraná river, Mato Grosso do Sul State, Brazil. *Pergamon*. Quaternary International. Published by Elsevier Science Ltd.. Article in press. 2003.

MARTINS, Gilson Rodolfo; KASHIMOTO, Emília Mariko & TATUMI, Sonia Hatsue. Datações Arqueológicas em Mato Grosso do Sul. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo, USP, nº 9, 1999. p. 73-93.

MARTINS, José de Souza. *Caminhada no chão da noite. Emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo*. São Paulo: Hucitec. 1989.

MARTINS, Nelly. *Vespasiano, meu pai*. 2. ed. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal. 1989.

MATTOSO, José. *A escrita da história. Teoria e método*. Lisboa: Editorial Estampa. 1988.

MAYBURY-LEWIS, David. *Akwê Shavante Society*. Oxford University Press. London, (Traduzido por Aracy Lopes da Silva). A Sociedade Xavante. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 1984.

MELATTI, Delvair Montagner. *Índios do Brasil*. 5. ed. São Paulo/Brasília: Editora Hucitec/Editora UNB. 1987.

MELIÀ, Bartomeu. Egon Schaden: um nome na etnologia guarani. *Revista USP*, nº 13, mar/abr/mai. 1992., p. 74-77.

MELLO E SOUZA, Antonio Candido de. *Literatura e sociedade*. 8. ed. São Paulo: Publifolha. 2000. (Col. Grandes nomes do pensamento brasileiro).

MENGET, Patrick. In. MALDI, Denise. De confederados a bárbaros: a representação da territorialidade e da fronteira indígenas nos séculos XVIII e XIX. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, v. 40 nº 2. 1997.

MILLS, Theodore M. *Sociologia dos Pequenos Grupos*. Tradução de Dante Moreira Leite. São Paulo: Livraria Pioneira Editora. 1970.

MONIOT, Henri. A história dos povos sem história. In. LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre (Org.) *História, novos problemas*. 4. Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves., p. 99-112. 1995.

MONTEIRO, John Manuel. (Org.) *Guia de fontes para a história indígena e do indigenismo em arquivos brasileiros*. Acervo das capitais. São Paulo: NHII-USP/FAPESP. 1994.

_____. *Negros da terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*, São Paulo: Companhia das Letras. 1995a.

_____. O desafio da história indígena no Brasil. In SILVA, Aracy Lopes da. & GRUPIONNI, Luís Donisete Benzi. (Org). *A temática indígena na escola*.

Novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: MEC/MARI/UNESCO. 1995b.

MORAES FILHO, Evaristo de. (Org.). *Auguste Comte. Sociologia.* 2. ed. São Paulo: Ática, 1983. (Col. Grandes cientistas sociais, 7).

MOTA, Lúcio Tadeu. *O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e as propostas de integração das comunidades indígenas no Estado Nacional.* In. IIª Reunião de Antropologia del Mercosur. *Fronteras Culturales Y Ciudadanía. GT 27 Etnicidades y Estados Nacionales.* Piriapolis, Uruguay. 1977.

NEVES, Joana. *A fundação de Aquidauana e a ocupação do Pantanal. Civilização e dependência.* São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas-USP, 1980. (Dissertação de Mestrado).

NORA, Pierre. O retorno do fato. In. LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre (Org.). *História, novos problemas.* 4. Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 1995.

NUNES, José de Sá. Toponímia Brasília. *Revista Brasileira de Geografia.* Comentários. Jan-Mar. 1951.

OLIVEIRA, Benícia Couto de. A colonização do Estado Novo em Mato Grosso, 1937-1945: O discurso e a história. *Fronteira. Revista de História.* UFMS. Campo Grande, 1(2): 13-25, jul-dez. 1997.

OLIVEIRA, João Pacheco de (Org). *Indigenismo e territorialização. Poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo.* Rio de Janeiro: Editora Contra Capa. 1998.

OLIVEIRA, Jorge Eremites de. Ambiente e cultura no contexto da ocupação indígena da planície de inundação do Pantanal, *Fronteira, Revista de História,* Campo Grande, 3 (6): 9-34, jul/dez. 1999.

_____. A história indígena em Mato Grosso do Sul, Brasil: dilemas e perspectivas. *Revista Territórios e Fronteiras.* Programa de Pós-Graduação em História, Cuiabá, Universidade Federal de Mato Grosso, v. 9, nº 9, jul-dez. 2001.

_____. *Etnoistória ou história indígena?* VI Encontro de História de Mato Grosso do Sul, ANPUH/UCDB, Dourados, 2002a. (Comunicação não publicada).

_____. Arqueologia pública, universidade pública e cidadania. *Fronteiras, Revista de História.* Campo Grande, UFMS, 6(11): 41-58, jan/jun. 2002b.

_____. A Arqueologia brasileira na década ao início do século XXI: uma avaliação histórica e historiográfica. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, PUCRS, v. 28. n° 2, p. 25-52, dezembro.2002c.

_____. *Da pré-história a história indígena. (Re)pensando a arqueologia e os povos canoeiros do Pantanal*. Porto Alegre, FFCH-PUCRS, 2002d. (Tese de Doutorado).

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Urbanização e Tribalismo. A integração dos índios Terena numa sociedade de classes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. (Col. Etnologia Brasileira).

_____. *O Índio e o Mundo dos Brancos. Uma interpretação sociológica da situação dos Tikuna.*, 2. ed., São Paulo: Livraria Pioneira. 1972.

_____. *Do índio ao bugre: o processo de assimilação dos Terena*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora. 1976.

_____. *A sociologia do Brasil indígena*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/Editora Universidade de Brasília. 1978.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. O nosso governo: os Ticuna e o regime tutelar. In. LIMA, Antonio Carlos de Souza. *Um grande cerco de paz. Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis, Vozes. 1988.

_____. *Ensaio em Antropologia Histórica*, Rio de Janeiro, Editora UFRJ. 1999.

PACE, João. Pequeno Álbum Histórico de Aquidauana. In. ROBBIA, Cláudio. *Aquidauana, ontem e hoje*. Campo Grande, Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. 1992.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *As muitas faces da história. Nove entrevistas*. São Paulo: Editora UNESP. 2000.

PAULA, João Antonio de. Francisco Iglésia-A história das idéias e a historiografia. In IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil. Capítulos da historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG, IPEA. 2000.

PEDROSA, Ledir Marques. *Origem histórica e bravura dos Barbosas*. 2. ed. Campo Grande. 1986.

PERET. João Américo. Mapa Etnográfico do Brasil. Índios do Passado. In *Populações Indígenas do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Brasília, FUNAI. 1975.

PINHEIRO, Nimenon Suzel. *Vanuúre. Conquista, colonização e indigenismo: Oeste Paulista, 1912-1967*. Assis: FCL-UNESP, 1999. (Tese de Doutorado).

POIRIER, Jean. *Una historia de la etnología*. México: Fondo de Cultura Económica. 1987. (Colección Popular).

POUTIGNAT, Philippe & STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade, seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras, de Fredrik Barth*. São Paulo: Editora da UNESP. 1998.

PREZIA, Benedito. Ofaié, à procura dos espíritos perdidos. *Porantim*, Brasília, ano XXI, n. 218, p. 10, set.. 1999.

PREZIA, Benedito. & HOORNAERT, Eduardo. *Esta terra tinha dono*. São Paulo: Cehila-CIMI-FTD, 1989.

PRIETO, Saturnino Sánchez. *Y que és la historia? Reflexiones epistemológicas para profesores de Secundaria*, Madrid: Siglo XXI de Espanha Editores. 1995.

PROENÇA, Augusto César. In. LEITE, Eudes Fernando. 2000. *Marchas na história: comitivas, condutores e peões-boiadeiros nas águas de Xarayés*. Assis, Faculdade de Ciências e Letras/UNESP, 1996. (Tese de Doutorado).

QUEIROZ, Maria Isaura P. de. Ufanismo Paulista. In *Revista USP*. São Paulo, nº 13, mar/abr/mai. 1992.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Condições econômicas do Sul de Mato Grosso no início do Século XX. *Fronteira. Revista de História*, Campo Grande: UFMS 1(2): 113-136, Jul-Dez. 1997.

RADAM-BRASIL, Projeto. *Campo Grande*. Folha SF21. Ministério das Minas e Energia. Secretaria Geral, Levantamento de Recursos Naturais, v. 28, Rio de Janeiro. 1982.

RAMOS, Arthur. *As culturas indígenas. Introdução a antropologia brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria Casa do Estudante do Brasil (Col. Arthur Ramos), v. II. 1971.

RIBEIRO, Berta G. Os estudos da cultura material: propósitos e métodos. In. *Revista do Museu Paulista*. Nova Série, vol. 30, São Paulo: USP. 1985.

_____. *Suma Etnológica Brasileira*. Petrópolis: Vozes/Finep v. 2. Tecnologia Indígena. 1986.

RIBEIRO, Darcy. Notícia dos Ofaié-Chavante. *Revista do Museu Paulista*. Nova Série., v. V., São Paulo. 1951.

_____. Línguas e Culturas Indígenas do Brasil. Separata da *Revista de Educação e Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais nº 6. 1957.

_____. *A política indigenista brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, p. 133-143. 1962.

_____. O problema indígena brasileiro. In. FERNANDES, Florestan (Org.). *Comunidade e sociedade no Brasil. Leituras básicas de introdução ao estado nacional do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora nacional/Editora USP. 1972.

_____. *Uirá sai a procura de Deus. Ensaio de etnologia e indigenismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1976.

_____. *Os Índios e a Civilização. Estudos de Antropologia da Civilização*, 2. ed. Petrópolis: Vozes. 1977.

_____. *Confissões*. São Paulo: Companhia das Letras. 1997.

RIBEIRO, Darcy e MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. *A fundação do Brasil. Testemunhos 1500-1700*. Rio de Janeiro: Vozes. 1992.

RIBEIRO, Hidelberto de Souza. O Brasil dos 500 anos. In. MAGALHÃES, Hilda Gomes Dutra. *Literatura e Poder em Mato Grosso*. Brasília: Ministério de Integração Nacional; Universidade Federal de Mato Grosso. 2000.

RIBEIRO, Lélia Rita E. de Figueiredo. *Campo Grande: O homem e a terra*. Apresentação de Hernani Donato, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. 1993.

RIBEIRO, Renato Alves. *Taboco, 150 anos: Balaio de recordações*. Campo Grande: Prol Editora Gráfica. 1984.

RIBEIRO, Renato Janine. *Peter Burke. Entrevista a Renato Janine Ribeiro*. Seção Textos. nº 20, pp. 112-8, dez/93-fev-1994.

ROBBA, Cláudio. *Aquidauana, ontem e hoje*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. 1992.

RODRIGUES, Arlete Moysés. *Moradia nas cidades brasileiras*. São Paulo: Ed. Contexto, 1988. (Col. Repensando a Geografia).

- RODRIGUES, Aryon Dall'igna. *Línguas brasileiras. Para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Ed. Loyola, 1994. (Col. Missão Aberta, 11).
- RODRIGUES, J. Barbosa. *História de Mato Grosso do Sul*. 2. ed. São Paulo: Editora do Escritor, 1993.
- RONDON, Cândido Mariano da Silva e FARIA, João Barbosa de. Glossário Geral das tribos silvícolas de Mato Grosso e outras da Amazônia e do Norte do Brasil. Tomo I. Anexo nº 5, *Etnografia*. CNPI. Publicação da Comissão Rondon nº 76. Imprensa Nacional. 1948.
- ROSENTAL, M. M. & IUDIN, P. F. *Diccionario Filosófico*, Montevideo, Ediciones Pueblos Unidos. S/d.
- SAHLINS, Marshall D. *Sociedades tribais*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1974.
- SALZANO, Francisco M. O velho e o novo. Antropologia física e história indígena. In CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios no Brasil*, São Paulo: FAPESP/Cia. das Letras/SMC. 1992.
- SAMPAIO, Teodoro. (1928). O Tupi na geografia nacional. In NUNES, José de Sá. Toponímia Brasileira. *Revista Brasileira de Geografia*. Comentários. Jan-Mar. 1951., p. 102-122.
- SCHADEN, Francisco S. G. Xoklêng e Kaingang. Notas para um estudo comparativo. In SCHADEN, Egon. (Org.). Homem, cultura e sociedade no Brasil. Seleções da *Revista de Antropologia*. Petrópolis: Vozes, 1972. (Col. Estudos Brasileiros).
- SCHIMITZ, Pedro Ignácio et alii. Arqueologia do Pantanal do Mato Grosso do Sul. Projeto Corumbá. *Tellus*, Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas-NEPPI, ano 1, n. 1, Campo Grande: UCDB, out. 2001.
- SEREJO, Hélio. *Balaio de Bugre*. v. 2. Presidente Venceslau, S/d. (Col. Requião, 7).
- SERRA, Heliophar de Almeida. *Fragmentos do cotidiano. Crônicas*. Campo Grande: Academia Sul-Mato-Grossense de Letras. 1995.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense. 1985.
- SEYFERTH. Giralda. Grupo Étnico. In SILVA, Benedito (Org). *Dicionário de Ciências Sociais*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas. 1987.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. UNESP, (p. 39-62). 1992.

SILVA, Aracy Lopes da. Dois séculos e meio de história Xavante. In CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios no Brasil*, São Paulo: FAPESP/Cia. das Letras/SMC. 1992.

SILVA, Aracy Lopes da. & GRUPIONNI, Luís Donisete Benzi. (Org). *A temática indígena na escola. Novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC/MARI/UNESCO. 1995.

SILVA, Benedito (Org). *Dicionário de Ciências Sociais*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas. 1987.

SILVA, Helenice Rodrigues da. Rememoração/Comemoração: as utilizações sociais da memória. In *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH/Humanitas, v. 22, nº 44. 202. pp. 425-438..

SILVA, Jovam Vilela da. *A divisão do Estado de Mato Grosso. Uma visão histórica: 1892-1977*. Cuiabá: EdUFMT. 1997.

SILVA, Lúcia Helena Tozzi da. Descrição Fonológica do Sistema Vocálico da Língua Ofaié. Inter Atividade. *Revista Multidisciplinar de Pesquisas e Estudos Acadêmicos*. Adradina-SP, FIRB - Faculdades Integradas Rui Barbosa, v. 2, nº 1, jan-jun. 2002., p. 100-114.

SIMONSEN, Roberto C. *História Econômica do Brasil (1500-1820)*., 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957. (Col. Biblioteca Pedagógica Brasileira., vol. 10).

SODRÉ, Nelson Werneck. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1997.

SOUZA, Antônio Barbosa de. *Laucídio Coelho: um desbravador*. S/d.

SOUZA, Marlene Carolina de. O povo Ofaié: uma abordagem lingüística. *Terra Indígena*. Centro de Estudos Indígenas. FCL/UNESP-Araraquara., Ano VIII., nº 58., Jan-Mar. 1991.

SUESS, Paulo & MESTERS, Carlos. *Utopia cativa. Catequese indigenista e libertação indígena*. Petrópolis: Vozes. 1986.

SUSNIK, Branislava. (1978). Los Aborígenes del Paraguay. I, Etnología del Chaco boreal y su periferia Apud. CARVALHO, Silvia M. Schmuziger de. Chaco: Encruzilhada de povos e "melting pot" cultural. Suas relações com a bacia do Paraná e o Sul mato-grossense. In CUNHA. Manuel Carneiro da.

História dos índios no Brasil, São Paulo: FAPESP/Cia. das Letras/SMC. 1992.

_____. *Interpretacion etnocultural de la complejidad sudamericana antigua*. Formacion y dispersion étnica. Asunción: Museo Etnográfico Andres Barbero. 1994.

TAUNAY, Affonso de. Relatos Sertanistas (1981) In. GUIMARÃES, Acyr Vaz. *Mato Grosso do Sul, sua evolução histórica*. 2. ed. Campo grande: UCDB. 2001.

TAUNAY, Visconde de. *Visões do Sertão*. 2. ed. São Paulo: Editora Melhoramentos. 1928.

_____. *El Matto Grosso Invadido-1866/1867*. São Paulo: Editora Melhoramentos. 1929.

TASSINARI, Antonella Maria Imperatriz. Sociedades Indígenas: Introdução ao tema da diversidade cultural In SILVA, Aracy Lopes da. & GRUPIONNI, Luís Donisete Benzi. (Orgs). *A temática indígena na escola. Novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC/MARI/UNESCO. 1995.

THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria, o planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1981.

_____. La historia oral y el historiador. In. LORO, Guacira Lopes. A história (oral) da educação: algumas reflexões. *Em Aberto*. Brasília, n° 47, jul/set.. 1984., p. 20-28.

TODOROV, Tzvetan. *Nós e os outros. A reflexão francesa sobre a diversidade humana*, v. 1, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1993.

_____. Lês abus de la mémoire. In. SILVA, Helenice Rodrigues. Rememoração/Comemoração: as utilizações sociais da memória. In *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH/Humanitas, v. 22, n° 44. 1995. pp. 425-438, 2002.

TRIGGER, Bruce G. *Além da história: Os métodos da pré-história*. São Paulo: EPU/USP. 1973.

TURNER, Terence. Os Mebengokre Kayapó: História e mudança social. De comunidades autônomas para a coexistência interétnica. In CUNHA, Manuel Carneiro da. *História dos índios no Brasil*, São Paulo: FAPESP/Cia. das Letras/SMC. 1992.

VASCONCELOS, Cláudio Alves de. A colonização contemporânea no Brasil e suas implicações sobre a sociedade brasileira. *Fronteira. Revista de História*. UFMS: Campo grande 1(1):75-84, jan/jun. 1997.

_____. *A questão indígena na Província de Mato Grosso. Conflito, trama e continuidade*. Campo Grande: Editora UFMS. 1999.

VESENTI, C. A. *A teia do fato: uma proposta de estudo sobre a memória histórica*. São Paulo: Hucitec/FFLCH-USP. 1997.

VIANA, Helena. *Estudando o passado de Campo Grande*. Campo Grande: Associação de Novos Escritores de Mato Grosso do Sul. 1992.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo. et alii. *A pesquisa em história*. São Paulo: Ática, 1991. (Série Princípios).

VILAR, Pierre. História Marxista, história em construção. In LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. *História: Novos problemas*. Tradução de Theo Santiago. 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 1995.

VILELA, Pe. Orlando. *Iniciação Filosófica*. 3. ed. Belo Horizonte/São Paulo: Editora Itatiaia (Biblioteca de estudos Sociais e Pedagógicos). 1974.

WEBER, Astor. *Os Eyiguayegui-Mbayá-Guaicuru: Encontro e confronto com os luso-brasileiros na capitania de Mato Grosso*, Dourados, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. 2002. (Dissertação de Mestrado).

WEINGARTNER, Alisolete Antônia dos Santos. *Movimento divisionista em Mato Grosso do Sul (1889-1930)*. Porto Alegre: Edições EST. 1995.

WHITE, Hayden. *Trópicos do Discurso: ensaio sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Edusp. 1995.

ZORZATO, Osvaldo. Civilizadores de índios. Os agentes do sertão na historiografia de Mato Grosso. *Fronteira. Revista de História*. UFMS, Campo Grande. 2(4): 171-201, jul/dez. 1998.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)